



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 133 SÁBADO, 30 DE AGOSTO DE 2014

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º - Magno Malta - (PR-ES)  
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)  
3º - João Durval - (PDT-BA)  
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (63,70)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Eunício Oliveira</b> (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - Bloco</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (36,120,128)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p><b>Líder</b> Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p> <p><b>Líder do SD - 1</b> <b>Vicentinho Alves</b> (42,54,71,111)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 0</b></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p><b>PSB - 4</b> <b>Líder</b> <b>Rodrigo Rollemberg - PSB</b> (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p><b>PROS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (98,108,114)</p>

## EXPEDIENTE

<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p><b>Quesia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – TERMO DE REUNIÃO, EM 29 DE AGOSTO DE 2014</b> .....	5
<b>2 – RETIFICAÇÃO</b>	
Ata da 116ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de agosto de 2014, publicada no Diário do Senado Federal nº 117, do dia subsequente. ....	6
<b>3 – ATA</b>	
3.1 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE – SIS	
Ata da 122ª Reunião, realizada em 6 de agosto de 2014 .....	234
<b>4 – ATO ADMINISTRATIVO</b>	
4.1 – PORTARIA DO PRESIDENTE	
Nº 16/2014, de dispensa, a pedido, do servidor Alberto Machado Cascais Meleiro da função comissionada de Advogado-Geral da Advocacia do Senado Federal .....	234
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>	
<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
Por Unidade da Federação .....	235
Bancadas dos Partidos .....	236
Por ordem alfabética .....	237
<b>6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL</b> .....	238
<b>7 – LIDERANÇAS</b> .....	239
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> .....	244
<b>9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	247
<b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b>	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos .....	256
CAS – Comissão de Assuntos Sociais .....	265
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	269
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte .....	276
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle .....	281
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa .....	292
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional .....	300
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura .....	309
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo .....	318
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária .....	326
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	331
CSF – Comissão Senado do Futuro .....	334
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) .....	335
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) .....	336
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) .....	337
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) .....	337
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) .....	337
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) .....	338
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009) .....	340
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) .....	342
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) .....	344
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012) .....	346
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013) .....	348

Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) .....	350
--	-----

### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **12 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) .....	352
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) .....	360
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) .....	364
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) .....	365
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) .....	366
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) .....	367
Comissões Mistas Especiais .....	368
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito .....	372

#### **13 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	377
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	378
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) .....	382

---



## **Termo de Reunião, em 29 de agosto de 2014**


4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

### **TERMO DE REUNIÃO**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, sexta-feira, às nove horas, deixou de ser realizada reunião do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, José Roberto Leite de Matos, Secretário Geral da Mesa do Senado Federal Adjunto.

Secretaria-Geral da Mesa, em 29 de agosto de 2014.

  
**José Roberto Leite de Matos**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Adjunto

**RETIFICAÇÃO****ATA DA 116ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE AGOSTO DE 2014**

(Publicada no *Diário do Senado Federal* nº 117 de 8 de agosto de 2014)

Às páginas 89 a 287, republique-se, por omissão de trecho da matéria, o Ofício nº 28, de 2014-CN:

**OFÍCIO**  
**Nº 28, DE 2014-CN**  
**(Mensagem nº 173/2014, na origem)**

Assunto: Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) - Exercício de 2013


Senhor Presidente,


Em cumprimento ao parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27/09/1989, encaminhamos a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2013, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.

Em caso de eventuais esclarecimentos, indicamos o empregado Jorge Paredes, Coordenador de Integração de Políticas, com lotação na Gerência de Gestão de Programas Governamentais (GPROG), para contato através do telefone (91) 4008-3826 ou correio eletrônico [jorge.paredes@bancoamazonia.com.br](mailto:jorge.paredes@bancoamazonia.com.br).

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
VALMIR PEDRO ROSSI  
Presidente

  
ODUVAL LOBATO NETO  
Gerente GPROG



Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da  
Integração Nacional

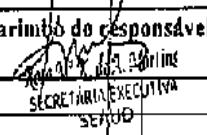
Ministério  
da Fazenda



***FNO***  
***FUNDO CONSTITUCIONAL DE***  
***FINANCIAMENTO DO NORTE***  
***(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)***

***PROCESSO DE CONTAS***  
***ORDINÁRIAS***  
***EXERCÍCIO DE 2013***

**Belém - Pará**  
**2014**

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS	
PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)	
EXERCÍCIO DE 2013	
ÓRGÃO/ENTIDADE : FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)	
PEÇAS EXIGIDAS	Localização(fls)
I. Rol de Responsáveis	03 a 37
II. Relatório de Gestão do FNO	38 a 69
• Anexo I – cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO- Exercício 2013	70 a 118
III. Informações Contábeis	119
• Balanço Patrimonial previsto na Lei n. 7.827/89	120
• Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei n. 7.827/89	121
• Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido prevista na Lei n. 7.827/89	122
• Demonstração dos Fluxos de Caixa prevista na Lei n. 7.827/89	123
• Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis	124 a 132
IV. Declaração de apresentação de bens e rendas	133 a 134
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas	135
• Parecer de Conselho de Administração sobre as contas	136
VI. Documentos de auditoria	137 a 150
Belém (PA), 18 de junho de 2014	Assinatura/carimbo do responsável
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VII. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
IX. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
SITUAÇÃO	
1 ( ) A Prestação de Contas está constituída de todas as peças e conteúdos exigidos na DN/TCU 132/2013, estando em condições de ser encaminhada ao TCU.	
2 ( ) Ausente(s) na Prestação de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela DN/TCU 132/2013, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:	
Local/Data	Assinatura/carimbo do responsável
Belém, 30 de julho de 2014	
3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	
X. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
Local/Data	Assinatura/carimbo do responsável



Abertura de processo nº 001/2014

Assunto:

PROCESSO DE CONTAS ORDINÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE  
FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) - EXERCÍCIO DE 2013

Interessado:

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

## I - ROL DE RESPONSÁVEIS

## ROLRES

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSÃO: 28/03/2014  
 ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 001  
 UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE REF. : 2013  
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 003.232.251-87 - CARLOS PEDROSA JUNIOR  
 E-MAIL : DICOR@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. CARDEAL DA SILVA JOAO PESSOA  
 MUNICIPIO : 3849 - SALVADOR UF: BA CEP: 40226-900  
 CARGO : DIRETOR  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 24/Jul/2012 CA 2012/030 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 24/Jul/2012

=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 042.526.322-34 - EDSON MASHAARI MINORI  
 E-MAIL : EDSON.MINORI@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS N. 800  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : GERENTE EXECUTIVO  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 24/Jul/2012 CA 2012/030 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 070.633.261-04 - JOAO JULIO DA SILVA  
 E-MAIL : JOAO.SILVA@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800, BELÉM (PA)  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : SUPERVISOR  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 23/Mar/2011 XXXXX 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 328.219.722-53 - VALDECIR DA SILVA CAMPOS  
 E-MAIL : VALDECIR.CAMPOS@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 800 3º ANDAR  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : ANALISTA  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 31/Dez/2011 CI GECON2011 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 31/Dez/2011

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP P/CONTROLE OP CRE, AVAIS, GAR E DIREITOS  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 209.582.426-15 - EDUARDO JOSE LIMA CUNHA  
 E-MAIL : EDUARDO.CUNHA@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - BELÉM - PARÁ  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : DIRETOR BANCO DA AMAZONIA S.A

=====CONTINUA...=====

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSÃO: 28/03/2014  
 ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 002  
 UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE REF. : 2013  
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

CONTINUACAO...=====

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 04/Ago/2008 RES2008/41 07/Fev/2013 RCA 07FEV 01/Jan/2013 A 06/Fev/2013

ROLRES

PUBLICACAO DESIGNACAO	PUBLICACAO EXONERACAO	
04/Ago/2008	17/Fev/2013	

---

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 056.429.732-15 - RAIMUNDA CARMEM PEREIRA DA SILVA  
 E-MAIL : CARMEM.SILVA@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV PRESIDENTE VARGAS N. 800.  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66000-000  
 CARGO : GERENTE EXECUTIVO  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 31/Out/2011 RESOLUÇÃO 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 31/Out/2011

---

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 266.552.500-30 - NILVO REINOLDO FRIES  
 E-MAIL : DIARE@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : RUA URUGUAI, 185, 9º ANDAR  
 MUNICIPIO : 8801 - PORTO ALEGRE UF: RS CEP: 90010-140  
 CARGO : DIRETOR BANCO DA AMAZONIA S.A  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 07/Fev/2013 RCA 07Fev13 07/Fev/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 18/Fev/2013

---

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIGENTE MAXIMO DE BANCO OPERADOR  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 279.712.951-20 - ABIDIAS JOSE DE SOUSA JUNIOR  
 E-MAIL : ABIDIAS.JUNIOR@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - CENTRO - BELÉM-PARÁ  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZONIA S.A  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 12/Abr/2007 DECRETO PRES 07/Fev/2013 DECRETO 01/Jan/2013 A 06/Fev/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 13/Abr/2007 08/Fev/2013

---

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 276.266.790-91 - VALMIR PEDRO ROSSI  
 E-MAIL : PRESI@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS, 800-CENTRO  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : PRESIDENTE BANCO DA AMAZONIA S.A  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 07/Fev/2013 DECRETO 07/Fev/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 08/Fev/2013

---

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 039.842.812-34 - MARIA DE BELEM SILVA COTTA

---

=====CONTINUA...  
 SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 28/03/2014  
 ORGAO : 53901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE PAGINA : 003  
 UG : 537002 - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE REF. : 2013  
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

---

CONTINUACAO...  
 E-MAIL : MARIABELEM@BANCOAMAZONIA.COM.BR  
 ENDEREÇO : AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 800 - 3º ANDAR - CENTRO - BELÉM /PARÁ  
 MUNICIPIO : 427 - BELEM UF: PA CEP: 66017-000  
 CARGO : CONTADOR RESPONSÁVEL BANCO DA AMAZONIA S.A.  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 19/Mar/2003 RES.2003/002 01/Jan/2013 A 31/Dez/2013  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 19/Mar/2003

---

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA



## ROLRES

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 010.778.878-09 - FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

E-MAIL : FERNANDO.BEZERRA@INTEGRACAO.GOV.BR

ENDERECO : RUA 01 N.08

MUNICIPIO : 2521 - PETROLINA

UF: PE CEP: 56300-000

CARGO : MINISTRO DE ESTADO DO MI

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

01/jan/2011 DECRETO

01/out/2013 DECRETO

PERIODO(S) GESTAO

01/jan/2013 A 30/set/2013

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

01/jan/2011

02/out/2013

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 203.948.453-15 - FRANCISCO JOSE COELHO TEIXEIRA

E-MAIL : FERNANDO.TEIXEIRA@INTEGRACAO.GOV.BR

ENDERECO : ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : MINISTRO DE ESTADO DO MI

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

01/out/2013 DECRETO

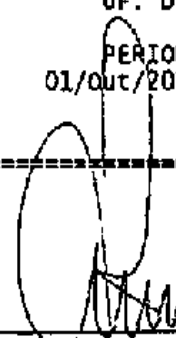
PERIODO(S) GESTAO

01/out/2013 A 31/Dez/2013

PUBLICACAO DESIGNACAO

PUBLICACAO EXONERACAO

02/out/2013

  
Maria de Belém S. Colla  
2151 - Gerente GECOM  
ENCARREGADO DO SETOR  
Roberto de Lima  
Diretor de Controle e Risco  
DICOB

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.


GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		PRESIDENTE			
AGENTE:	ABÍDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR				CPF: 279.712.951-20
ENDEREÇO:	SHIGS 713, Bloco I, Casa 63 - Asa Sul				
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70380-709	UF:	DF
				TELEFONE (0XX91) 4008-3340	FAX: (0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:		PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA			
		Endereço eletrônico: junior2000esvv@hotmail.com			
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:
Data Decreto de 12 de abril de 2007	Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 13.04.2007	Data 08.02.2013	Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 08.02.2013	Data início 01.01.2013	A data fim 07.02.2013



Encarregado do Setor

Carlos A. M. Cunha Jr.  
Consultor Especial  
Ato 3931



Dirigente da Unidade

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				PRESIDENTE			
AGENTE:		VALMIR PEDRO ROSSI		CPF		276.266.790-91	
ENDEREÇO:		Rua dos Tamoios, n.º 1.619, 16º andar, Batisla Campos					
MUNICÍPIO:		BELÉM		CEP:		66033-172	
				UF:		PA	
				TELEFONE (DXX91)		4008-3340	
				FAX:		(Dxx91) 3223-5175	
CARGO OU FUNÇÃO:		PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA		Endereço eletrônico: vprossi@bancoamazonia.com.br			
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	
Data Decreto da 7 de fevereiro de 2013		Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 08.02.2013		Data 08.02.2013		Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 08.02.2013	


  
 Encarregado do Setor  
 08.02.2013

  
 Dirigente da Unidade

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.			
AGENTE:	EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA			CPF	209.582.426-15		
ENDEREÇO:	Rua Nhanduti n. 15 - ap. 202 - bairro Caiçara						
MUNICÍPIO:	BELO HORIZONTE	CEP:	30770-370	UF:	MG	TELEFONE (0xx91) 4008-3535	FAX: (0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR						
Endereço eletrônico: diare@bancoamazonia.com.br							
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:	
Data	Atc/nº/ano	Data	Atc/nº/ano	Reunião CONSAD	Reunião CONSAD	Data início	A data fim
29.07.2010.		07.02.2013				01.01.2013	06.02.2013

  
 Encarregado do Setor  
 Eduardo José Lima Cunha  
 Diretor Executivo

  
 Dirigente da Unidade

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A	
AGENTE:	NILVO REINOLDO FRIES		CPF: 266.552.500-30
ENDEREÇO:	Av. Gentil Bittencourt, n.º 563, Apto. 1104 – Ed. La Residence, Belista Campos		
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP: 66017-901	UF: PA TELEFONE (0XX91) 4008-3535 FAX: (0XX91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR		
Endereço eletrônico: diare@bancoamazonia.com.br			
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data	Ata/nº/ano	Data	Ata/nº/ano
07.02.2013.	Reunião CONSAD		
		Data início	A data fim
		07.02.2013	31.12.2013



Encarregado do Setor

Dirigente da Unidade

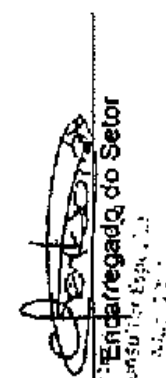
## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.


NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A					
AGENTE:	GILVANDRO NEGRÃO SILVA					CPF	116.713.192-49
ENDEREÇO: Avenida Magalhães Barata, 231. Edifício Torre de Saveme, apto 1902, bairro do Nazaré.							
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66040-170	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 4008-3461 FAX: (0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:		DIRETOR		Endereço eletrônico: <a href="mailto:dicom@bancoamazonia.com.br">dicom@bancoamazonia.com.br</a>			
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
Data	Ata/nº/ano	Data	Ata/nº/ano	Reunião CONSAD	Data início	A data fim	
29.07.2010.	Reunião CONSAD	07.02.2013			01.01.2013	06.02.2013	


  
 Luiz Augusto S. Neto  
 Diretor Administrativo  
 Fone: 3246-9

  
 Edmarregado do Setor  
 Consultor Especial  
 Fone: 3246-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.			
AGENTE:	ANTONIO CARLOS DE LIMA BORGES			CPF	064.153.422-15		
ENDEREÇO:	Travessa Rui Barbosa, nº 770, apto. 803, Reduta.						
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66053-260	UF:	PA	TELEFONE (0XX91) 4008-3421	FAX: (0XX91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR.			Endereço eletrônico: dineg@bancoamazonia.com.br			
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data 29.07.2010.	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	À data fim 31.12.2013		

  
 Encarregado do Setor  
 Conselho Especial  
 12.12.13


  
 Dirigente Administrativo  
 14.08.13






## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.							
AGENTE:		WILSON EVARISTO						CPF		079.915.502-06	
ENDEREÇO:				Avenida Macalhães Batista, nº 110 Ed Palazzo Verona, apto 1.701							
MUNICÍPIO:		BELÉM		CEP:		66040-901		UF:		PA	
				TELEFONE		(0XX91) 4008-3148		FAX:		(0xx91) 3223-5175	
CARGO OU FUNÇÃO:				DIRETOR		Endereço eletrônico: direc@bancoamazonia.com.br					
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data		Ato/nº/ano		Data		Ato/nº/ano		Data início		À data fim	
22.10.2011.		Reunião CONSAD						01.01.2013		31.12.2013	


  
 Encarregado do Setor  
 Controlador Especial  
 Matr. 52.46-9

  
 Dirigente da Diretoria  
 Secretário Executivo  
 Matr. 52.46-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

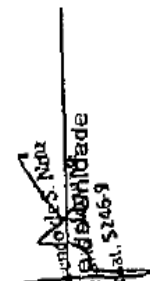
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.					
AGENTE:	MARIA DE BELÉM SILVA COTTA					CPF	039.842.812-34
ENDEREÇO:	Trav. Angustura, 1402 – Ed. Guarapari Aplo 1301 – Pedreira						
MUNICÍPIO:	BELÉM	CEP:	66080-180	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 4008-3445 FAX: (0XX91) 4008-3402
CARGO OU FUNÇÃO:		TÉCNICO BANCÁRIO-15; GERÊNCIA DE CONTADORIA; CONTADORA DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.					
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data 19.03.2003	Ato/nº/ano Resolução da Diretoria 2003/002	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	À data fim 31.12.2013		


  
Encarregado do Setor  
Contabilidade  
Data: 30/08/2014

  
Diretor Administrativo  
Secretaria Executiva  
Nº 5166-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	LUIZ FERNANDO PIRES AUGUSTO – PRESIDENTE DO COLEGIADO		CPF: 688.045.557-34
ENDEREÇO:	SQSW 302 - Bloco F, Apto 112, Setor Sudoeste		
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP: 70673-206	UF: DF
		TELEFONE (0XX61) 2020-4486	FAX: (0xx61) 2020-4486
CARGO OU FUNÇÃO:	PRESIDENTE DO CONSELHO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA		
	Endereço eletrônico: luiz.augusto@planejamento.gov.br		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 13.04.2012	Ata/nºano AGO de 2012	Data 12.03.2013	Ata/nºano AGO de 2013
			PERÍODO GESTÃO:
			Data início 01.01.2013
			A data fim 11.03.2013

  
 Luiz Augusto  
 Diretor de Planejamento  
 Data: 5/05/9

  
 Encarregado do Setor  
 Data: 12/03/13  
 Idem: 3962

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
AGENTE:	JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – PRESIDENTE DO COLEGIADO						CPF: 364.347.521-72
ENDEREÇO:	SQS 307, bloco D, apartamento 605						
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP:	70673-206	UF:	DF	TELEFONE (0XX61) 3412-2315	FAX: (0xx61) 3412-2315
CARGO OU FUNÇÃO:	PRESIDENTE DO CONSELHO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA						
Endereço eletrônico: joao.rabelo-junior@fazenda.gov.br							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2013	Data	Ato/nº/ano	Data início 12.03.2013	À data fim 31.12.2013		

*Cherubino Reis*  
Encarregado do Setor  
Conselho de Exatidão  
Atos: 5422

*[Assinatura]*  
Diretor Administrativo  
Secretaria Executiva  
Atos: 5246-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

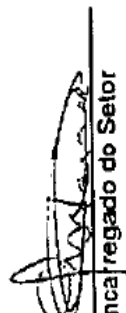
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR		CPF: 279.712.951-20
ENDEREÇO:	SHIGS 713, Bloco I, Casa 63 - Asa Sul		
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP: 70380-709	UF: PA
		TELEFONE (0XX91) 4008-3340	FAX: (0xx91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	MEMBRO NATO DO CONSELHO – PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA – Endereço eletrônico: presi@bancoamazonia.com.br		
	POSSE EM 24.04.2007.		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 12.04.2007	Ato/nº/ano Decreto Presidencial	Data 07.02.2013	Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 08.02.2013
			Data início 01.01.2013
			A data fim 07.02.2013

  
Encarregado do Setor

  
Dirigente da Unidade

## ANEXO III – ROL DE RESPONSABILIDADES

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	VALMIR PEDRO ROSSI		
ENDEREÇO:	Rua dos Tamoios, n.º 1.619, 16º andar, Batista Campos		
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66033-172
		UF:	PA
		TELEFONE	(0XX91) 4008-3340
		FAX:	(0XX91) 3223-5175
CARGO OU FUNÇÃO:	MEMBRO NATO DO CONSELHO – PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA – POSSE EM 24.04.2007.		
	Endereço eletrônico: presi@bancoamazonia.com.br		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 07.02.2013	Ato/nº/ano Decreto Presidencial publicado no D.O.U dia 08.02.2013	Data	Ato/nº/ano
		Data início 08.02.2013	A data fim 31.12.2013

  
 Encarregado do Setor

  
 Dirigente da Unidade



## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

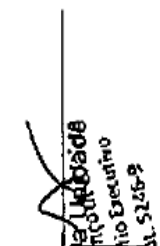
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:										CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	FABRÍCIO DA SOLLER									CPF	912.223.979-00
ENDEREÇO:	CCSW 02 lote 1 aptº 308										
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70680-250	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 3412-2800	FAX:	(0xx61) 3412-1784		
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA										
Endereço eletrônico: fabricio.soller@pgfn.gov.br											
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:							
Data 13.04.2012	Ato/nº/ano AGO de 2012	Data 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO 2013	Data início 01.01.2012	À data fim 11.03.2013						

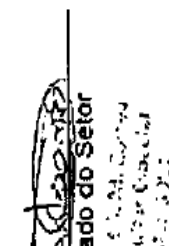
  
 Luiz Inácio Lula da Silva  
 Presidente da República  
 Brasília, 11 de Agosto de 2014

  
 Carlos de Carvalho  
 Encarregado do Setor  
 Brasília, 13 de Agosto de 2014

ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
AGENTE:	AUGUSTO AKIRA CHIBA									CPF	002.375.348-00
ENDEREÇO:	SQSW 306 bloco F ap 204 – Setor Sudoeste										
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70673-436	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 3412-3806	FAX:	(0xx61) 3412-3806		
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA										
Endereço eletrônico: agosto.chiba@fazenda.gov.br											
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:						
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data início	A data fim						
12.04.2013	AGO de 2013	05.07.2013	Carla renúncia	12.03.2013	05.07.2013						

  
 Dirigente do Setor  
 Luiz Augusto Escudinho  
 Secretário Executivo  
 MAT. 5256-9

  
 Encarregado do Setor  
 Luiz Augusto Escudinho  
 Secretário Executivo  
 MAT. 5256-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

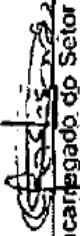
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
AGENTE:	PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA			CPF	411.137.051-91		
ENDEREÇO:	SQN 311 Bloco E Apto 110						
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70757-050	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 3412-3820 FAX: (0xx61) 3412-3820
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA						
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:			
Data 30.08.2013	Ata/nº/ano Reunião CONSAD	Data 27.09.2013	Ata/nº/ano Carta renúncia	Data início 30.08.2013	A data fim 27.09.2013		

  
 Dirigente da Unidade  
 Mat. 525-9

  
 Encarregado do Setor  
 Mat. 525-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

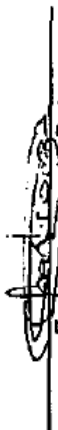
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	PRICILLA MARIA SANTANA		CPF 584.264.691-91
ENDEREÇO:	SQS 116 – Bloco C – aptº 305 – Asa Sul		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 70386-030	UF: DF
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRA, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 24.10.2013	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	Ato/nº/ano
TELEFONE (0XX61) 3412-2360		FAX: (0xx61) 3412-2360	PERÍODO GESTÃO:
Endereço eletrônico: paulo.campolina@fazenda.gov.br		Data início 24.10.2013	
		A data fim 31.12.2013	

  
Encarregado do Setor  
Consultoria Especial  
Nº 5303

  
Diretor de Administração  
Secretaria de Administração  
Nº 5146-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
AGENTE:	ELIOMAR WESLEY AYRES DA FONSECA RIOS			CPF	259.288.051-87		
ENDEREÇO:	SEPN, 516, lote 8, bloco D, 1º andar						
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70.770.524	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 2020-2480 FAX: (0XX61) 2020-2480
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO						
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTAD:			
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ata/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data 31.10.2013	Ata/nº/ano Carta Renúncia	Data início 01.01.2013	A data fim 31.10.2013		


  
Engenheiro do Selo  
Fica, Selo, Carta  
Constituição do Brasil

  
Diretor de Planejamento  
Secretaria Executiva  
Mst. 5246-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
AGENTE:	ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO		CPF 509.440.457-15
ENDEREÇO:	Condomínio Estância Jardim Botânico, Conjunto J, casa 150, Lago Sul		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 71680-365	UF: DF
		TELEFONE (0XX61) 2020-2480	FAX: (0xx61) 2020-2480
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO, INDICADO PELO MINISTRO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		
	Endereço eletrônico: antonio.futuro@planejamento.gov.br		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 12.12.2013	Ato/nº/ano Reunião CONSAD	Data	PERÍODO GESTÃO:
		Ato/nº/ano	Data início 12.12.2013
			A data fim 31.12.2013


  
 Encarregado do Setor  
 Conselho de Administração  
 Banco da Amazônia S.A.

  
 Presidente do Conselho de Administração  
 Banco da Amazônia S.A.

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
AGENTE:	JOSÉ HELDER SILVEIRA DE ALMEIDA						CPF
ENDEREÇO:		Rua Bento Albuquerque 2463, Bairro Cocó					
MUNICÍPIO:	FORTALEZA	CEP:	60190-080	UF:	CE	TELEFONE	(0XX85) 3265-3407
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO, REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		FAX:		(0XX85) 3265-3407	
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	
Data	At/nº/ano	Data	At/nº/ano	PERÍODO GESTÃO:		Data fim	
13.04.2012 e	AGO de 2012; e			01.01.2013		31.12.2013	
12.04.2013	AGO de 2013						


  
Encarregado do Setor  
Rafael de Almeida  
Assessor Técnico  
13.08.2014

  
Diretor de Administração  
Secretaria de Execução  
MSP, 5266-3



## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.				GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
AGENTE:	ANTONIO XIMENES BARROS						CPF
							055.597.233-04
ENDEREÇO:	Conjunto Pedro Teixeira I, Rua II, nº 64, Marambaia						
MUNICÍPIO:	BELEM	CEP:	66670-330	UF:	PA	TELEFONE	(0XX91) 3248-1082
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO, REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS (LEI Nº 12.353, DE 28.12.2010)					
		Endereço eletrônico: antonio.barros@bancoamazonia.com.br					
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data início	A data fim		
13.04.2012 e 12.04.2013	AGO de 2012 e AGO de 2013			01.01.2013	31.12.2013		

  
 Encarregado do Setor  
 Controle de Despesas  
 Nº 585-3

  
 Dirigente Administrativo  
 Serviço de Execução  
 Nº 585-3

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013			
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL			
AGENTE:	MARCELO SARAIVA CAVALCANTI				CPF: 666.510.421-49
ENDEREÇO:	Condomínio RK, Conjunto Anlares, Quadra "L", casa 10				
MUNICÍPIO:	SOBRADINHO	CEP: 73252-200	UF: DF	TELEFONE: (0XX61) 3412-1406	FAX: (0xx61) 3412-1406
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	marcelo.cavalcanti@fazenda.gov.br				
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO TITULAR, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA – REPRESENTANTE DO TESOUREIRO NACIONAL			
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:	
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data	Ato/nº/ano	Data início 01.01.2013	A data fim 31.12.2013

  
Encarregado do Setor  
Secretaria de Execução  
Ata 390.

  
Dirigente da Unidade  
Secretaria de Execução  
Ata 390-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2012	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:					CONSELHO FISCAL						
AGENTE:	FERNANDO NASCIMENTO BARBOSA								CPF	505.305.001-59	
ENDEREÇO:	SQN 411, Bl. "B", Apt° 202, Asa Norte										
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70866-020	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 3412-2498	FAX:			
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	fernando.barbosa@fazenda.gov.br										
CONSELHEIRO TITULAR, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA, ELEITO PARA COMPLEMENTAR O MANDATO DA Sra. CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI WEHBE											
CARGO OU FUNÇÃO:											
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:						
Data	Ator/nº/ano	Data	Ator/nº/ano	Ator/nº/ano	Data início	A data fim					
13.04.2012 e 12.04.2013	AGO de 2012 e AGO de 2013				01.01.2013	31.12.2013					

  
 Encarregado do Setor  
 Controle e Avaliação  
 Gerenciamento Especial  
 MGT 5905

  
 Diretor de Unidade  
 Gerenciamento Especial  
 MGT 5905

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:					CONSELHO FISCAL						
AGENTE:		RICARDO PENA PINHEIRO								CPF	603.884.046-04
ENDEREÇO:		SON 215, Bloco E Apto 406, Asa Norte									
MUNICÍPIO:		BRASÍLIA		CEP:	70874-050	UF:	DF	TELEFONE (0XX61)	3412-2465	FAX: (0xx61)	
ENDEREÇO ELETRÔNICO:		<a href="mailto:ricardo.pena@fazenda.gov.br">ricardo.pena@fazenda.gov.br</a>									
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO TITULAR, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA									
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data Início	A data fim				
13.04.2012	AGO de 2012	12.04.2013	AGO de 2013		AGO de 2013	01.01.2013	12.04.2013				

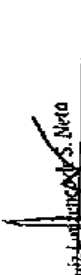
  
 Encarregado do Setor  
 Conselho Fiscal  
 Condutor Externo  
 Matr. 3902

  
 Diretor de Regulação  
 Secretaria de Regulação  
 Matr. 5246-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL	
AGENTE:	JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO		CPF: 251.861.521-20
ENDEREÇO:	SHIS, QL-28, Casa 3, Lote 13, Lago Sul		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 71665-235	UF: DF TELEFONE (0XX61) 2025-5000 FAX: (0XX61)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	j-batista.figueiredo@pgfn.gov.br		
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO TITULAR, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 12.04.2013	Ator/nºano AGO de 2013	Data	Ator/nºano
		PERÍODO GESTÃO:	Data início 12.04.2013
			Data fim 31.04.2013

  
 Encarregado do Setor  
 Conselho Executivo  
 AGO 2013

  
 João Batista de Figueiredo  
 Diretor Administrativo  
 MA 5145-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: CONSELHO FISCAL											
AGENTE:		PENHA MARIA BARROSO AGUIAR								CPF: 203.467.513-49	
ENDEREÇO:		Rua Tereza Hinko nº 50, aptº 1.403									
MUNICÍPIO:		FORTALEZA		CEP: 60176-440		UF: CE		TELEFONE: (0XX85) 3263-7085		FAX: (0XX85) 3263-7085	
ENDEREÇO ELETRÔNICO:		pmaquiari12@yahoo.com.br									
CARGO OU FUNÇÃO: CONSELHEIRA TITULAR, REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS.											
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 13.04.2012 e 12.04.2013		Atº/nºano AGO de 2012 e AGO de 2013		Data		Atº/nºano		Data início 01.01.2013		A data fim 31.12.2013	


  
 Encarregado do Setor
   
 Conselho Fiscal
   
 At: 13.04.13


  
 Dirigente da Unidade
   
 NAt: 1245-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

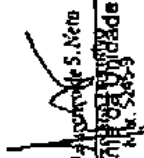
UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL	
AGENTE:	MÁRCIA PAIM ROMERA	CPF	861.658.521-49
ENDEREÇO:	SQN 304, Bloco "G", Apto 204		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70738-070 UF: DF TELEFONE (0XX61) 3412-3900 FAX:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	marcia.romera@fazenda.gov.br		
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRA SUPLENTE, INDICADA PELO MINISTRO DA FAZENDA – REPRESENTANTE DO TESOUREIRO NACIONAL		
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nº/ano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data Data	Ato/nº/ano
		Data início 12.01.2013	A data fim 31.12.2013

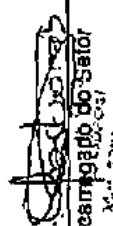
  
Encarregado do Setor  
Assessoria de Planejamento e Gestão  
Setor de Planejamento e Gestão  
Brasília, DF, 12/01/2013

  
Dirigente da Unidade  
Setor de Planejamento e Gestão  
Brasília, DF, 12/01/2013

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL	
AGENTE:	ANDRÉ LUIZ VALENTE MAYRINK		CPF: 782.918.791-68
ENDEREÇO:	SQS 303 Bloco C, Apto 503 – Asa Sul		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 70336-030	UF: DF TELEFONE (0XX61) 3412-3021 FAX: (0XX61)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	andre.mayrink@fazenda.gov.br		
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO SUPLENTE, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA.	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 13.04.2012 e 12.04.2013	Ato/nºano AGO de 2012 e AGO de 2013	Data	Ato/nºano Data início 01.01.2013
			A data fim 31.12.2013

  
 Luiz Valente de S. Neto  
 Diretor Geral de Unidade  
 Nº 5.003

  
 Eresmiagdo do Sator  
 Nº 5.003



## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS


UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		CONSELHO FISCAL	
AGENTE:	RICARDO MOURA DE ARAÚJO FARIA		CPF: 369.027.051-00
ENDEREÇO:	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, sala 304		
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP: 70048-900	UF: DF
TELEFONE:	(0XX61) 3412-2355	FAX:	
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	ricardo.pena@fazenda.gov.br		
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO SUPLENTE, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA.	
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:
Data 13.04.2012	At/nº/ano AGO de 2012	Data 12.04.2013	At/nº/ano AGO de 2013
Data início 01.01.2013		A data fim 12.04.2013	

  
 Encarregado do Setor  
 Voto: 2301

  
 Diretor Geral da Unidade  
 Matr. 5246-9

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				CONSELHO FISCAL							
AGENTE:	PAULO MENDES DE OLIVEIRA								CPF	951.818.145-49	
ENDEREÇO:	SQN 402, Bloco B, Asa Norte, ap. 207										
MUNICÍPIO:	BRASÍLIA	CEP:	70834-020	UF:	DF	TELEFONE	(0XX61) 2025-5000	FAX:			
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	paulo.mendes.oliveira@pgfn.gov.br										
CARGO OU FUNÇÃO:				CONSELHEIRO SUPLENTE, INDICADO PELO MINISTRO DA FAZENDA.							
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:						
Data	12.04.2013	Ata/nº/ano	AGO de 2013	Data	Ata/nº/ano	Data início					
						12.04.2013					
						A data fim					
						31.12.2013					


  
 Entregado ao Setor  
 Contábil/Tratativa  
 AGO 2014

  
 Entregado ao Setor  
 Contábil/Tratativa  
 AGO 2014

## ANEXO III – ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A.										GESTÃO: EXERCÍCIO DE 2013	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:				CONSELHO FISCAL							
AGENTE:	MARCO AURÉLIO BARROSO AGUIAR								CPF	203.285.753-72	
ENDEREÇO:	Avenida Antonio Justa nº 2.880, apto 500, Bairro Meireles										
MUNICÍPIO:	FORTALEZA	CEP:	60165-090	UF:	CE	TELEFONE	(0xx85) 3265-3407	FAX:	(0xx85)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	aguiar_marco62@gmail.com										
CARGO OU FUNÇÃO:				CONSELHEIRO SUPLENTE, REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS.							
DESIGNAÇÃO:		DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:						
Data	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data início	A data fim						
13.04.2012 e 12.04.2013	AGO de 2012 e AGO de 2013			01.01.2013	31.12.2013						

  
 Marcos Aguiar  
 Encarregado de Arquivo  
 (CNPJ nº 06.908.210/0001-90)

  
 Marcos Aguiar  
 Encarregado de Arquivo  
 (CNPJ nº 06.908.210/0001-90)

## **II - RELATÓRIO DE GESTÃO**

Ministério da  
Integração Nacional

Ministério  
da Fazenda



*UNIDADE JURISDICIONADA*

***FNO***

***FUNDO CONSTITUCIONAL DE  
FINANCIAMENTO DO NORTE***

*(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)*

# ***RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2013***

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como processo de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno - Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

**Belém - Pará  
2014**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**VALMIR PEDRO ROSSI**

**Presidente**

**ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES**

**Diretor de Infraestrutura do Negócio**

**NILVO REINOLDO FRIES**

**Diretor de Análise e Reestruturação**

**JOSÉ ROBERTO DE LIMA**

**Diretor de Controle e Risco**

**WILSON EVARISTO**

**Diretor Comercial e de Distribuição**

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**CGU – Controladoria Geral da União**

**CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas**

**CONDEL – Conselho Deliberativo**

**FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**MI – Ministério da Integração Nacional**

**PPA – Plano Plurianual**

**PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**

**SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal**

**SIAFI – Sistema de Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>6</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO (Item 1 e Subítem 1.1, 1.2 e 1.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)</b>	<b>8</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	8
1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM LEIS INFRACONSTITUCIONAIS E EM NORMAS REGIMENTAIS	8
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA UJ	9
<b>2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS (Item 2 e Subítem 2.1, 2.2 e 2.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)</b>	<b>9</b>
2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UJ	9
2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA UJ	10
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO	12
2.3.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ	19
2.3.2 Indicadores Institucionais	26
<b>3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (Item 3 e Subítem 3.1 e 3.2 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)</b>	<b>30</b>
3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DE CONTROLE NO ÂMBITO DA UJ	30
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO DA UJ	30
<b>4 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS (Item 9 e Subítem 9.1 e 9.2 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)</b>	<b>32</b>
4.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	32
4.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício	32
4.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA	37
<b>5 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (Item 11 e Subítem 11.2 e 11.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)</b>	<b>46</b>
5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEGALMENTE PREVISTAS	46
5.2 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	46
<b>6 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO (Item 12 e Subitem 12.1 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)</b>	<b>46</b>
6.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	46
6.1.1 Plano de Providências Permanente do FNO determinado no Acórdão nº 1352/2011 – TCU	46
<b>PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO</b>	<b>62</b>



N.º do Quadro	Título do Quadro	Página
Quadro 1	Atendimento das Diretrizes e Prioridades do FNO – Exercício de 2013	16/8
Quadro 2	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Código PPA 0411	19
Quadro 3	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0618	19/20
Quadro 4	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0618	20
Quadro 5	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0747	20/1
Quadro 6	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0786	21
Quadro 7	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0790	21/2
Quadro 8	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0229	22
Quadro 9	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0231	22/3
Quadro 10	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0837	23/4
Quadro 11	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0567	24
Quadro 12	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0289	24/5
Quadro 13	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0737	25
Quadro 14	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Código PPA 0738	25/6
Quadro 15	Índice de Consecução de Metas do FNO por Segmento e Programa – Exercício de 2013	27
Quadro 16	Resultado da Programação Orçamentária do FNO – Exercício de 2012	28
Quadro 17	Impactos do FNO na massa salarial agregada	29
Quadro 18	Impacto do FNO no crescimento do estoque de emprego para anos-base agregados (Nº de empregados/empresa)	30
Quadro 19	Estrutura de controles internos administrativos da UJ	30/2
Quadro 20	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 832/2010-1ª Cam.-TCU no Exercício de 2013	32/4
Quadro 21	Tratamento das deliberações dos Acórdãos nº 175/2002-Plenário e nº 2169/2005-Plenário-TCU no Exercício de 2013	34
Quadro 22	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 287/2007-Plenário-TCU no Exercício de 2013	35
Quadro 23	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 1352/2011-Plenário-TCU no Exercício de 2013	35/6
Quadro 24	Tratamento das deliberações do Acórdão nº 2247/2012-TCU no Exercício de 2013	36/7
Quadro 25	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a	37/8

	que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.1	
Quadro 26	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.2	38/9
Quadro 27	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.3	40/1
Quadro 28	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.4	41/2
Quadro 29	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.5	42/3
Quadro 30	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.6	43/4
Quadro 31	Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.7	44/6
Quadro 32	Medidas constantes do Acórdão N.º 1352/2011 - TCU para cumprimento pelo Banco da Amazônia	48/61

#### LISTA DE TABELAS

N.º da Tabela	Título da Tabela	Página
Tabela 1	Área, Nº de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte	10

## APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente e as orientações e recomendações dos Órgãos de Controle, o Banco da Amazônia apresenta o **Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2013**.

O referido relatório integra o Processo de Contas Ordinárias do FNO a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada anualmente a apresentar nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e está elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno - Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

O Banco da Amazônia, na qualidade de agente financeiro do FNO, para a elaboração do referido Relatório de Gestão, observa a configuração identificada nos normativos retrocitados, formatando as informações conforme conteúdo estabelecido e aplicável à natureza jurídica desse Fundo Constitucional de Financiamento.

Ressalta, contudo, que o item 4 – “TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA”, e os subitens 4.1 – “Execução das despesas”, 4.2 – “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos” e 4.3 – “Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores”, ainda que previstos na DN nº 127/2013 – TCU como integrantes do Relatório de Gestão, não se lhe aplicam, eis que o FNO não se mostra como um executor de despesas.

De igual sorte, o subitem 11.3 do item 11 – “INFORMAÇÕES CONTÁBEIS”, ainda que previsto na DN nº 127/2013 – TCU como integrante do Relatório de Gestão, não se lhe aplica, eis que a contabilidade do FNO é executada no SIAFI.

O FNO, através de seu agente financeiro Banco da Amazônia, desenvolve suas ações creditícias observando as diretrizes e prioridades contidas no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, tendo por metas a redução dos desequilíbrios intra e interregionais e a promoção da inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e demais políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região.

A ação do Fundo ratifica a importância desse instrumento creditício no processo de desenvolvimento sustentável da Região Norte, mediante o atendimento de 100% dos municípios e gerando benefícios socioeconômicos intra e interregionais.

Por fim, ressalta-se que os resultados obtidos através do FNO refletem, em grande parte, o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia, e, de forma compartilhada, com os seus parceiros institucionais e colaboradores, na busca por resultados para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento regional em bases mais sustentáveis.

**VALMIR PEDRO ROSSI**  
Presidente do Banco da Amazônia

**PARTE A – CONTEÚDO GERAL****1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO (Item 1 e Subitens 1.1, 1.2 e 1.3 da Parte A–Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)****1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UI – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional - MI		Código SIORG: 042670
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte		
Denominação abreviada: FNO		
Código SIORG:	Código LOA: 53901	Código SIAFI: 537002
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23.12.1996)		
Principal Atividade: ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS		Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	11 3111-1111 (RJAN)	11 3111-1111 (RJAN)
E-mail:		
Página na Internet: <a href="http://www.bancoamazonia.com.br">http://www.bancoamazonia.com.br</a>		
Endereço Postal: Av. Presidente Vargas, n.º 500, Centro, 67110-000, Belém - PA		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação da Unidade Jurisdicionada		
Criação: A Constituição Federal de 1988-art. 159, inciso I, alínea "c".		
Normas relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 7.827, de 27.09.1989		
Lei nº 9.126, de 10.11.1995		
Lei nº 9.808, de 20.7.1999		
Lei nº 10.177, de 12.1.2001		
Lei nº 11.524, de 24.9.2007		
Lei nº 11.775, de 17.9.2008		
Lei nº 11.945, de 4.6.2009		
Lei nº 12.716, de 21.09.2012		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
537002	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
537002		00001

**1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UI DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM LEIS INFRACONSTITUCIONAIS E EM NORMAS REGIMENTAIS**

<b>Definidas na Constituição Federal</b>
A Constituição Federal de 1988 em seu art. 159, inciso I, alínea "c", destinou 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
<b>Definidas em Leis Infraconstitucionais e em Normas Regimentais</b>
A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, criando os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das referidas Regiões, destinando ao FNO 0,6% dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.
A Lei nº 9.126, de 10.11.1995 (Publicada no DOU de 13.11.95) - Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e do Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de

Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Lei nº 9.808, de 20.7.99 (Publicada no DOU de 21.7.99) - Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

Lei nº 10.177, de 12.1.2001 (Publicada no DOU de 15.1.2001 e Retificada em 16.1.2001) - Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Lei nº 11.524, de 24.9.2007 (Publicada no DOU de 25.9.2007) - Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nos 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 11.775, de 17.9.2008 (Publicada no DOU de 18.9.2008) - Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

Lei nº 11.945, de 4.6.2009 (Publicada no DOU de 5.6.2009) - Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Lei nº 12.716, de 21.09.2012 (Publicada no DOU de 24.09.2012) - Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências.

### 1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA UI

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
537002	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
537002	00001

## 2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS (Item 2 e Subitens 2.1, 2.2 e 2.3 da Parte A-Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)

### 2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UI

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu através do artigo 159, inciso I, alínea "c", regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do *Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)* e *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)* para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que os aplica em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às orientações estratégicas do Governo Federal

contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) - o "Plano Mais Brasil"; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

A área de atuação do FNO é a Região Norte, formada por sete Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 450 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km<sup>2</sup>. A população atual da Região Norte é de 15,9 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,12 hab/km<sup>2</sup> e renda per capita de R\$ 16,92 mil. O Produto Interno Bruto (PIB) regional é da ordem de R\$ 163,2 bilhões, equivalente a 5% do PIB brasileiro, que se encontra na ordem de R\$ 3.239,4 bilhões (v. Tabela 1).

Tabela 1 Área, Nº de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte

Estado	Extensão territorial (km <sup>2</sup> )	N.º de Municípios	População (Hab.)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,40	22	732.793	4,80	7.386	10,69
Amapá	142.814,60	18	688.689	4,68	7.404	11,82
Amazonas	1.570.745,70	62	3.480.937	2,22	49.614	14,62
Pará	1.247.689,50	144	7.588.078	6,08	58.402	7,86
Rondônia	237.576,20	52	1.560.501	6,57	20.236	13,45
Roraima	224.299,00	15	451.227	2,01	5.593	13,27
Tocantins	277.620,90	139	1.383.453	4,98	14.571	11,28
<b>Região Norte</b>	<b>3.853.327,30</b>	<b>450</b>	<b>15.885.678</b>	<b>4,12</b>	<b>163.206</b>	<b>16,92</b>

Fonte: IBGE - Censo 2010 / IBGE / PIB - base 2009

Desde o início da operacionalização dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia, foram financiados cerca de 543 mil projetos, sendo injetados recursos superiores a R\$ 22 bilhões na economia regional, que estimularam prioritariamente empreendimentos de menor tamanho.

## 2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA UI

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, bem como ao meio ambiente, através do apoio à inserção de padrões tecnológicos que ajustam



e/ou contribuem em prol da modernização dos sistemas produtivos das unidades agropecuárias, agroindustriais, industriais e outras.

Entre os benefícios socioeconômicos gerados pela ação creditícia do FNO destacam-se: a criação de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, o incremento no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, a redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento do PIB da Região e da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas, portanto, para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

São beneficiários dos recursos do FNO:

- Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10), mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, e apícolas;
- Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores afetados pelas enchentes na Região Norte;
- Populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, entre outros povos da floresta) não contempladas pelo PRONAF;
- Pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), que se caracterizem como produtores rurais;
- Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no País;

- Pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País, somente quando fizerem parte de setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional;
- Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas incubadas, empresários individuais, associações e cooperativas, classificadas como micro ou pequenas empresas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- Empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar n.º 128, de 19/12/2008, modificada pela Lei Complementar n.º 139, de 10/11/2011; e
- Empresas Públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo da SUDAM.

### 2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO

A regulamentação dos Fundos Constitucionais de Financiamento se deu pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, posteriormente alterada pelas Leis n.º 9.126/1995 e n.º 10.177/2001. Na Região Norte, os recursos financeiros do FNO são administrados pelo Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, criada em 9 de julho de 1942.

No exercício de 2013, o FNO foi operacionalizado através de seis programas de financiamento, que foram concebidos em consonância com a legislação em vigor e com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento regional. Assim, o FNO foi operacionalizado através dos seguintes programas de financiamento:

- a. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - FNO-PRONAF:** tem por finalidade apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, capítulo 10 (MCR-10);
- b. **Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FNO-Amazônia Sustentável:** destinado a incentivar as atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos;



- c. **Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica - FNO-Biodiversidade:** criado para financiar os empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- d. **Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas - (FNO-MPE):** criado com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas, induzindo e apoiando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento;
- e. **Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI):** criado com a finalidade de apoiar o desenvolvimento da Região Norte, através da concessão de financiamentos aos empreendedores individuais, para potencializarem as suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados; e
- f. **Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial):** criado com o propósito de reduzir as consequências das enchentes na Região Norte, sendo operacionalizado através de linhas especiais de crédito para agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores.

No exercício de 2013, a ação creditícia do FNO esteve alinhada com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia como o Plano Plurianual (PPA) – o “Plano Mais Brasil”; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; além do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); e das políticas e prioridades dos estados da Região Norte. Assim, a aplicação dos recursos do Fundo observou as seguintes diretrizes e prioridades:

i) Diretrizes:

- a. Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009;
- b. Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;

- c. Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
  - d. Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria;
  - e. Elevar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
  - f. Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
  - g. Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
  - h. Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
  - i. Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários;
  - j. Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APL's) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
  - k. Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
  - l. Apoiar a nacionalização da produção de bens;
  - m. Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais; e
  - n. Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.
- ii) Prioridades:
- a. Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
  - b. Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional;
  - c. Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;
  - d. Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;

- e. Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f. Projetos de infraestrutura econômica, com ênfase nos segmentos de energia (principalmente de fonte renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário;
- g. Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- h. Projetos de apoio à cadeia do turismo regional em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização, no âmbito das ações afetas aos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- i. Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j. Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k. Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l. Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m. Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n. Projetos de reciclagens e resíduos;
- o. Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- p. Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- q. Projetos nos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;
- r. Projetos nos municípios integrantes das mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE), da Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado do Tocantins) e do Xingu;
- s. Projetos nos municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica; e
- t. Projetos considerados prioritários para os estados da Região Norte.

Em sua ação creditícia, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM para o exercício, através do Ato nº 13, de 15/08/2012, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº 384, de 04/07/2012, e pela recomendação da CGU de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo

O atendimento a cada uma das diretrizes e prioridades que podem ser quantificadas encontra-se pormenorizado no Quadro I.

**Quadro I Atendimento às Diretrizes e Prioridades do FNO**  
**Exercício de 2013**

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mil (A)	Realizado (B)		Indicador¹		Avaliação²	Justificativa (necessária para avaliação maior que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Índice	Valor %		
<b>1. Diretrizes</b>								
a) Atuar em observância às finalidades institucionais do Artigo 36, da Lei nº 7.224/03, aprovada pela Lei Complementar nº 129 de 2008.	Financiamento para todos os empreendimentos e sistemas produtivos presentes na Região Norte	4.650,00	44.277	4.719,20	-	101,5%	V	-
b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e inclusivo na área da agricultura do FNO (Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), levando em conta a base agrícola, adaptando-se à realidade local e à dinâmica da região rural.	Reaproveitamento para as atividades agrícolas pelo FNO, como da base agrícola, adaptando-se à realidade local e à dinâmica da região rural	2.902,84	41.009	3.132,65	-	107,9%	V	-
c) Assegurar a produção de energia elétrica com observância aos potenciais e necessidades locais.	Distribuição de FNO para o fornecimento de energia elétrica em áreas de baixa produtividade de todos os	Não há recursos para execução do objeto	-	-	-	-	-	A aplicação do FNO contribui para o aumento da produtividade agrícola e da renda da região.
d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, priorizando os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.	Financiamento para atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas e artesanais, visando a melhoria da produtividade e da renda da região	1.755,87	38.244	1.675,20	-	95,4%	IV	-
e) Promover a integração da infraestrutura regional, especialmente o aumento da capacidade produtiva, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social local.	Contribuição de recursos para a melhoria da infraestrutura produtiva da região	Não há recursos para execução do objeto	-	-	-	-	-	Foram depositados 100 milhões para a melhoria da infraestrutura produtiva da região, visando a melhoria da produtividade e da renda da região.
f) Disponibilizar a infraestrutura necessária para a melhoria da produtividade e da renda da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.	Financiamento para a melhoria da infraestrutura produtiva	283,35	291	579,18	-	204,4%	V	-
g) Promover a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.	Financiamento para a melhoria da infraestrutura produtiva	129,89	76	148,46	-	114,3%	V	-
h) Atuar em observância ao princípio de desenvolvimento sustentável, promovendo a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.	Financiamento para a melhoria da infraestrutura produtiva	Não há recursos para execução do objeto	-	-	-	-	-	Em 2013, o FNO não possui recursos para a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.
i) Promover a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.	Financiamento para a melhoria da infraestrutura produtiva	Não há recursos para execução do objeto	-	-	-	-	-	Em 2013, o FNO não possui recursos para a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.
j) Promover a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.	Financiamento para a melhoria da infraestrutura produtiva	Não há recursos para execução do objeto	-	-	-	-	-	Em 2013, o FNO não possui recursos para a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.
k) Promover a melhoria da infraestrutura produtiva da região, especialmente a melhoria da infraestrutura produtiva.	Financiamento para a melhoria da infraestrutura produtiva	374,68	1.807	1.098,91	-	293,3%	V	-

[illegible]

Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mil (A)	Realizado (B)		Indicador <sup>1</sup>		Avaliação <sup>2</sup>	Justificativa (necessária para avaliação menor que II)
			Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Índice (%)	Valor %		
1) Projetos de inovação tecnológica com base na metodologia de inovação:	Financiamento de projetos para inovação tecnológica	Não há mais recursos para este item	0	0,00	-	-	-	Em razão da previsão, o Banco aplica recursos do FNO em projetos inovadores em outras modalidades e áreas, porém, não há recursos que possam manter as aplicações.
2) Projetos para aplicação e consolidação da base científica e tecnológica regional.	Financiamento de projetos para consolidação e consolidação da base científica e tecnológica regional	Não há mais recursos para este item	0	0,00	-	-	-	Idem
3. Prioridades Especiais	3.1) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/abandonadas, com pendências e financiamentos de irrigação e melhoria	Não há mais recursos para este item	0	0,00	-	-	-	Previdido desde a criação da Lei de Inovação do CLAV nº 4.131, de 17/07/2013, com redação para 2013, de 3,53% a.a. no 1º semestre e de 5,17% a.a. no 2º semestre, com metas de 15% para as parcelas pagas no prazo, dentro do prazo que a taxa dele do pelo artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, de 07.07.01.
	3.2) Projetos de melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	Não há mais recursos para este item	4	0,90	-	-	-	Ver Anexo A - Qualidade 32
	3.3) Projetos de melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	1.201,58	11.494	1.027,41	-	85,5%	III	-
	3.4) Projetos de melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	1.395,00	2.679	1.517,73	-	108,8%	V	-
	3.5) Projetos de melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	1.201,58	11.494	1.027,41	-	85,5%	III	-
4) Projetos para melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	4.1) Projetos de melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	571,92	7.305	738,66	-	129,2%	V	-
	4.2) Projetos de melhoria da infraestrutura, em bases existentes, para a integração dos projetos, melhoria da base de dados	2.502,84	41.009	3.132,65	-	107,9%	V	-

Fonte: Banco de Análises / Plano de Aplicação do FNO para 2013 / Sistema SIG-Contingente

(1) Meta Anual

(2) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100

(3) (I) Até 50% = média do indicador (II) a partir de 50% até 80% = média ponderada (III) a partir de 80% até 91% = média ponderada (IV) 100% = média ponderada (V) acima de 100% = média ponderada

(4) A meta correspondente ao mínimo de 30% do orçamento do FNO para 2013, de R\$ 4,65 bilhões, para os beneficiários de crédito e pesquisa com



## 2.3.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ

## a) Programa: 2012 - Agricultura Familiar – Pronaf (0411) / MDA

## QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0411		Denominação: Programa Agricultura Familiar – Pronaf				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar						
Objetivos Específicos: Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.						
Gerente: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
500.000.000,00	653.598.011,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
1	percentual					130,7%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2013, a meta financeira do Programa atingiu 130,7%. Esse número demonstra o esforço da Instituição na priorização do crédito de fomento aos segmentos produtivos de menor porte, sobretudo à pequena produção de base familiar.						
Fonte: Banco da Amazônia S/A						

## b) Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização/MAPA (0618) / MAPA

## QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0618		Denominação: Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e Produtores Rurais – Bancos Públicos				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.						
Objetivos Específicos: Concessão de crédito ao médio produtor rural (Iniciativa 1).						
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
168.838.000,00	406.352.866,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	percentual					240,7%

<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>
O volume de contratações do Programa atingiu 240,7%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.
Fonte: Banco da Amazônia S/A

c) Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização/MAPA (0618) / MAPA

**QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0618		Denominação: Programa Concessão de crédito aos produtores rurais – Bancos Públicos.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.						
Objetivos Específicos: Concessão de crédito aos produtores rurais – Bancos Públicos.						
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Em R\$ 1,00	
Inicial	Final				Valores Pagos	
711.907.000,00	956.301.960,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual					134,3%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 134,3%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica.						
Fonte: Banco da Amazônia S.A.						

d) Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização/MAPA (0747) / MAPA

**QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0747		Denominação: Programa Concessão de crédito às Cooperativas e Associações – Bancos Públicos			
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos					
Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.					
Objetivos Específicos: Concessão de crédito às Cooperativas e Associações – Bancos Públicos.					
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)			Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Datação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
4.254.000,00	20.121.345,00				



Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	percentual					473,0%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume de contratações do Programa atingiu 473,0%. Os números, sob uma macroanálise, mostram o direcionamento das contratações para o abastecimento agroalimentar regional, através do financiamento das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Amazônica por Cooperativas e Associações.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

## e) Programa: 2027 - Cultura; Preservação, Promoção e Acesso (0781) / MINC

## QUADRO 6 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0786		Denominação: Programa Concessão de Crédito e Apoio Financeiro aos Projetos Culturais				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens e, expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais.						
Objetivos Específicos: Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior.						
Gerente: 42000 Ministério da Cultura (MINC)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
18.000.000,00	48.371.596,62					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	percentual					268,7%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou 268,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a cultura, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

## f) Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (0790)

## QUADRO 7 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0790		Denominação: Programa com vistas ao fomento do Desenvolvimento Regional Sustentável.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.						
Objetivos Específicos: Aplicações dos Fundos Constitucionais.						
Gerente: 53000 Ministério da Integração Nacional(MI)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados		Valores Pagos
Inicial	Final					

4.650.000,00		4.719.204.804,00					
Informações sobre os resultados alcançados							
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício	
		Data	Índice inicial	Índice final			
6	percentual					101,5%	
Fórmula de Cálculo do Índice:							
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$							
Análise do Resultado Alcançado							
O volume financeiro do Programa representou 101,5% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.							

Fonte: Banco da Amazônia S/A

g) Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (0229) / MMA

QUADRO 8 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0229		Denominação: Programa de financiamento de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Promover o atendimento às atividades rurais voltadas para regularização de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.						
Objetivos Específicos: Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.						
Gerente: 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)			Responsável:			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
46.900.000,00	148.455.120,43					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	percentual					316,6%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou 316,6% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

h) Programa: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (0231) / MMA

QUADRO 9 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0231	Denominação: Programa de Fomento às atividades agrícolas sustentáveis

nos municípios prioritários da Operação Arco Verde.					
<b>Tipo do Programa:</b> Programas de Governo - Finalísticos					
<b>Objetivo Geral:</b> Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.					
<b>Objetivos Específicos:</b> Promover o atendimento às atividades agropecuárias sustentáveis nos municípios constantes da Operação Arco Verde.					
<b>Gerente:</b> 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)			<b>Responsável:</b>		
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>				
48.900.000,00	41.712.889,36				
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>	
8	percentual				85,3%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>					
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$					
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>					
O volume financeiro do Programa representou 85,3% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o incentivo aos projetos voltados para a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis dos municípios da Operação Arco Verde.					

Fonte: Banco da Amazônia S/A

## i) Programa: 2047 – Micro e Pequenas Empresas (0837) / MDIC

## QUADRO 10 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0837		Denominação: Programa de concessão de crédito às micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's e a empreendedores individuais.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Disponibilização de linhas de crédito para micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APL's e a empreendedores individuais.						
Objetivos Específicos: Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encandeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração e de emprego e renda.						
Gerente: 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
405.200.000,00	669.563.416,50					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
9	percentual					165,3%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 165,3% da meta estabelecida para o exercício de						

2013. Os resultados alcançados contribuíram para a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, elevando a disponibilização de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra na Região.

Fonte: Banco da Amazônia S/A

**j) Programa: 2052 – Pesca e Aquicultura (0567) / MAPA**

**QUADRO 11 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0567		Denominação: Programa de Concessão de Crédito aos Pescadores e Aquicultores.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Promover o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores.						
Objetivos Específicos: Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados.						
Gerente: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.000.000,00	29.789.888,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
10	percentual					270,9%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 270,9% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados atestam o direcionamento dos financiamentos para o atendimento creditício aos pescadores e aquicultores regionais, com o fim de aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

**k) Programa: 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (0291) / MTE**

**QUADRO 12 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0289		Denominação: Programa de Concessão de Crédito aos Micronegócios/ Microempresários.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.						
Objetivos Específicos: Concessão de financiamento às instituições de microcrédito operadoras em 2º piso e/ou operações de 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também aos microempreendedores populares.						
Gerente: 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)			Responsável:			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.600.000,00	62.835.982,58					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
		Data	Índice	Índice final		

			inicial		exercício	exercício
11	percentual					541,7%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 541,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados fortaleceram a política de microcrédito produtivo orientado, com a promoção da universalização do acesso a essa modalidade de crédito.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

l) Programa: 2076 – Turismo (0737) / MTUR

QUADRO 13 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0737		Denominação: Programa de Concessão de Crédito ao Setor de Turismo.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo.						
Objetivos Específicos: Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.						
Gerente: 54000 Ministério do Turismo (MTUR)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
133.000.000,00	626.928.304,68					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
12	percentual					471,4%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%$						
Análise do Resultado Alcançado						
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 471,4% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados fortaleceram a política voltada para o setor de turismo, promovendo a sustentabilidade e a qualidade para o aumento da competitividade.						

Fonte: Banco da Amazônia S/A

m) Programa: 2076 – Turismo (0738) / MTUR

QUADRO 14 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0738		Denominação: Programa de Concessão de Crédito ao Setor de Turismo.				
Tipo do Programa: Programas de Governo - Finalísticos						
Objetivo Geral: Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.						
Objetivos Específicos: Disponibilização de linhas de crédito para empreendimentos turísticos situados nas cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA de Futebol e seus entornos.						
Gerente: 54000-Ministério do Turismo (MTUR)				Responsável:		
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
186.000.000,00	51.569.710,79					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual					27,7%



<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>
<b><math>(\text{Dotação final} / \text{dotação inicial}) \times 100\%</math></b>
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>
O volume financeiro do Programa representou o alcance de 27,7% da meta estabelecida para o exercício de 2013. Os resultados alcançados foram sensibilizados devido a Região Norte dispor de uma única cidade-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Fonte: Banco da Amazônia S/A

### 2.3.2 Indicadores Institucionais

O Banco da Amazônia utiliza indicadores para mensuração dos resultados alcançados pela gestão no exercício.

Os atuais indicadores foram resultantes de estudos desenvolvidos e conduzidos pelos técnicos da Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, vinculada à Universidade Federal de Viçosa, e que permitiram ampliar a análise de impactos na aplicação de recursos do FNO na Região Norte, evidenciando a eficácia e efetividade do Fundo como instrumento de redução das desigualdades intrarregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

As novas metodologias passaram a permitir o aprimoramento da qualidade da análise dos indicadores de desempenho do FNO, através de metodologias aperfeiçoadas, compreendendo o *propensity score*, matriz de insumo-produto, modelo aplicado de equilíbrio geral e pesquisas de campo.

Necessário destacar que o modelo aplicado de equilíbrio geral, desenvolvido pelos técnicos da FUNARBE, passou a ser utilizado pelo Banco da Amazônia de forma pioneira entre todas as instituições de fomento, permitindo uma análise mais precisa e pontual dos efeitos proporcionados pelo Fundo no desenvolvimento regional.

Os indicadores para mensuração dos resultados disponíveis são os seguintes:

#### a. ÍNDICE DE CONSECUÇÃO DE METAS

- a.1. Nome: Índice de consecução de metas
- a.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por base a comparação direta entre os valores programados, ou estabelecidos na fase do planejamento, e os efetivamente executados, com o resultado apresentado em resultado percentual.
- a.3. Fórmula de cálculo: Operação matemática envolvendo a divisão dos valores efetivados no período pelos das metas estabelecidas na fase de planejamento.
- a.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados alcançados, em forma percentual.
- a.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento.
- a.6. Resultados alcançados:

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2013 procuraram observar os parâmetros constantes no Plano de Aplicação dos Recursos definido para o período. O total dos financiamentos contratados em 2013 alcançou o valor total de R\$ 4,72 bilhões, superando em 1,5% a meta estabelecida para o exercício, que foi de R\$ 4,65 bilhões.

As atividades que se destacaram nas contratações do FNO foi a agropecuária, a agroindústria e o turismo, que superaram as metas previstas para 2013 em 311,0%, 211,9% e 193,7%,

respectivamente. Além disso, considerando os Programas de Financiamento, o FNO-Biodiversidade e o FNO-Amazônia Sustentável superaram em 14,3% e 9,0% as metas. (v. Quadro 15).

**Quadro 15: Índice de Consecução de Metas do FNO por Programa e Atividade  
Exercício de 2013**

Programas	Atividades	Previsão (R\$ Milhões)	Realizada (R\$ Milhões)	Índice de Consec. (%)
<b>Total Programas</b>		<b>4.650,00</b>	<b>4.719,21</b>	<b>101,5</b>
<b>PROGRAMAS</b>	<b>Total FNO-Pronaf</b>	<b>938,00</b>	<b>612,80</b>	<b>65,9</b>
	Grupo A	465,00	79,05	17,0
	Grupo B			
	Grupo AAC			
	Grupo C			
	Grupo D			
	Grupo E			
	Agroindústria	465,00	533,75	114,8
	Floresta			
	Pesca e Aquicultura			
	Mulher			
	Jovem			
	<b>Total FNO-Amazônia Sustentável</b>	<b>3.177,14</b>	<b>3.463,65</b>	<b>109,0</b>
	Empreendimentos Rurais	412,79	986,66	239,0
	Agropecuária	307,66	956,87	311,0
	Pesca e Aquicultura	105,13	29,79	28,3
	Empreendimentos Não Rurais	2.764,35	2.476,99	89,6
	Agroindústria	67,02	142,04	211,9
	Indústria	283,15	501,28	176,9
	Turismo	275,94	534,46	193,7
	Cultura	43,83	5,51	12,6
	Infraestrutura	668,98	26,01	3,9
	Exportação	30,23	0,00	0,0
	Comércio e Serviço	1.395,00	1.267,69	90,9
	<b>Total FNO-Micro e Pequena Empresa</b>	<b>400,97</b>	<b>389,90</b>	<b>97,2</b>
	Indústria	-	77,90	-
	Turismo	-	50,34	-
	Cultura	-	11,61	-
	Comércio e Serviços	-	250,04	-
	<b>FNO-Biodiversidade</b>	<b>129,89</b>	<b>148,46</b>	<b>114,3</b>
	<b>FNO-EI</b>	<b>12,00</b>	<b>7,33</b>	<b>61,1</b>
	<b>Emergencial Total</b>	<b>107,30</b>	<b>97,08</b>	<b>90,5</b>
	Pronaf Emergencial	-	40,80	-
	Rural Emergencial	-	7,23	-
	Não Rural Emergencial	-	49,05	-

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Sistema SIG-Controper

## b. COMPARATIVO DO RESULTADO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

b.1. Nome: Comparativo do Resultado da Programação Orçamentária

b.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por base o comparativo dos valores contábeis, considerando os valores previstos e os efetivamente realizados, para fins de verificação do desempenho.

b.3. Fórmula de cálculo: Comparativo entre o montante da disponibilidade para aplicações no período e os recursos disponíveis na fase de operacionalização das metas.

b.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados apresentados

b.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento

## b.6. Resultados alcançados:

A previsão de ingresso de recursos do FNO para operacionalização pelo Banco da Amazônia no exercício de 2013 foi da ordem de R\$ 6,73 bilhões, sendo realizado o valor de R\$ 7,89 bilhões (17,2% superior a previsão de ingresso de recursos).

O total dos desembolsos em 2013 atingiu R\$ 4,49 bilhões, superando em 115,7% a meta prevista para o exercício de R\$ 2,08 bilhões. Esse resultado inclui os desembolsos com as operações de crédito, no valor total de R\$ 3,57 bilhões (v. Quadro 16).

**Quadro 16 Resultado da Programação Orçamentária do FNO**  
**Exercício de 2013**

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO (R\$ Milhões)	REALIZADO (R\$ Milhões)	%
<b>A) Origem de Recursos</b>	<b>6.731,44</b>	<b>7.891,24</b>	<b>117,23</b>
Disponibilidade prevista ao final do exercício anterior	2.599,03	3.561,11	137,02
Transferências da União	2.062,86	1.861,61	90,24
Reembolsos de créditos em 2013	1.667,45	1.977,79	118,61
Remuneração das disponibilidades	251,54	268,28	106,65
Retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos	132,56	173,50	130,89
Outras receitas (recuperação de crédito)	18,00	48,94	271,89
<b>B) Aplicação de Recursos</b>	<b>2.081,44</b>	<b>4.490,13</b>	<b>215,72</b>
Taxa de administração	412,57	371,23	89,98
Despesas de auditoria externa	0,20	0,23	117,28
Bônus de adimplência	98,42	123,12	125,10
Despesas com del credere	354,93	343,20	96,70
Despesas com rebates	0,00	0,00	-
Remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF	12,76	17,52	137,32
Desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores	1.185,82	3.569,04	300,98
Outras despesas (renegociação de créditos baixados)	16,74	65,78	392,95
<b>C) DISPONIBILIDADE TOTAL (A - B)</b>	<b>4.650,00</b>	<b>3.401,10</b>	<b>73,14</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Gerência de Contabilidade (GECON)

## c. AVALIAÇÃO COM BASE EM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL

c.1. Nome: Avaliação com base em modelo de equilíbrio geral

c.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por finalidade avaliar políticas de distribuição de renda e crescimento da Região, considerando os setores contemplados com recursos do FNO, para fins de verificação do desempenho.

c.3. Fórmula de cálculo: O modelo de equilíbrio geral está formado por um conjunto de equações não-lineares e simultâneas, onde o mecanismo de preços desempenha um papel muito importante na alocação de recursos.



c.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados apresentados e da interdependência da economia.

c.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento.

c.6. Resultados alcançados:

O ingresso de recursos do FNO para operacionalização pelo Banco da Amazônia no exercício de 2013 projetou o aumento no valor da produção, advindo do emprego dos recursos do FNO, possibilitando o aumento na oferta daqueles setores contemplados pelo Fundo. Dessa forma, espera-se queda no preço desses bens para os setores demandantes de insumos e consumidores finais e aumento nos fluxos de vendas estaduais, interregionais e externas. No exercício de 2013, o crédito do Fundo promoveu a expansão da produção em todos os setores e estados da Região Norte.

Em alguns setores houve expansão muito pronunciada na produção, como soja no Tocantins (55,2%), fruticultura no Amapá (39,1%), energia em Rondônia (56,3%) e Celulose no Tocantins (28,7%).

Os efeitos do FNO sobre a massa salarial agregada indicam que o Fundo tem um efeito positivo em todos os estados e nos anos do período considerado, sendo proporcionais aos montantes aplicados em cada estado. De maneira geral, os resultados referentes entre a diferença da variação na massa salarial paga pelas empresas beneficiárias e não beneficiárias do FNO são estatisticamente superiores quase na totalidade dos casos. Observa-se que as empresas contempladas pelo FNO reajustaram de forma mais intensiva suas folhas salariais. (v. Quadro 17)

Quadro 17 Impacto do FNO na Massa Salarial Agregada (R\$/Empresa)

	Nº de Observações e Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média FNO	17.018,62	31.945,54	65.167,88	10.7393,2	146.852,6	133.519,8
Média RAIS	4.462,393	8.137,906	15.046,16	26.207,25	51.230,85	68.486,68
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem controle	12.556,11***	23.807,6**	50.121,72***	81.185,97***	95.621,79***	67.033,09
Propensity Scores (Estratificação)	10.662,37***	20.830,62***	41.743,76***	69.595,88***	79.886,03***	48.055,62
Propensity Scores (Kernel)	9.444,73***	19.323,43***	37.927,01***	66.444,62	71.959,36**	34.119,1

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

\*\*\*Significativo a 1%; \*\*significativo a 5%; \*significativo a 10%

#### d. AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO ATRAVÉS DO MÉTODO *PROPENSITY SCORE MATCHING*

d.1. Nome: Avaliação da evolução do emprego através do método *propensity score matching*

d.2. Descrição do indicador: Esse índice tem por finalidade mensurar o efeito do financiamento do FNO na geração de emprego junto às empresas financiadas pelo Fundo, por ano base e período de tempo.

d.3. Fórmula de cálculo: O modelo de equilíbrio geral analisa os dados de todos os anos-base, de forma agregada, realizando uma comparação preliminar, por meio de análise descritiva, entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas na alocação de recursos.

d.4. Utilidade: Visualização rápida e direta dos resultados apresentados e da interdependência da economia.

d.5. Mensurabilidade: O grau de alcance da meta definida na fase de planejamento

d.6. Resultados alcançados:

As empresas financiadas pelo FNO possuem poder de geração de empregos maior que o das empresas não financiadas. Em todos os anos-base observados, nas empresas não financiadas percebe-se que à medida que o tempo passa essas empresas tendem a aumentar o seu número de empregados em escala exponencial (efeito escala). Nas empresas beneficiadas com crédito o processo de geração de emprego ocorre mais rapidamente que nas empresas não contempladas com recursos do Fundo (v. Quadro 18)

**Quadro 18 Impacto do FNO no crescimento do estoque de emprego agregado no (N.º de Empregados/Empresa)**

Tipo de empresa	Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	3-4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média Financiadas	4,87	8,22	14,61	11,33	18,41	12,52
Média Não Financiadas	1,55	2,56	4,09	6,04	8,96	10,53
<b>Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego</b>						
Sem controle	3,31**	5,66*	10,52***	5,29	9,46	1,99
Propensity Scores (Estratificação)	2,54	4,42*	6,97	1,57	6,01	-2,06
Propensity Scores (Kernel)	2,04	3,67	5,43	0,63	3,89	-3,58

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 3

\*\*\*Significativo a 1%; \*\*significativo a 5%; \*significativo a 10%

### **3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (Item 3 e Subitens 3.1 e 3.2 da Parte A—Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)**

#### **3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DE CONTROLE NO ÂMBITO DA UJ**

- Ver informações no Quadro 19, abaixo

#### **3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO DA UJ**

- Ver informações no Quadro 19, abaixo.

**QUADRO 19 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações permeia todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>A análise e avaliação dos quesitos considerou os aspectos de controles internos constantes no Relatório de Avaliação de Controles Internos (RACI) e Relatório de Risco Operacional (RRO), do segundo semestre/2013, elaborados pela Gerência de Conformidade e aprovados pelo Conselho de Administração do Banco da Amazônia, nos quais constam os indicadores utilizados pela Instituição para monitorar a efetividade dos controles internos implementados.</p> <p>Também se considerou na análise e avaliação o Relatório Descrição dos Aspectos Relevantes de Controles Internos</p>					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
(ARCI), do segundo semestre/2013, elaborado pela Gerência de Conformidade para atendimento à Circular CMN 3.467/09.	
<b>LEGENDA</b>	
<b>Níveis de Avaliação:</b>	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

#### 4 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS (Item 9 e Subitens 9.1 e 9.2 da Parte A-Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)

##### 4.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

###### 4.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro 20 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 832/2010-1ª Cam.-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Banco do Amazônia S.A.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	019.551/2008-7	832/2010-1ª Cam	1.5	DE	Ofício 289/2010-TCU-SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco da Amazônia S.A.					
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinar ao Banco da Amazônia S/A, instituição financeira federal de caráter regional, agente financeiro e operacional do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, a serem observadas na gestão de recursos do Fundo, nos termos do art. 18 da Lei Nº 8.443/92 que:</p> <p>1.5.1. Adote ações, inclusive buscando parcerias estratégicas com outros órgãos ou entidades da Administração Pública, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ou, ainda, com entidades paraestatais, como é o caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, com a finalidade de mitigar os fatores que dificultam a contratação de financiamentos com recursos do FNO na mesorregião do Alto Solimões/AM e na Faixa de Fronteira, em especial no município de Tabatinga/AM, visando à redução das disparidades intra-regionais de renda, nos termos do art. 3º, inc. IX, da Lei nº 7.827/89;</p> <p>1.5.2. Implemente ações administrativas eficazes, se necessário em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com vistas a observar a aplicação de 10% (dez por cento) dos recursos do FNO para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pela autarquia em questão, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar 93/98, em cumprimento ao disposto no art. 7º da Lei nº 9.126/95;</p> <p>1.5.3. Intensifique as ações visando incrementar a aplicação de recursos do Fundo nos Estados menos desenvolvidos da Região Norte (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), com vistas a apoiar a criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, notadamente em áreas interiores, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda, nos termos do disposto no art. 3º, inc. IX, da Lei nº 7.827/89;</p> <p>1.5.4. Proceda à pronta prestação das informações solicitadas pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, apresentando todos os documentos e informações requeridas, sob pena de responsabilização dos</p>					

agentes envolvidos, conforme previsão contida no art. 26, § 1º, da Lei nº 10.180/01 e diante da missão do controle interno em apoiar o controle externo, nos termos do art. 74, inc. IV, da Constituição Federal, c/c o art. 50, inc. II, da Lei nº 8.443/92;

#### Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG	

#### Síntese da providência adotada:

Item 1.5.1/1.5.3: O Banco da Amazônia vem desenvolvendo ações para disseminação do crédito em todos os municípios da Amazônia Legal. Em 2013, o Plano de Aplicação dos Recursos envolveu reuniões de caráter político-institucional em todos os estados da Região, contando com a participação do Presidente do Banco da Amazônia, dos Governadores dos Estados, de parlamentares, dos Presidentes das Federações da Agricultura, Indústria e Comércio e empresários diretamente envolvidos com o processo de desenvolvimento da Região. Esta etapa ocorreu entre os meses de março e abril, ocasião em que os participantes assumiram o compromisso de bem utilizar os recursos públicos a serem disponibilizados pelo Banco para o desenvolvimento sustentável da Região.

Destaque-se, também, o convênio de Cooperação Técnica firmado pelo Banco da Amazônia e pelo SEBRAE, para a busca da melhoria da qualidade e ampliação de acesso ao crédito e aos serviços financeiros de micro e pequenas empresas localizadas na região da Amazônia Legal, através de capacitações e treinamentos a projetistas e credenciados do SEBRAE e Seminários de Acesso ao Crédito direcionado às Micro e Pequenas Empresas, com palestras ministradas pelos parceiros e Rodada de Negócios. A parceria entre o Banco da Amazônia e o SEBRAE busca qualificar a demanda por investimentos e capital de giro e, por conseguinte, incrementar o volume de recursos destinados às Micro e Pequenas Empresas de diversas atividades econômicas, oportunizando a auto-sustentabilidade e a geração de emprego e renda em toda a Região.

Merece destaque, ainda, a ação denominada "FNO-Itinerante", feita em parceria com o Ministério da Integração Nacional, além dos Governos Estaduais e Municipais, tem por objetivo a disseminação dos recursos do FNO aos 450 municípios da Região Norte, principalmente os de Baixa e Média Renda pela tipologia da PNDR, prioritariamente para atender os segmentos produtivos de menor porte (micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais). Nessa ação, ocorrem reuniões específicas de disseminação do FNO, por segmento, de acordo com ações/estratégias e perfil de cada município dos estados da Região Norte. Nos 4 anos de experiência com o FNO-Itinerante (2010 a 2013), foram organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, a realização de 43 seminários de disseminação do FNO. No exercício de 2013, esses eventos ocorreram em 5 estados da Região Norte, contemplando 14 municípios, a saber: Boa Vista do Ramos (AM), Parintins (AM), Santa Izabel do Rio Negro (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), São Sebastião de Uatuma (AM), Unicarã (AM), Amapá (AP), Calçoene (AP), Aurora do Pará (PA), Igarapé-Açu (PA), Pacaraima (RR), Iracema (RR), São João da Baliza (RR), e São Félix do Tocantins (TO). Como resultado dessa ação em 2013, ao final do exercício, houve a contratação de 53 operações de crédito, no total de R\$ 0,37 milhão, além da prospecção de 60 negócios, em quase R\$ 1,98 milhões, ocorrendo a participação de 591 pessoas, principalmente micro e pequenos empreendedores; representantes de cooperativas, associações e sindicatos de produtores locais; mini e pequenos empreendedores rurais e pequenos agricultores familiares.

Item 1.5.2: A parceria entre o INCRA e o Banco da Amazônia já existe, entretanto, o Banco depende da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, emitida pelo INCRA, para que os assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária possam ser atendidos pelo Pronaf. Atualmente, o INCRA, em nível nacional, não está tendo capacidade operacional para emitir as DAP's, motivo pelo qual o Banco fica impossibilitado de atender a legislação no tocante à aplicação de 10% dos recursos do FNO para os assentados da Reforma Agrária. Diante dessa situação, que afeta outras instituições financeiras, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, há uma proposta de alteração da legislação vigente de forma que o texto dê abertura para que os 10% do Fundo Constitucional sejam destinados à Agricultura Familiar, apenas enfatizando que a preferência na aplicação desse percentual será para o Pronaf A.

Item 1.5.4: O Banco da Amazônia sempre procurou atender com presteza a todas as diligências de campo do TCU, colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

#### Síntese dos resultados obtidos

Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acordos do TCU. Máxime, contudo, destacar o envolvimento de outros atores institucionais, com papel relevante nas questões abordadas.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A plena visualização dos condicionantes deve, necessariamente, perpassar pela infraestrutura regional e a ação dos demais atores institucionais. Assim, positivamente, há de ser ressaltado o esforço do Banco da Amazônia em procurar bem atender e difundir a importância e valia das linhas de financiamento oferecidas pelo FNO aos empreendedores regionais, buscando, sempre, estimular a participação e cooperação de instituições estruturalmente desenvolvidas para o estímulo da economia regional. Nada obstante ao papel desempenhado por esta Instituição Financeira, problemas outros



atuam de forma obstativa ao alcance pleno dos resultados pretendidos, levando à busca de outros caminhos para ultrapassá-los, como bem destacado anteriormente na síntese da providência adotada em relação ao item 1.5.4.

**Quadro 21 Tratamento das deliberações dos Acórdãos nº 175/2002-Plenário e nº 2169/2005-Plenário-TCU no Exercício de 2013**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Banco do Amazônia S.A.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.857/1999-3	175/2002-Plenário	8.6	DE	D.O.U. de 20.05.2002
		2169/2005-Plenário	9.6		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco da Amazônia S.A					
Descrição da Deliberação:					
8.6. Determinar ao BASA que inclua item específico em seu Relatório de Gestão, anualmente enviado como parte integrante da Prestação de Contas do FNO, tratando do acompanhamento físico-financeiro do empreendimento objeto da Cédula de Crédito Industrial nº FMI-ME-027990360-0, em especial informando do cumprimento da legislação ambiental no tocante à expedição das licenças exigidas					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG					
Síntese da providência adotada:					
<p>O empreendimento, de responsabilidade da empresa SALTUR – Salcanha Soluções e Turismo Ltda, tal como idealizado não foi realizado. O empreendimento não obteve mais adições em suas benfeitorias, continua funcionando com baixa taxa de ocupação. Os empregados são contratados conforme a demanda do hotel;</p> <p>Em visita ao empreendimento, constatou-se:</p> <p>a) A empresa reduziu a quantidade de ações judiciais trabalhistas, saiu de um período de insolvência, liquidou dívidas com vários fornecedores, negociou junto à Caixa Econômica Federal o FGTS dos empregados e vem dando manutenção às instalações do empreendimento. Até o presente, a empresa vem pagando normalmente os acordos trabalhistas, e as dívidas fiscais deverão ser regularizadas quando do término dos pagamentos junto à Justiça do Trabalho;</p> <p>b) Segundo o empresário, o público alvo do Hotel seria o mercado Europeu e Americano, entretanto, no momento, a grande parte de sua clientela é do mercado Regional (Acre e Rondônia) e sul-americano (Bolívia).</p> <p>c) Devido à cheia dos rios Madeira e Mamoré, a ocupação hoteleira nos meses de fevereiro, março e abril foi sensivelmente afetada. Em consequência, a receita não se mostra suficiente para a manutenção do empreendimento, sobretudo em sua parte construída com madeira.</p> <p>d) A empresa em termos de resultado operacional apresentou melhoras em 2010, mas considerando o montante da dívida no Banco e no Fisco, sua capacidade de pagamento fica muito limitada.</p> <p>Em função de execução judicial da dívida, os dirigentes da empresa se negam a prestar informações básicas ao Banco para que seja apresentado um relatório com a profundidade que o caso requer.</p> <p>Quanto ao cumprimento da legislação ambiental no tocante à expedição das licenças exigidas, vale destacar que ainda não há concessão de licença de operação, que foi solicitada várias vezes pelo Banco da Amazônia, desde julho de 2000, quando do início das atividades do empreendimento. A não concessão, segundo justificativa apresentada pelo empreendimento, continua sendo a existência de óbices apresentados pelo IBAMA-SEDAM, responsável pela concessão do documento.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, mediante uso de mecanismos de verificação e acompanhamento, sobretudo no que pertine à licença de operação do referido projeto.					

Quadro 22 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 287/2007-Plenário-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Banco do Amazônia S.A.					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	025.819/2006-5	287/2007-Plenário	9.2.1	DE	D.O.U. de 09.03.2007
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Banco da Amazônia S.A.					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN que, na qualidade de órgão central de Contabilidade da União, conforme Lei nº 10.180/2001, e por força do disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de informações referentes à aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO;					
9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por força do disposto no art. 18, inciso VI, da Lei nº 10.180/2001, e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, por conta do disposto no art. 24, inciso X, da mesma lei, que incluem na Prestação de Contas Anual do Presidente da República;					
9.2.1. as informações a que se refere o art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, de forma a evidenciar, detalhadamente, para cada uma das respectivas agências de fomento, dentre outras informações, os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência;					
9.2.2. a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, conforme determina o próprio art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;					
9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamenta, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco da Amazônia S.A., à Caixa Econômica Federal, à Financiadora de Estudos e Projetos, ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado da Transparência e do Controle, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para conhecimento.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
O Banco da Amazônia atendeu com presteza a todas as determinações do TCU, e, anualmente, vem aprimorando as informações nos relatórios de acompanhamento das atividades do FNO, e colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exaradas em acórdãos do TCU.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, sem a identificação de fatos obstativos para tanto.					

Quadro 23 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 1352/2011-Plenário-TCU no Exercício de 2013

Unidade Jurisdicionada
------------------------

<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco do Amazônia S.A.					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	003.765/2010-S	1352/2011-Plenário		DE	D.O.U. de 01.06.2011
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S.A.					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN que, na qualidade de órgão central de Contabilidade da União, conforme Lei nº 10.180/2001, e por força do disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, observe os dispositivos reiteradamente constantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO, inclusive da Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), que dispõem sobre a obrigatoriedade de publicação de informações referentes à aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO;</p> <p>9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por força do disposto no art. 18, inciso VI, da Lei nº 10.180/2001, e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, por conta do disposto no art. 24, inciso X, da mesma lei, que incluam na Prestação de Contas Anual do Presidente da República;</p> <p>9.2.1. as informações a que se refere o art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, de forma a evidenciar, detalhadamente, para cada uma das respectivas agências de fomento, dentre outras informações, os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento do orçamento fiscal e seguridade social, acompanhados dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos e inadimplência;</p> <p>9.2.2. a avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício pelas agências financeiras oficiais de fomento, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações, conforme determina o próprio art. 49, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco da Amazônia S.A., à Caixa Econômica Federal, à Financiadora de Estudos e Projetos, ao Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministro de Estado da Transparência e do Controle, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para conhecimento.</p>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerência de Gestão de Programas Governamentais - GPROG					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
O Banco da Amazônia atendeu com presteza a todas as determinações do TCU, e, anualmente, vem aprimorando as informações nos relatórios de acompanhamento das atividades do FNO, e colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos e fornecer qualquer documentação necessária, solicitada pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Dentro da competência e alcance das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia houve a estrita observância às deliberações emanadas e exarçadas em acórdãos do TCU.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
A determinação do TCU vem sendo plenamente observada por parte do Banco da Amazônia, sem a identificação de fatos obstativos para tanto.					

Quadro 24 Tratamento das deliberações do Acórdão nº 2247/2012 no Exercício de 2013

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S.A.					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>



01	042.049/2012-1	2247/2012	9.11	DE	Ofício 0363/2013-TCU/SECEx-RR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S.A.					
<b>Descrição da Deliberação</b>					
9.11. determinar ao Banco da Amazônia S.A. que: informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, todas as ações judiciais por ele promovidas (e o estágio atual de cada uma delas) com o intuito de recuperar os créditos inadimplidos pela empresa Frangonorte, à conta do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gerência Jurídica Corporativa- GEJUC					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Em atendimento a determinação acima o Banco da Amazônia por meio do Ofício GEJUC nº 2013/08, de 08.05.2013, assim se manifestou: <i>Em atendimento ao Ofício 0363/2013-TCU/SECEx-RR, de 13/04/2013, referente ao Processo TC-042.049/2012-1, segue em anexo, cópia das informações solicitadas sobre a Frangonorte Indústria e Comércio Ltda, anexando o Trâmite Processual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Processo nº 0000855-63.1997.814.0301 – 9ª Vara Civil de Belém.</i>					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Determinação atendida					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Nada a comentar.					

#### 4.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA

Quadro 25 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –  
RA 201307791 – Item 1.2.1.1

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	201307791	1.2.1.1	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Enviar esforços junto ao MI no sentido de identificar as causas da não aplicação do limite mínimo definido para o Grupo A do PRONAF, objetivando adequar o limite de aplicação, tendo em vista que historicamente este limite não tem sido atingido. Recomendação 2: Enviar esforços junto ao MI buscando identificar as causas para o baixo desempenho dos seguimentos Pesca e Aquicultura, Agroindústria, Exportação, Infraestrutura e Empreendedor individual, objetivando o alinhamento das metas programadas a resultados exequíveis.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gerência de Suporte a Projetos Corporativos - GPROG			

<b>Síntese da Providência Adotada</b>				
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p><b>Recomendação 1:</b> O Banco da Amazônia articulou com o Ministério da Integração Nacional (MI), através do Ofício-GPROG nº 2013/40, de 29/10/2013 (cópia anexa), tendo resultado em uma reunião em Brasília na sede do MI, ocorrida no dia 26/11/2013 com a participação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para discutir e aprofundar um conjunto de ações a serem desenvolvidas em atendimento às recomendações da CGU, relativas à gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exercício de 2012.</p> <p>Quanto à recomendação, coube ao Banco da Amazônia elaborar documento com justificativa técnica e apresentação de série histórica sobre o desempenho do Banco nas contratações do Pronaf Grupo A com recursos do FNO, para subsidiar o MI na articulação com a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), visando à busca de solução conjunta para esse problema recorrente. A apresentação desse documento ao MI possibilitaria a elaboração de uma Nota Técnica propondo Resolução ao Conselho Monetário Nacional (CMN) de inclusão, para efeitos de cumprimento do percentual de 10% de aplicação mínima com recursos dos Fundos Constitucionais junto aos produtores do Grupo A, de outras operações contratadas junto aos agricultores familiares de outros grupos. Outra proposta levantada foi de aplicar o percentual de 10% para o Pronaf Grupo A somente sobre os ingressos do FNO decorrentes de repasses via Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e não sobre todas as parcelas, incluindo os retornos decorrentes de sobras de exercícios anteriores, como ocorre atualmente. Essa proposta ficou de ser aprofundada para posterior apresentação na forma de uma proposição.</p> <p>Prazo de Atendimento: 31/12/2014.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> O Banco da Amazônia buscará articulação com o MI e outros órgãos afins para avaliar desempenhos obtidos na aplicação dos recursos do FNO nos segmentos da pesca e aquicultura, agroindústria, exportação, infraestrutura e empreendedor individual, com o propósito de alinhar as metas programadas e obtenção de resultados exequíveis para esses segmentos. Atualmente, o Banco da Amazônia considera as prospecções de aplicação dos recursos do FNO em conformidade com as expectativas dos estados, no âmbito de seus Planos Plurianuais (PPA's), porém, para o exercício de 2014, o Banco da Amazônia reavaliou e reprogramou suas metas de aplicação do FNO para todos os segmentos do setor produtivo da Região Norte, de forma a adequá-las e torná-las mais próximas da realidade.</p> <p>Prazo de Atendimento: 31/12/2014.</p> <p><b>Atualizações/Ocorrências:</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> O INCRA está remodelando o processo de concessão de crédito aos agricultores familiares assentados da reforma agrária, visando melhorar o processo de acesso ao crédito por parte dos beneficiários.</p> <p>Outra frente do INCRA, a qual a autarquia convidou o Banco a participar, são as Salas da Cidadania, que se trata de um espaço eletrônico, onde são oferecidos diversos serviços aos agricultores familiares, dentre os quais destacamos as renegociações de dívidas, contando com a participação direta dos Bancos com as informações de operações a serem renegociadas. Esta proposta está sendo analisada pelo Banco.</p> <p>O Banco da Amazônia vem atuando nas localidades onde há empresas de ATER/ATES que atenderam e foram selecionadas para as chamadas públicas do INCRA no que se refere elaboração de projetos e prestação de assistência técnica aos beneficiários da reforma agrária, mas ainda há problemas de demanda.</p> <p>No ano de 2013 o Banco da Amazônia S.A. contratou na Agricultura Familiar na fonte FNO 653,60 milhões, dos quais 80,39 milhões foram concedidos ao abrigo das linhas PRONAF A e A/C. (Fonte: GEMAF)</p> <p><b>Recomendação 2:</b> O Banco da Amazônia buscou, nas reuniões realizadas nos estados para elaboração do planejamento da aplicação do FNO em 2014, alinhar/ajustar suas metas para os segmentos da pesca e aquicultura, agroindústria, exportação, infraestrutura e empreendedor individual, de modo a torná-las mais exequíveis.</p> <tr> <td><b>Síntese dos Resultados Obtidos</b></td></tr> <tr> <td>Nada a declarar</td></tr> <tr> <td><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adução de Providências pelo Gestor</b></td></tr> <tr> <td>Nada a declarar</td></tr>	<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	Nada a declarar	<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adução de Providências pelo Gestor</b>	Nada a declarar
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>				
Nada a declarar				
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adução de Providências pelo Gestor</b>				
Nada a declarar				

Quadro 26 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –

RA 201307791 – Item 1.2.1.2

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Banco da Amazônia S/A			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	201307791	1.2.1.2	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Dar continuidade as articulações com os Órgãos envolvidos no desenvolvimento regional e com os governos estaduais da Região Norte, com vistas ao fomento da aplicação de recursos do FNO nos Estados do Amapá e Roraima.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gerência de Suporte a Projetos Corporativos - GPORG			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRJ nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>O Banco da Amazônia articulou com o Ministério da Integração Nacional (MI), através do Ofício-GPROG nº 2013/40, de 29/10/2013 (cópia anexa), tendo resultado em uma reunião em Brasília na sede do MI, ocorrida no dia 26/11/2013 com a participação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para discutir e aprofundar um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo Banco da Amazônia em atendimento às recomendações da CGU, relativas à gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exercício de 2012.</p> <p>Em relação à recomendação, o Banco da Amazônia continua desenvolvendo ações nos estados do Amapá e Roraima e intensificando as articulações com os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento regional e com os governos estaduais, visando melhorar o desempenho das aplicações do FNO nesses dois estados. Nesse sentido, o Banco já realizou reuniões com a Agência de Fomento do Amapá e do Roraima, visando estabelecer parcerias para viabilizar o repasse de recursos do FNO para aplicação nesses estados. Quanto ao Estado de Roraima, o Banco já manteve entendimentos com a Agência de Fomento local, que passa atualmente por reestruturação do quadro diretivo e estruturação organizacional.</p> <p>Registra-se também que a partir do início do próximo ano o Presidente do Banco da Amazônia pretende ir aos estados da Região divulgar o novo Plano de Aplicação de Recursos do FNO para 2014 e firmar acordo de cooperação para a operacionalização dos respectivos planos estaduais de aplicação de recursos financeiros.</p> <p>Prazo de Atendimento: 31/12/2014.</p> <p><b>Atualizações/Ocorrências:</b></p> <p>As ações de fomento realizadas pelo Banco da Amazônia nos estados da Região, a exemplo do FNO-Itinerante, ação desenvolvida em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI) e os governos estaduais e municipais, e dos seminários de divulgação de produtos e orientações para acesso ao crédito, realizados pelo SEBRAE, em conjunto com a execução do Programa "Supera Mais" do Banco da Amazônia, criado em 2013, que consiste em uma estratégia de alavancagem de resultados que possibilitem ao Banco atingir seus objetivos estratégicos, têm potencializado a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) nos estados do Amapá e Roraima, onde os resultados obtidos no exercício de 2013 apresentaram-se bastante satisfatórios. Em Roraima foi contratado com recursos do FNO R\$ 103,1 milhões, correspondente a 44,3% da meta estabelecida para 2013 e crescimento de 391,0% em relação ao resultado obtido em 2012, sendo o maior crescimento nas aplicações do Fundo entre todos os estados na Região. No Amapá também houve crescimento nas aplicações de 2013 em relação ao exercício anterior, da ordem de 3,6% (R\$ 91,5 milhões), representando 39,3% da meta prevista para o exercício. Contribuiu para esses resultados, o apoio financeiro do Banco com recursos do FNO a empreendimentos de grande porte nos estados do Amapá e Roraima, com efeito multiplicador de emprego e renda, a exemplo da construção de dois <i>shopping centers</i>, sendo um em Macapá/AP e outro em Boa Vista/RR.</p> <p>Além do mais, o Banco da Amazônia continua envidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei nº 7.827/1989 e artigo 2º da Portaria nº 684/2002, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores e outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em 2013, o Banco entrou em processo de negociação com instituições financeiras e agências de fomento na Região, dentre as quais a Agência de Fomento do Estado de Roraima (AFERR) e Agência de Fomento do Estado do Amapá (AFAP), obtendo resposta positiva dessas agências quanto à formalização da parceria, devendo ser concretizadas em 2014.</p>			

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Nada a declarar
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Nada a declarar

**Quadro 27 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –  
RA 201307791 – Item 1.2.1.3**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	201307791	1.2.1.3	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p><b>Recomendação 1:</b> Providenciar a regularização da operação, com a comprovação financeira da operação, apensando ao processo todas as notas fiscais que comprovem a aplicação financeira dos recursos no empreendimento.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Providenciar a revisão dos seus normativos relacionados ao crédito de fomento, com o objetivo de aprimorar os procedimentos relacionados à comprovação financeira da aplicação dos recursos do FNO, definindo claramente a data que deve ser considerada como início da internalização do projeto no Banco, bem como com vistas a garantir a efetiva utilização dos bens e serviços descritos nas notas fiscais apresentadas pelos clientes nos projetos financiados pelo Banco.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento - GEAF0			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p><b>Recomendação 1:</b> Mediante o conhecimento do fato através da SA nº 201307791/18, de 21.08.2013, da Controladoria Geral da União, o Banco procedeu à imediata regularização do registro emitindo a Nota Técnica GEAF0-CPRUR 2013/43, de 29.08.2013. Foi considerada a data de 30.09.2011 quando a empresa deu entrada da proposta na Agência de Araguaína, conforme carimbo na capa do volume 1 do projeto. Procedida à competente revisão dos documentos, com base no dispositivo da NP 455, item 2.8.7, a Nota Fiscal nº 566084, no valor de R\$ 197.359,40, emissão de 30.08.2011, foi glosada sem proporcionar prejuízo ao desenvolvimento do projeto. Desse modo, o valor anteriormente considerado de R\$ 14.090.027,25 (116,66%), a representar um percentual reduzido para 115,09% (R\$ 13.892.662,85). A Nota Técnica e seus respectivos anexos foram remetidos à CGU através do Ofício GEAF0 75/2013, de 17.09.2013.</p> <p>Conforme orientado as notas fiscais estão juntadas ao processo e depois de digitalizadas os arquivos em CD foram remetidos à CGU, através do Ofício GEAF0 nº 077/2013, de 04.10.2013.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Para aprimorar o processo de acompanhamento de crédito do Banco, a Diretoria Executiva, em 16.10.2013 aprovou a transformação da Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento, para Gerência de Acompanhamento de Crédito Comercial e de Fomento - GEAF0. A mudança desmembrou e acrescentou na estrutura da GEAF0 as Coordenadorias COAF0 - Coordenadoria de Acompanhamento de Crédito de Fomento; COACC - Coordenadoria de Acompanhamento de Crédito Comercial e CODAC - Coordenadoria de Diretrizes de Acompanhamento de Crédito. A nova estrutura já foi implantada e passa pelo processo natural de transição. A CODAC prioriza a revisão da NP 457 - Administração do Crédito Fiscalização do Crédito Rural, já em edição para publicação até 30.12.2013 e NP 455 - Administração do Crédito Desembolso e Reembolso, em revisão com prazo para até 15.01.2014.</p>			

<p><b>Providências a serem Implementadas:</b> Implantação da Nova estrutura da Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento-GEAFO aprovada na forma de Decisão da Diretoria Executiva do Banco. Revisão e alteração das NP's 457 e 455 para contemplar a recomendação da CGU, obedecendo às exigências do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil e Resolução BACEN 4.174, de 29.12.2012.</p> <p><b>Prazo de Atendimento:</b> 15/01/2014.</p> <p>NP 457 aprovada em fase de publicação prevista para até 30.12.2013. NP 455 em fase revisão com prazo para aprovação, até 15/01/2014.</p> <p><b>Atualizações/Ocorrências:</b></p> <p>A NP 457 está publicada no Sistema de Normativos – SISNOR do Banco.</p> <p>A NP 455, também, publicada no Sistema de Normativos do Banco e no item 2.6.2, em consonância com o MCR 2.5, define a data (o momento) que deve ser considerada para comprovar financeiramente a aplicação dos recursos do financiamento no empreendimento, a saber: <i>"No setor rural será ilícita a liberação de parcelas do crédito para cobertura de gastos já realizados com recursos próprios do mutuário, sem que se configure recuperação de capital investida, quando preenchidas as seguintes condições cumulativas:</i></p> <p><i>a) que os itens pertinentes constituam despesas que integrem o orçamento considerado para a concessão do crédito;</i></p> <p><i>b) que os gastos tenham sido realizados após a apresentação da proposta ou, inexistindo esta, após a formalização do crédito;</i></p> <p><i>1. Até 180 (cento e oitenta) dias antes da formalização do crédito, na liberação de parcelas referentes a fertilizantes, corretivos, defensivos agrícolas ou sementes fiscalizadas ou certificadas, destinados à lavoura financiada.</i></p> <p><b>Síntese dos Resultados Obtidos</b></p> <p>A recomendação foi concluída, com a normalização do assunto, pelo que solicitamos a sua baixa.</p> <p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b></p> <p><b>Aprimoramento das informações dos Normativos.</b></p>
--

**Quadro 28 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –**

**RA 201307791 – Item 1.2.1.4**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201307791	1.2.1.4	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Providenciar a readequação das planilhas de análises dos projetos financiados com recursos do FNO, com o objetivo de garantir a confiabilidade e a qualidade dos procedimentos de análise dos projetos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Análise de Projetos - GERAP			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CA/RI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>O Banco da Amazônia informa que o sistema de fomento está em fase de estabilização para entrada em operação em 2014. Ressaltamos que as planilhas utilizadas atualmente para as análises do Banco estão devidamente protegidas.</p> <p>Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.</p>			



<b>Atualizações/Ocorrências:</b>
O sistema de Fomento está sendo testado para decisão de implementação ou não pelo Banco. Com relação à planilha de análise foram travadas as células e inserido a análise de sensibilidade.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
O travamento das cédulas permitiu uma maior segurança com relação aos dados e informações considerados nas análises.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Busca de maior segurança no processo de análise.

**Quadro 29 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula – RA 201307791 – Item 1.2.1.5**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	201307791	1.2.1.5	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Banco da Amazônia S/A			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>RECOMENDAÇÃO 1:</b> Providenciar a readequação do processo de planejamento das operações que são fiscalizadas pelo Banco, com o objetivo de garantir que o acompanhamento das operações possibilite a detecção tempestiva de possíveis irregularidades encontradas nos projetos, a fim de diminuir os riscos na concessão do crédito.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento – GEAF0			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>Todos os financiamentos de Banco são vistoriados para comprovação da aplicação do crédito, por força das diretrizes definidas através da NP 455, item 2.4 – Desembolso das parcelas subsequentes à primeira fica condicionada à comprovação da correta aplicação da parcela anteriormente liberada e em conformidade com o cronograma físico-financeiro do projeto. Os laudos de vistoria contemplam itens específicos (irregularidades técnica e/ou financeira), cujas providências com vistas à regularização são definidas, determinadas e acompanhadas sob prazo de execução.</p> <p>Para o exercício de 2014 todo o processo de seleção destinado às vistorias das operações de crédito do Banco, sofrerá ampla revisão quando serão atendidas as orientações da CGU, bem como as determinações do Banco Central do Brasil – MCR 2.7 e Res BACEN 4.174, de 29/12/2012.</p> <p>Encontra-se em processo de revisão todas as Normas de Procedimentos (NP) que tratam da gestão do crédito. A NP 457 que disciplina a Administração do Crédito – Vistoria de Crédito Rural, contendo as recomendações da CGU, já foi aprovada e editada. Desenvolvem-se os procedimentos finais para a publicação nos normativo internos, em 30/12/2013.</p> <p>Prazo de Atendimento: 15/01/2014.</p>			

<b>Atualizações/Ocorrências:</b>
A NP 457 que regulamenta as fiscalizações das operações do Banco foi publicada, em 20/11/2013. Ressalte-se que todos os créditos concedidos do Setor rural são vistoriados 100% em sua fase de implantação, seja pelo Banco ou por empresa de Assistência Técnica, acima das regras definidas no MCR 2.7, que permite a amostragem.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Diante disso, entende-se que a demanda seja considerada como atendida.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Nada a comentar.

**Quadro 30 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –  
RA 201307791 – Item 1.2.1.6**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201307791	1.2.1.6	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo das diretrizes e prioridades no atendimento dos recursos do FNO, definidas anualmente pelo CONDEL da SUDAM, com o objetivo de garantir que o fundo possa ser um efetivo instrumento de indução das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal na Amazônia.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Suporte a Projetos Corporativos - GPROG			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:</p> <p>O Banco da Amazônia articulou com o Ministério da Integração Nacional (MI), através do Ofício-GPROG nº 2013/40, de 29/10/2013 (cópia anexa), tendo resultado em uma reunião em Brasília na sede do MI, ocorrida no dia 26/11/2013 com a participação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para discutir e aprofundar um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo Banco da Amazônia em atendimento às recomendações da CGU, relativas à gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exercício de 2012.</p> <p>Foi recomendado ao Banco da Amazônia e SUDAM examinarem um conjunto de indicadores e definirem quais podem ser aplicados já no Relatório de 2013. Para 2014, o MI está agendando, em meados de junho/julho, uma reunião com o Banco da Amazônia e a SUDAM para esclarecer as diretrizes e prioridades mais factíveis de serem mensuradas, sem, contudo, perderem seu propósito.</p>			
<b>Atualizações/Ocorrências:</b>			
Em cumprimento a esta recomendação da CGU, o Banco da Amazônia, em articulação com a Superintendência de			

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), elaborou um quadro contendo o indicador de "Meta Atingida" para avaliar o desempenho do Banco no cumprimento das diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o qual já foi incorporado ao Relatório de Atividades e Resultados Obtidos pelo Fundo no Exercício de 2013 (páginas 17 a 19, anexas). O quadro representa um avanço no acompanhamento quantitativo e qualitativo das diretrizes e prioridades no atendimento dos recursos do FNO, se comparado com o quadro apresentado no Relatório de 2012. Espera-se continuar avançando no aperfeiçoamento do indicador, uma vez que, para 2014, deverá ser agendada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em meados de junho/julho, uma reunião com o Banco da Amazônia e a SUDAM com o propósito de esclarecer as diretrizes e prioridades que sejam factíveis de serem mensuradas.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Nada a declarar
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Nada a declarar

**Quadro 31 Tratamento das recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a UJ se vincula –  
RA 201307791 – Item 1.2.1.7**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201307791	1.2.1.7	Ofício nº 34.708/2013/CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Banco da Amazônia S/A			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Reavaliar os prazos normatizados e adotar rotinas de controle que assegurem maior celeridade nas análises das propostas de financiamento.</p> <p>Recomendação 2: Realizar, para a concessão do crédito, estudos fundamentados contendo informações acerca do potencial de desenvolvimento sócio-econômico gerado pelo empreendimento, inclusive sobre a criação de empregos diretos e indiretos.</p> <p>Recomendação 3: Adotar, por meio de normativos, a obrigatoriedade da apresentação de boletins de medição ou memória de cálculo, como forma de acompanhamento da execução das inversões realizadas.</p> <p>Recomendação 4: Realizar a análise quanto à viabilidade da Receita Operacional Bruta (ROB) prevista na estabilização do empreendimento, bem como pesquisas de preços de mercado visando validar os custos orçados pelos mutuários, incluindo-as nos dossiês das operações de crédito.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento – GEAFD Gerência de Análises de Projetos – GERAP			
Síntese da Providência Adotada			



O Banco encaminhou à CGU, por meio do Ofício SEAUD-CATRI nº 2013/58, de 18.12.2013, acompanhado do Ofício DIREX-PRESI nº 2013/379, mesma data, o Plano de Providências Permanente, com as seguintes informações:

**Recomendação 1:** Foi incluído no Manual de Organização-Norma de Estrutura, item "6.2", rotina com prazos/metabolismos para o processo de análise. Ressalta-se, ainda, que foram implementados segmentação da Gerência de Análises de Projetos-GERAP, Vídeo Conferência mensal com os Coordenadores das Superintendências e Check list por segmento.

Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.

**Recomendação 2:** A Gerência de Estratégia e Organização-GEREO, através da Coordenadoria de Estudos Macroeconômicos e Regionais, está realizando estudos setoriais para subsidiar a prospecção de negócios e as análises de mercado para o Banco. Esta ação complementa as consultas que são realizadas junto ao SETORISE/SERASA, Consultoria LCA e sites correlatos as atividades sob análise para concessão do crédito. GERAP

Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.

**Recomendação 3:** Os procedimentos para liberação das parcelas de crédito do FNO estão normatizados na NP-455 – Administração do Crédito – Desembolso e Reembolso, itens 2.3 e 2.4. Esses procedimentos visam exatamente evitar que ocorram liberações, quando constatadas impropriedades.

Com a criação da Coordenadoria de Diretriz de Acompanhamento de Crédito-CODAC, na Gerência de Acompanhamento de Crédito de Fomento-GEAFO, a NP 455 Administração do Crédito-Desembolso e Reembolso, passa por processo de revisão, podendo ocorrer alteração/inserção, neste regulamento. A recomendação da CGU será introduzida nesta NP, inclusive será proposta sua inclusão no Instrumento Contratual utilizado pelo Banco.

O processo está em andamento. A previsão para que as alterações da NP 455 sejam submetidas à apreciação da DIREX é durante a 1ª quinzena do mês de janeiro/2014. E ocorrendo sua aprovação a recomendação será publicada em nosso normativo.

Prazo para atendimento: 15/01/2014.

**Recomendação 4:** Durante o estudo do pleito faz-se a análise de sensibilidade com redução de 5% da Receita Operacional Bruta apresentada no projeto, em complemento fazemos pesquisas para avaliar se a demanda constante do pleito está condizente com a realidade de mercado, ajustando a menor quando necessário. Ressalta-se ainda, que consideramos que a ROB somente é atingida no terceiro ano após a conclusão do projeto.

A partir de 19/07/2012, passou a constar na Norma de Procedimento-NP 451 – Análise de Projetos de Fomento, a exigência de análise comparativa, pelo Banco, dos custos das aquisições feitas com recursos vinculados ao financiamento com preços praticados no mercado.

Prazo para atendimento: até Dezembro/2014.

#### Atualizações/Ocorrências:

**Recomendação 01:** Em Novembro de 2013 foi reestruturada a Gerência de Análise de Projetos-GERAP passando a ser segmentada em três Coordenadorias assim como com novos prazos para as rotinas de análise, conforme o atual Manual de Organização – MOR.

**Recomendação 02:** A partir de 2013 periodicamente vem sendo divulgado na intranet do Banco o Painel de Indicadores Regionais com informações de vários setores da nossa economia.

**Recomendação 3:** Após revisão do regulamento da NP-455 – Administração do Crédito – Desembolso e Reembolso, foi aprovado pela Diretoria do Banco a recomendação sugerida da CGU, a saber: "2.8.35 Por ocasião das vistorias para comprovação física dos empreendimentos financiados, envolvendo construção civil, rodovias, Pequenas Centrais Hidrelétricas, etc., a mutuaária deverá fornecer boletins de medição, ou mapas de medição das obras financiadas, devidamente assinadas por técnicos habilitados, para efeito de acompanhamento da execução do projeto, devendo essa condição constar do instrumento contratual".

**Recomendação 4:** Foi mantida a análise de sensibilidade já descrita acima e desconsiderado o Bônus de Adimplência

como benefício da capacidade de pagamento. Quanto à comparação de preços de mercado existe consulta ao setor jurídico do Banco por meio da CI-GERAP nº 260/2014, de 27/03/2014 da obrigatoriedade ou não de se utilizar como mediana dos custos das obras civis o referencial SINAPI/SICRO.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Recomendação 1: Segmentação da GERAP acompanhando a área de negócios do BANCO, revisão dos prazos das rotinas de análise objetivando um prazo médio de 30 dias;
Recomendação 2: Melhor embasamento dos dados de mercado demonstrando as fontes de consulta e verificação das informações constantes do projeto de viabilidade.
Recomendação 3: Normatização Regulamentação na NP-455 – Administração do Crédito – Desembolso e Reembolso – Item 2.8.35.
Recomendação 4: Melhor seleção dos pleitos, devido maior prudência ante os cenários projetados.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Recomendação 1: Busca de maior celeridade no processo de análise;
Recomendação 2: Estudos de mercado com subsídios estatísticos de fontes reconhecidas no mercado financeiro;
Recomendação 3: Para efetivação da proposição a recomendação deve constar de Clausula contratual, portanto, será válida para os novos contratos. Registramos que o assunto já foi encaminhado a Gerencia competente para inclusão no Modelo do instrumento contratual.
Recomendação 4: O fator positivo foi a melhoria da Planilha de Análise em suas projeções em favor ao Banco.

## **5 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (Item 11 e Subitens 11.2 e 11.3 da Parte A-Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)**

### **5.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEGALMENTE PREVISTAS**

- As Demonstrações Contábeis determinadas nas Leis n. 4.320/64 e 6.404/76 e pela NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, juntamente com a declaração da contadora responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial, estão anexas a item específico – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - do Processo de Contas Ordinárias do FNO – Exercício de 2013.

### **5.2 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

- O parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis está anexo a item específico – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - do Processo de Contas Ordinárias do FNO – Exercício de 2013.

## **6 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO (Item 12 e Subitem 12.1 da Parte A-Anexo II-D.N.TCU nº 127/2013)**

### **6.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES**

#### **6.1.1 Plano de Providências Permanente do FNO determinado no Acórdão nº 1352/2011 – TCU**

- Anexamos relatório específico de Revisão do Plano de Providências Permanente do FNO, e de Medidas constantes do Acórdão nº 1352/2011 – TCU, pormenorizando as constatações, as ações desenvolvidas e prazo para atendimento da recomendação.

Quadro 27 MEDIDAS CONSTANTES DO ACÓRDÃO N.º 1352/2011 – TCU PARA CUMPRIMENTO PELO BANCO DA AMAZÔNIA  
6.ª REVISÃO – BASE: FEVEREIRO/2014

Determinações do TCU	Ações em Desenvolvimento ou a Serem Desenvolvidas (Situação em Dezembro/2011)	Prazo para Cumprimento	Área(s) Envolvida(s)	Área Responsável	Situação em Fevereiro/2014
1) Inclua nas prestações de contas apresentadas ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia análises que evidenciem a eficácia e efetividade do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte como instrumento de redução das desigualdades intraregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em especial, quanto a efeitos multiplicadores do investimento sobre a geração de empregos, renda e tributos nas interações prioritárias marcadas pela Política, tendo em vista o disposto no inciso V, art. 15, da Lei nº 7.827/89, e no inciso II, art. 6.º, do Decreto nº 6.047/2007.	1. Ampliar a análise de impactos da aplicação de recursos do FNO na Região Norte, evidenciando a eficácia e efetividade do Fundo como instrumento de redução das desigualdades intraregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a partir dos estudos ora em desenvolvimento pela Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE, vinculada à Universidade Federal de Viçosa, consultoria externa contratada com essa finalidade. 2. Incorporar na rotina de trabalho de elaboração da prestação de conta anual do FNO a avaliação dos impactos que evidenciem eficácia/efetividade do Fundo na forma recomendada.	Início: A partir do 1.º semestre de 2012. Término: contínuo.	GERO	OPROG	1. Estudos concluídos no segundo semestre de 2012 pela Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), vinculada à Universidade Federal de Viçosa, permitiram ampliar a análise de impactos do aplicação de recursos do FNO na Região Norte, evidenciando a eficácia e efetividade do Fundo como instrumento de redução das desigualdades intraregionais, na forma preconizada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Concluído. 2. As novas técnicas de análise foram incorporadas na rotina do trabalho de elaboração do Processo de Contas Ordinárias anual do FNO, a partir do Relatório de Gestão do Fundo referente ao exercício de 2012, na forma recomendada. Concluído.
2) Realize mapeamento e acompanhamento sistemático das agências e superintendências com baixa desempenho na concessão de crédito com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte à mini, micro e pequenas produtoras, de modo a direcionar esforços administrativos para melhoria do alcance das metas de montante de recursos a serem alocados a empreendimentos classificados nestes segmentos, tendo em vista o disposto no inciso III, art. 3.º, da Lei nº 7.827/89.	GERPJ 1. Identificar junto às Unidades que apresentam baixo desempenho de execução os gargalos que estão impedindo o cumprimento da meta projetada, apresentando alternativas de solução para reversão do quadro. 2. Acompanhar mensalmente a aplicação de recursos por município com direcionamento para aplicação principalmente nos municípios cuja tipologia seja Baixa Renda visando o desenvolvimento dos setores produtivos da Região	Início: em andamento Término: contínuo  Início: em andamento Término: contínuo	GERPJ e GEMAF	GERPJ e GEMAF	1. O Banco aplicou no crédito de fomento em Apólos as Micro e Pequenas Empresas no primeiro semestre de 2013, valor total superior ao mesmo período de 2012. Houve de janeiro a junho/2013 a aplicação de R\$ 271.823.780,90 sendo que no mesmo período de 2012 foram aplicados R\$ 216.954.016,90, indicando assim um acréscimo de 26,21% nas aplicações (Fonte: SISARD, base: jun/2013). Atividade contínua item atendido. 2. a) O Banco faz o acompanhamento mensal da aplicação de recursos por município com direcionamento para aplicação principalmente nos municípios cuja tipologia “Baixa Renda” e “Estagnada” visando o desenvolvimento dos setores produtivos desses regiões; e b) De janeiro/2013 a maio/2013 foram atendidos em 115 municípios de tipologia “Baixa Renda” e “Estagnada” um total de 943 operações no valor de R\$ 86 milhões, com recursos de FNO não rural para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais. Atividade contínua. Item atendido.

<p><b>GERPE</b></p> <p>1. A partir do segundo semestre de 2011 as metas do segmento Pessoa Física foram distribuídas e acompanhadas por porte do tomador, separando os beneficiários do PRONAF.</p> <p>2. Identifica junto às Unidades que apresentam baixo desempenho de execução os gargalos que estão impedindo o cumprimento da meta projetada, apresentando alternativas de solução para reverter o quadro.</p> <p>3. Articulação junto às áreas internas do Banco Afetas ao tema (GERAP/GEAFD) visando formar ações integradas para maximização do crédito.</p> <p>4. Articulação junto às Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados, visando a potencialização de negócios com os mini e pequenos produtores rurais.</p> <p>5. Propos ao CONDEL da SUDAM que seja concedido um incentivo às ATER's para que estas elaborem e acompanhem projetos de mini produtores</p>		<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>			<p><b>GERPE</b></p> <p>Aplicação do FNO para mini, pequeno e pequeno-médio produtor:</p> <p>a) Acompanhamento semanal das contratações realizadas pelas Agências e Superintendências, classificando o volume de contratação por porte;</p> <p>b) Identificação das Agências e Superintendências com deficiência na aplicação do crédito no agronegócio e nos setores portos;</p> <p>c) Orientação permanente às Superintendências quanto à expansão do crédito ao agronegócio, priorizando os pequenos portos. Atividade contínua</p> <p>d) Lançada metodologia de análise de limite de crédito para custeio e aquisição de máquina isolada, o que dá maior segurança ao crédito e agilidade no processo de análise. Desta forma, não haverá mais necessidade de elaboração de projeto ou plano de negócio, o que irá atender aos anseios dos produtores de menores portos</p>
<p>3) Incrementar os meios de divulgação dos programas de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para os possíveis tomadores de recursos classificados como de micro até médio portos, tendo em vista</p>	<p><b>GERP/GERGC</b></p> <p>1. Acompanhar as ações das Superintendências e Agências com órgãos de classe nos municípios de sua jurisdição e outras entidades afins para realização de encontros de divulgação dos produtos e serviços do Banco para</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GICOM, GERGC, GERPF, GERPI e GEMAF</p>	<p>GICOM</p>	<p><b>GERP/GERGC</b></p> <p>1. As ações desenvolvidas pelas superintendências e também por suas jurisdições são acompanhadas com a apresentação dos eventos em que houve a</p>
<p><b>GEMAF</b></p> <p>1. Acompanhamento semanal por agência via SISARD. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. Plano de ação para dinamizar o PRONAF aprovado pela DIREX, em 2012. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>3. Acompanhamento mensal, toda vez que a base do SIG é liberada. Última base: jun/2013. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>4. Plano de ação para dinamizar o PRONAF aprovado pela DIREX em 2012. As Superintendências estão articulando com atores em cada Estado para a realização de reuniões para construção do Relatório de Informações Técnicas do PRONAF (RIT). As capacitações foram realizadas em alguns estados. No momento estão suspensas aguardando que o novo sistema de fomento entre em produção, pois a capacitação deve ser voltada para esse novo sistema. Atividade contínua. Item atendido.</p>		<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>			

<p>o disposto no inciso XII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>atendimento às MPE's, Empreendedores Individuais e médias empresas.</p> <p>2. Expansão das ações que o Banco já possui através das parcerias com diversas entidades (rodadas de negócios e seminários de acesso a crédito)</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p>participação do Banco como agente orientador e fomentador de crédito. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. No primeiro sem/2013, fluio do convenio com o SEBRAE, foram efetuados 48 seminários na região norte com a participação de cerca de 3.000 empreendedores. Com a Associação Comercial do Pará foram 04 Balcões de Negócios com 17 empresas atendidas. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p><u>GERPI</u></p>	<p>1. Distribuição de cartilhas orientadoras às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais e criação de novos folders de materiais promocionais (via GICOM)</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p><u>GERPI</u></p> <p>1. O Banco mantém a distribuição de cartilhas orientadoras de acesso a crédito com recursos do FNO às MPE's e também sobre o atendimento a Empreendedores Individuais. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p><u>GERPE</u></p>	<p>1. Elaboração de cartilhas do FNO Pessoa Física (mini e pequenos produtores), com linguagem simples e adequada para consumo do público alvo e uso institucional, ressaltando todo fluxo de acesso e obtenção do crédito.</p> <p>2. Desenvolver e realizar seminários "FNO PARA TODOS" de um dia, visando disseminar as linhas de crédito e as condições de acesso, iniciando pelas unidades identificadas com baixo desempenho.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p><u>GERPE</u></p> <p>1. Distribuição de cartilhas e folders nas diversas palestras realizadas nos municípios informando sobre os produtos e serviços do Banco disponíveis aos mini e pequenos produtores. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. Observado cronograma dos seminários de disseminação do FNO para extensão dos benefícios do Fundo a todos os Municípios da Região. Atividade contínua. Item atendido.</p>
<p><u>GERMAE</u></p>	<p>1. Elaboração de cartilhas do FNO (linhas/grupos do PRONAF e uma específica para o Grupo B), com linguagem simples e adequada para consumo do público alvo e uso institucional, ressaltando todo fluxo de acesso e obtenção do crédito</p> <p>2. Propor a criação de álbum seriado sobre as linhas/grupos do PRONAF para uso dos técnicos nas reuniões com os agricultores familiares (em campo).</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>		<p><u>GERMAE</u></p> <p>1. Cartilhas e folders estão sendo distribuídos às Superintendências e agências. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p>2. O Banco optou por não confeccionar os álbuns seriados. A divulgação junto aos agricultores familiares está sendo feita por meio de palestras com distribuição de folders. Também estão sendo distribuídos folders e cartilhas em eventos e nas agências. Concluído.</p>
<p><u>GICOM</u></p>	<p>1. Potencializar ainda mais a comunicação, através da utilização de diversos meios de divulgação do FNO (rádio, TV, jornal, portais e mídias alternativas), principalmente os negócios relacionados com microfinanças, FNO-Empreendedor Individual, FNO-GIRU MPE, Amazônia Florecer e outras linhas de crédito do Banco</p>	<p>Início: julho/2011 Término: contínuo</p>		<p><u>GICOM</u></p> <p>1. A GICOM tem trabalhado na divulgação do FNO através do programa FNO Mais e tem desenvolvido também várias outras ações de comunicação utilizando jornal, revistas e material promocional visando sobre o referido produto. Espera-se com isso contribuir para a aplicação de 100% dos recursos previstos. Atividade contínua. Item atendido.</p>



<p>4) Incremento e aperfeiçoar as ações com vistas ao acompanhamento contínuo do comportamento da inadimplência, a fim de atuar de forma preventiva quando da sinalização da inadimplência de crescimento do inadimplência em determinado setor econômico, por meio de empreendedores, tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e superintendência, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.327/89</p>	<p><b>4.1 PREVENÇÃO</b> <b>GEMAF</b> 1. Capacitar técnicos interna e externamente sobre PRONAF (conceitos, linhas/grupos, planilha de análise, etc.), visando qualificar a entrada de projetos/proposta no Banco como forma de redução de inadimplência.  2. Desenvolver/normatizar ações (visitas prévias, declaração de posse, etc.) como forma de redução da inadimplência na agricultura familiar.  <b>GEAFO</b> 1. A GEMAF, com 40 (quarenta) empregados, criada em 17.09.2009, poderá atuar preventivamente, pois tem como atribuição principal: administrar, acompanhar e monitorar (fiscalizar) a evolução física dos empreendimentos. Além disso, periodicamente os projetos são visitados pela GEMAF e Agências, conforme regras estabelecidas nas NP-456-Administração de Crédito Acompanhamento e Fiscalização e NP-457-Administração de Crédito Fiscalização do Crédito Rural. A visita tem por objetivo obter informações que permitam adoção tempestiva para assegurar o retorno do capital emprestado pelo Banco.  <b>GERAT</b> 1. No Banco da Amazônia, as ações para regularização das dívidas vencidas se iniciam a partir do dia seguinte ao vencimento. O sistema de controle de operações emite Avisos de Vencimento nos primeiro e sétimo dias úteis após o vencimento aos devedores, chamando-os ao pagamento. Devedores e cobrigados são inscritos no CIOB (Cadastro de Impedidos de Operar com o Banco da Amazônia), CADIN, SPC e SERASA, de acordo com prazos estabelecidos em Normas Internas, que são postadas em Lei e ou dispositivos legais que regem o assunto.  Paralelamente, procura-se verificar as causas da inadimplência, para que, na abordagem (carta de cobrança, telefone, e-mail, visita), já se tenha a oferecer possíveis soluções negociadas. O devedor também é alertado para as consequências do não pagamento da dívida. Os procedimentos de acompanhamento e cobrança estão disciplinados internamente na Norma de Procedimento (NP) 460 - Gestão do acompanhamento de Devedores para o aumento do acompanhamento de operações vencidas. As agências são responsáveis pelo acompanhamento integral dos clientes inadimplentes e</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p> <p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GEAFO, GERAT e GEMAF</p>	<p>GERAT</p>	<p><b>GEMAF</b> 1. Faz parte do Plano de ação para dinamizar o PRONAF. As capacitações foram realizadas em alguns estados. No momento estão suspensas aguardando que o novo sistema de fomento entre em produção, pois a capacitação deve ser voltada para esse novo sistema. Atividade contínua. Item atendido.  2. Visita prévia, galilho da inadimplência, declaração de posse e outras já foram normatizados. Concluído.  <b>GEAFO</b> 1. Sem alteração. Os aspectos de visita/fiscalização/comprovação são permanentes, e ocorrem melhorias nos controles junto às Agências e Superintendências. Atividade contínua. Item atendido.  <b>GERAT</b> 1. Sem alteração. Atividade contínua. Item atendido.</p>
--	---	---	-----------------------------	--------------	---

<p>inadimplentes. As dívidas vencidas acima de 500 mil têm o acompanhamento priorizado e contínuo das Superintendências Regionais (SUPER's) até a regularização. Naquela instância, são estralidos relatórios e enviados às agências jurisdicionadas com instruções sobre as providências a serem tomadas para a efetiva regularização das dívidas anormais. As agências são instadas a informar semanalmente sobre os resultados e relatórios são encaminhados às áreas de controle e acompanhamento da Superintendência. O Comitê das SUPER's devem se reunir semanalmente para tratar das dívidas vencidas acima de 500 mil, elaborar ata e encaminhá-la à Mariz, juntamente com a relação dos devedores e a situação em que se encontram, as perspectivas e os prazos de solução. Na Mariz, o monitoramento dessas ações também é semanal (Gerência de Reestruturação de Ativos e Gerências de Seguros).</p> <p>Quando identificado que o cliente não possui condições financeiras para efetuar o pagamento integral de uma parcela ou até mesmo da operação, as políticas do Banco permitem a renegociação da dívida desde que seja tecnicamente justificável e ainda sob parâmetros regulamentares, previstos em normativos. Estes são atualizados de acordo com a política delineada pela administração do Banco ou acompanhando mudanças no mercado que impactem de forma significativa o setor bancário e contemham elementos discriminatórios relacionados com renegociação de dívidas.</p> <p>As Resoluções que regulamentam decisões emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) são tempestivamente transformadas em Circulares Internas para que recebam o tratamento adequado quanto aos procedimentos da medida legal.</p> <p>2. Com vistas a manter as normas de renegociação de dívidas aderentes ao mercado e a realidade vivenciada pelos clientes das diversas cartéis de crédito, técnicos da GERAT acompanham os avanços nos normativos que evitem discrepâncias entre a capacidade de prestação dos devedores e as exigências contratuais firmadas.</p>	<p>Início em andamento Termino contínuo</p>			<p>2. Em janeiro de 2012 foi publicada a NP 469 - Gestão da inadimplência, sob a responsabilidade da GERAT Tal normativo disciplinou o acompanhamento das operações inadimplentes, definindo os responsáveis por cada fase do processo. Atividade contínua, tem atendimento</p>	
<p>4.2 MONITORAMENTO</p> <p>GEMAE</p> <p>1. O gatilho da inadimplência é divulgado sempre que a base do SIC é liberada. Última base: jun/2013. Atividade contínua Concluído.</p>	<p>Início em andamento Termino contínuo</p>				

<p>5) Implementar critérios e padrões para avaliação de eficiência, eficácia e efetividade da área de reestruturação de ativos, sendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p><b>GERAT</b></p> <p>1. A GERAT realiza um comparativo do nº de devedores atuais com relatório anterior. Para os devedores que figuram nos relatórios, cujos valores envolvidos tenham grande impacto no resultado, a rubrica de ação é intensificada, encaminhando a agência e superintendência a um esforço para viabilizar solução para os casos. Os clientes que tiveram risco agravado por causa de atraso são acompanhados a partir de informações das unidades e também através do Sistema SISPCLD, que mostra a flutuação do risco tanto em função do atraso quanto em função da regularização da normalidade.</p> <p>2. Relatórios disponibilizados pelo GESOP fornecem os índices de inadimplência das diversas carteiras de crédito do Banco. A partir da avaliação negativa dos índices de inadimplência a unidade de reestruturação de ativos passa a adotar medidas para identificar os principais ativos e orientar as unidades envolvidas a agirem proativamente visando estancar o processo degenerativo, interromper a elevação dos valores vencidos e, no mesmo tempo, buscar adequar esses números a um patamar aceitável pelo mercado. A partir da entrada em produção do sistema CRI (Creditor Risk Intelligence), prevista para até o final de dezembro/2011, o Banco passará a dispor de relatórios quinzenais ou semanais, quando entre os indicadores de inadimplência poderão ser visualizados com maior deflagem permitindo ações tempestivas para regularização das operações vendidas.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>			<p><b>GERAT</b></p> <p>1. Sem alteração. Atividade continua sem alteração.</p> <p>2. A GERAT é usuário do sistema CRI, o qual já se encontra em produção, sendo os relatórios disponibilizados analisados pelas diversas áreas usuárias, com vistas a aquilatar a sua utilidade efetiva para a gestão das operações ativos do Banco. No caso específico da GERAT, para visualização da inadimplência e a sua gestão.</p>
<p>5) Implementar critérios e padrões para avaliação de eficiência, eficácia e efetividade da área de reestruturação de ativos, sendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>1. Anualmente, é definida a meta de recuperação de créditos compensados, inclusive, o valor determinado entra no Orçamento da instituição. Todavia, toda a estrutura de reestruturação de ativos do Banco trabalha focando atingir 110% do valor que é fixado pela Diretoria da Casa. Ao final do exercício, os números alcançados são avaliados pela Diretoria responsável e pela Administração maior do Banco, impactando, inclusive, o conselho da Gerência responsável (GERAT) e dos empregados ali lotados. Quanto à renegociação de dívidas não compensadas, os efeitos das medidas tomadas pela GERAT foram-se sentir pelo número de propostas encaminhadas nas agências e decididas pelas diversas instâncias de decisão (Comitês das agências, das superintendências, da Matriz e Diretoria Executiva), e pelo montante de reversão de PCLO gerado.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GERAT</p>	<p>GERAT</p>	<p>1. O Programa Recupera Mais, que vigorou durante o ano de 2012 foi substituído pelo Programa Supera Mais, o qual, como o próprio nome indica, é composto de mais metas ouvidas e desafiadoras, mobilizando toda a estrutura de reestruturação de ativos a empreender ações concretas e objetivas para que, ao final do período, as metas estejam batidas e quais superadas. As unidades com melhor desempenho serão premiadas e bonificadas.</p> <p>Executadas as ações elencadas no item 4 anterior, a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de reestruturação de ativos podem ser verificadas comparando-se a quantidade de operações renegociadas administrativamente e seus efeitos (redução do índice de inadimplência, volume de créditos recuperados, e outros). O período considerado</p>



<p>6) Prorrogou a alocação de profissionais e dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela Gerência de Acompanhamento do Crédito de Fomento para as operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.327/89</p>	<p>2. Já os índices de inadimplência em si não podem ser analisados somente sob o aspecto de restituição de ativos. A gestão da inadimplência se inicia com o princípio contínuo com o presente cliente. Depois, vêm as fases de cadastro, análise de risco, definição de limites de crédito, análise de projetos ou de necessidade de capital de giro, de visitas gerenciais, de verificação da correta aplicação dos recursos liberados, do acompanhamento da credibilidade, etc. Se bem feitos e combinados esses elementos, reduzem-se as vias da inadimplência e os seus indicadores mantêm-se sob estrito controle, ficando a área de restituição de ativos com as gestões dos casos de inadimplência.</p>	<p>Início: em andamento Término: contínuo</p>	<p>GEAFO</p>	<p>para efeito avaliativo foi às informações do exercício 2012 e do primeiro semestre de 2013</p> <p>O volume de créditos recuperados no 1º semestre/2012, 2º semestre/2012 e 1º semestre/2013, referentes às operações com recursos do FNO, perfazem:</p> <p>Jan/2012 ..... R\$ 20.44 milhões. Dez/2012 ..... R\$ 22.69 milhões. Jun/2013 ..... R\$ 51.92 milhões.</p> <p>acrescimento de 128,82% em relação ao semestre anterior e de 20,37% comparativamente ao resultado obtido no ano de 2012.</p> <p>No 1º semestre/2013 foram efetuadas cerca de 460 renegociações do Fome FNO, nas diversas instâncias decisórias.</p> <p>Em 2013, até o mês de junho, o Banco, através da GERAT, publicou 7 (sete) circulares respeitadas por resoluções legais, com orientações de procedimentos para negociação de dívidas vencidas/vencidas de diversas fontes de recursos. Atividade contínua. Item atendido</p> <p>2. Sem alienação Atividade concluída Item atendido</p>
<p>6) Prorrogou a alocação de profissionais e dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela Gerência de Acompanhamento do Crédito de Fomento para as operações de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.327/89</p>	<p>1. Desde 2010 a GEAFO passou a fazer o acompanhamento mensal das fiscalizações e elaboração de relatórios semestrais, demonstrando o percentual de fiscalizações ocorridas comparado com o previsto. Para as unidades que apresentam baixo desempenho é elaborada justificativa. Os demonstrativos das fiscalizações foram separados em:</p> <p>a) Crédito Rural - Pronaf b) Crédito Rural (exceto Pronaf)</p>	<p>Início: em conclusão Atualização: contínua</p>	<p>GEAFO</p>	<p>1. Em 2012 foram fiscalizadas 18.230 operações Rurais (inclusive Pronaf) e Não Rurais, assim distribuídas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Programação Anual: 8.222</li> <li>-Outras Fiscalizações (exceto Pronaf): 3.143</li> <li>-Fiscalizações previstas por Órgãos de Assistência Técnica credenciados: 4.928</li> <li>-Outras Fiscalizações do Pronaf: 1.937.</li> </ul> <p>Atividade contínua. Item atendido.</p>

	2) Elaborada cartilha de procedimentos e recomendações e enviada para as agências	Início: conclusão Atualização continua	GERAP, GERAT, GERMAF, GPROD e GERHU	GERHU	2) Cartilha elaborada. Concluído.																																							
7) Amplie e aperfeiçoe as ações para capacitação de empregados que desenvolvem análise de crédito nas agências, acompanhamento dos financiamentos e renegociação de dívidas, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.	<p>GERHU</p> <p>1) Com o objetivo de capacitar os empregados do Banco foi realizado o Curso de Qualidade do Crédito, com a participação de 1.064 empregados, dos quais 937 foram certificados. No primeiro semestre priorizamos os empregados que trabalham nas agências, assim alcançamos 79% da meta anual dos empregados das agências, neste 2º semestre concluímos tanto o índice de empregados nas agências quanto na matriz, perfazendo um total de 1.310 empregados treinados, conforme abaixo:</p> <table><tr><th>Discriminação</th><th>Total</th><th>Agência</th><th>Matriz</th></tr><tr><td>Matriculados</td><td>1.064</td><td>1.033</td><td>46</td></tr><tr><td>Certificados</td><td>937</td><td>891</td><td>46</td></tr><tr><td>Matriculados 3ª turma</td><td>556</td><td>422</td><td>134</td></tr><tr><td>Meta</td><td>1.310</td><td>1.130</td><td>180</td></tr><tr><td>Percentual atingido</td><td>-</td><td>79%</td><td>23%</td></tr></table> <p>O curso será disponibilizado aos demais empregados do Banco. Além desse curso, foi ofertado o Curso de Cadastro, que dará suporte ao relacionamento cliente-empresa. Atualmente, 306 certificados já foram concedidos e continua disponível a todos os empregados do Banco.</p> <p>Foi realizado também o Curso de Utilização de GPS e Processamento de informações Geográficas para 29 empregados, com o objetivo de capacitar os técnicos para a utilização correta do aparelho como ferramenta nas visitas/facilitações, evitando que o Banco venha a sofrer prejuízos em demandas judiciais em virtude do recebimento de garantias do Crédito (Hiperceas) passíveis de irregularidades e/ou localizadas em áreas ilegais ou de Preservação Ambiental.</p> <p>Foram realizadas Fiscalizações por Amostragem de Operações do PRONAF (por 25 empregados) assim como o Curso de Análise de Planilhas de PRONAF ofertado a 49 empregados. Com a realização desse curso o quantitativo de unidades treinadas voltou a ser de 100%.</p> <p>Além do Curso sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia- FDA, oportunizado a 22 empregados, foram disponibilizadas vídeos-aula sobre contabilidade geral e contabilidade bancária, realização de vídeos-conferência para discussão do assunto, com acesso a todos os</p>	Discriminação	Total	Agência	Matriz	Matriculados	1.064	1.033	46	Certificados	937	891	46	Matriculados 3ª turma	556	422	134	Meta	1.310	1.130	180	Percentual atingido	-	79%	23%				<p>GERHU</p> <p>1) No período de janeiro de 2012 a junho de 2013 foram realizados treinamentos em serviço e capacitações operacionais dentre os quais destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Curso de Capacitação no Sistema de Fomento não Rural – a princípio foram treinados 07 disseminadores que, por sua vez, treinaram nas superintendências um representante de cada agência, totalizando em 133 participações. O Amazon Project foi, também, disponibilizado em formato de vídeo-aula (DVD) para que todas as unidades possam disseminar aos projetos locais. Em 2013 o curso do Amazon Project foi repetido para os analistas da GERAP.</li><li>• Curso de Agricultura Familiar e PRONAF – disponibilizado na metodologia à distância, com carga horária de 13 horas, promovendo a certificação de 635 empregados</li><li>• Curso de Atendimento Produtivo Orientado – disponibilizado na metodologia à distância, com carga horária de 40 horas, promovendo a certificação de 183 empregados.</li><li>• Continuidade do Curso de Qualidade do Crédito – realizado on line inicialmente pelo Banco, com 2.079 empregados treinados em todas as ofertas do curso, com carga horária de 66 horas. No ano de 2013 ainda será realizado mais uma turma no 2º semestre.</li></ul> <table><tr><th>Período</th><th>Turnos</th><th>Certificados</th></tr><tr><td>2011</td><td>03</td><td>1475</td></tr><tr><td>2012</td><td>02</td><td>585</td></tr><tr><td>1º sem/2013</td><td>01</td><td>19</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>05</td><td>2079</td></tr></table> <ul style="list-style-type: none"><li>• Risco de Crédito e Fraude – disponibilizado a 10 empregados da GERU, visando oferecer uma ampla visão de mercado em análise de crédito e fraude, a fim de prover o crescimento da carteira de ativos com qualidade, segurança e agilidade através da identificação dos fatos geradores da PTD, elucidando os sinais de</li></ul>	Período	Turnos	Certificados	2011	03	1475	2012	02	585	1º sem/2013	01	19	TOTAL	05	2079
Discriminação	Total	Agência	Matriz																																									
Matriculados	1.064	1.033	46																																									
Certificados	937	891	46																																									
Matriculados 3ª turma	556	422	134																																									
Meta	1.310	1.130	180																																									
Percentual atingido	-	79%	23%																																									
Período	Turnos	Certificados																																										
2011	03	1475																																										
2012	02	585																																										
1º sem/2013	01	19																																										
TOTAL	05	2079																																										

	<p><b>empregados do Banco</b> A partir do dia 30/06/2011 foram disponibilizados a todos os empregados do Banco, através da metodologia à distância, os cursos de FNO GRCO-MPE, Amazonia Card, Curso Prático de Comércio Exterior e Câmbio e DDA - Débito Direto Autorizado.</p>				<p>aberta para públicos PF e PJ, mitigando os riscos de inadimplência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de Formação para Gerente de Relacionamento – com carga-horária de 114 horas disponibilizado para 32 empregados, com o objetivo de capacitar os empregados habilitados para o exercício da função de Gerente de Relacionamento, a partir de conhecimentos básicos e específicos necessários à sua atuação plena no atual mercado financeiro e de negócios.</li> <li>Novo Código Minimal – com carga-horária de 16 horas oportunizado a 03 empregados, com o objetivo de proporcionar aprimoramento profissional e esclarecer dúvidas de nossa instituição que direta ou indiretamente trata de ações, planejamentos ou execução de atividades ligadas ao setor produtivo nacional.</li> <li>Em parceria com a CATIO ofereceu cursos para todos os empregados do Banco com o objetivo de melhorar a capacitação de empregados que desenvolvem análise de créditos nas agências, acompanhamento dos financiamentos e renegociação de dívidas, como:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Como Cobrar Inadimplentes, com carga-horária de 6 horas para 31 empregados</li> <li>Fluxo de Caixa com carga-horária de 16 horas para 48 empregados</li> <li>Matemática Financeira com carga-horária de 16 horas para 95 empregados</li> <li>Contabilidade Financeira e Gerencial com carga-horária de 6 horas para 85 empregados. Atividade contínua. Item atendido.</li> </ul> </li> </ul> <p><b>GERMAF</b> 1. For parte do Plano de Ação para dinamizar o PRONAF. As capacitações foram realizadas em alguns estados. No momento estão suspensas aguardando que o novo sistema de fomento entre em produção, pois a capacitação deve ser voltada para esse novo sistema. Atividade contínua. Item atendido.</p> <p><b>GERPROD</b> 1. Dar suporte e manter o parque tecnológico, incluindo a plataforma EAD, será sempre uma atividade contínua, por ser uma atribuição</p>
	<p><b>GERMAF</b> 1. Dar continuidade as ações de capacitação interna e externa, visando a qualificação do crédito ao agricultor familiar.</p>	<p>Início em andamento Termino: contínuo</p>			
	<p><b>GERPROD</b> 1. Dar suporte e a manutenção ao parque tecnológico (servidores, estações, rede) em pleno funcionamento, de forma a manter sempre disponível a plataforma de Ensino</p>	<p>Início em andamento Termino: contínuo</p>			

	3 Distância (FAD).		Início em andamento Término: continua			desta GPROD. Atividade continua. Item atendido
<p><b>GERAP</b></p> <p>1. Esta sendo realizado o curso on-line "Inici@BNDES". sendo verificados 33 empregados da GERAP no primeiro semestre de 2011, com a finalidade de instruir sobre os critérios, condições e procedimentos operacionais a serem observados nos financiamentos concedidos pelo BNDES, por meio das instituições financeiras credenciadas.</p> <p>2. Veiculação do informativo PROMAP – Programa de Melhoria de Análise de Fomento, quinzenalmente, que orienta Agências e áreas de análise quanto ao recebimento de propostas / projetos com todos os documentos e informações necessários ao seu estudo, visando a agilizar o retorno sem prejuízo da qualidade do crédito.</p> <p>3. Participação de 5 analistas da GERAP no curso Oportunidade Profissional em o Mercado de Crédito de Carbono.</p> <p>4. <i>Report Técnico à Rede de Agências referente aos aspectos técnico-econômico-financeiros dos projetos.</i></p> <p><b>GERAT</b></p> <p>1. Esta sendo elaborado o Seminário sobre Reestruturação de Ativos, com a co-participação da Gerência de Suporte Jurídico-GSJIIR e da Gerência de Suporte Operacional-GFOP. O objetivo é fazer né a parte os Coordenadores de Reestruturação de Ativos das Superintendências para alinharem as estratégias e discutir normas e procedimentos que envolvem a negociação de dívidas. Neste encontro, espera-se estabelecer procedimentos normativos e homogêneos, que serão disseminados entre as agências, evitando-se interpretações diferenciadas das normas em vigor, dando assim mais celeridade e segurança nas decisões. Ao final, serão coletadas críticas e sugestões de melhoria de modo a se buscar o aprimoramento das ferramentas disponíveis para se buscar a regularização de dívidas em situação de normalidade.</p>	<p>1. Foram criadas em fevereiro de 2011, as NIP nº 454 – Administração de Crédito Aspectos Gerais; nº 456 – Administração de Crédito Acompanhamento e Fiscalização e NIP nº 457 – Administração de Crédito Fiscalização de Crédito Rural, que tratam de diferentes procedimentos voltados para medidas preventivas</p>	<p>Início: 2010 Término: fevereiro/2011.</p>	<p>GEAFO</p>	<p>GEAFO</p>	<p>1. Aplicado conforme os normativos citados Concluído.</p>	<p>1. O Curso de Reestruturação de Dívidas, via FAD, já foi concluído e encaminhado para a GERH, estando, no momento, em processo de formalização da cartilha. Concluída esta fase sem percalços, o Curso será disponibilizado para o treinamento a que se propõe</p>
<p>8) Revise os procedimentos de acompanhamento/acompanhamento das operações, com foco em cadastramento e viabilidade econômica de projetos, a fim de adoção de medidas preventivas, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/09.</p>	<p>1. Atualização o Banco dispõe de ferramentas de controle e</p>	<p>Início: 22/07/2011</p>	<p>GSJUR</p>	<p>GSJUR</p>	<p>1.</p>	

<p>avaliação da eficiência, efetividade e eficácia das ações de cobrança judiciais, tendo em vista o disposto no inciso VIII, art. 3º, da Lei nº 7.827/89.</p>	<p>avaliação das ações de cobrança, que são efetuadas através de relatórios gerados por meio de informações colhidas do sistema de gerenciamento de processos denominado SAPJ. No entanto, visando aperfeiçoar o controle e obtenção de informações gerenciais das ações judiciais, ativas e passivas, iniciou-se a construção de um novo sistema de informações que possibilitará maior controle das ações judiciais além de permitir acesso tempestivo a um conjunto de informações que permitam decisões gerenciais no que concerne à condução de processos e avaliação dos profissionais envolvidos. Esse novo sistema será estáb pronto até Dezembro/2012 e possui os seguintes requisitos funcionais:</p> <p>a) O sistema deverá realizar as atividades de cadastro, atualização, acompanhamento e controle dos processos jurídicos, agindo como uma fonte de informações integrada a todos os setores da instituição que por ventura venham a necessitar de seus dados;</p> <p>b) Possibilitar o cadastramento de vários números no processo de acordo com as instâncias e alterações dos números em conformidade com os órgãos julgadores;</p> <p>c) Possuir campos de valor da causa, valor corrigido, valor de probabilidade de ganho, e valor de probabilidade de perda;</p> <p>d) Possuir módulo de integração para arquivamento digital, permitindo a consulta e impressão das peças processuais, e outros documentos;</p> <p>e) Possuir banco de dados de Argumentos, Modelos de Peças Processuais, Teses, Pareceres, Notas Técnicas e Jurisprudências, e outros documentos relevantes como fonte de consulta;</p> <p>f) Possuir módulo para controle de arquivo físico e digital de documentos e bibliotecas, com a possibilidade de emissão e impressão de etiquetas;</p> <p>g) Possuir módulo para gestão dos escritórios centralizados, onde os processos serão repassados aos terceirizados via sistema, com acesso imediato às informações e anexos e protocolo de recebimento;</p> <p>h) O advogado interno deverá receber aviso automático quando o escritório executar atualizações à ficha, anexar documentos, houver andamento inserido e outras ações como a entrada de uma nova peça, como um embargo ou mesmo intenção de entrar com um recurso;</p> <p>i) Portal de Consulta e Pareceres, através do qual são recebidas as solicitações do demandante para</p>	<p>Término: Julho/2014</p>	<p>a) O primeiro módulo para acompanhamento e gestão das cobranças judiciais do Novo SAPJ está em produção parcial em virtude das licenças do ambiente em unidades "piloto". O manual do usuário e o material para o treinamento a distância já está finalizado. Iniciamos o treinamento presencial dos usuários da GSIUR, Agência Belém Centro e Superintendência PA A prevista de entrada em definitivo do módulo é para 10 de março. Em andamento.</p> <p>b) Quanto aos outros módulos do Novo SAPJ, foi concluída a homologação dos casos de uso. O código-fonte já está em desenvolvimento. Após reformulação do cronograma pela Fabrica de Software, foi estabelecido o prazo de 31/12/2014 para entrega da 1ª fase do Projeto Novo SAPJ, com vários módulos. Em andamento.</p> <p>c) Foi desenvolvido um aplicativo para o acompanhamento dos prazos judiciais complementando o controle utilizado no momento. Atividade continua. Item atendido</p> <p>d) É realizado o acompanhamento quinzenal quanto aos valores recuperados das cobranças judiciais. Atividade continua. Item atendido</p>
--	---	--------------------------------	--





<p>do FNO em seus planos anuais de atividades de auditoria, conforme Instruções Normativas CGU nº 07/06 e nº 01/07, em especial:</p> <p>10.1.1) Adoção de procedimentos de auditoria estruturados para aferição objetiva do desempenho operacional das unidades na gestão de recursos do Fundo;</p> <p>10.1.2) Estabelecimento de critérios de seleção amostral baseados em materialidade das operações e classificação de risco que reflitam a representatividade das aplicações de fomento no conjunto das operações da carteira das unidades auditadas;</p> <p>10.1.3) Detalhamento de metas quantitativas de horas a serem empregadas em fiscalizações de recursos do FNO</p> <p>10.2) Adoção de indicadores de desempenho para as atividades de auditoria interna, relativos ao cumprimento dos objetivos e metas de fiscalização dos recursos do FNO, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;</p> <p>10.3) Alocação dos recursos humanos e implantação de sistemas informatizados necessários ao cumprimento das metas de auditoria das unidades responsáveis pelas operações de crédito do FNO estabelecidas nos planos anuais de atividades de auditoria interna, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal;</p> <p>10.4) Implementação de metodologia de monitoramento da eficácia e efetividade das recomendações formuladas nos testes de auditoria, tendo em vista o disposto no caput do art. 70, da Constituição Federal.</p>	<p>b) Capacidade operacional das agências para orientar e atender o público-alvo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, especialmente no que diz respeito ao quantitativo e à capacitação dos recursos humanos; e</p> <p>c) Atuação das unidades responsáveis pela fiscalização de empreendimentos, com foco em projetos de infraestrutura econômica, inclusive com relação à avaliação dos projetos, custos e viabilidade.</p> <p>Tomando por base a IN-CGU nº 01/07, a Auditoria Interna programou para 2013, 120 missões para verificações "in loco" (16.232 horas úteis) na área organizacional e de negócios (Anexo I do PAINT). O FNO receberá ações da auditoria interna em três momentos distintos, num total de 6.401h:</p> <p>a) Auditoria nas demonstrações contábeis, sob a responsabilidade da Coordenação de Auditoria Contábil e Tributária-CATRI, itens 5.1.1.1 e 5.1.2.6 do Anexo III, correspondendo a 96h;</p> <p>b) Grandes operações FNO – Direção Geral, item 3.1.8 do Anexo III, correspondendo a 320h, sob a responsabilidade da Coordenação de Auditorias Operacionais e de Negócios-CAONE; e</p> <p>c) Ação em missões na Rede de Distribuição, item 3.1.1.1 e 3.1.2.1 do Anexo III, correspondendo a 5.988h, sob a responsabilidade da Coordenação de Auditorias Operacionais e de Negócios-CAONE</p> <p>2. Na área de fomento, incluso o FNO, o objetivo é certificar que todas as etapas do processo de crédito estão sendo cumpridas de forma, se os controles estabelecidos para a mitigação dos riscos são eficientes e eficazes, com o intuito de manter os riscos em parâmetros definidos pela Alta Administração.</p> <p>A seleção das unidades a serem auditadas foi definida levando-se em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Média comparativa da quantidade de operações existentes nos últimos três exercícios;</li> <li>▪ Média comparativa do volume de recursos aplicados nos últimos três exercícios, 2008, 2009 e 2010; e</li> <li>▪ Roteiro das unidades que figuraram dentro as vinte principais posições.</li> </ul> <p>Com a nova metodologia, já em andamento no SEAUD, certamente haverá mudanças que, oficialmente, serão justificadas à CGU no PAINT/2012.</p> <p>Atualmente, há 34 empregados alocados (1 Secretária Executiva, 4 Coordenadores titulares, 1 Supervisora de Secretário e 28 auditores). A Supervisora não pertence ao</p>	<p>quando o mesmo for formalizado (em regra, 31/Jul a 20/nov do ano em curso). As medidas imediatas são tomadas e justificadas à CGU no PAINT.</p>	<p>Auditoria Interna encaminhou à Coordenação Geral da União-CGU, tanto o PAINT/2014 quanto o PAINT/2013. Concluído</p>
			<p>2. As missões buscaram avaliar:</p> <p>a) A gestão contábil (missão 2014/004);</p> <p>b) A eficiência da aplicação dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia S.A. (missão 2014/005);</p> <p>c) A eficácia e a eficiência das ações tomadas com base no relatório 2013/035 (missão 2014/029);</p> <p>d) A eficiência da aplicação dos recursos do FNO-Prontaf (missão 2014/030).</p> <p>As missões 2014/005, 029 e 030 abrangem unidades da Direção Geral e da Rede de Distribuição. O objetivo é verificar que todas as etapas do processo de crédito estejam sendo cumpridas, e se os controles criados para mitigar os riscos são eficientes e eficazes. Na seleção para a coleta de evidências, será utilizada matriz de risco que compreenderá critérios de materialidade e criticidade.</p> <p>Atualmente, há 34 empregados alocados (1 Secretária Executiva, 4 Coordenadores titulares,</p>





## **PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO**

- As informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação constam do conteúdo do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do FNO – Exercício 2013, incluído em item específico, do Processo de Contas Ordinárias do FNO – Exercício de 2013.

**Anexo I – cópia do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados  
Obtidos pelo FNO – Exercício de 2013**



**Governo da República Federativa do Brasil**



**Ministério da  
Integração Nacional**

**Ministério da  
Fazenda**



**FNO**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE**  
(LEIS N.º 7.827/1989, N.º 9.126/1996 e N.º 10.177/2001)

---

# **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2013**

**Belém-PA  
2014**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**VALMIR PEDRO ROSSI**  
Presidente

**ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES**  
Diretor de Infraestrutura do Negócio

**NILVO REINOLDO FRIES**  
Diretor de Análise e Reestruturação

**CARLOS PEDROSA JÚNIOR**  
Diretor de Controle e Risco

**JOSÉ ROBERTO DE LIMA**  
Diretor Comercial e de Distribuição

**WILSON EVARISTO**  
Diretor de Gestão de Recursos

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2. DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL	8
3. ASPECTOS GERAIS DO FNO	10
3.1 NATUREZA	10
3.2 AGENTE FINANCEIRO	10
3.3 BENEFICIÁRIOS	10
3.4 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	11
3.5 ÁREA DE ATUAÇÃO	12
3.6 POLÍTICA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	12
3.7 INGRESSO DE RECURSOS	13
3.8 DIRETRIZES E PRIORIDADES	14
4. CONTRATAÇÕES DO FNO	20
4.1 CONTRATAÇÕES POR SETOR PRODUTIVO	20
4.2 CONTRATAÇÕES POR ESTADO	20
4.3 CONTRATAÇÕES POR PORTE DO BENEFICIÁRIO	21
4.4 CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	22
4.5 CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA	23
4.6 CONTRATAÇÕES POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	23
4.7 CONTRATAÇÕES POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR	24
4.8 CONTRATAÇÕES EM APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	25
4.9 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	25
4.10 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO AGRONEGÓCIO REGIONAL	26
4.11 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO TURISMO REGIONAL SUSTENTÁVEL	26
4.12 CONTRATAÇÕES EM APOIO À CULTURA AMAZÔNICA	28
4.13 CONTRATAÇÕES EM APOIO À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA	28
4.14 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	28
4.15 CONTRATAÇÕES EM APOIO AO PROGRAMA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO (PROGRAMA ABC)	28
4.16 CONTRATAÇÕES EM APOIO À COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014	29
4.17 CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE DO CRÉDITO	29
4.18 CONTRATAÇÕES POR FAIXA DE VALORES	29
4.19 CONTRATAÇÕES PELA PRIMEIRA VEZ	30
4.20 CONTRATAÇÕES COM A PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	30
4.21 SITUAÇÃO DA DEMANDA DO CRÉDITO	30
4.22 PREVISÃO DE LIBERAÇÃO DO CRÉDITO	30
4.23 PREVISÃO DE AMORTIZAÇÃO DO CRÉDITO	30
4.24 DESEMBOLSO DO CRÉDITO	31
4.25 OPERAÇÕES LIQUIDADAS	31
4.26 SALDO DAS CONTRATAÇÕES	32
5. RESULTADOS OBTIDOS PELO FNO	33

5.1 EXPANSÃO DO CRÉDITO	33
5.2 CONSECUÇÃO DE METAS	34
5.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	35
6. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DO FNO	37
6.1 INADIMPLÊNCIA POR SETOR PRODUTIVO	37
6.2 INADIMPLÊNCIA POR PORTE DO BENEFICIÁRIO	37
6.3 INADIMPLÊNCIA POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	38
6.4 INADIMPLÊNCIA POR ESTADO	39
6.5 INADIMPLÊNCIA POR MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	39
6.6 INADIMPLÊNCIA POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR	39
6.7 INADIMPLÊNCIA POR TIPO DE RISCO	40
6.8 SALDO DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	41
6.9 CRÉDITOS CONTABILIZADO COMO PREJUÍZO	41
6.10 CRÉDITOS RESSARCIDOS PELO BANCO DA AMAZÔNIA	42
6.11 COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS	42
7. GESTÃO DOS RECURSOS DO FNO	43
7.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO GESTORA DO FNO	43
7.2 FORMAÇÃO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	45
7.3 ATUAÇÃO COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	45
7.4 ALINHAMENTO COM AS PRIORIDADES DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA	47
7.5 INCREMENTO DOS FINANCIAMENTOS NOS ESTADOS DE MENOR DINAMISMO ECONÔMICO	49
7.6 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS MESORREGIÕES DIFERENCIADAS E DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO NORTE	50
7.7 ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES	50
7.8 PRIORIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE MENOR PORTE	50
7.9 PRESENÇA DO CRÉDITO EM TODA A REGIÃO NORTE	51
7.10 FISCALIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS	51
7.11 CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA	52
7.12 RENEGOCIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM ATRASO	52
7.13 REPASSE DE RECURSOS PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	53
7.14 RESULTADO FINANCEIRO	53
8. BENEFÍCIOS MACROECONÔMICOS GERADOS PELO FNO	54
8.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E SETORIAL DOS RECURSOS	54
8.2 AVALIAÇÃO COM BASE EM MODELOS DE INSUMO-PRODUTO	56
8.3 AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO ATRAVÉS DO MÉTODO PROPENSITY SCORE MATHING	60
8.4 AVALIAÇÃO COM BASE EM MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL	64
8.5 CONCLUSÕES	66
9 RESULTADO ACUMULADO	68
ANEXO A – TABELAS E QUADROS	69
ANEXO B – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	96



## **APRESENTAÇÃO**

Em conformidade com a legislação vigente e as orientações e recomendação do Ministério da Integração Nacional, o Banco da Amazônia apresenta o **Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2013**.

Como Agente Financeiro do FNO, o Banco da Amazônia desenvolveu suas ações creditícias observando as diretrizes e prioridades contidas no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, com vistas a reduzir os desequilíbrios intra e interregionais e promover a inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e demais políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região.

No exercício de 2013, foram contratadas 44.277 operações de crédito através do FNO, no valor total de R\$ 4,72 bilhões, superior 10% do total financiado em 2012, de R\$ 4,28 bilhões.

O desempenho dos financiamentos do Fundo em 2013 ratifica a importância desse instrumento creditício no processo de desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo, entre outros benefícios, para a redução do êxodo rural, a criação de novas oportunidades de trabalho, a mitigação da pobreza, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o desenvolvimento do turismo regional, o incentivo da cultura amazônica, o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a elevação da arrecadação tributária dos estados e a diminuição das desigualdades intra e interregionais.

Cabe destacar, também, a atenção especial dispensada aos municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, os quais são comprovadamente carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social. Referidas localidades contrataram R\$ 3,13 bilhões em 2013, correspondendo a 66% dos financiamentos contratados no exercício.

Outro registro que merece referência diz respeito ao atendimento de 100% dos municípios da Região Norte com os financiamentos do FNO, fato que representa uma importante conquista para o Banco da Amazônia e, especialmente, para a sociedade regional tendo em vista os benefícios socioeconômicos que são gerados pela ação creditícia do Fundo.

Por fim, ressalta-se que os resultados obtidos através do FNO refletem, em grande parte, o trabalho desenvolvido com comprometimento pelo Banco da Amazônia e de forma compartilhada com os seus parceiros institucionais e colaboradores, aos quais expressamos o nosso agradecimento e, ao mesmo tempo, conclamamos a todos para que juntos possamos continuar realizando o melhor possível para a melhoria da qualidade de vida da população regional e o desenvolvimento da Amazônia em bases mais sustentáveis.

**VALMIR PEDRO ROSSI**  
Presidente do Banco da Amazônia

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

- a) No exercício de 2013, foram contratadas 44.277 operações de crédito com recursos do FNO, sendo financiado o total de R\$ 4,72 bilhões (superior a 10,2% em comparação ao exercício anterior). Os empreendimentos do setor rural absorveram 38% dos financiamentos realizados (R\$ 1,80 bilhão) e os dos demais setores 62% (R\$ 2,92 bilhões).
- b) Em termos de operações contratadas, a maior demanda foi do segmento da agricultura de base familiar, o qual foi responsável pela contratação de 37.290 operações de crédito (84% do total das operações contratadas no exercício de 2013). Quanto aos valores financiados, a demanda mais expressiva foi da atividade de comércio e serviços, absorvendo R\$ 1,52 bilhão (32% do total financiado no exercício).
- c) Os segmentos produtivos de menor porte – mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais; microempresas e empresas de porte pequeno e pequeno-médio; e empreendedores individuais – foram responsáveis pela contratação de 44.058 operações de crédito (99% do total das operações contratadas no exercício), no valor total de R\$ 2,35 bilhões (50% do total financiado em 2013).
- d) O apoio financeiro do Banco da Amazônia ao Plano Safra 2012/2013 alcançou o valor de R\$ 823 milhões, ultrapassando em 55% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) de R\$ 530 milhões, sendo realizadas 63.823 operações de crédito voltadas a projetos da agricultura familiar. Além disso, no atual Plano Safra 2013/2014 a contribuição do Banco da Amazônia também se apresenta bastante significativa, tendo sido financiado, no período de julho a dezembro de 2013, o volume de recursos da ordem de R\$ 330 milhões, atendendo 19.942 famílias e atingido 55% da meta pactuada com o MDA, no valor de R\$ 600 milhões.
- e) No exercício de 2013, todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte foram atendidos com os financiamentos do Fundo se constituindo em um feito histórico na gestão dos recursos do FNO. O atendimento de 100% das localidades da Região com o crédito do Fundo foi possível, sobretudo, pela realização das reuniões do FNO-Itinerante, organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, os quais contam com a participação efetiva do SEBRAE, dos governos estaduais e municipais, além de representantes do setor produtivo e das entidades de classe.
- f) Considerando as aplicações do FNO em 2013 por município conforme a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do total dos financiamentos concedidos, 7% (R\$ 350 milhões) foram demandados por municípios tipificados pela como de baixa renda; 41% (R\$ 1,92 bilhão) por município de economia estagnada de média renda; 18% (R\$ 865 milhões) por municípios de economia dinâmica de menor renda; e 37% (R\$ 1,59 bilhão) por municípios de alta renda. Assim, 66% (R\$ 3,13 bilhões) dos financiamentos do FNO no exercício contemplaram localidades com comprovada carência de uma melhor infraestrutura econômica e social.

- g) As áreas prioritárias da Região Norte pela PNDR (mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira) têm recebido atenção especial da política de crédito do Banco da Amazônia. Em 2013, essas áreas receberam recursos do FNO no total R\$ 1,77 bilhão (37% do volume de crédito financiado em 2013), através da contratação de 18.699 operações de crédito (42% do total das contratações realizadas no exercício).
- h) Cumprindo seu papel de principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia vem apoiando, através dos seus financiamentos, as atividades econômicas consideradas prioritárias no âmbito das ações estratégicas governamentais visando o desenvolvimento regional sustentável, a exemplo da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, do turismo e da cultura, que demandaram R\$ 1,58 bilhão em 2013 (33% dos financiamentos realizados no exercício).
- j) 28.369 operações de crédito do FNO foram de clientes que operaram com recursos do Fundo pela primeira vez, totalizando R\$ 2,32 bilhões, correspondentes a 64% do total das operações contratadas e 49% dos recursos alocados em 2013.
- k) No encerramento do exercício de 2013, o índice de inadimplência do Fundo atingiu o patamar de 4,3%, representando uma redução de 10% em comparação a 2012 (4,8%). Importante observar que a queda no nível de inadimplência do FNO ocorreu num contexto em que houve um crescimento nas contratações, equivalente a 10,2% em relação ao exercício anterior.
- l) Estima-se que os financiamentos concedidos através do FNO no exercício de 2013 contribuirão para gerar expressivos resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, como o incremento de R\$ 35,92 bilhões no valor bruto da produção regional, o aumento de R\$ 18,47 bilhões no PIB da Região Norte, a criação de 708.187 novas oportunidades de trabalho, o pagamento de salários da ordem de R\$ 3,99 bilhões e a geração de R\$ 5,59 bilhões em tributos.

## 2. DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL

A economia da Região apresenta uma enorme gama de atividades desenvolvidas dentro de um complexo sistema produtivo. Na indústria de transformação, o destaque é a produção realizada no Pólo Industrial de Manaus, abrigando cerca de 600 indústrias de alta tecnologia, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químicos. Quanto à indústria de exploração, a maior referência é a produção mineral paraense, cuja produção atingiu em 2011 o valor de R\$ 20,7 bilhões. No setor terciário, é possível observar vigorosa expansão de suas atividades em todos os estados da Região.

No setor primário, observa-se que, na Região que ocupa 45,3% do território brasileiro, de modo geral, Pará, Rondônia e Tocantins destacam-se como os principais estados produtores na agropecuária. Desde 2001 a área cultivada por lavouras temporárias em Rondônia ultrapassou a área ocupada por essas culturas no Tocantins. Esse resultado foi muito influenciado pelo avanço da soja. Dentre as lavouras permanentes rondonienses, destacam-se o cultivo de cacau e café, que juntos respondem por 85% das áreas dedicadas a lavouras permanentes no estado.

No Pará, estado com maior área de lavouras temporárias, a maior parte ainda é ocupada com cultivos de mandioca/macaxeira, milho e arroz. A soja ocupou 11% da área com lavouras temporárias, no Pará, em 2010. Já em relação às lavouras permanentes, no estado, o café perde importância (apenas 4% da área plantada), cedendo espaço para cultivos de banana e dendê. Em 2010, as áreas com pimenta-do-reino, no Pará, representaram apenas 7% da área das lavouras permanentes.

Não obstante à pujança do setor agropecuário nortista, em recente pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, observou-se que desde a criação do FNO houve expressivo avanço do acesso à assistência técnica e às práticas de manejo e conservação do solo, ancorado nas diretrizes da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (nova PNATER), que elegeu a pequena agricultura familiar como público-alvo e a agroecologia como orientação tecnológica privilegiada.

Ainda no âmbito da pesquisa citada anteriormente constatou-se que existe correlação positiva e significativa entre a educação e a Produtividade Total dos Fatores (PTF) da Região Norte, indicando que um aumento no nível médio de escolaridade provoca uma elevação na PTF, mantendo tudo mais constante, o que mostra a importância do investimento em capital humano para promover o crescimento econômico na Amazônia.

Nesse contexto, um exemplo da importância do Fundo para a promoção do desenvolvimento regional foi revelado por pesquisa de campo que envolveu várias universidades da Região, a qual mostrou que os empreendedores beneficiários das operações lastreadas com recursos do FNO estão preocupados com a qualificação de seus colaboradores.

Conforme dados da pesquisa, informados pelos próprios beneficiários, as áreas consideradas prioritárias pelos empreendedores e que mereceram maiores investimentos foram "qualidade e produtividade" e "vendas e marketing" (v. Quadro 1).

Quadro 1 Principais Áreas de Realização de Treinamento e Qualificação de Pessoal, Região Norte, 2011

Área da qualificação	Quantidade da Respostas	%
Qualidade e produtividade	100	17,1
Vendas e marketing	89	15,2
Gestão de pessoal	72	12,3
Operação de máquinas e equipamento	66	11,3
Tecnologias de produção e informação	64	11,0
Segurança e Medicina do Trabalho	63	10,8
Gestão empresarial e do meio ambiente	48	8,2
Organização social	11	1,8
Não realiza treinamentos	42	7,2
Outras	29	5,0
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Estratégia e Organização (GEREO)

Dessa forma observam-se, ainda, ganhos significativos para os empreendedores e empregados, uma vez que os próprios tomadores do crédito assumem que o financiamento proporcionou aumento no número de empregos, na renda da atividade, nos salários pagos aos colaboradores e na evolução das vendas (v. Quadro 2).

Quadro 2 Influência do FNO NO Desempenho das Atividades Financiadas, Região Norte, 2011

Impacto do FNO	Aumentou	Diminuiu	Igual	Não Sabe
O número de empregos diretos	159 73,3%	3 1,4%	53 24,4%	2 0,9%
A renda bruta da atividade	173 79,7%	4 1,8%	34 15,7%	6 2,8%
A margem de lucro da atividade	119 56,1%	9 4,2%	79 37,3%	5 2,4%
O salário dos empregados	92 44,2%	1 0,5%	112 53,8%	3 1,4%
Evolução das vendas de produtos	166 76,1%	5 2,3%	41 18,8%	6 2,8%

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Estratégia e Organização (GEREO)

Como se nota, 73,3% dos entrevistados declara ter elevado o número de empregos diretos em seus empreendimentos a após a obtenção do financiamento. Na mesma linha, 79,7% afirmam ter aumentado a renda de seus projetos e 76,1% declaram ter percebido ampliação na venda de seus produtos após o crédito do FNO.

### 3. ASPECTOS GERAIS DO FNO

#### 3.1 Natureza

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c", que prevê a obrigação de a União destinar 3,0% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Referidos Fundos foram regulamentados pela Lei n.º 7.827/1989, posteriormente alterada pelas Leis n.º 9.126/1995 e n.º 10.177/2001, cabendo ao FNO a parcela correspondente a 20% do valor destinado para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento.

#### 3.2 Agente Financeiro

O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, cuja missão precípua é *"contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, através da execução das políticas públicas e da oferta de produtos e serviços financeiros, visando à satisfação dos clientes, acionistas e sociedade"*. O Banco da Amazônia tem desempenhado um papel preponderante na redução das desigualdades sociais no contexto amazônico, contribuindo, por meio de seus financiamentos, para a geração de emprego e renda na Região, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a diminuição do êxodo rural e a erradicação da pobreza extrema.

#### 3.3 Beneficiários

São beneficiários dos recursos do FNO:

- a) Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10), mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada, pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes e aquicultores;
- b) Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores afetados pelas enchentes na Região Norte;
- c) Populações tradicionais da Amazônia (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, entre outros povos da floresta) não contempladas pelo PRONAF;
- d) Pessoas físicas e jurídicas, inclusive Sociedades de Propósito Específico (SPE), que se caracterizem como produtores rurais;



- e) Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- f) Pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no país, somente quando pertencerem aos setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional;
- g) Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas incubadas, empresários individuais, associações e cooperativas, classificadas como micro ou pequenas empresas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no país a sede de sua administração e cuja maioria de capital pertença a pessoas residentes e domiciliadas no país;
- h) Empreendedores individuais, classificados conforme a Lei Complementar n.º 128, de 19/12/2008, modificada pela Lei Complementar nº 139, de 10/11/2011; e
- i) Empresas Públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, nos empreendimentos de infraestrutura econômica considerados prioritários para a economia pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

### 3.4 Programas de Financiamento

No exercício de 2013 o FNO foi operacionalizado através de seis programas de financiamento, a saber:

- a) *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*: apóia atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no MCR-10;
- b) *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável)*: incentiva atividades desenvolvidas em bases sustentáveis, compreendendo os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos;
- c) *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade)*: financia empreendimentos que privilegiem o uso racional dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo, bem como empreendimentos voltados para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- d) *Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE)*: estimula o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas, induzindo e



apoando a inovação, o aumento da competitividade e as melhores práticas produtivas, visando o fortalecimento e a expansão do segmento;

- e) *Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI)*: apóia o desenvolvimento da Região Norte, através da concessão de financiamentos aos empreendedores individuais, para potencializarem as suas atividades econômicas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados; e
- f) *Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial)*: criado com o propósito de reduzir as consequências das enchentes na Região Norte, sendo operacionalizado através de linhas especiais de crédito para agricultores familiares enquadrados no PRONAF, produtores rurais e empreendedores.

### 3.5 Área de Atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km<sup>2</sup>, composta por 450 municípios. A população atual da Região Norte é de 15,9 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,12 hab/ km<sup>2</sup> e renda per capita de R\$ 16,92 mil, tendo um PIB da ordem de R\$ 163,2 bilhões (v. Quadro 3).

Quadro 3 Área, N.º de Municípios, População, Densidade Demográfica, PIB e Renda Per Capita dos Estados da Região Norte

Estado	Extensão Territorial (km <sup>2</sup> )	N.º de Municípios	População	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,4	22	732.793	4,80	7.386	10,69
Amapá	142.814,6	16	668.689	4,68	7.404	11,82
Amazonas	1.570.745,7	62	3.480.937	2,22	49.614	14,62
Pará	1.247.689,5	144	7.568.078	6,08	58.402	7,86
Rondônia	237.576,2	52	1.560.501	6,57	20.236	13,46
Roraima	224.299,0	15	451.227	2,01	5.593	13,27
Tocantins	277.620,9	139	1.383.453	4,98	14.571	11,28
<b>Região Norte</b>	<b>3.853.327,3</b>	<b>450</b>	<b>15.865.678</b>	<b>4,12</b>	<b>163.206</b>	<b>16,92</b>

Fonte: IBGE - Censo 2010; IBGE / PIB - Base 2009

### 3.6 Política de Alocação de Recursos

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia como o Plano Plurianual (PPA) – o “Plano Mais Brasil”; o Plano

Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; além do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); e das políticas e prioridades dos estados da Região Norte.

### 3.7 Ingresso de Recursos

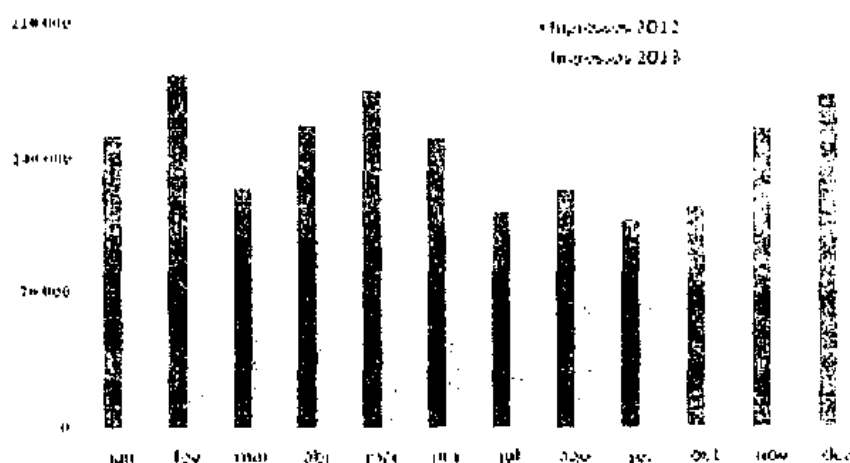
No exercício de 2013 foi repassado ao Banco da Amazônia R\$ 1.861,6 milhões do FNO pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), correspondente a 90,2% do valor de repasse estimado para o exercício, de R\$ 2.063,1 milhões (v. Quadro 4).

**Quadro 4 Repasse de Recursos do FNO via STN**  
**Exercício de 2013**

<b>MÊS</b>	<b>ESTIMATIVAS (R\$ Mil)</b>	<b>REPASSES (R\$ Mil)</b>
Janeiro	188.269	164.044
Fevereiro	176.640	217.787
Março	167.195	125.429
Abril	175.333	134.583
Maio	193.754	193.377
Junho	157.485	161.333
Julho	159.324	114.690
Agosto	165.947	150.217
Setembro	137.948	124.324
Outubro	160.028	124.326
Novembro	176.645	172.935
Dezembro	204.552	178.370
<b>TOTAL</b>	<b>2.063.120</b>	<b>1.861.614</b>
<b>% dos repasses sobre o estimado</b>		<b>90,2%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Contabilidade (GECON)

O valor do Fundo repassado pela STN em 2013 representa um incremento de 7,8% em relação ao ingresso verificado no exercício de 2012, que foi de R\$ 1.726,8 milhões. O Gráfico 1 apresenta a evolução mensal de ingressos do FNO em 2013 comparativamente aos ingressos realizados em 2012.



**Gráfico 1 Ingresso Mensal de Recursos do FNO via STN**  
**Exercícios de 2012 e 2013**

Fonte: Banco da Amazônia / GECON

### 3.8 Diretrizes e Prioridades

O FNO atua alinhado às diretrizes definidas no artigo 3º da Lei n.º 7.827/89, aos objetivos da PNDR, às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM. Assim, os financiamentos realizados pelo Fundo no exercício de 2013 observaram as seguintes diretrizes:

- Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei nº 7.827/89, atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009;
- Promover o Desenvolvimento Sustentável e Incluyente, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
- Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria;
- Elevar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);

- g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários;
- j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APL's) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- l) Apoiar a nacionalização da produção de bens;
- m) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- n) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.

Quanto à prioridade na concessão dos financiamentos, a ação creditícia do FNO priorizou os projetos setoriais e espaciais considerados de relevante interesse para o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, a saber:

- a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional;
- c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;
- d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário;
- g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;

- h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização, no âmbito das ações afetas aos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n) Projetos de reciclagens e resíduos;
- o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço;
- q) Os municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte;
- r) Os municípios integrantes das mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões; Vale do Rio Acre; Bico do Papagaio (excetuando os municípios do Estado do Maranhão, assistidos pelo FNE); Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins); e Xingu; e
- s) Os municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Na aplicação dos recursos do FNO em 2013, o Banco da Amazônia atendeu a todas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM para o exercício, através do Ato nº 13, de 16/08/2012, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº 384, de 04/07/2012, e pela recomendação da CGU de aperfeiçoar o acompanhamento quantitativo e qualitativo de cada diretriz e prioridade no atendimento aos recursos do Fundo (v. Quadro 5).



Diretrizes e Prioridades do FNO	Discriminação	Programado R\$ mil (A)	Realizado (B)		Indicador¹		Avaliação²	Justificativa (necessária para avaliação menor que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Índice	Valor %		
a) Apoio empreendedores que atuam em seu subdesenvolvido (recursos humanos, técnicos, financeiros, tecnológicos, etc.) para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas das propriedades rurais.	Financiamento para investimentos, refinanciamento e empréstimo suscitados em áreas de uso agrícola do solo e áreas de reserva legal (FNO - Operacionalidade)	129,80	76	148,48	-	114,3%	V	-
			43.792	1.944,24	-	139,4%	V	-
b) Apoio projetos desenvolvidos por agricultores familiares, micro e pequenos produtores rurais, médio e pequenos empresários, suas associações e cooperativas bem como empresas privadas individuais.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	263,35	291	579,18	-	204,4%	V	-
			77	549,12	-	-	-	Ver Anexo A - Queda 31
c) Projetos de pesquisa e infraestrutura de tecnologia para atender às demandas tecnológicas e científicas em caráter estratégico.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	105,13	58	29,79	-	28,3%	I	Atividade de base, pouca qualificação das propostas e ausência de documentos completos pelo FNO.
			11.818	419,71	-	-	-	-
d) Projetos de infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação em áreas estratégicas produtivas, científicas e tecnológicas.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	1.342,79	39.153	1.840,26	-	122,2%	V	-
			1	147,20	-	-	-	-
e) Projetos de infraestrutura científica com ênfase na pesquisa de ponta e inovação tecnológica, com ênfase em áreas estratégicas produtivas, científicas e tecnológicas.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	147,20	1	147,20	-	-	-	-
			1	147,20	-	-	-	-
f) Projetos de infraestrutura científica com ênfase na pesquisa de ponta e inovação tecnológica, com ênfase em áreas estratégicas produtivas, científicas e tecnológicas.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	275,94	168	584,80	-	211,9%	V	-
			48	43,83	-	39,1%	I	Falta de qualificação do setor
g) Projetos de infraestrutura científica com ênfase na pesquisa de ponta e inovação tecnológica, com ênfase em áreas estratégicas produtivas, científicas e tecnológicas.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	0	0	0,00	-	-	-	Problemas de acesso às áreas de base para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas das propriedades rurais.
			0	0,00	-	-	-	-
h) Projetos de infraestrutura científica com ênfase na pesquisa de ponta e inovação tecnológica, com ênfase em áreas estratégicas produtivas, científicas e tecnológicas.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	0	0	0,00	-	-	-	-
			0	0,00	-	-	-	-
i) Projetos de infraestrutura científica com ênfase na pesquisa de ponta e inovação tecnológica, com ênfase em áreas estratégicas produtivas, científicas e tecnológicas.	Financiamento para projetos de logística e infraestrutura de base para	0	0	0,00	-	-	-	-
			0	0,00	-	-	-	-



Diretrizes e Prioridades do FND	Discriminação	Programado R\$ mil (A)	Realizado (B)		Indicador <sup>1</sup>		Avaliação <sup>2</sup>	Justificativa (necessária para avaliação maior que III)
			Nº Op.	Valor (R\$ mil)	Índice %	Valor %		
a) Projetos de produção agrícola em áreas de desapropriação, com o objetivo de proporcionar melhoria de vida aos produtores	Financiamento para projetos de produção agrícola em áreas de desapropriação		0	0,00	-	-	-	Procedimento orçado de acordo com o Plano de Trabalho nº 4.181, de 07/01/2013, com validade para 2013, de 2,5% a.a. no 1º semestre e de 4,1% a.a. no 2º semestre, com metas de 13% para as atividades agrícolas, sendo os recursos repassados para a execução pelo FND, de acordo com o Plano de Trabalho nº 10.177/2001, de 04/04/03.
b) Projetos de melhoria de infraestrutura e serviços	Financiamento para projetos de infraestrutura e serviços		4	0,90	-	-	-	Ver Anexo A, Quadro 22.
a) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em áreas desapropriadas, para a integração das atividades agrícolas e não agrícolas	Financiamento para as atividades de infraestrutura e serviços	1.201,58	11.494	1.027,41	-	85,5%	III	
b) Projetos de melhoria de infraestrutura e serviços	Financiamento para as atividades de infraestrutura e serviços	1.395,00	2.679	1.517,73	-	108,8%	V	
3. Prioridades Especiais								
a) Projetos de melhoria de infraestrutura e serviços	Financiamento para as atividades de infraestrutura e serviços	1.201,58	11.494	1.027,41	-	85,5%	III	
b) Projetos de melhoria de infraestrutura e serviços	Financiamento para as atividades de infraestrutura e serviços	571,92	7.305	738,66	-	129,2%	V	
c) Projetos de melhoria de infraestrutura e serviços	Financiamento para as atividades de infraestrutura e serviços	2.902,84	41.009	3.132,55	-	107,9%	V	

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO para 2013 / Sistema SIG-Contrôler

**(11) Mala Atroquida**

(7) Valor dos Financiamentos Realizados dividido pelo Valor dos Financiamentos Programados, vezes 100

[illegible]

[64] A meta corresponde ao ritmo de 30% do orçamento do FNO para 2013, de R\$ 455 milhões, para as melhorias de infraestrutura e pesquisa portuária.

## 4. CONTRATAÇÕES DO FNO

### 4.1 Contratações por Setor Produtivo

No exercício de 2013, foram contratadas 44.277 operações de crédito, no valor total de R\$ 4,72 bilhões, sendo 39.331 operações do setor rural, no total de R\$ 1,80 bilhão – 88,8% das operações contratadas e 38,1% do total financiado – e 4.946 operações do setor não rural, no total de R\$ 2,92 bilhões – 11,2% das operações contratadas e 61,9% do total financiado (v. Gráfico 2 e Anexo A – Tabela 1). Este resultado superou a meta do exercício, de R\$ 4,65 bilhões, em 1,5%. Comparado com o exercício de 2012, quando o Banco aplicou R\$ 4,28 bilhões, houve crescimento de 10,3% nas aplicações dos recursos do FNO.

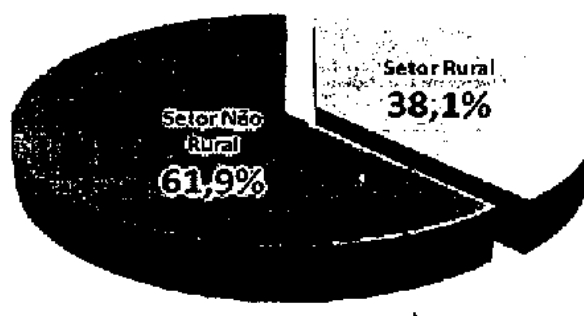


Gráfico 2 Participação dos Setores Produtivos no Valor dos Financiamentos do FNO  
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contrapex

### 4.2 Contratações por Estado

Os estados que mais demandaram recursos do FNO em 2013 foram, na ordem: Pará com R\$ 1.575,5 milhões (33,4%); Amazonas com R\$ 1.063,0 milhões (22,5%); Tocantins com R\$ 808,9 milhões (17,2%); e Rondônia com R\$ 764,8 milhões (16,2%), historicamente os estados de maior dinamismo econômico da Região. Juntos, foram responsáveis pela contratação de 89,3% do total dos recursos aplicados no exercício. No setor rural, destaque para o Pará com R\$ 585,5 milhões (32,6%) e Tocantins com R\$ 526,8 milhões (29,3%), dada a produção agrícola e pecuária dos dois estados. Já nos demais setores, destaque para o Pará com R\$ 990,0 milhões (33,9%) e Amazonas com R\$ 951,4 milhões (32,5%), que concentram os maiores parques industriais da Região.

Entre os estados de menor dinamismo econômico, Roraima foi o que apresentou o maior crescimento nas aplicações do FNO em 2013, de 391,0%, com a contratação de R\$ 103,1 milhões contra R\$ 21,0 milhões contratados em 2012, face ao investimento de R\$ 82,7 milhões na construção de um *shopping center* em Boa Vista. O Estado do Acre vem logo a seguir, com crescimento de 12,2%, passando de R\$ 278,6 milhões contratados em 2012 para R\$ 312,5 milhões em 2013. Já Amapá foi o estado que apresentou o menor crescimento nas

aplicações, de 3,5%, passando de R\$ 88,4 milhões em 2012 para R\$ 91,5 milhões em 2013 (v. Gráfico 3 e Anexo A – Tabela 2).

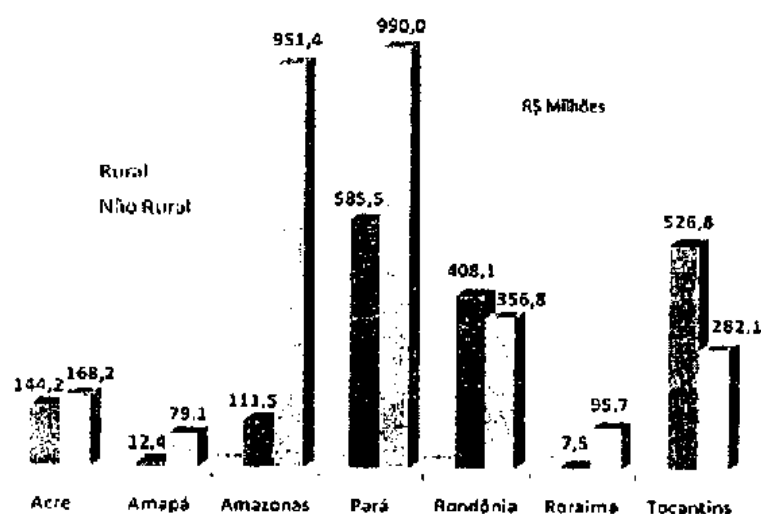


Gráfico 3 Valores Contratados do FNO por Estado  
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

#### 4.3 Contratações por Porte do Beneficiário

Em 2013, os segmentos produtivos de menor porte (agricultores familiares; mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações; empreendedores individuais; microempresas; e empresas de pequeno e pequeno-médio porte) contrataram R\$ 2.352,0 milhões do FNO, correspondendo a cerca de 50% do total dos financiamentos, sendo R\$ 1.944,3 milhões somente para os empreendimentos de mini/micro e pequeno porte, correspondente a 41,2% do total financiado, respeitando, portanto, o limite mínimo de 20% para esses beneficiários (v. Gráfico 4 e Anexo A – Tabelas 3 e 4).

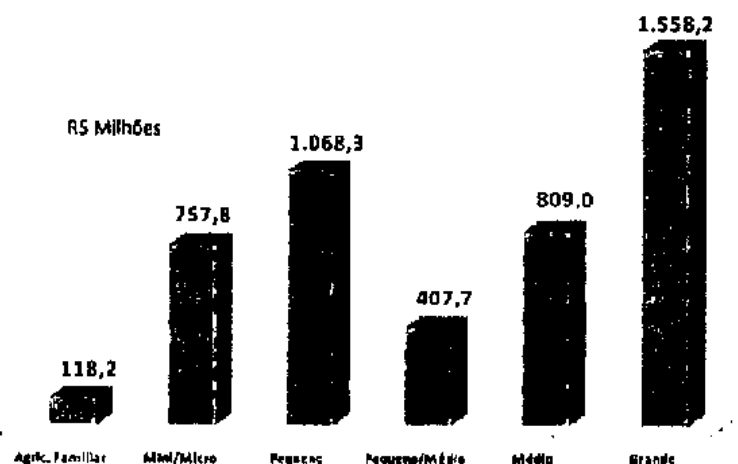


Gráfico 4 Valores Contratados do FNO por Porte do Beneficiário  
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

#### 4.4 Contratações por Programa de Financiamento

Os programas de financiamento que tiveram maior peso nas contratações do FNO em 2013, foram: FNO-Amazônia Sustentável, com 4.427 operações contratadas (10,0%) e R\$ 3.463,6 milhões de recursos alocados (73,4%); e o FNO-PRONAF, com 32.498 operações contratadas (73,4%) e R\$ 612,8 milhões de recursos alocados (13,0%). Observa-se que o FNO-Amazônia Sustentável demanda mais de 70% dos financiamentos concedidos, uma vez que o Programa abrange todos os empreendimentos dos setores rural e não rural. Ao contrário do FNO-PRONAF, que concentra mais de 70% das operações contratadas, dadas as condições diferenciadas de crédito aos agricultores familiares vinculados ao Pronaf (v. Gráfico 5 e Anexo A – Tabela 5).

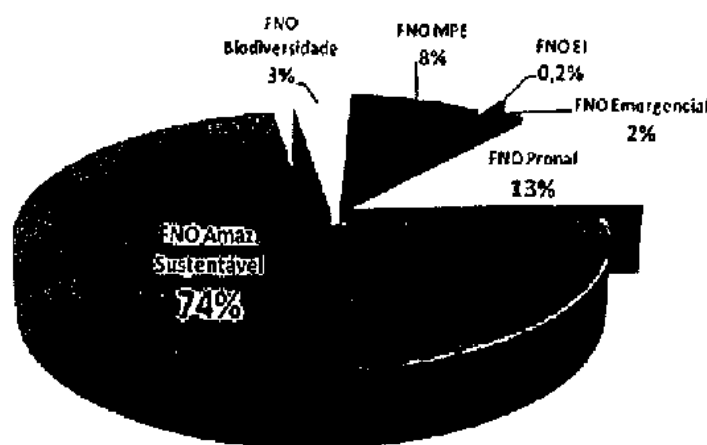


Gráfico 5 Participação dos Programas de Financiamento nas Contratações do FNO Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controle

Dentre os demais programas, destaque para o desempenho dos programas FNO-MPE (Micro e Pequena Empresa) e FNO-EI (Empreendedor Individual), que apresentam crescimento nas contratações em 2013 de 62,6% e 28,7%, respectivamente, graças às ações de fomento desenvolvidas pelo Banco da Amazônia para esses públicos ao longo do exercício, com disponibilidade de linhas de crédito e taxas atrativas, incluindo a realização de reuniões de sensibilização nos estados em parceria com o SEBRAE e governos no âmbito estadual e municipal (v. Anexo A – Tabela 5-A).

O Programa FNO-Emergencial contratou 5.545 operações de crédito em 2013, no valor total de R\$ 97,1 milhões. Durante seu período de vigência, de maio/2012 até maio/2013, foram 31.498 operações contratadas, no valor total de R\$ 376,7 milhões. O Programa foi criado emergencialmente com o propósito de reduzir as consequências das enchentes ocorridas na Região Norte em 2012, para os agricultores familiares vinculados ao Pronaf, demais produtores rurais e empreendedores atingidos pelas cheias.

#### 4.5 Contratações por Atividade Econômica

As atividades econômicas que mais demandaram recursos do FNO no exercício de 2013 foram: comércio e prestação de serviços, com R\$ 1.517,7 milhões (32,2%); agropecuária, com R\$ 956,9 milhões (20,3%); agricultura familiar, com R\$ 653,6 milhões (13,8%); turismo, com R\$ 584,8 milhões (12,4%); e as atividades industriais, com R\$ 579,2 milhões (12,3%). Juntas, essas atividades demandaram 91,0% do volume total dos financiamentos (v. Gráfico 6 e Anexo A – Tabelas 6 e 7).

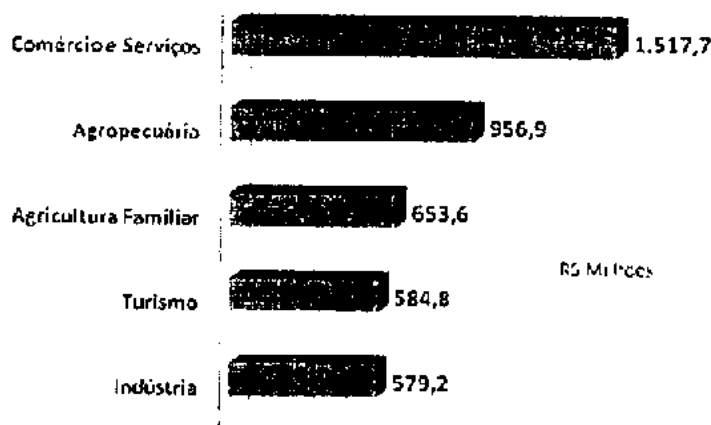


Gráfico 6 Valores Contratados do FNO por Atividade Econômica  
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

#### 4.6 Contratações por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) estabelece que os municípios integrantes da Faixa de Fronteira e das mesorregiões diferenciadas (Mesorregião do Alto Solimões, da Chapada das Mangabeiras, do Vale do Rio do Acre, do Bico do Papagaio e do Xingu) da Região Norte são considerados prioritários para financiamentos através do FNO. Assim, no exercício de 2013, o Banco da Amazônia aplicou nessas regiões prioritárias o total de R\$ 1.766,1 milhões, através da contratação de 18.699 operações de créditos, correspondentes, respectivamente, a 37,4% do total dos financiamentos e 42,2% do total das operações contratadas, atendendo 175 dos 187 (94%) municípios localizados nessas regiões (v. Anexo A – Tabela 8). Somente nas 5 mesorregiões diferenciadas foram 7.305 operações de crédito, no total de R\$ 738,7 milhões.

Quando comparado com o exercício de 2012, houve crescimento de 12,0% no volume de recursos alocados nas mesorregiões diferenciadas, passando de R\$ 659,7 milhões contratados em 2012 para R\$ 738,7 milhões em 2013. Destaque para as mesorregiões do Bico do Papagaio, do Vale do Rio Acre e do Xingu, que cresceram no volume de recursos alocados, respectivamente, 15,3% (de R\$ 329,4 milhões em 2012 para R\$ 379,7 milhões em 2013), 9,6%

(de R\$ 237,0 milhões para R\$ 259,8 milhões) e 8,2% (de R\$ 63,0 milhões para R\$ 68,2 milhões). A Mesorregião do Alto Solimões teve crescimento de 3,4% nos financiamentos, passando de R\$ 6,5 milhões para R\$ 6,7 milhões em 2013 (v. Anexo A – Tabela 8-A).

Em relação às metas de aplicações do FNO estipuladas para 2013 nas regiões prioritárias da PNDR, o Banco da Amazônia superou em 29,2% a meta do conjunto das mesorregiões, de R\$ 571,9 milhões, e atingiu 85,5% da meta para o conjunto dos municípios da faixa de fronteira, de R\$ 1.201,6 milhões. Cabe ressaltar que a meta de cada mesorregião foi superada e/ou alcançada, com destaque para a Mesorregião do Alto Solimões, que teve a meta de 2013, de R\$ 2,5 milhões, superada em 167,0%. No total, o Banco atingiu 99,6% da meta de 2013 para os financiamentos concedidos às regiões prioritárias da PNDR (v. Anexo A – Tabela 8-B).

#### 4.7 Contratações por Município Conforme Tipologia da PNDR

Ainda pela PNDR, os municípios tipificados como de Baixa Renda (BR), Estagnada de Média Renda (EMR) e Dinâmica de Menor Renda (DMR) devem merecer atendimento prioritário do Banco da Amazônia na alocação dos recursos do FNO. Assim, em observância à PNDR e às prioridades estabelecidas pelo CONDEL da SUDAM, o Banco aplicou em 2013 o total de R\$ 3.132,6 milhões nos municípios da Região Norte com essas tipificações, através da contratação de 41.009 operações de crédito, correspondentes a 86,4% dos financiamentos concedidos e 92,6% das operações contratadas, com destaque para as aplicações nos municípios estagnados, com R\$ 1.917,5 milhões, ou seja, 41% do total dos financiamentos concedidos (v. Gráfico 7 e Anexo A – Tabelas 9 e 34).

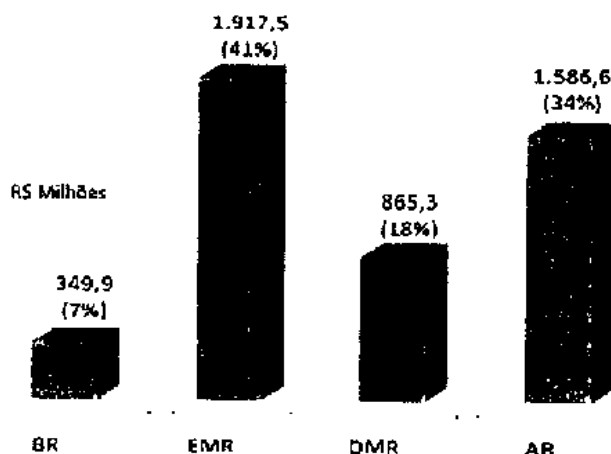


Gráfico 7 Valores Contratados do FNO por Município da Região Norte pela Tipologia da PNDR  
Exercício de 2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contropor

Este desempenho indica que os financiamentos realizados pelo FNO no exercício contemplaram os municípios com comprovada carência socioeconômica, fato que atesta a preocupação social e desenvolvimentista do Fundo no sentido de contribuir para a geração de renda e de novas oportunidades de ocupação da mão-de-obra na Região.

Comparativamente ao exercício de 2012, houve crescimento nas aplicações para os municípios mais carentes, de 42,4% para os municípios dinâmicos de média renda; de 19,6% para os municípios estagnados de média renda; e de 3,9% para os municípios de baixa renda, ao contrário dos municípios tipificados pela PNDR como de Alta Renda (AR), que apresentou queda de 8,5% (v. Anexo A – Tabela 9-A).

Relativamente às metas para o exercício de 2013, destaque para o conjunto dos municípios estagnados de média renda, que superou a meta de aplicação em 23,2%. Já o conjunto dos municípios dinâmicos de menor renda atingiu 92,8% da meta do exercício e os de baixa renda atingiu 84,5% da meta (v. Anexo A – Tabela 9-B).

#### **4.8 Contratações em Apoio à Agricultura Familiar**

No exercício de 2013, os agricultores familiares vinculados ao Pronaf contrataram 37.290 operações de crédito com recursos do FNO, no valor total de R\$ 653,6 milhões, correspondendo a 84,2% das operações contratadas no período e 13,8% dos financiamentos concedidos, propiciando a geração de 150 mil novas oportunidades de trabalho no campo. Dentre as linhas de financiamento do Programa FNO-PRONAF, destaque para o Pronaf-Mais Alimentos e o Pronaf-Grupo A, que demandaram, respectivamente, 59,2% (R\$ 387,1 milhões) e 12,1% (R\$ 79,0 milhões) do total de recursos para esse segmento (v. Anexo A – Tabela 10). Ressalta-se que a linha do Pronaf-Grupo A cresceu 1% nas aplicações em relação a 2012 (R\$ 78,3 milhões).

Importante ressaltar o desempenho do Banco da Amazônia na realização do Plano Safra 2012/2013, com as aplicações alcançando o total de R\$ 823,4 milhões, ultrapassando em 55,4% a meta estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), de R\$ 530,0 milhões, sendo realizadas 63.823 operações de crédito.

Registra-se ainda que, no atual Plano Safra 2013/2014, o apoio financeiro do Banco da Amazônia também se apresenta bastante significativo, tendo sido financiado, no período de julho a dezembro de 2013, o volume de recursos da ordem de R\$ 330,4 milhões, atendendo 19.942 famílias e atingido 55,1% da meta pactuada com o MDA, no valor de R\$ 600,0 milhões.

#### **4.9 Contratações em Apoio ao Microcrédito Produtivo Orientado**

Em adesão ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal, o Banco da Amazônia criou o Programa "Amazônia Florescer", possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

O Programa "Amazônia Florescer" utiliza recursos do FNO somente em operações do setor rural, através da linha de financiamento do Pronaf B. No exercício de 2013, foram realizadas pelo Programa "Amazônia Florescer", via FNO, 7.562 operações de crédito para agricultores familiares vinculados ao Pronaf, no valor total de R\$ 19,9 milhões, superior 4,7%



em relação à meta do exercício (R\$ 18,0 milhões). Quando comparado com 2012, houve crescimento de 57,1% no número de operações realizadas e de 74,0% no valor financiado (v. Quadro 6). Desde a implantação desta linha de crédito, foram quase 14 mil operações contratadas e R\$ 34 milhões de recursos do FNO alocados.

Quadro 6 Contratações no Âmbito do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Amazônia Florescer)

Exercícios de 2009 a 2013

Exercício	N.º de Operações	Valor (R\$ Mil)
2009	11	20,0
2010	553	1.048,2
2011	855	1.631,7
2012	4.815	11.447,8
2013	7.562	19.920,9
Total	13.796	34.068,6

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Microfinanças e Agricultura Familiar (GEMAF)

#### 4.10 Contratações em Apoio ao Agronegócio Regional

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande portes, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional, a exemplo do incentivo à produção do biocombustível na Amazônia, envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

No exercício de 2013, os financiamentos concedidos em apoio ao agronegócio regional alcançaram o valor aproximado de R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 1,0 bilhão (83,3% do total financiado no agronegócio) foi recurso oriundo do FNO, com 80,0% dos financiamentos contemplando empreendedores de pequeno porte.

#### 4.11 Contratações em Apoio ao Turismo Regional Sustentável

O turismo encontra-se entre as atividades prioritárias para financiamento pelo Banco da Amazônia, tendo em vista que representa uma excelente oportunidade para a realização e estruturação de negócios sustentáveis, além de possuir grande potencial para a geração de emprego e renda. O apoio do Banco da Amazônia à atividade turística se dá em consonância com a Política Nacional de Turismo e com as políticas estaduais voltadas para referida atividade.

Tendo a percepção do potencial turístico da Região Amazônica, bem como dos desafios que podem ser transformados em reais oportunidades de negócios no âmbito do turismo, o Banco da Amazônia elabora anualmente o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, cujo macro objetivo consiste em desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros e serviços bancários adequando-os às especificidades dos empreendimentos e do território, visando alavancar negócios na atividade turística e contribuir para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, mantendo alinhamento com as políticas, planos, programas e prioridades de governo para a Amazônia.

No exercício de 2013, os financiamentos do FNO em apoio ao turismo regional sustentável, com recursos do FNO-Amazônia Sustentável, atingiu o valor total de R\$ 534,5 milhões, através da contratação de 143 operações de crédito, superando a meta do exercício, de R\$ 275,9 milhões, em 93,7%. Considerando os financiamentos com recursos do FNO-MPE, de R\$ 50,3 milhões em 45 operações de crédito, o total dos recursos do FNO alocados em 2013 para os empreendimentos turísticos na Região atingiu R\$ 584,8 milhões (12,4% do total dos recursos) em 188 operações de crédito (0,4% do total das contratações) (v. Quadro 7 e Anexo A – Tabelas 6 e 7).

Os estados que mais contrataram recursos destinados ao financiamento da atividade turística em 2013 foram: Pará com R\$ 221,4 milhões (37,9%); Amazonas com R\$ 184,0 milhões (31,5%); Roraima com R\$ 83,2 milhões (14,2%); e Amapá com R\$ 55,5 milhões (9,5%). A demanda conjunta desses estados representou 93,1% do total financiado pelo Banco em apoio ao desenvolvimento do turismo regional sustentável (v. Quadro 7).

Entre os empreendimentos turísticos mais relevantes financiados pelo Banco da Amazônia em 2013, com recursos do FNO, destacam-se a construção do *Shopping Center* Metrópole Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (PA), no valor de R\$ 141,0 milhões; do *Shopping* Manaus Norte, na Cidade de Manaus (AM), no valor de R\$ 132,1 milhões; do *TSC Roraima Shopping*, em Boa Vista (RR), no valor de R\$ 82,8 milhões; do *Amapá Garden Shopping*, em Macapá (AP), no valor de R\$ 55,4 milhões; do *Shopping Center* Modelo, na Cidade de Castanhal (PA), no valor de R\$ 54,9 milhões; e de um empreendimento hoteleiro na Cidade de Manaus (AM), no valor de R\$ 27,6 milhões, os quais deverão gerar mais de 1.030 novos postos de trabalhos.

Quadro 7 Financiamento do FNO em Apoio ao Turismo Regional Sustentável  
Exercício de 2013

Estado	Valor (R\$ Milhões)	% de Participação
Acre	8,3	1,4
Amapá	55,5	9,5
Amazonas	184,0	31,5
Pará	221,4	37,9
Rondônia	9,0	1,5
Roraima	83,2	14,2
Tocantins	23,4	4,0
Total	584,8	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

#### **4.12 Contratações em Apoio à Cultura Amazônica**

O Banco da Amazônia incentiva a cultura regional através do Programa "Amazônia Mais Cultura", o qual encontra-se devidamente alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias da Instituição, com vistas à valorização e desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia. Utilizando recursos do FNO, o Banco da Amazônia financiou em 2013, em apoio à atividade cultural, 48 projetos no valor total de R\$ 17,1 milhões (v. Anexo A – Tabelas 6 e 7).

#### **4.13 Contratações em Apoio à Biodiversidade Amazônica**

O compromisso com a preservação da biodiversidade amazônica tem sido um dos pilares da atuação do Banco da Amazônia. Sob essa perspectiva, utiliza recursos do Programa FNO-Biodiversidade para financiar empreendimentos florestais sustentáveis na Região Norte, como florestamento, reflorestamento e manejo florestal sustentável em áreas de uso alternativo do solo e/ou em áreas de reserva legal. No exercício de 2013, o Banco da Amazônia contratou com recursos do FNO-Biodiversidade 76 operações de crédito, no valor total de R\$ 148,5 milhões (v. Anexo A – Tabelas 5 e 7). Em relação aos empreendimentos amparados no artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177/2001, que prevê o emprego da taxa de 4,0% ao ano nas operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, não houve contratações no exercício, provavelmente pela utilização das taxas definidas para o FNO pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, com vigência para 2013, de 3,53% ao ano no primeiro semestre e de 4,12% ao ano no segundo semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo.

#### **4.14 Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

Desde o lançamento do PAC, em 2007, o Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam, sobretudo, setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e energia. No período de 2007 a 2013, foram realizadas 34 operações do PAC com recursos do FNO, no valor total de R\$ 3.025,7 milhões, tendo sido contratado em 2013 um projeto no valor de R\$ 147,2 milhões, relativo à implantação de uma retro área e pier flutuante, com capacidade simultânea para 4 navios e 4 balsas, em Manaus (AM) (v. Anexo A – Quadro 7-A).

#### **4.15 Contratações em Apoio ao Programa Agricultura de Baixo Carbono**

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foi criado em 2010 pelo Governo Federal com a finalidade de incentivar os produtores rurais a adotarem técnicas agrícolas sustentáveis no sentido de reduzir a emissão dos gases de efeito estufa e, consequentemente, os impactos do aquecimento global. O Programa conta com o apoio financeiro do Banco da Amazônia através dos Programas de Financiamento do FNO, tendo contratado no exercício 15.164 operações de crédito, no valor total de R\$ 429,9 milhões (v. Anexo A – Tabela 11).

#### **4.16 Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014**

O Banco da Amazônia tem contribuído com a preparação do Brasil como sede oficial da Copa do Mundo de Futebol de 2014, mediante o financiamento de projetos em apoio à atividade turística nas cidades-sedes e entornos, utilizando recursos do Programa FNO-Amazônia Sustentável, através da linha FNO-Turismo Procopa. No exercício de 2013, o Banco da Amazônia contratou uma operação de crédito no valor de R\$ 27,6 milhões, para financiamento de empreendimento hoteleiro em Manaus (AM) (v. Anexo A – Quadro 7-B).

#### **4.17 Contratações por Finalidade do Crédito**

Dos financiamentos contratados em 2013 com recursos do FNO, 37.384 operações de crédito (84,4%) foram destinadas para investimento, no valor total de R\$ 3.230,5 milhões (68,5% dos financiamentos concedidos); 3.097 operações (7,0%) para capital de giro associado ao investimento e para aquisição de matéria-prima/insumos e aquisição de bens para formação de estoques, no total de R\$ 309,7 milhões (6,6%); 2.803 operações (6,3%) para custeio, no total de R\$ 279,1 milhões (5,9%); e 993 operações (0,2%) para infraestrutura, no total de R\$ 899,9 milhões (19,1%). Do total de recursos financiado para investimento, R\$ 1.516,7 milhões (32,1%) corresponde às contratações do setor rural e R\$ 1.713,8 milhões (67,9%) para os empreendimentos dos demais setores (v. Anexo A – Tabelas 12 e 13).

#### **4.18 Contratações por Faixa de Valores**

A maior demanda por financiamentos no setor rural em 2013, em termos de operações contratadas, ocorreu na faixa entre R\$ 1 mil até R\$ 10 mil, no total de 19.196 contratações (48,8%), praticamente todas operações do Pronaf (19.193 operações), enquanto que em termos de valores financiados, a maior demanda ocorreu na faixa de R\$ 200 mil até R\$ 10 milhões, no total de R\$ 868,5 milhões (44,4%), sendo R\$ 773,8 milhões (89,1%) para empreendimentos financiados com recursos do FNO-Amazônia Sustentável. Nos demais setores, a maior demanda de crédito, em termos de operações contratadas, ocorreu na faixa de R\$ 35 mil até R\$ 100 mil, com 1.844 contratações (37,3%), com destaque para o financiamento de 1.051 (57,0%) operações de comércio e serviços. Já em termos de recursos alocados, a maior demanda nos demais setores ocorreu na faixa acima de R\$ 100 milhões, sendo alocados R\$ 986,9 milhões (33,8%) para contratação de grandes projetos de infraestrutura, turismo e comércio e prestação de serviços (v. Anexo A – Tabela 14).

Registra-se ainda a contratação de 51 operações de crédito em valores acima de R\$ 10 milhões, no total de R\$ 2.127,8 milhões, correspondente a 45,1% do total dos financiamentos concedidos em 2013, os quais deverão contribuir para a geração de 6.936 novos postos de trabalho, quando da maturação dos projetos (v. Anexo A – Tabelas 14 e 15).

#### **4.19 Contratações pela Primeira Vez**

No exercício de 2013, houve a contratação de 28.369 novas operações de crédito formalizadas por clientes que operaram pela primeira vez com o FNO, no valor total de R\$ 2.317,0 milhões, correspondentes a 64,1% das operações contratadas no exercício e 49,1% dos financiamentos concedidos, com prevalência para as operações realizadas nos estados do Pará e Amazonas, que juntos demandaram 19.264 operações de crédito (67,9% dos contratos formalizados pela primeira vez), no valor total de R\$ 1.453,8 milhões (62,7% dos recursos alocados) (v. Anexo A – Tabela 16).

#### **4.20 Contratações com a Participação de Recursos Próprios**

As contratações do FNO realizadas no exercício de 2013 receberam a contrapartida de recursos próprios dos beneficiários, totalizando R\$ 764,4 milhões, sendo R\$ 54,3 milhões para os empreendimentos do setor rural (7,1%) e R\$ 710,1 milhões para os empreendimentos dos demais setores (92,9%), com maior prevalência para as operações contratadas no Estado do Amazonas, com R\$ 268,5 milhões (35,1%). As maiores contrapartidas de recursos próprios foram registradas nos empreendimentos de grande porte, sobretudo pelo empresariado dos setores não rurais, com R\$ 476,0 milhões, representando 10,1% do total financiado no período (v. Anexo A – Tabelas 17 e 18).

#### **4.21 Situação da Demanda por Crédito**

Ao final do exercício de 2013, o Banco da Amazônia apresentou a seguinte demanda por crédito do FNO: 44.277 propostas apresentadas no exercício e contratadas, no valor total de R\$ 4.719,2 milhões; 1.472 propostas aprovadas a contratar, no valor total de R\$ 554,9 milhões; 5.460 propostas em análise, no valor total de R\$ 1.148,0 milhões; e 518 propostas indeferidas, no valor total de R\$ 110,1 milhões. Assim, foram 51.727 propostas de crédito do FNO apresentadas ao Banco da Amazônia em 2013, totalizando R\$ 6.532,3 milhões (v. Anexo A – Tabelas 19 a 21).

#### **4.22 Previsão de Liberação do Crédito**

Está prevista, até 31/12/2014, a liberação de parcelas de operações contratadas com recursos do FNO, no valor total de R\$ 1.413,7 milhões, sendo R\$ 175,8 milhões (12,4%) em operações de crédito do setor rural e R\$ 1.237,9 milhões (87,6%) em operações de crédito dos demais setores (v. Anexo A – Tabela 22).

#### **4.23 Previsão de Amortização do Crédito**

Até 31/12/2014, a previsão de amortização de parcelas de operações contratadas com recursos do FNO é de R\$ 2.182,8 milhões, dos quais R\$ 1.253,6 milhões (57,4%) são de operações de crédito do setor rural e R\$ 929,2 milhões (42,6%) de operações de crédito dos demais setores (v. Anexo A – Tabela 23).

#### 4.24 Desembolso do Crédito

O total dos desembolsos do FNO no exercício de 2013 foi de R\$ 3.714,1 milhões, sendo R\$ 1.677,7 milhões (45,2%) em operações contratadas do setor rural e R\$ 2.036,4 milhões (54,8%) em operações contratadas dos demais setores. No setor rural, 54,2% dos desembolsos, R\$ 908,5 milhões, ocorreram nos financiamentos concedidos pelo Programa FNO-Amazônia Sustentável, com maior participação dos estados do Tocantins e Pará, com R\$ 331,2 milhões (36,5%) e R\$ 313,3 milhões (34,5%), respectivamente. Ainda no setor rural, os desembolsos das linhas de financiamento do Pronaf atingiram R\$ 650,6 milhões, isto é, 38,8% do total do setor. Já nos demais setores, 57,1% dos desembolsos, R\$ 1.163,3 milhões, são de atividades de comércio e serviços, com maior participação do Estado de Rondônia, onde os desembolsos atingiram R\$ 470,8 milhões (40,5% do setor) (v. Anexo A – Tabela 24).

Considerando os desembolsos por porte dos beneficiários, os empreendimentos do setor rural de menor porte, mini e pequeno, incluindo agricultores familiares, responderam por 74,0% do total das liberações do setor, correspondente a R\$ 1.241,8 milhões. Já nos demais setores, os empreendimentos de médio e grande porte responderam por 70,5% do total da liberações, isto é, R\$ 1.436,1 milhões (v. Anexo A – Tabela 25).

#### 4.25 Operações Liquidadas

Ao final do exercício de 2013, foram liquidadas 7.040 operações de crédito do FNO, no valor total de R\$ 2.539,1 milhões, sendo 6.660 operações (94,6%) do setor rural e 380 operações (5,4%) dos demais setores (v. Quadro 8).

Quadro 8 Operações Liquidadas do FNO  
Posição em 31/12/2013

Setor	Nº Op.	Valor (R\$ Milhões)
Rural	6.660	629,7
Não Rural	380	1.909,4
Total	7.040	2.539,1

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contropex

Registra-se ainda a liquidação de 10 operações pelo equivalente financeiro, na forma do artigo 15-D da Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, com redação dada pela Lei n.º 11.945, de 04/06/2009, no valor total de R\$ 4,9 milhões.



#### 4.26 Saldo das Contratações

O saldo em 31/12/2013 dos financiamentos realizados pelo FNO é de R\$ 13.947,2 milhões, em 274.929 operações de crédito. Do total das operações, 262.164 (95,4%) são empreendimentos do setor rural, com saldo de R\$ 6.633,1 milhões (47,6%), e 12.765 (4,6%) são empreendimentos dos demais setores, com saldo de R\$ 7.314,1 milhões (52,4%) (v. Quadro 9).

Quadro 9 Saldo das Contratações do FNO  
Posição 31/12/2013

Setor	N.º de Operações	%	Valor (R\$ Milhões)	%
Rural	262.164	95,4	6.633,1	47,6
Não Rural	12.765	4,6	7.314,1	52,4
Total	274.929	100,0	13.947,2	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contoper

Quanto aos encargos financeiros utilizados nos financiamentos do FNO, não mais existem em estoque operações que vigoravam anteriormente ao estabelecimento da TJLP (BTNF, TRD e TR), com rebate sobre os encargos totais, bem como com encargos da TJLP mais juros de 6,0% a.a. com rebate sobre os encargos totais ou com encargos de IGP-DI mais juros de 8,0% a.a. com rebate sobre a taxa de juros. Portanto, atualmente, os encargos financeiros do Fundo são os definidos na legislação que normaliza os financiamentos, específicos para cada porte de empreendedores dos setores rural e não rural, bem como as decorrentes de renegociações autorizadas por lei (v. Anexo A – Tabela 26).



## 5. RESULTADOS OBTIDOS PELO FNO

### 5.1 Expansão do Crédito

No exercício de 2013, a ação creditícia do FNO alcançou a todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte, fato que representa um feito histórico na gestão dos recursos do Fundo. O atendimento de 100% dos municípios da Região com recursos do FNO só foi possível graças ao esforço do Banco da Amazônia em levar o crédito às localidades de difícil acesso e às diversas ações de fomento desenvolvidas ao longo do exercício, em especial através das reuniões do FNO-Itinerante realizadas pelo Banco, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e participação do SEBRAE e dos governos estaduais e municipais, ocorridas nos municípios com elevada carência social e econômica, onde o Banco da Amazônia ainda não havia concedido crédito.

No período de realização do FNO-Itinerante, de 2010 a 2013, foram organizadas e coordenadas pelo Banco da Amazônia 45 reuniões em municípios de todos os estados da Região, em especial os de baixa renda com histórico de poucas ou nenhuma operação de crédito realizada, tendo ocorrido em 2013 14 reuniões ou seminários de sensibilização do FNO-Itinerante, contemplando os seguintes municípios: No Amazonas – Boa Vista do Ramos, Parintins, Santa Izabel do Rio Negro<sup>1</sup>, São Gabriel da Cachoeira<sup>1</sup>, São Sebastião do Uatumã, e Urucará; no Amapá – Amapá e Calçoene; no Pará – Aurora do Pará e Igarapé-Açu; em Roraima – Iracema, Pacaraima<sup>1</sup> e São João da Baliza; e Tocantins – São Félix do Tocantins. Não houve FNO-Itinerante nos estados do Acre e Rondônia.

Como resultados dos seminários do FNO-Itinerante realizados em 2013, houve a contratação durante os eventos de 53 operações de crédito, no total de R\$ 366,4 mil, além da prospecção de 60 propostas no total de R\$ 2,0 milhões. Nessas reuniões, houve participação de 591 pessoas, especialmente, mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, agricultores familiares e micro e pequenos empreendedores (v. Quadro 10).

Quadro 10 Demanda dos Seminários FNO-Itinerante por Estado  
Exercício de 2013

Estado	Nº de Municípios Atendidos	Nº de Participantes	Operações Realizadas		Propostas Prospectadas	
			Nº	Valor (R\$ 1,00)	Nº	Valor (R\$ 1,00)
Amapá	2	112	14	229.156	-	-
Amazonas	6	280	28	92.488	20	*
Pará	2	100	-	-	4	810.000
Roraima	3	39	1	19.800	13	450.000
Tocantins	1	60	10	25.000	23	715.000
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>591</b>	<b>53</b>	<b>366.444</b>	<b>60</b>	<b>1.975.000</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema de Controle de Operações  
(\*) Propostas sem valor definido

<sup>1</sup> Municípios até então inéditos no atendimento com recursos do FNO.

## 5.2 Consecução de Metas

No exercício de 2013, o Banco da Amazônia aplicou R\$ 4,72 bilhões do FNO na economia regional, ultrapassando em 1,5% a meta de aplicação estipulada para o exercício, de R\$ 4,65 bilhões. Este resultado é superior 10,3% em relação ao realizado pelo Fundo em 2012, de R\$ 4,28 bilhões. Em relação do número de operações contratadas, foram 44.277 no total, atingindo 85,1% da meta estabelecida para 2013, de 52.057 contratações.

Os estados que superaram as metas de aplicação do FNO em 2013, foram Amazonas, Pará e Tocantins, em 20,2%, 12,5% e 2,4%, respectivamente. Acre e Rondônia também obtiveram excelentes resultados, tendo atingido, respectivamente, 97,6% e 96,8% das metas estabelecidas para o exercício. Roraima, apesar de ter atingido 44,3% da meta de aplicação para 2013, se comparado com o desempenho de 2012, quando atingiu 10,4%, foi o estado que teve o maior crescimento na execução das metas do exercício, quase 40 pontos percentuais, constituindo-se um recorde para o estado. Já Amapá foi o estado que teve o pior desempenho, atingindo somente 39,3% da meta para 2013, tendo um recuo na execução de metas de 4,7 pontos percentuais em relação a 2012, quando atingiu 44,0% (v. Quadro 11).

Quadro 11 Índice de Consecução das Metas do FNO por Estado  
Exercício de 2013

Estado	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins	Total
Previsão (R\$ Milhões)	320,0	233,0	884,0	1.400,0	790,0	233,0	790,0	4.650,0
Realizado (R\$ Milhões)	312,48	91,50	1.062,99	1.575,46	764,80	103,12	808,86	4.719,20
Índice de Consec. (%)	97,6%	39,3%	120,2%	112,5%	96,8%	44,3%	102,4%	101,5%

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Sistema SIG-Contoper

Os programas de financiamento do FNO obtiveram bom desempenho em 2013, com destaque para os programas FNO-Biodiversidade e FNO-Amazônia Sustentável, que ultrapassaram as metas do exercício em 14,3% e 9,0%, respectivamente. O FNO-MPE atingiu 97,2% da meta estabelecida para o programa, também com bom desempenho. O FNO-Emergencial contratou no exercício R\$ 97,1 milhões, atingindo 90,5% da meta para 2013, porém, considerando seu período de vigência, de maio/2012 até maio 2013, o total contratado foi de R\$ R\$ 376,7 milhões, superado em 7,6% a meta estabelecida para o Programa, de R\$ 350,0 milhões. Já o FNO-PRONAF e FNO-EI atingiram somente 65,9% e 61,1% das metas dos programas estabelecidas para o exercício.

Em relação às atividades financiadas, destaque no setor rural para o desempenho da Agropecuária, que ultrapassou a meta de 2013 em 211,0%. Nos demais setores financiados com recursos do FNO-Amazônia Sustentável, destaque para o desempenho da Agroindústria, turismo e indústria, que superaram as metas em 111,9%, 93,7% e 76,9%, respectivamente. As atividades de comércio e prestação de serviços financiadas pelo FNO-Amazônia Sustentável atingiram 90,9% da meta estabelecida para o exercício, também com bom desempenho (v. Quadro 12).

**Quadro 12 Índice de Consecução das Metas do FNO por Programa e Atividade**  
**Exercício de 2013**

Programas		Atividades	Previsão (R\$ Milhões)	Realizado (R\$ Milhões)	Índice de Consec. (%)
<b>Total Programas</b>			<b>4.650,00</b>	<b>4.719,21</b>	<b>101,5</b>
<b>Programas</b>	<b>Total FNO-Pronaf</b>		<b>930,00</b>	<b>612,90</b>	<b>65,9</b>
	<b>FNO-Pronaf</b>	Grupo A	465,00	79,05	17,0
		Grupo B			
		Grupo A/C			
		Grupo C			
		Grupo D			
		Grupo E			
		Agronegócio	465,00	503,75	114,8
		Floresta			
		Pesca e Aquicultura			
		Mulher			
		Jovem			
	<b>Total FNO-Amazônia Sustentável</b>		<b>3.177,14</b>	<b>3.463,65</b>	<b>109,0</b>
	<b>FNO-Amazônia Sustentável</b>	Empreendimentos Rurais	412,79	986,66	239,0
		Agronegócio	307,66	956,87	311,0
		Pesca e Aquicultura	105,13	29,79	28,3
		Empreendimentos Não Rurais	2.764,35	2.476,99	89,6
		Agronegócio	67,02	142,04	211,9
		Indústria	283,35	501,28	176,9
		Turismo	275,94	534,46	193,7
		Cultura	43,83	5,51	12,6
		Infraestrutura	668,98	26,01	3,9
		Exportação	30,23	0,00	0,0
		Comércio e Serviço	1.395,00	1.267,69	90,9
	<b>Total FNO-Micro e Pequena Empresa</b>		<b>400,97</b>	<b>389,80</b>	<b>97,2</b>
		Indústria	-	77,90	-
		Turismo	-	50,34	-
		Cultura	-	11,61	-
		Comércio e Serviços	-	250,04	-
	<b>FNO-Biodiversidade</b>	Floresta	128,89	148,46	114,3
	<b>FNO-EI</b>	Empreendedor Individual	12,00	7,33	61,1
	<b>FNO-Emergencial</b>	<b>Emergencial Total</b>	<b>107,30</b>	<b>97,08</b>	<b>90,5</b>
		Pronaf Emergencial	-	40,80	-
		Rural Emergencial	-	7,23	-
		Não Rural Emergencial	-	49,05	-

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Sistema SIG-Controper

### 5.3 Execução Orçamentária

A previsão de ingresso de recursos do FNO para operacionalização pelo Banco da Amazônia no exercício de 2013, considerando as origens (receitas) e aplicação (despesas) dos recursos, foi de R\$ 4,65 bilhões, porém, constatou-se ao final do exercício que a diferença entre as origens (receitas) e aplicações (despesas) totalizaram R\$ 3,40 bilhões, portanto, 26,9% abaixo do previsto, indicativo que as despesas do FNO, ao final de 2013, foram maiores do que as projetadas e as receitas menores.

No que diz respeito às receitas, o executado ao final do exercício de 2013 mostrou-se superior às previsões realizadas em 2012 nos seguintes quesitos: disponibilidades do Fundo ao final do exercício (37,0%); reembolsos (18,6%); remuneração das disponibilidades (6,7%), retornos ao Fundo (30,9%); e recuperação de crédito (171,9%). O único quesito que teve o realizado abaixo do previsto foi transferências da União, com -9,8%.

Relativamente às despesas, os únicos quesitos que tiveram o realizado abaixo do previsto foram: taxa de administração (-10,0%); e despesas com *Del Credere* (-3,3%). As demais despesas tiveram o realizado ao final do exercício bem maiores do que as projetadas em 2012, quais sejam: despesas com auditoria externa (17,3%); bônus de adimplência (25,1%); remuneração do Pronaf (37,3%), desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores (201,0%); e renegociação de créditos baixados (293,0%). (v. Quadro 13).

**Quadro 13 Resultado da Programação Orçamentária do FNO**  
**Exercício de 2013**

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO (R\$ Milhões)	REALIZADO (R\$ Milhões)	%
<b>A) Origem de Recursos</b>	<b>6.731,44</b>	<b>7.891,24</b>	<b>117,23</b>
Disponibilidade prevista ao final do exercício anterior	2.599,03	3.561,11	137,02
Transferências da União	2.062,66	1.861,61	90,24
Reembolsos de créditos em 2013	1.667,45	1.977,79	118,61
Remuneração das disponibilidades	251,54	268,28	106,65
Retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos	132,56	173,50	130,89
Outras receitas (recuperação de crédito)	18,00	48,94	271,89
<b>B) Aplicação de Recursos</b>	<b>2.081,44</b>	<b>4.490,13</b>	<b>215,72</b>
Taxa de administração	412,57	371,23	89,96
Despesas de auditoria externa	0,20	0,23	117,26
Bônus de adimplência	88,42	123,12	125,10
Despesas com <i>del credere</i>	354,93	343,20	96,70
Despesas com rebates	0,00	0,00	-
Remuneração do Banco da Amazônia sobre operações do PRONAF	12,76	17,52	137,32
Desembolsos com operações contratadas em exercícios anteriores	1.185,82	3.569,04	300,88
Outras despesas (renegociação de créditos baixados)	16,74	65,78	392,85
<b>C) DISPONIBILIDADE TOTAL (A - B)</b>	<b>4.850,00</b>	<b>3.401,10</b>	<b>73,14</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Plano de Aplicação do FNO 2013 / Gerência de Contabilidade (GECOM)

## 6. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DO FNO

### 6.1 Inadimplência por Setor Produtivo

Ao final do exercício de 2013, havia 117.244 operações do FNO em situação de atraso, totalizando R\$ 605,0 milhões, sendo R\$ 479,0 milhões (79,2%) em operações do setor rural e R\$ 126,0 milhões (20,8%) dos demais setores. A inadimplência das operações do setor rural atingiu 7,2% e dos demais setores 1,7%. A inadimplência de todas as operações em atraso do Fundo ficou em 4,3% (v. Anexo A – Tabela 27). A metodologia utilizada para o cálculo da inadimplência, extraída do Sistema SIG-Controper, considera o somatório somente das parcelas em atraso a qualquer tempo dividido pelo saldo total da carteira, excluindo-se as operações baixadas como prejuízo. O Gráfico 8 mostra a evolução da inadimplência do FNO ao longo do ano, em constante processo de desaceleração e com tendência de queda.

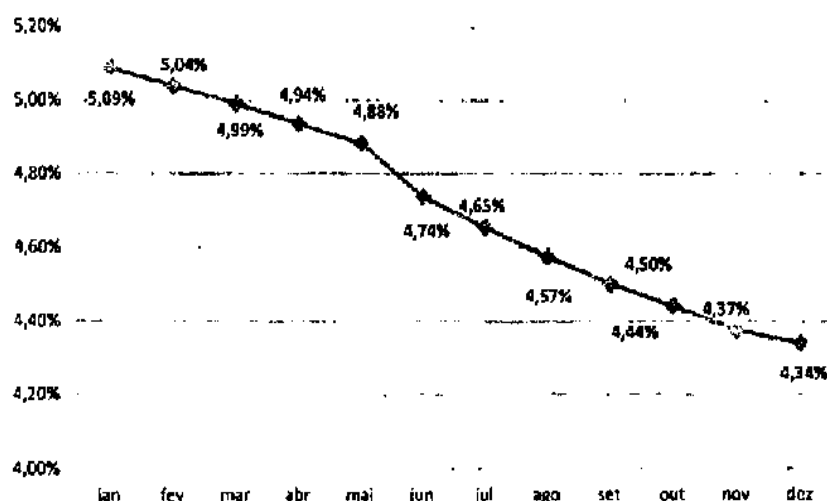


Gráfico 8 Evolução da Inadimplência do FNO

Posição em 31/12/2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

### 6.2 Inadimplência por Porte do Beneficiário

A inadimplência do FNO considerando o porte do beneficiário, apresentou ao final do exercício de 2013, os seguintes índices: 7,4% para os empreendimentos de mini produtores rurais e microempresas; 3,7% para o pequeno porte; 3,0% para o pequeno-médio porte; 5,3% para o médio porte; e 2,2% para os empreendimentos de grande porte (v. Gráfico 9 e Anexo A – Tabela 28). Verifica-se os maiores índices de inadimplência nos empreendimentos dos mini produtores rurais e das microempresas e nos empreendimentos de porte médio.

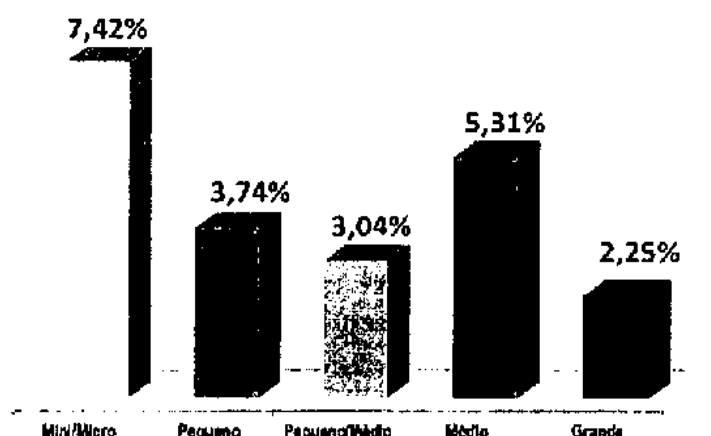


Gráfico 9 Inadimplência do FNO por Porte do Beneficiário

Posição em 31/12/2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contropar

### 6.3 Inadimplência por Programa de Financiamento

Considerando a inadimplência do FNO por programa de financiamento, as maiores taxas foram do FNO-PRONAF, com 8,2%; FNO-Biodiversidade, com 8,0%; e FNO-EI, com 7,1%. Já o FNO-MPE e FNO-Emergencial apresentaram as menores taxas de inadimplência, com 0,3% e 0,6%, respectivamente (v. Gráfico 10 e Anexo A – Tabela 29). A taxa elevada de inadimplência para os beneficiários de porte minimicro é justificada pela alta inadimplência das operações do FNO-PRONAF e FNO-EI, que são programas voltados para os agricultores familiares e empreendedores individuais.

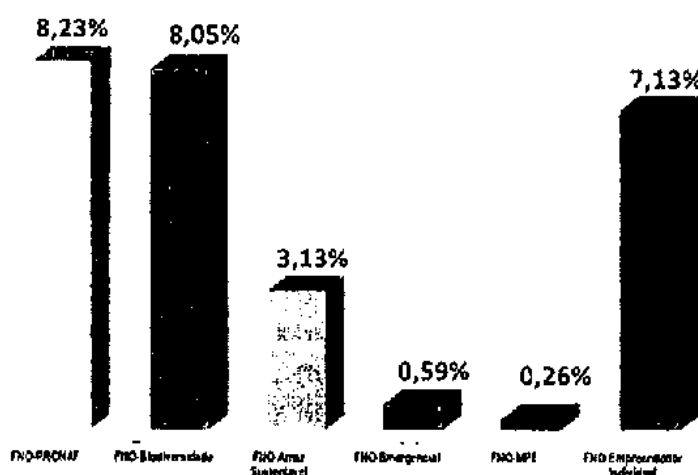


Gráfico 10 Inadimplência do FNO por Programa de Financiamento

Posição em 31/12/2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contropar

#### 6.4 Inadimplência por Estado

Os estados de Roraima e Pará apresentaram as maiores taxas de inadimplência ao final de 2013, com 11,7% e 7,0%, respectivamente. Já Rondônia e Amapá foram os estados que apresentaram as menores taxas, com 1,3% e 2,1%, respectivamente. No setor rural, as maiores taxas ocorreram em Roraima (17,1%) e Amazonas (11,2%), enquanto que Rondônia apresentou a menor taxa (3,0%). E nos demais setores, as maiores taxas foram do Pará (3,6%) e Roraima (3,5%), enquanto que Rondônia (0,6%), Amazonas (0,8%) e Amapá (0,9%) foram os estados que apresentaram as menores taxas (v. Gráfico 11 e Anexo A – Tabela 30).

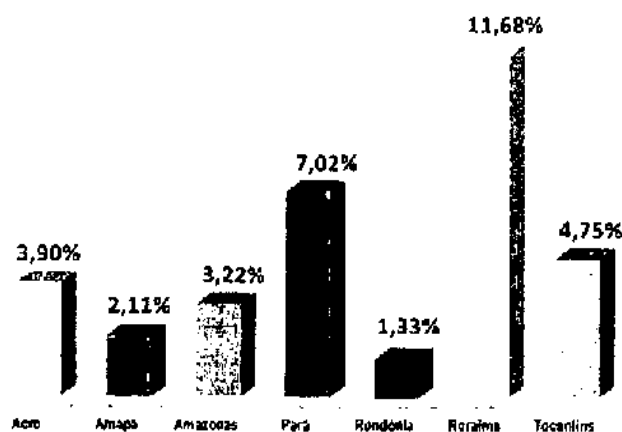


Gráfico 11 Inadimplência do FNO por Estado

Posição em 31/12/2013

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

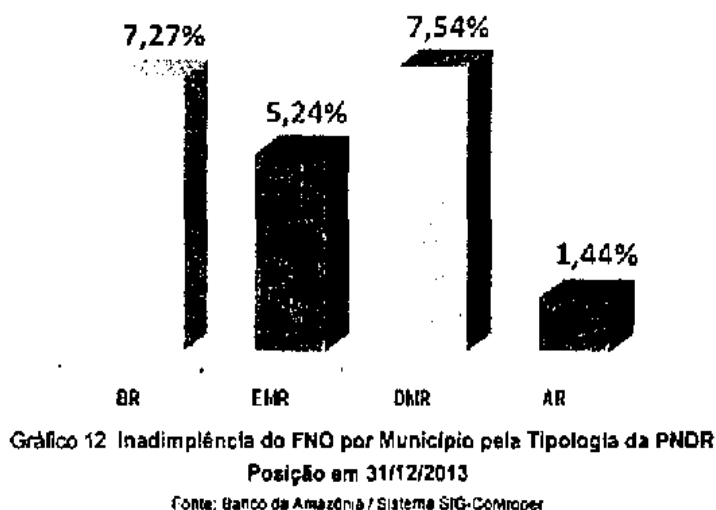
#### 6.5 Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte

O saldo em atraso das contratações do FNO nas Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte atingiu, ao final do exercício de 2013, o total de R\$ 221,4 milhões, correspondendo a uma taxa de inadimplência de 3,4% em relação ao saldo total das operações (R\$ 6,6 bilhões). Entre as mesorregiões, a que apresentou a maior taxa de inadimplência foi a Mesorregião do Xingu, com 10%, sendo a taxa mais elevada ocorrida entre os municípios dinâmicos de menor renda, de 10,7%. Já a Mesorregião do Vale do Rio Acre apresentou a menor taxa, com 3,27%, tendo também os municípios dinâmicos de menor renda registrado a menor taxa, de 2,8%. A inadimplência das operações em atraso nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira da Região Norte apresentou taxa de 2,2%, a menor entre as regiões prioritárias da PNDR, com destaque para a inadimplência dos municípios de alta renda, com 1,2% (v. Anexo A – Tabela 31).

#### 6.6 Inadimplência por Município Conforme Tipologia da PNDR

Considerando a inadimplência das operações de crédito do FNO por município classificado pela tipologia da PNDR, verificou-se ao final do exercício de 2013 que as maiores taxas ocorreram no conjunto dos municípios dinâmicos de menor renda (DMR) e de baixa renda (BR), com 7,5% e 7,3%, respectivamente, enquanto que o conjunto dos municípios de alta renda (AR) apresentou a menor taxa, de 1,4% (v. Gráfico 12 e Anexo A – Tabelas 32 e 33).





### 6.7 Inadimplência por Tipo de Risco

As informações a seguir, constantes dos quadros 14 a 18, atendem ao disposto no Item 4 do Anexo II - Parte B (conteúdo específico) da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e Portaria TCU nº 175/2013.

Ao final do exercício de 2013, havia 111 operações de crédito com risco integral do FNO em situação de atraso, representando uma inadimplência de 0,5%, e 604 operações com risco compartilhado entre o Fundo e o Banco da Amazônia em situação de atraso, implicando uma inadimplência de 3,5%. Não há registro de operações de crédito com risco integral do Banco da Amazônia (v. Quadro 14).

**Quadro 14 Inadimplência do FNO por Tipo de Risco**  
Exercícios de 2011 a 2013

Número de Operações Contratadas com Risco Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia			
Situação	2011	2012	2013
Sem atraso (A)	12.811	18.788	16.651
Com atraso (B)	337	555	604
Inad % (B*100) / (A + B)	2,6%	2,9%	3,5%
Número de Operações Contratadas com Risco Integral do FNO			
Situação	2011	2012	2013
Sem atraso (A)	14.659	35.673	20.586
Com atraso (B)	183	158	111
Inad % (B*100) / (A + B)	1,2%	0,4%	0,5%
Número de Operações Contratadas com Risco Integral do Banco da Amazônia			
Situação	2011	2012	2013
Sem atraso (A)	0	0	0
Com atraso (B)	0	0	0
Inad % (B*100) / (A + B)	0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

## 6.8 Saldo dos Créditos de Liquidação Duvidosa

Até 31/12/2013, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa (valor do principal mais encargos vencidos de operações contratadas) totalizou R\$ 385,5 milhões em operações com atraso até 180 dias e R\$ 146,4 milhões em operações com atraso entre 181 e 360 dias.

Considerando as operações com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa correspondeu a R\$ 317,4 milhões (82,3%) em operações com atraso até 180 dias e R\$ 78,5 milhões (53,6%) em operações com atraso entre 181 e 360 dias.

Quanto às operações com risco integral do FNO, o saldo dos créditos de liquidação duvidosa alcançou o valor de R\$ 68,1 milhões (17,7%) em operações com atraso até 180 dias e R\$ 67,8 milhões (46,4%) em operações com atraso de 181 a 360 dias (v. Quadro 15).

Quadro 15 Créditos do FNO de Liquidação Duvidosa  
Posição em 31/12/2013

Natureza da Operação	Tamanho do Atraso	
	Até 180 dias (R\$ 1,00)	De 181 a 360 dias (R\$ 1,00)
Com Risco Compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia	317.364.417	78.520.707
Com Risco Integral do FNO	68.149.175	67.838.936
Com Risco Integral do Banco da Amazônia	0	0
<b>Total</b>	<b>385.513.592</b>	<b>146.359.643</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contoper

## 6.9 Créditos Contabilizados como Prejuízo

Ao final de 2013, o valor total dos créditos contabilizados como prejuízo alcançou a cifra de R\$ 503,6 milhões, sendo R\$ 362,5 milhões (72,0%) de operações assumidas com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia e R\$ 141,1 milhões (28,0%) em operações contratadas com risco integral do FNO. Não há registro de operações contabilizadas como prejuízo considerando o risco integral do Banco da Amazônia (v. Quadro 16).

Quadro 16 Créditos do FNO Contabilizados como Prejuízo  
Posição em 31/12/2013

Natureza da Operação	Prejuízos Contabilizados (R\$ 1,00)
Assumidos em razão do risco compartilhado:	362.513.563
• Contabilizados pelo FNO	181.257.185
• Contabilizados pelo Banco da Amazônia	181.256.378
Assumidos pelo FNO em razão de risco integral	141.045.709
Assumidos pelo Banco da Amazônia em razão de risco integral	0
<b>Total</b>	<b>503.559.272</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Contabilidade (GECOM)

### 6.10 Créditos Ressarcidos pelo Banco da Amazônia

No exercício de 2013, o Banco da Amazônia ressarciu ao FNO, por perdas das operações de crédito que completaram 360 dias de vencidas e não foram pagas, o valor total de R\$ 173,5 milhões, (v. Quadro 17).

Quadro 17 Ressarcimentos Realizados pelo Banco da Amazônia ao FNO  
Exercício de 2013

Mês	Principal + Encargos das Operações Vencidas e Não Pagas (R\$ 1,00)	Valor Ressarcido pelo Banco da Amazônia ao FNO (R\$ 1,00)	Correção do Valor por Atraso do Ressarcimento (R\$ 1,00)
Janeiro	467.381.307	27.421.123	0
Fevereiro	467.710.842	9.273.560	0
Março	467.910.928	11.827.473	0
Abril	468.005.955	6.969.028	0
Mai	468.234.849	8.322.645	0
Junho	468.354.412	12.259.897	0
Julho	468.581.333	11.500.544	0
Agosto	468.666.940	13.916.396	0
Setembro	468.666.608	13.379.957	0
Outubro	468.694.073	12.965.289	0
Novembro	468.694.181	23.587.378	0
Dezembro	468.694.181	22.021.337	0
<b>Total</b>	<b>5.619.614.889</b>	<b>173.504.617</b>	<b>0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Contabilidade (GECON)

### 6.11 Cobranças Judiciais Ajuizadas

O Banco da Amazônia busca, via esfera judicial, a regularização dos débitos existentes com vistas à redução da inadimplência. Assim, ao final de 2013, foram registradas 668 ações de cobranças judiciais ajuizadas, no valor total de R\$ 368,0 milhões, sendo todas as operações com risco compartilhado entre o Banco da Amazônia e o FNO (v. Quadro 18).

Quadro 18 Cobranças Judiciais Ajuizadas  
Exercício de 2013

Mês	Risco Compartilhado		Risco Integral FNO		Total Ajuizadas	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Janeiro	40	13.895.687	-	-	40	13.895.687
Fevereiro	17	19.476.642	-	-	17	19.476.642
Março	43	19.578.022	-	-	43	19.578.022
Abril	65	48.086.427	-	-	65	48.086.427
Mai	43	69.916.122	-	-	43	69.916.122
Junho	88	25.001.951	-	-	88	25.001.951
Julho	117	37.982.527	-	-	117	37.982.527
Agosto	73	64.866.944	-	-	73	64.866.944
Setembro	68	21.024.167	-	-	68	21.024.167
Outubro	67	26.325.421	-	-	67	26.325.421
Novembro	18	4.593.026	-	-	18	4.593.026
Dezembro	28	17.304.007	-	-	28	17.304.007
<b>Total</b>	<b>668</b>	<b>368.050.943</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>668</b>	<b>368.050.943</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Suporte Jurídico (GSJUR)

## **7. GESTÃO DOS RECURSOS DO FNO**

### **7.1 Breve Histórico da Instituição Gestora do FNO**

Em conformidade com o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e o artigo 16 da Lei 7.827/89, o Banco da Amazônia, instituição financeira pública federal de caráter regional, é o banco administrador dos recursos do FNO. Fundado em 9 de julho de 1942, com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1950, foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente no processo de desenvolvimento regional, financiando todos os segmentos econômicos da Região. A partir de 1966, assumiu a denominação de Banco da Amazônia, se consolidando como o agente financeiro da política de crédito do Governo Federal para a Região Amazônica.

A atuação do Banco da Amazônia ao longo dos anos tem contribuído, de forma decisiva, para a consolidação do desenvolvimento regional sustentável. Em suas estratégias de ação, o Banco da Amazônia apóia, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visam à utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Além disso, o Banco da Amazônia busca permanentemente a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; o incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; a disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo, para o segmento da agricultura de base familiar; o apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas Instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e estaduais e outras Instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Na condição de agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia tem pautado sua atuação em alinhamento às seguintes prioridades:

- a) Apoio à Política Nacional de Reforma Agrária financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- b) Participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da Região;
- c) Incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e à melhoria do acesso ao crédito;

- d) Apoio aos empreendedores individuais através da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar às suas famílias e empregados;
- e) Adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da implantação do Programa "Amazônia Florescer", possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica;
- f) Estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com a Política Nacional de Turismo;
- g) Incentivo à cultura amazônica por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura";
- h) Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os estados da Amazônia;
- i) Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- j) Contribuição com o Plano "Brasil Maior" do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- k) Contribuição com o Plano "Brasil Sem Miséria" do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- l) Participação na Operação Arco Verde do Governo Federal inaugurando uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia;
- m) Participação na Operação Cidadania Xingu, iniciativa do Governo Federal sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, objetivando garantir a presença efetiva do poder público nos territórios impactados pela Usina Hidroelétrica Belo Monte com políticas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável da região com foco na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais;
- n) Estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- o) Incentivo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;

- p) Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável; e
- q) Apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais.

## **7.2 Formação de Parcerias Institucionais**

O Banco da Amazônia tem consciência que o processo de desenvolvimento de uma região com as características da Amazônia é extremamente complexo para ser conduzido por meio de ações institucionais isoladas. Dessa forma, torna-se indispensável a integração, de maneira sinérgica e complementar, das iniciativas dos agentes públicos e privados que atuam em prol do desenvolvimento amazônico, de forma a potencializar os resultados a serem alcançados, considerando a expertise, as experiências e o conhecimento de cada instituição.

Imbuído dessa visão, o Banco da Amazônia tem procurado consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando a construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias que possibilitem a superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia e, dessa forma, transformar as suas imensas potencialidades e oportunidades em negócios sustentáveis.

Entre as ações voltadas para o fortalecimento das parcerias institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão, entre eles o FNO. Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes.

Além disso, o Banco da Amazônia firmou protocolos de intenções em 2013 com os governos dos estados de Rondônia, Roraima e Tocantins, com o objetivo de construir parcerias e unir esforços para atuação compartilhada no desenvolvimento sustentável dos estados.

## **7.3 Atuação com Foco na Sustentabilidade**

A economia mundial vive um período de transição para um novo modelo, baseado no desenvolvimento em bases sustentáveis, cuja característica principal aponta para uma mudança qualitativa nos padrões de produção e consumo. Esse novo modelo econômico, chamado de economia verde, permite perceber claramente que as dimensões econômicas, ambientais e sociais precisam coexistir em equilíbrio, a fim de gerarem de maneira sustentável o bem-estar da humanidade.



O novo padrão de desenvolvimento da economia impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente, a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas objetivando conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores, sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado, bem como a conquista de outros.

Ação importante no contexto de transformações que têm marcado a economia internacional foi a realização da Conferência Rio+20, ocorrida no Brasil em junho de 2012, quando foram apresentados os avanços brasileiros durante o período de vinte anos que se sucederam desde a Eco 92. Esses avanços são perceptíveis tanto no aspecto ambiental, com a redução dos índices de desmatamento na Amazônia e a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quanto na perspectiva política, social e econômica, com a redução do nível de pobreza, a quitação da dívida brasileira junto ao Fundo Monetário Nacional (FMI) e a projeção do Brasil no cenário político internacional.

Nesse processo de construção da chamada economia verde, o papel do crédito bancário, especialmente dos bancos oficiais, tem sido fundamental na priorização de financiamentos de negócios sustentáveis, bem como na pactuação de instrumentos formais, a exemplo do Protocolo Verde de 1995 e seu sucessor, o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental de 2008, como estratégia para influir positivamente na sustentabilidade do país.

O Banco da Amazônia, como um dos signatários do Protocolo Verde e do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, vem aperfeiçoando, de forma contínua, seus produtos e serviços bancários, revestindo-os de elementos que fomentam a sustentabilidade, além de realizar outras ações que, embora não relacionadas ao negócio bancário, contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, como o apoio à ciência e tecnologia e o patrocínio de projetos culturais, esportivos, sociais, entre outros.

Outros fatos relevantes são a instituição da Política Corporativa pela Sustentabilidade do Banco da Amazônia, a implantação de sua Agenda Ambiental com os programas socioambientais Amazônia Recicla (voltados para a coleta seletiva e reciclagem), Amazônia Otimiza (ecoeficiência e racionalização de recursos naturais), Viva Vida (qualidade de vida) e Gincana pela Sustentabilidade (voluntariado de práticas socioambientais nas comunidades), além da publicação do Relatório de Sustentabilidade e da Cartilha "Consumo Sustentável: Nossas Escolhas Fazem a Diferença".

Além disso, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com políticas e programas específicos voltados à sustentabilidade em seus múltiplos aspectos, tais como o Plano Brasil sem Miséria; a Operação Cidadania Xingu, realizada nos municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; a Operação Arco Verde, realizada nos municípios da Amazônia Legal com os maiores índices de desmatamento; e o Programa Crescer, de microcrédito produtivo orientado.



Assim, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia também evolui enquanto instituição de crédito, contribuindo, por exemplo, para a transformação de matérias-primas da Região em produtos de alta tecnologia, potenciais ecoturísticos em empreendimentos hoteleiros sustentáveis, vocações culturais regionais em negócios internacionais, resultando na geração de emprego e renda na Amazônia e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

#### **7.4 Alinhamento com as Prioridades do Governo Federal para a Amazônia**

O Banco da Amazônia é o principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica apoiando, através dos seus financiamentos, as atividades econômicas consideradas prioritárias no âmbito das ações estratégicas governamentais visando o desenvolvimento regional sustentável, a exemplo da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, do turismo e da cultura.

Na esfera da agricultura de base familiar, o Banco da Amazônia tem auxiliado o Governo Federal na execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região Norte por meio do Programa FNO-PRONAF, o qual tem contribuído decisivamente para o fortalecimento da agricultura familiar na economia regional, bem como para a geração de expressivos resultados sociais e econômicos para o segmento, a exemplo da fixação do produtor no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural da Região.

Entre as ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia visando incrementar os financiamentos do FNO no âmbito da agricultura familiar destacam-se:

- a) Permanente diálogo com as instituições parceiras no sentido de expandir o crédito para os agricultores familiares;
- b) Realização de seminários com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes aos trabalhos realizados, inclusive treinamento nas planilhas das análises;
- c) Realização, anualmente, de encontros técnicos de planejamento para a aplicação dos recursos financeiros operacionalizados pelo Banco da Amazônia, em todos os estados da Região, com discussões específicas voltadas para os segmentos mais representativos da economia regional, entre os quais o da agricultura de base familiar;
- d) Agilização das análises para concessão de crédito, com as propostas internalizadas no Banco da Amazônia não ultrapassando o prazo de 60 dias para apreciação;
- e) Descentralização das análises de projetos para as Superintendências Regionais e Agências do Banco da Amazônia;

- f) Construção de cronogramas institucionais para a aplicação dos créditos dos PRONAF's A e A/C;
- g) Criação da rede da agricultura familiar, com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre a agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento rural;
- h) Organização de fóruns, com a participação de mini e pequenos produtores, onde são apresentadas as condições operacionais do Programa FNO-PRONAF;
- i) Realização de visitas aos assentamentos, para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do FNO-PRONAF;
- j) Realização de curso à distância (EAD) sobre agricultura familiar e crédito rural PRONAF com o tema "Agricultura Familiar e o PRONAF: uma abordagem conceitual";
- k) Participação em feiras, dia de campo e outros eventos promovidos por associações de agricultores familiares e órgãos de assistência técnica e extensão rural;
- l) Atuação alinhada ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com o apoio à produção da palma de dendê através da linha de crédito PRONAF-ECO; e
- m) Apoio às ações do Governo Federal visando à redução das consequências das enchentes na Região Norte, através da operacionalização de linhas especiais de crédito para agricultores familiares que tiveram perdas decorrentes de eventos climáticos adversos.

Importante registrar, também, a contribuição do Banco da Amazônia com o Plano Safra 2012/2013, sendo financiado pela Instituição 55,4% acima da meta estabelecida pelo MDA, e com o atual Plano Safra 2013/2014, tendo sido financiado em apenas seis meses (julho a dezembro de 2013) 55,1% da meta prevista.

No que se refere ao apoio às micro e pequenas empresas, esta tem sido uma das prioridades na atuação do Banco da Amazônia, considerando o imenso potencial do segmento para a geração de emprego e renda. Entre as iniciativas da Instituição voltadas ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas regionais destacam-se:

- a) Participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o qual é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- b) Fortalecimento da parceria firmada com o SEBRAE Nacional com o fim de desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores regionais;
- c) Interação permanente das Superintendências Regionais do Banco da Amazônia com as associações comerciais e de classe, secretarias estaduais e municipais objetivando divulgar os recursos disponíveis para as micro e pequenas empresas, bem como orientar o acesso ao crédito;

- d) Realização de diversos seminários na Região Norte destinados aos micro e pequenos empreendedores, que contaram com a expressiva participação de representantes do segmento; e
- e) Distribuição de mais de 15 mil cartilhas orientadoras de crédito com informações sobre todos os programas e linhas do FNO disponíveis.

No âmbito do turismo regional, o Banco da Amazônia vem apoiando a atividade mediante o financiamento de negócios sustentáveis, devidamente alinhados às diretrizes da Política Nacional de Turismo e prioridades das políticas estaduais voltadas para referida atividade. Além disso, contribui com o Governo Federal na preparação do Brasil como sede oficial da Copa do Mundo de Futebol de 2014, através do financiamento de empreendimentos turísticos, especialmente para meios de hospedagem.

No campo cultural, o Banco da Amazônia atua em consonância com a agenda social do Governo Federal em apoio à cultura, financiando projetos através do Programa "Amazônia Mais Cultura", cujo resultado tem sido, sobretudo, a maior valorização e o desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia.

### **7.5 Incremento dos Financiamentos nos Estados de Menor Dinamismo Econômico**

A busca contínua da redução das desigualdades intra e interregionais tem sido uma das prioridades da atuação do Banco da Amazônia, sendo o FNO uma ferramenta estratégica e indispensável para o alcance desse objetivo, considerando os impactos sociais e econômicos que a ação do Fundo gera no contexto da economia regional, especialmente nos estados de menor dinamismo econômico: Acre, Amapá e Roraima.

Em 2013, os financiamentos do FNO realizados nos estados do Acre e Roraima, apresentaram resultados bastante expressivos. O Acre contratou R\$ 312,5 milhões, atingindo 97,6% da meta estabelecida para o exercício, de R\$ 320,0 milhões, e cresceu 12,2% em relação às contratações de 2012, de R\$ 278,6 milhões. O Estado de Roraima contratou R\$ 103,1 milhões, atingindo 44,3% da meta de 2013, de R\$ 233,0 milhões, porém, apesar de o índice de consecução da meta não ter atingido nem 50% do previsto, este resultado é um recorde para o estado, pois, em relação à consecução de meta para 2012, de 10,4%, houve um crescimento de quase 40 pontos percentuais. Além disso, as contratações em 2013 no estado cresceram 391,0% em relação a 2012, de R\$ 21,0 milhões, sendo o maior crescimento nas aplicações do FNO entre todos os estados na Região. Contribuiu para esse desempenho o investimento de R\$ 82,7 milhões na construção de um *shopping center* em Boa Vista. Já no Amapá o crescimento nas aplicações de 2013 em relação ao exercício anterior foi de apenas 3,6%, passando de R\$ 88,4 milhões contratados em 2012 para R\$ 91,5 milhões em 2013, atingindo 39,3% da meta do exercício, de R\$ 233,0 milhões.

Importante registrar, que a melhor performance dos financiamentos nos estados de menor dinamismo econômico independe de ações unilaterais do Banco da Amazônia,

considerando a existência nesses estados de alguns fatores que dificultam a expansão do crédito, a exemplo da questão fundiária, da carência de uma melhor infraestrutura local, das condições climáticas adversas e das dificuldades de acesso a determinadas localidades estaduais. No entanto, o Banco da Amazônia vem desenvolvendo diversas ações visando mitigar os óbices existentes para a execução de sua política de crédito e, assim, ampliar os financiamentos nos estados mais carentes da Região, sendo os seminários do FNO-Itinerante uma dessas ações estratégicas. Outra ação, diz respeito às negociações em curso com as agências de fomento do Amapá (AFAP) e de Roraima (AFERR) visando a possibilidade de repasses de recursos do FNO àqueles estados.

### **7.6 Apoio ao Desenvolvimento das Mesorregiões Diferenciadas e dos Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte**

As áreas da Região Norte consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e municípios da Faixa de Fronteira – têm recebido atenção especial do Banco da Amazônia em sua ação creditícia. Em 2013, referidas áreas foram contempladas com apoio financeiro do FNO mediante a contratação de 18.699 operações de crédito, no valor total de R\$ 1.766,1 milhões. Em relação a 2012, houve crescimento de 12,0% nas aplicações do Fundo no conjunto de todas as mesorregiões, com destaque para o Bico do Papagaio, Vale do Rio Acre e Xingu, com incremento nas aplicações de 15,3%, 9,6% e 8,2%, respectivamente.

### **7.7 Atendimento aos Municípios mais Carentes**

Visando cumprir com a missão precípua do FNO em promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Norte, oportunizando a geração de renda e de novas ocupações para a mão-de-obra local e, ao mesmo tempo, a redução das desigualdades intra e interregionais, o Banco da Amazônia realizou operações de crédito com recursos do Fundo nos municípios tipificadas pela PNDR como de baixa renda; dinâmicos de menor renda; e estagnados de média renda, no valor total de R\$ 3.132,6 milhões, correspondente a 66,4% de todo o crédito contratado em 2013, beneficiando, desse modo, as localidades com comprovada carência socioeconômica. Dentre as iniciativas de disseminação do FNO aos municípios mais carentes, destaque para a realização dos seminários do FNO-Itinerante, que tem levado crédito às localidades com pouca ou nenhuma assistência da rede bancária.

### **7.8 Priorização dos Empreendimentos de Menor Porte**

Em observância às diretrizes do FNO, o Banco da Amazônia priorizou nos financiamentos concedidos em 2013 as demandas dos empreendimentos de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas, além dos empreendedores individuais), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar. Assim, do total dos financiamentos concedidos no exercício, cerca de 50% contemplaram as atividades produtivas dos segmentos de menor porte.

## 7.9 Presença do Crédito em Toda a Região Norte

Atualmente, todos os 450 municípios que integram a Região Norte são atendidos com os financiamentos do FNO, fato que representa uma importante conquista, não apenas para o Banco da Amazônia, mas para a sociedade regional como um todo, considerando os benefícios socioeconômicos que o crédito, com as características do FNO, geram para a localidade e sua população, especialmente aquelas mais carentes.

É necessário registrar, que o atendimento de 100% dos municípios da Região Norte com os financiamentos do Fundo só foi possível em razão de um conjunto de ações implementadas pelo Banco da Amazônia, entre as quais a realização, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, dos seminários do FNO-Itinerante, que contam com a participação efetiva do SEBRAE, dos governos estaduais e municipais, além de representantes do setor produtivo e das entidades de classe.

## 7.10 Fiscalização dos Financiamentos

O Banco da Amazônia realizou em 2013 a fiscalização em 2.904 operações de crédito financiadas pelo FNO, representando 95,1% do total de operações programadas para o exercício, de 3.054 operações. O Banco superou as metas de fiscalização das operações do setor rural (exceto Pronaf) e dos demais setores, respectivamente, em 9,6% e 2,0%, porém, realizou menos fiscalizações nas operações do Pronaf em relação ao programado, atingindo 81,5% do total (v. Quadro 19).

Quadro 19 Quantidade de Operações do FNO Fiscalizadas pelo Banco da Amazônia  
Exercício de 2013

Setor	Situação		
	Programado (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Rural (Pronaf)	1.497	1.220	81,5%
Rural (exceto Pronaf)	1.257	1.378	109,6%
Não Rural	300	306	102,0%
Total	3.054	2.904	95,1%

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Acompanhamento das Operações de Fomento (GEAFO)

Os financiamentos detectados em situação irregular sofreram a imediata intervenção do Banco da Amazônia por meio de medidas correlativas, como:

- Regularização dos contratos através de negociação amigável;
- Exigência de implantação dos projetos na forma aprovada pelo Banco da Amazônia ou, caso a mudança não comprometa a viabilidade do projeto, alteração formal do mesmo; e
- Reposição ou substituição das garantias defraudadas e, em caso de não atendimento pelo cliente, início do processo de cobrança judicial e denúncia por crime de ação pública incondicionada.

### 7.11 Controle da Inadimplência

Visando manter a inadimplência das operações do Fundo em níveis aceitáveis pelo mercado, o Banco da Amazônia vem adotando uma série de medidas, preventivas e correlativas, compreendendo:

- a) Realização de visitas e fiscalizações regulares a empreendimentos financiados;
- b) Renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF baseada em normativos estabelecidos em legislação federal;
- c) Contratação de escritórios de cobrança terceirizada;
- d) Firmatura de parcerias institucionais com o INCRA, sindicatos, federações, prefeituras municipais para auxiliar na recuperação de ressarcimento de créditos inadimplidos; e
- e) Ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociação amigável se mostrou frustrada, entre outras ações.

Como resultado das medidas adotadas pelo Banco da Amazônia, o índice de inadimplência do FNO, que ao final de 2012 era de 4,8%, caiu ao final de 2013 para 4,3%, queda de mais de 10%, em um cenário onde as contratações tiveram incremento de 1,5% em comparação com o exercício de 2012.

### 7.12 Renegociação e Recuperação das Operações de Crédito em Atraso

Em 2013, o Banco da Amazônia realizou 3.357 operações de refinanciamento do FNO, incluindo renegociações e recuperações de crédito, no valor total de R\$ 427,6 milhões. Os estados que mais realizaram operações de refinanciamento foram: Pará, com R\$ 129,7 milhões (30,3%) em 1.210 operações (35,0%); Amazonas, com R\$ 113,9 milhões (26,6%) em 582 operações (17,3%); e Tocantins, com R\$ 90,5 milhões (21,2%) em 836 operações (24,9%) (v. Quadro 20).

Quadro 20 Renegociações e Recuperação das Operações de Crédito em Atraso  
Exercício de 2013

Estado	Nº Op.	Valor (R\$ Milhões)
Acre	214	12,6
Amapá	25	7,0
Amazonas	582	113,9
Pará	1.210	129,7
Rondônia	365	45,6
Roraima	125	28,3
Tocantins	836	90,5
Total	3.357	427,6

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



### **7.13 Repasse de Recursos para Outras Instituições Financeiras**

O Banco da Amazônia continua evidando esforços para cumprir o disposto no artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989, e artigo 2º da Portaria nº 684/2002, que tratam sobre o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos administradores a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco da Amazônia entrou em processo de negociação com o Banco Cooperativo Sicredi, Banco do Estado do Pará (Banpará), Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomenTO), Agência de Fomento do Estado de Roraima (AFERR) e Agência de Fomento do Estado do Amapá (AFAP), obtendo resposta positiva da AFERR e AFAP, devendo serem concretizadas em 2014.

### **7.14 Resultado Financeiro**

Ao final do exercício de 2013, o Patrimônio Líquido do FNO cresceu 12,1% em relação ao final do exercício anterior, passando de R\$ 14.974,8 milhões em 31/12/2012 para R\$ 16.788,0 milhões em 31/12/2013, enquanto no Ativo Circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, o crescimento foi de 1,4%, passando de R\$ 5.957,6 milhões em 31/12/2012 para R\$ 6.041,6 milhões em 31/12/2013. Já nas Disponibilidades do Fundo, houve retração de 4,5%, caindo de R\$ 3.561,1 milhões em 31/12/2012 para R\$ 3.401,4 milhões em 31/12/2013. As demonstrações contábeis do FNO se encontram pormenorizadas no Anexo B deste Relatório.



## 8. BENEFÍCIOS MACROECONÔMICOS GERADOS PELO FNO

### 8.1 Distribuição Especial e Setorial dos Recursos

Durante o ano de 2013, o Banco investiu, conforme dados do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), R\$ 4,72 bilhões do FNO, o que significa um montante 1,5% superior a meta definida no Plano de Aplicação (v. Quadro 21).

Quadro 21 Volume previsto e aplicado por Unidades da Federação 2013 em R\$ milhões

ESTADO	VLR. PREVISTO	VLR. REALIZADO	% DE CONSEC.
Acre	320,00	312,48	97,7
Amapá	233,00	91,50	39,3
Amazonas	884,00	1.062,99	120,2
Pará	1.400,00	1.575,46	112,5
Rondônia	790,00	764,80	96,8
Roraima	233,00	103,12	44,3
Tocantins	790,00	808,86	102,4
Total	4.650,00	4.719,20	101,5

Fonte: Plano de Aplicação FNO 2013 / Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

Conforme o quadro 21, o percentual de aplicação, entretanto, não seguiu um padrão em todos os estados da região. Enquanto o Amazonas contratou 120% do programado, o Amapá, muito em função de questões fundiárias, aplicou apenas 44,3% do previsto para 2013.

O excelente desempenho do Amazonas se refletiu, também, nos indicadores de concentração de recursos. No exercício, 23% dos recursos do FNO foram aplicados em empreendimentos localizados nesse estado – o segundo maior percentual de concentração. A maior participação foi do estado do Pará (33%), muito influenciado pela dinâmica econômica local e pela maior presença de agências do Banco no estado. Somados, os dois estados foram responsáveis por mais de 50% das contratações com FNO nos doze meses de 2013, cuja distribuição pode ser observada no gráfico 13.

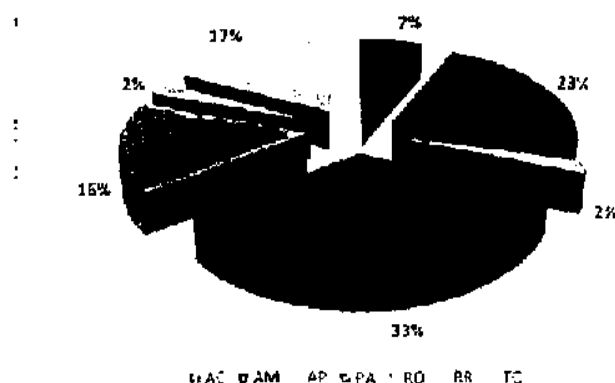


Gráfico 13 Distribuição espacial dos recursos do FNO aplicado no em 2013

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

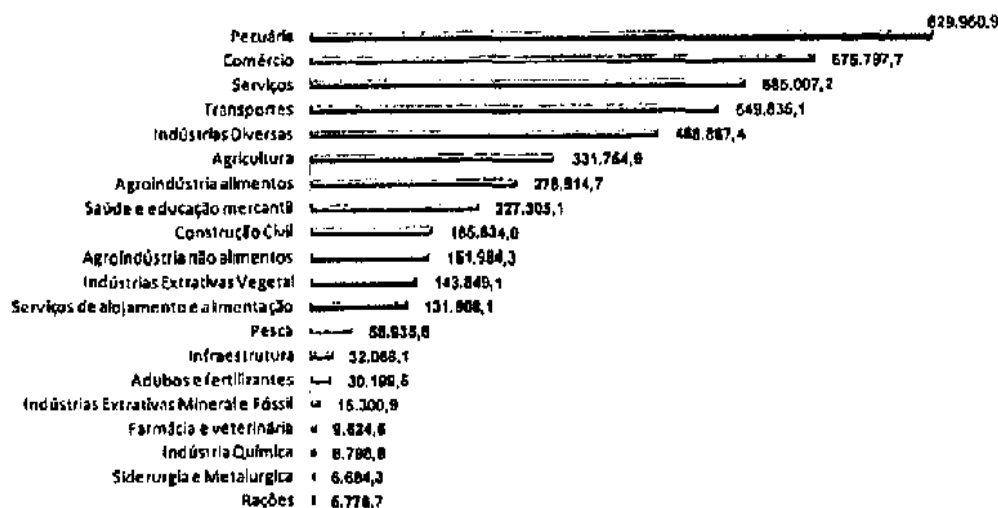
Com relação à distribuição setorial dos recursos, adotando o recorte de oito setores, com base no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constata-se que os setores da agropecuária (28,9%) e comércio e transportes (26,0%) absorveram quase a metade dos recursos. Os segmentos serviços (20,0%) e outras indústrias (11,1%), também, foram beneficiados com parcela significativa dos recursos (v. Quadro 22).

**Quadro 22 Distribuição setorial dos recursos no exercício de 2013**  
Classificação em oito setores produtivos (em R\$ mil)

Sector	Valor Contratado	%
Agropecuária	1.364.500,5	28,9
Extração Mineral e Fósil	15.300,9	0,3
Agroindústria	446.575,7	9,5
Outras indústrias	524.174,5	11,1
Infraestrutura	32.066,1	0,7
Construção Civil	165.634,0	3,5
Comércio e Transportes	1.226.632,8	26,0
Serviços	944.220,4	20,0
Total	4.719.204,8	100,0%

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Contoper

Efetuando a desagregação dos dados para 20 setores produtivos, constata-se que, por esse critério, a maior parcela de recursos foi alocada na pecuária com o valor de R\$ 829.960,9 mil, seguido do comércio (R\$ 676.797,7 mil), serviços (R\$ 585.007,2 mil), transportes (R\$ 549.835,1 mil) e indústrias diversas (R\$ 468.867,4 mil). Em conjunto esse cinco setores absorveram 66% dos recursos contratados em 2013 (v. Gráfico 14).



**Gráfico 14 Distribuição dos recursos por setor produtivo, no exercício de 2013, classificação em 20 setores produtivos (R\$ mil)**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Contoper

O Quadro 23, a seguir, evidencia a segmentação setorial das aplicações por estado, e demonstra a força do agronegócio da região, setor que foi beneficiário de parcela significativa dos recursos aplicados em 2013.

**Quadro 23 Distribuição estadual dos recursos do FNO no primeiro semestre de 2013**  
**Classificação em oito setores produtivos (em R\$ mil de 2013)**

Setores	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO
<b>Valores (R\$ mil)</b>							
Agropecuária	106.410,97	8.935,23	71.764,70	496.260,18	290.868,64	2.175,24	388.085,54
Extrat. mineral e fóssil	4.767,00	-	660,70	881,50	332,50	-	8.629,20
Agroindústria	33.067,22	43,00	4.082,33	204.041,54	55.819,22	58,50	149.563,89
Outras indústrias	26.293,78	2.021,36	109.585,61	227.243,98	61.353,77	3.474,62	94.221,39
Infraestrutura	9.678,00	75,74	1.895,78	3.539,92	14.699,14	902,58	1.274,91
Construção civil	9.041,19	330,60	9.750,09	35.355,04	66.735,89	795,46	43.625,89
Comércio e transportes	53.572,15	10.905,83	598.105,97	321.837,57	173.061,42	8.193,53	60.956,36
Serviços	89.649,50	69.167,81	267.134,34	286.296,04	101.931,85	87.521,68	62.499,15
<b>Total</b>	<b>312.479,81</b>	<b>91.499,57</b>	<b>1.062.989,52</b>	<b>1.575.455,77</b>	<b>764.802,23</b>	<b>103.121,61</b>	<b>808.856,33</b>
<b>Percentual (%)</b>							
Agropecuária	34,1	9,8	6,8	31,5	38,0	2,1	48,0
Extrat. mineral e fóssil	1,5	-	0,1	0,1	0,0	-	1,1
Agroindústria	10,6	0,0	0,4	13,0	7,3	0,1	18,5
Outras indústrias	8,4	2,2	10,3	14,4	8,0	3,4	11,6
Infraestrutura	3,1	0,1	0,2	0,2	1,9	0,9	0,2
Construção civil	2,9	0,4	0,9	2,2	8,7	0,8	5,4
Comércio e transportes	17,1	11,9	56,3	20,4	22,6	7,9	7,5
Serviços	22,3	75,6	25,1	18,2	13,3	84,9	7,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GERE/O) / Sistema SIG-Contopex

A maior parte dos recursos investidos no Amapá (75,6%) e em Roraima (84,9%) foi direcionada ao setor de serviços. Já no estado do Amazonas predominaram os financiamentos no setor de comércio e transportes (56,3%). No Pará (31,5%), no Tocantins (48,0%), no Acre (34,1%) e em Rondônia (38,0%) a maior parte dos recursos aplicados foi alocada no setor de agropecuária.

## 8.2 Avaliação com Base em Modelos de Insumo-Produto

A partir de simulações realizadas com base na metodologia de insumo-produto cujos resultados foram calculados com o auxílio do software AmazonSis, estima-se que as aplicações de crédito de fomento com recursos do FNO no exercício de 2013, possuem potencial para incrementar em R\$ 18,5 bilhões o Produto Interno Bruto (PIB) do país, ou seja, cada R\$ 1,00 corretamente aplicado nos projetos financiados tem potencial para provocar uma expansão de R\$ 3,91 no PIB. Os setores de serviços, outras indústrias, agropecuária e comércio e transportes, foram os que mais contribuíram com esse resultado R\$ 4,3 bilhões, R\$ 3,5 bilhões, R\$ 3,2 bilhões e R\$ 3,0 bilhões, respectivamente (v. Quadro 24).

Quanto ao Valor Bruto da Produção (VBP), o estímulo proporcionado à economia foi da ordem de R\$ 35,921 bilhões, com destaque para as contribuições dos setores de outras indústrias (R\$ 8,2 bilhões), serviços (R\$ 6,4 bilhões), comércio e transportes (R\$ 6,2 bilhões) e agropecuária (R\$ 6,1 bilhões). Estima-se, ainda, que os investimentos realizados com recursos oriundos dos financiamentos contratados proporcionem a geração de 708.187 empregos, uma massa salarial de R\$ 3,9 bilhões e uma arrecadação de tributos da ordem de R\$ 5,6 bilhões o

que implica num retorno líquido esperado de aproximadamente R\$ 871,3 milhões para os cofres públicos, acima do comprometido nos financiamentos.

Quadro 24 Estimativas de impacto das aplicações no exercício semestre de 2013

Classificação em oito setores (em R\$ mil de, exceto emprego)

Setores	PIB	%	VBP	%	Tributos	%	Salários	%	Empregos <sup>1</sup>	%
Agropecuária	3.312.059,9	17,9	6.131.428,4	17,1	379.387	6,8	309.043,03	7,7	231.225	32,7
Extrat. Min. e Fossil	561.705,9	3,0	777.332,6	2,2	61.453	1,1	24.058,16	0,6	982	0,1
Agroindústria	2.131.141,0	11,5	5.658.170,8	15,8	1.166.621	20,9	375.765,41	9,4	46.845	6,6
Outras indústrias	3.520.645,8	19,1	8.152.363,7	22,7	1.734.666	31,0	465.092,12	11,6	17.307	2,4
Infraestrutura	1.210.514,5	6,6	2.030.527,7	5,7	568.013	10,2	201.127,71	5,0	3.432	0,5
Construção Civil	265.221,6	1,4	497.403,4	1,4	45.334	0,8	23.989,93	0,6	4.650	0,7
Comércio e Transp.	3.044.372,7	16,5	6.225.025,1	17,3	811.017	14,6	1.195.191,52	29,9	194.209	27,4
Serviços	4.429.058,0	24,0	6.449.592,2	18,0	824.012	14,7	1.403.029,01	35,1	209.537	29,6
Total	18.474.719,5	100	35.921.843,9	100	5.690.502	100	3.997.296,89	100	708.187	100

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

Nota: 1 – Número de empregos criados ou mantidos

Considerando o número total de projetos beneficiados com os créditos de fomento ofertados pelo Banco, estima-se que cada empreendimento financiado potencialize a geração ou manutenção de mais de quinze postos de trabalho.

Os Gráficos 15 a 19 mostram, em percentuais, a distribuição dos impactos macroeconômicos em termos interregionais, destacando aqueles que são internalizados na Região Norte daqueles apropriados pelo resto do Brasil.

No que tange as variáveis PIB e VBP mostram que quase mais da metade do incremento foi internalizado na Região 59% e 54%, respectivamente. Os setores que mais contribuem para este resultado são o da construção civil e comércio e transportes (v. Gráficos 15 e 16).

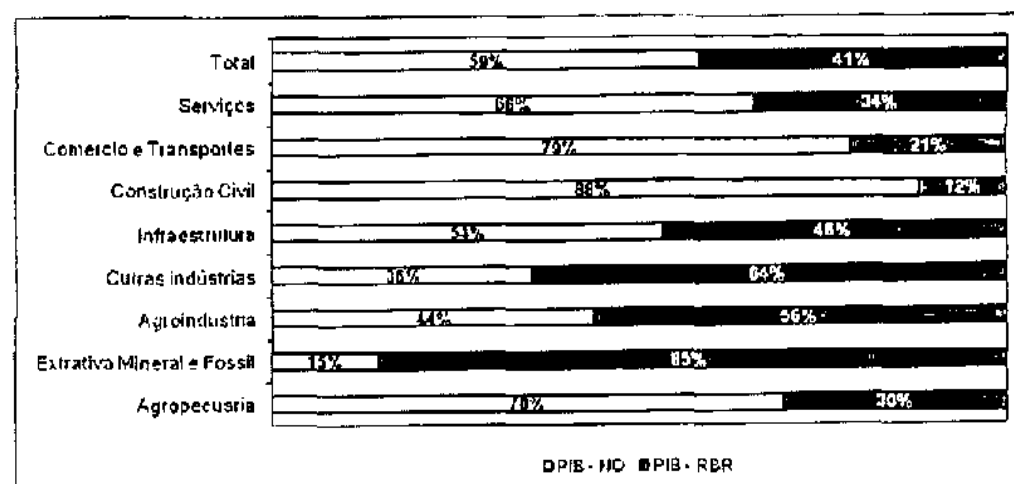
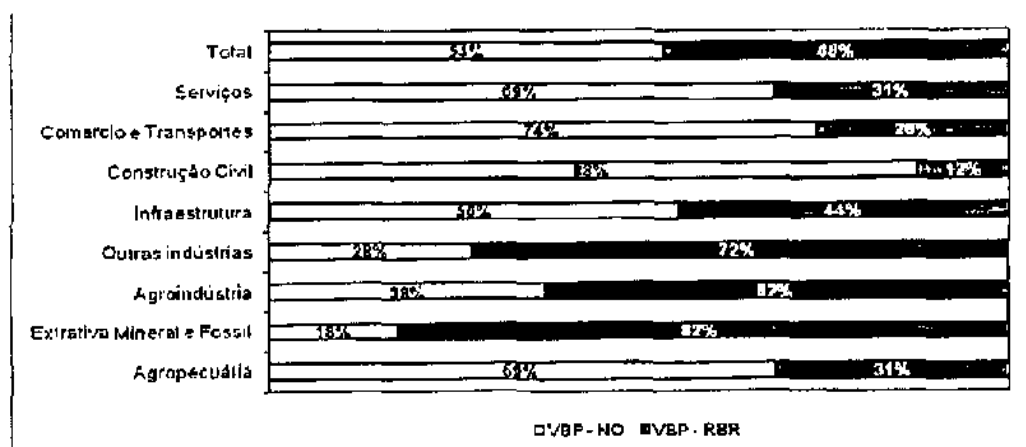


Gráfico 15 Distribuição Interregional dos Impactos do PIB das Aplicações de FNO em 2013

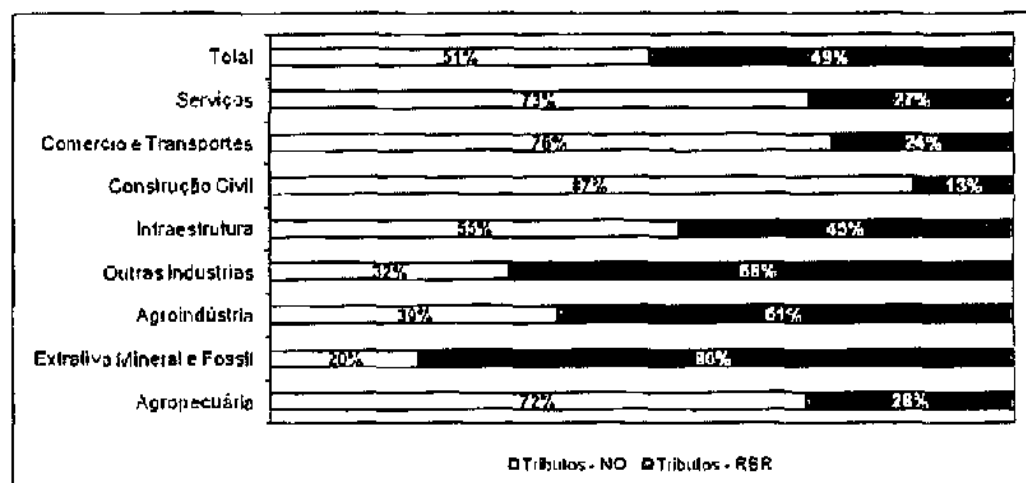
Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper



**Gráfico 16 Distribuição Interregional dos Impactos no VBP das Aplicações de FNO em 2013**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

Com relação à variável tributo, os maiores impactos internos são atribuídos à construção civil (87%) e comércio e transportes (76%). Em termos de evasão, ou seja, tributo pago ao resto do Brasil os setores com maior magnitude foram extrativa mineral e fósfil, 80%, outras indústrias (68%) e agroindústria (61%). Isto se deve, principalmente, a dependência com relação a máquinas e equipamentos de outras regiões do país e que são faturadas nos estados em que estão situadas as empresas fornecedoras (v. Gráfico 17).



**Gráfico 17 Distribuição Interregional dos Impactos Gerados pelos Tributos, 2013**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

A massa salarial estimada, no valor de R\$ 3,997 bilhões, é fortemente influenciada pelos setores de serviços (R\$ 1,403 bilhão) e comércio e transportes (R\$ 1,195 bilhão). Esses dois setores, que são extremamente intensivos em mão de obra respondem por 65% do impacto salarial projetado (Quadro 24). Desse montante de salários, é previsto que 69% sejam internalizados na Região, com grande contribuição dos setores de construção civil (85%), e serviços com 82% para esse resultado (v. Gráfico 18).

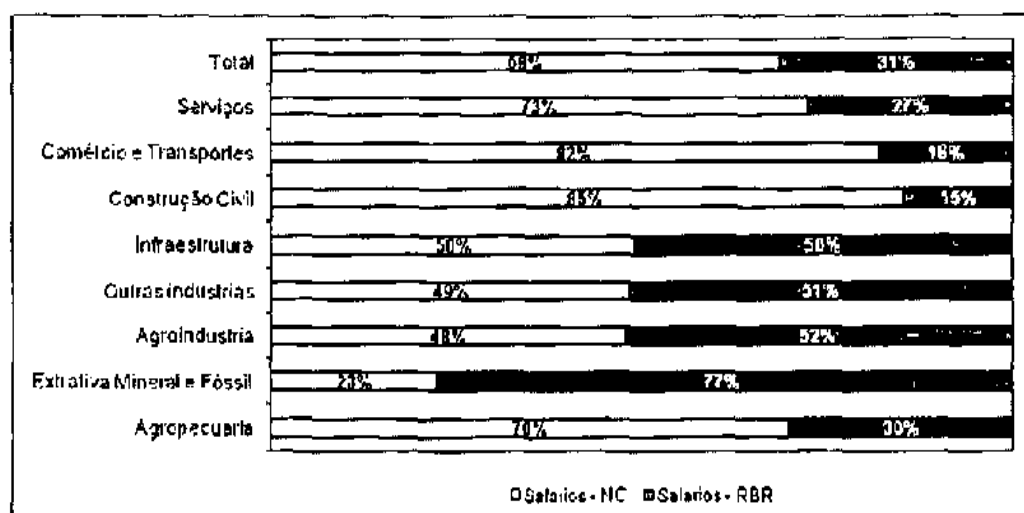


Gráfico 18 Distribuição Interregional da Geração de Salários, 2013

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

No que diz respeito à variável emprego, estima-se a geração de um total de 708.187 ocupações. Os maiores destaques foram para agropecuária (32,7%), serviços (29,6%) e comércio e transportes com 27,4% (Quadro 24). O maior impacto em termos de internalização é atribuído à construção civil (86%), seguido pelo setor de comércio e transportes (84%) e serviços (82%). Em termos globais, de cada 100 ocupações viabilizadas pelos financiamentos do FNO, 77 são geradas na própria Região Norte (v. Gráfico 19).

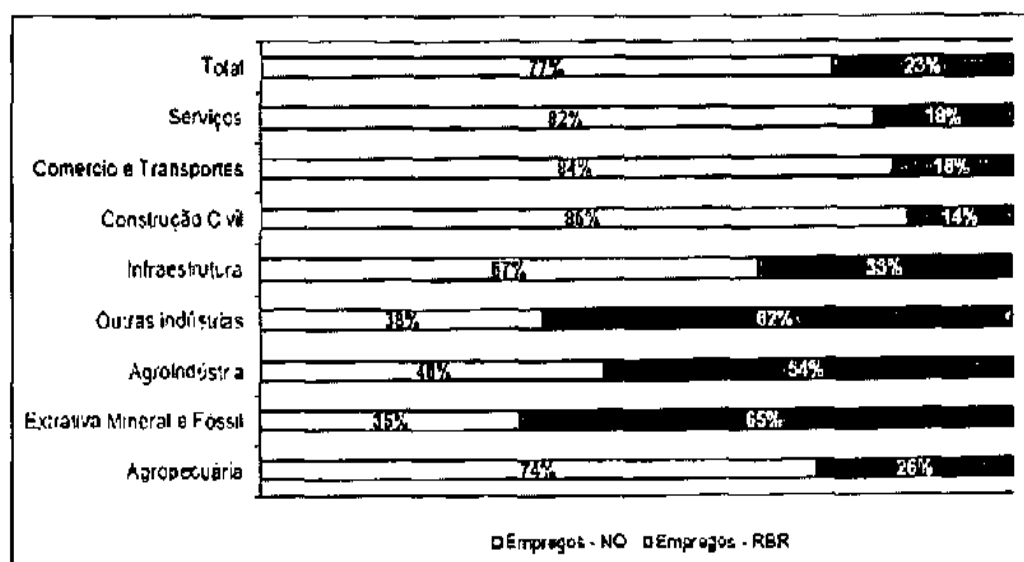


Gráfico 19 Distribuição Interregional dos Empregos Gerados, 2013

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Sistema SIG-Controper

### 8.3 Avaliação da Evolução do Emprego Através do Método *Propensity Score Matching*

Nesta seção, inicialmente, será apresentada uma comparação preliminar, por meio de análise descritiva, entre as empresas beneficiadas e não beneficiadas. Primeiramente serão descritas diferenças quantitativas observadas entre as empresas beneficiárias e não beneficiárias de créditos lastreados pelo FNO.

Em relação à qualificação dos trabalhadores, observa-se no Quadro 25, que já no início da série (2000) o percentual de trabalhadores analfabetos nas empresas beneficiárias do FNO (2,31%) era menor que nas empresas não beneficiárias (4,28%). Decorridos dez anos, observa-se que houve uma redução mais acentuada na participação de analfabetos na força de trabalho das empresas beneficiárias (0,98%) do que nas não beneficiárias do crédito (3,31%).

Quadro 25 Grau de Instrução dos Trabalhadores (%)

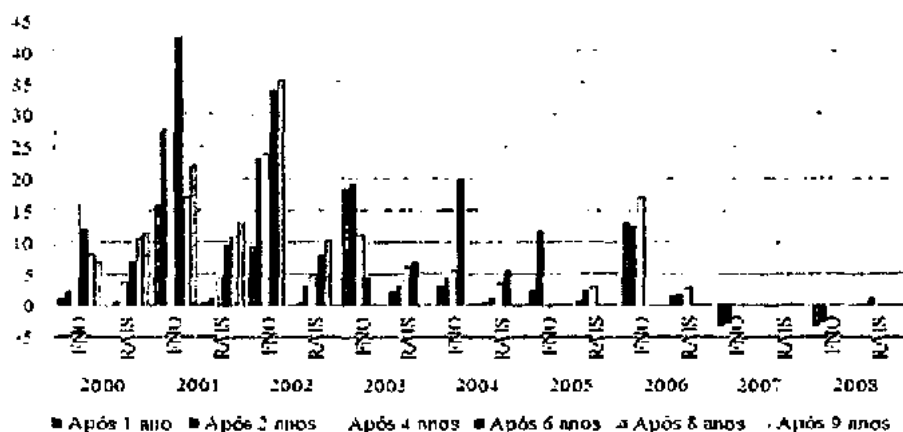
Percentual de Trabalhadores	2000		2010	
	FNO	RAIS	FNO	RAIS
Analfabetos	2,31	4,28	0,98	3,13
Até a 4ª série	25,96	35,38	8,25	23,94
Até a 8ª série	52,16	44,59	55,36	44,73
Ensino médio	18,61	14,2	17,53	16,03
Ensino superior	0,96	1,53	11,8	8,98

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

No outro extremo do nível de qualificação, nota-se que houve um aumento significativo na participação de profissionais com nível superior entre os trabalhadores das empresas beneficiadas com financiamento do FNO, passando de 0,96% em 2000 para 11,8% em 2010. A título de comparação, no mesmo período a participação de trabalhadores graduados nas empresas não apoiadas pelo Fundo passou de 1,53% para 8,98% (Quadro 25).

No tocante à geração de empregos, as empresas financiadas pelo FNO possuem poder de geração de empregos maior que o das empresas não financiadas. Em todos os anos observados, nas empresas não financiadas percebe-se que à medida que o tempo passa essas empresas tendem a aumentar o seu número de empregados em escala exponencial (efeito escala). Entretanto, conforme se observa no Gráfico 20, esse efeito escala nas empresas financiadas pelo FNO ocorre de forma antecipada e concentrado até o quarto e sexto anos de financiamento, ou seja, nas empresas beneficiadas com crédito o processo de geração de emprego ocorre mais rapidamente que nas empresas não contempladas com recursos do Fundo.





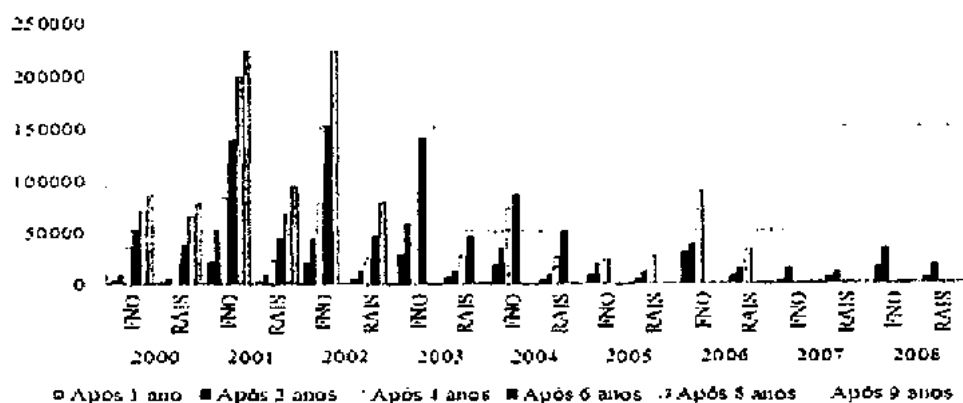
**Gráfico 20 Variação Média no Estoque de Emprego para as Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Ano-Base e Período de Tempo (2000-2008)**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Pode-se notar, portanto, que o efeito do financiamento do FNO possui maior intensidade no médio prazo. Um destaque importante são os anos-base de 2001 e 2002. Foi a partir desses anos que se observou o maior impacto de geração de empregos das empresas beneficiadas pelo FNO.

No ano de 2001, quatro anos após, foram gerados mais de 30 empregos, chegando a mais de 40 para seis anos depois. Em 2002, após seis e oito anos, a média de empregos gerados foi próxima a 35 trabalhadores por empresa. Para as empresas não beneficiadas no mesmo período, a média de empregados aumentou em 10 trabalhadores, ou seja, foi entre três e quatro vezes menor se comparada à das empresas beneficiadas pelo FNO.

Outra importante análise a ser observada é o comportamento do padrão de crescimento da média da massa salarial ao longo dos anos, o qual pode ser visto no Gráfico 21, onde se observa aumento de escala na variação média da massa salarial.

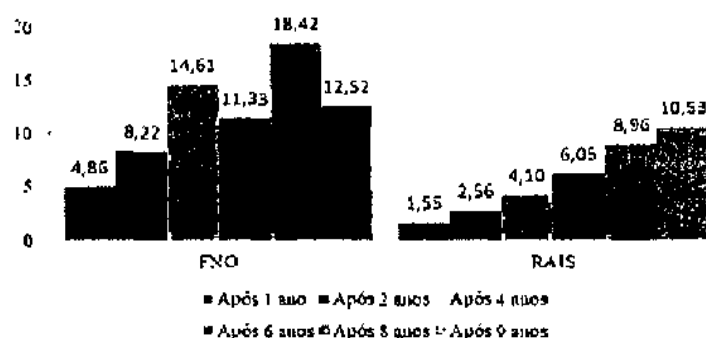


**Gráfico 21 Variação Média na Massa Salarial para as Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Ano-Base e Período de Tempo – 2000-2008 (R\$ 1,00)**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Assim como para a variável emprego, os anos-base de 2001 e 2002 foram os que apresentaram melhor desempenho em aumento do total de salários das empresas. Para as empresas que receberam financiamento em 2001 o aumento da massa salarial foi de quase 10 vezes, em nove anos, chegando ao volume médio de R\$ 200 mil por empresa. Já nas empresas que não receberam o FNO, a média da massa salarial ficou abaixo dos R\$ 100 mil. Assim como ocorrido para o estoque de emprego, a massa salarial paga pelas empresas beneficiárias do FNO foi superior em todos os anos-base, àquelas pagas pelas empresas não beneficiárias do crédito.

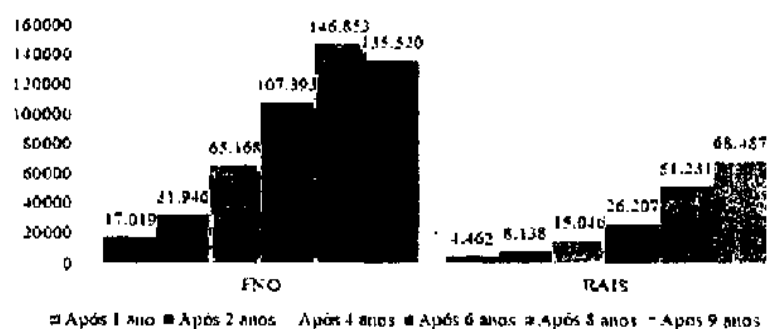
Analisado os dados de todos os anos-base, de forma agregada, observa-se que para todos os intervalos de tempo as empresas beneficiárias do crédito do FNO aumentaram de forma mais significativa seu estoque de empregos que às empresas que não conseguiram financiamento com o Fundo. Pode-se destacar o desempenho observado após oito anos da obtenção do financiamento, período em que as empresas contempladas contrataram, em média, mais que o dobro de profissionais contratados pelas empresas que não realizaram operações com recursos do FNO (v. Gráfico 22).



**Gráfico 22 Variação Média do Estoque de Emprego para Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Anos-Base Agregados (N.º de Empregados)**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Pode-se observar, também, diferencial expressivo de desempenho quando comparados o crescimento médio da massa salarial das empresas financiadas com o das empresas não financiadas com recursos do FNO nos dados agregados (v. Gráfico 23).



**Gráfico 23 Variação Média na Massa Salarial para Empresas Financiadas (FNO) e Não Financiadas (RAIS), por Anos-Base Agregados (R\$ 1,00)**

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Após nove anos, observa-se que as empresas financiadas pelo FNO conseguem aumentar sua massa salarial média em R\$ 135,5 mil, enquanto as não financiadas aumentaram em R\$ 68,5 mil. Considerando-se o período de oito anos após a contratação da operação a diferença chega a ser favorável às empresas financiadas na ordem de R\$ 146,9 mil contra R\$ 51,2 mil.

A partir das informações observadas nas análises descritivas, onde ficou nítida a maior capacidade de geração de empregos e renda das empresas financiadas, faz-se necessário saber se essas evidências de diferenciais de desempenho são estatisticamente significantes quando se consideram as diferentes características das empresas financiadas e não financiadas, ou seja, é necessário analisar o impacto do financiamento nos desempenhos a partir do modelo de *matching* com *propensity scores*.

O Quadro 26 apresenta os impactos médios do FNO no crescimento do estoque de empregos para um, dois, quatro, seis, oito e nove anos após a obtenção de financiamento com recursos do Fundo. As primeiras quatro linhas apresentam o número de observações e a média do número de empregados, tanto para a RAIS, quanto para o FNO. A linha "sem controle" mostra a diferença simples entre as médias do número de empregos entre as empresas beneficiadas (FNO) e não beneficiadas (RAIS), sem considerar a aplicação do *propensity score*. Já as linhas seguintes apresentam essas diferenças empregando-se o *propensity score* com estratificação e *Kernel*.

Quadro 26 Impacto do FNO no crescimento do estoque de emprego agregado no (N.º de Empregados/Empresa)

Tipo de empresa	Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média Financiadas	4,87	8,22	14,61	11,33	16,41	12,52
Média Não Financiadas	1,55	2,56	4,09	6,04	8,96	10,53
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem controle	3,31**	5,66*	10,52***	5,29	8,46	1,99
<i>Propensity Scores</i> (Estratificação)	2,54	4,42*	6,97	1,57	6,01	-2,06
<i>Propensity Scores</i> (Kernel)	2,04	3,67	5,43	0,63	3,89	-5,58

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

\*\*\*Significativo a 1%; \*\*significativo a 5%; \*significativo a 10%

De maneira geral, observa-se que durante quase todo o intervalo temporal de análise, as empresas financiadas aumentaram de forma mais intensiva seu número de empregados contratados. Entretanto, esses resultados apresentaram pouca significância estatística, com exceção do impacto no curto prazo, onde as empresas beneficiadas contrataram, em média, 4,42 trabalhadores a mais que aquelas não beneficiadas, após o segundo ano de recebimento do financiamento.

Em contrapartida, a esse fato, constata-se que os resultados referentes entre a diferença da variação na massa salarial paga pelas empresas beneficiárias e não beneficiária do FNO são estatisticamente significativos quase na totalidade dos casos. Observa-se que as empresas contempladas pelo FNO reajustaram de forma mais intensiva suas folhas salariais (v. Quadro 27).

Quadro 27 Impacto do FNO na Massa Salarial Agregada (R\$/Empresa)

	Nº de Observações e Média da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Empresa (Pós-FNO)					
	1 ano	2 anos	4 anos	6 anos	8 anos	9 anos
Média FNO	17.018,62	31.945,54	65.167,88	10.7393,2	146.852,6	135.519,8
Média RAIS	4.452,393	8.137,906	15.046,16	26.207,25	51.230,85	68.486,68
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego						
Sem controle	12.556,11***	23.807,6**	50.121,72**	81.185,97***	95.621,79***	67.033,09
Propensity Scores (Estratificação)	10.662,37***	20.830,62***	41.743,76***	69.595,88***	79.886,03***	48.055,62
Propensity Scores (Kamei)	9.444,73***	19.323,43***	37.927,01***	66.444,62	71.959,36**	34.119,1

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

\*\*\*Significativo a 1%; \*\*significativo a 5%; \*significativo a 10%

Já no primeiro ano após a contratação do crédito, as empresas financiadas pelo FNO ampliam, em média, sua folha de pagamentos em R\$ 10 mil a mais que as empresas não beneficiárias de recursos do Fundo. Ao longo do tempo, essa diferença vai aumentando exponencialmente, chegando a quase R\$ 80 mil após oito anos.

Esse efeito evidencia que apesar de não ficar estatisticamente comprovado, nos anos-base agregados, o aumento do estoque de emprego, observa-se de forma muito clara aumento nos salários dos trabalhadores. Os impactos no crescimento da massa salarial são importantes, pois representam diretamente o acréscimo da renda das famílias da Região gerado pelo financiamento<sup>2</sup>.

#### 8.4 Avaliação com Base em Modelo de Equilíbrio Geral

Os setores contemplados com recursos do FNO necessitam contratar recursos produtivos (mão-de-obra e serviços de capital) e adquirir insumos para ampliar o valor da produção em igual montante ao dos recursos recebidos. Isso significa um aumento na demanda por insumos intermediários de outros setores da economia, que tendem a reagir ampliando sua produção para atender a esse aumento da demanda, bem como por fatores primários de produção, como capital e trabalho. O maior emprego de mão-de-obra e capital determina um incremento na procura por esses recursos, que devem observar aumentos em suas remunerações e reduções no seu desemprego.

Por outro lado, o aumento no valor da produção, advindo do emprego dos recursos do FNO, possibilita o aumento na oferta daqueles setores contemplados pelo Fundo. Dessa forma, espera-se queda no preço desses bens para os setores demandantes de insumos e consumidores finais e aumento nos fluxos de vendas estaduais, interregionais e externas.

O Quadro 28 apresenta os impactos do FNO sobre o valor da produção setorial nos diferentes estados, em termos percentuais, a partir da aplicação dos recursos do FNO no período entre 2001 e 2013.

<sup>2</sup> Para maiores detalhes sobre os impactos do FNO sobre os empregos e salários, ver o livro 5 da série Impactos do FNO.

Quadro 28 Impactos do FNO sobre o Valor da Produção Setorial em 2013 (%)

Setor	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	RBR
Soja	0,5	-	-	27,1	22,1	-	55,2	-0,1
Milho	7,2	8	0,6	1,1	0,2	0,7	5,5	0
Fruticultura	20,8	28,7	39,1	2,8	3,7	0,3	5,3	-0,2
Outros agropecuários	8,8	2,3	0,2	0,8	0,8	0,6	2,3	0
Bovinocultura	11	4,8	1,1	8,6	4,1	0,7	7,5	-0,2
Florestal	13,8	0,1	0,8	1,1	4,4	-	19,5	-0,2
Energia	2,3	0,7	0,9	0,8	56,3	0,5	-	0
Mecânica e elétrica	3,6	0,1	1,2	4,8	3,3	1,6	19,4	0
Madeira e mobiliário	1,1	0	6,9	0,2	0,5	1,7	11,6	0
Celulose, papel e gráfica	1,8	1,1	1,1	0,3	6	1	28,7	0
Agroindústria vegetal	2,5	0,8	1,8	1,3	0,1	0,8	0,6	0
Agroindústria animal	1,5	1,8	1,1	0,5	0	0,8	0,1	0
Abate de bovinos	-	1,7	-	8,5	0	0,7	4,1	-0,1
Outras manufaturas	23	0,7	3,5	1	17,1	6,4	10,1	0
Comércio	0,3	0,8	0,6	0,5	5,3	0	0,4	0
Transporte	1	0,2	0,9	0,6	0	0,5	0,7	0
Outros serviços	1	0,6	0,8	1,2	0,9	0,6	0,8	0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GERED) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Conforme descrito, observa-se que, no exercício de 2013, o crédito do Fundo promoveu a expansão da produção em todos os setores e estados da Região Norte. Em alguns setores houve expansão muito pronunciada na produção, como soja no Tocantins (55,2%), fruticultura no Amapá (39,1%) e no Amazonas (28,7%) e energia em Rondônia (56,6%). No resto do Brasil o modelo revelou mudanças setoriais modestas em termos relativos, com ligeira queda na produção em alguns dos setores mais estimulados pelo FNO na Região Norte, como os da soja, fruticultura, bovinocultura, energia e abate de bovinos.

Os resultados negativos sobre a produção do resto do Brasil indicam que os aumentos nas ofertas da Região Norte, proporcionados pelos investimentos mais elevados do FNO, competem com o restante da produção do país, sendo capaz de substituir a compra desses bens com origem no resto do Brasil e destinados ao Norte, deslocando o eixo de produção para a Região. O comportamento dos preços dos bens e serviços na Região reflete essa alteração na estrutura de produção dos diversos setores.

O Quadro 29 demonstra que o preço dos produtos da maioria dos setores analisados sofreu redução percentual, em função do aumento na oferta dos bens e serviços, evidenciando o potencial do Fundo como instrumento acessório de controle de preços via elevação da oferta. Isso pode ser verificado para os setores de fruticultura, bovinocultura, abate de bovinos e outras manufaturas em todos os estados.

Nota-se, também, a queda de preço nas agroindústrias que processam produtos de origem vegetal (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins) e animal (Amapá e Roraima), induzido tanto pela expansão da oferta de matéria-prima, quanto pelos investimentos diretos do FNO, dado que esses investimentos estimulam a ampliação da produção nesses setores e a oferta de matéria prima, em função do aumento na atividade produtiva do setor primário.

--

Quadro 29 Impactos do FNO sobre os Preços dos Bens e Serviços

Sector	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	RBR
Soja	0	-2,9	0	-18	-7,3	0	-5,9	0
Milho	-0,4	-0,5	0	0	-1,8	0	-0,4	0
Fruticultura	-3,5	-2,7	-4,5	-1,2	-3,1	-0,6	-1,3	0
Outros agropecuários	-0,9	-0,2	0	-0,1	-2,2	-0,1	-0,3	0
Bovinicultura	-3,4	-1,3	-0,3	-2,8	-3,6	-0,8	-2	0
Florestal	-1,5	-0,3	0	-0,3	-2,4	-0,2	-6,9	0
Energia	0	-0,1	0	0,1	-10,9	0	0,1	0
Mecânica e elétrica	-0,3	0	0	-0,4	-2,3	-0,1	-1,6	0
Madeira e mobiliário	0	0	-0,5	0	-2	-0,1	-0,8	0
Celulose, papel e gráfica	0	0	0	0,1	-2,7	0	-2,4	0
Agrindústria vegetal	-0,1	0	-0,1	0	-2,6	0	-0,1	0
Agrindústria animal	-0,1	-0,1	0	0	-2,2	-0,1	0	0
Abate de bovinos	-0,4	-0,6	-0,2	-1,5	-2,7	-0,4	-1	-0,1
Outras manufaturas	-2,4	0	-0,5	0	-3,4	-0,6	-0,5	0
Comércio	0,1	-0,1	0	0	-3,7	0	0	0
Transporte	0,2	0	0	0,1	-2,6	0	0,1	0
Outros serviços	0,2	0	0	0,1	4,4	0	0,2	0

Fonte: Gerência de Estratégia e Organização (GEREO) / Série Impactos do FNO, Livro 5

Em quase todos os casos em que houve aumento de preços na Região, os desembolsos do Fundo contribuíram pouco para isso, geralmente em nível inferior a 0,5% em um ano. A exceção ficou por conta do setor de serviços, que por suas características tende a apresentar expansão sempre que há elevação na renda da população, além do fato de serem pouco sensíveis a substituições. As razões para o aumento dos preços desses produtos estão relacionadas com o aumento da demanda por mão de obra utilizada para atender o aumento da produção. As mudanças em preços no resto do Brasil por conta das aplicações do FNO na Região Norte são inexpressivas, apesar de positivas majoritariamente.

## 8.5 Conclusões

Conforme se observa, os investimentos financiados com recursos do FNO impactaram de forma muito positiva a economia nacional. A concessão de crédito de fomento promove elevação do produto, renda, salários e arrecadação de tributos, nas regiões onde se efetivam os investimentos, assim como, em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos, através do efeito transbordamento.

Durante o exercício de 2013, o Banco aplicou R\$ 4,72 bilhões de recursos do FNO, que através de seus efeitos multiplicadores possuem potencial para incrementar em R\$ 35,92 bilhões o Valor Bruto da Produção brasileira e promover a expansão de R\$ 18,47 bilhões no PIB. O crédito de fomento, também traz retornos significativos para as contas públicas, uma vez que o montante estimado de tributos oriundos dos negócios (compra/venda/contratações) necessários para implementar os projetos financiados (R\$ 5,59 bilhões) superou o valor aplicado pelo Fundo, de R\$ 4,72 bilhões.



A qualidade de vida dos trabalhadores, também, foi positivamente afetada pelos financiamentos concedidos pelo Banco, uma vez que a massa salarial, renda que remunera o trabalho, teve um incremento de R\$ 3,99 bilhões. Estima-se, ainda, que os projetos possibilitaram a geração de aproximadamente 708.187 postos de trabalho diretos, indiretos ou induzidos, o que significa que cada posto de trabalho foi derivado de aproximadamente R\$ 6,4 mil financiado.

Os valores a seguir sintetizam as estimativas de impactos gerados com a aplicação dos recursos de fomento do FNO, na Região Norte, no exercício de 2013.

**Efeitos sobre toda a economia**

Valor contratado (FNO) R\$ 4.719,2		↑ PIB	R\$ 18.474,7	milhões
		↑ VBP	R\$ 35.921,8	milhões
		↑ Tributos	R\$ 5.590,5	milhões
		↑ Salários	R\$ 3.997,3	milhões
		↑ Postos de trabalho	708.187	empregos

Os números acima evidenciam que o Banco da Amazônia atua em sintonia com as políticas e programas do Governo Federal voltados para a Amazônia de maneira que a congregação dos esforços isolados promova o crescimento e desenvolvimento regional e, paralelamente, possibilite a Instituição oportunizar negócios.

Ressalta-se que o resultado obtido pelo FNO em 2013, de R\$ 4,72 bilhões, pode ter sido reflexo das taxas de juros do Fundo praticadas no exercício, de 3,53% ao ano no primeiro semestre e de 4,12% ao ano no segundo semestre, com bônus de 15% para as parcelas pagas no prazo, para todos os portes de beneficiários, definidas pela Resolução do CMN nº 4.181, de 07/01/2013, as quais, provavelmente, contribuíram para o aumento da demanda por crédito.

Outro fator que pode ter contribuído para o aumento da demanda do FNO em 2013, foi a estratégia definida pelo Banco da Amazônia para maior contratação e liberação dos recursos, denominada de "Programa Supera Mals", envolvendo toda rede, com o propósito de melhorar a gestão do Fundo, no que tange ao acompanhamento da aplicação do FNO e o cumprimento de metas, o qual demonstra o compromisso efetivo do Banco em aplicar a totalidade dos recursos disponíveis.



## 9. RESULTADO ACUMULADO

Ao longo de mais de duas décadas de operacionalização do FNO, o Banco da Amazônia contratou quase 590 mil operações de crédito, injetando na economia regional R\$ 26,9 bilhões, sendo 96% das operações contratadas (564 mil) nos empreendimentos do setor rural e 52% dos recursos financiados (R\$ 13,9 bilhões) nos empreendimentos dos demais setores. Do total de operações contratadas no setor rural, 73% (414 mil operações) atenderam os agricultores familiares vinculados ao Pronaf, evidenciando a preocupação do Banco com os beneficiários de menor porte (v. Quadro 30).

Quadro 30 Contratações Acumuladas do FNO  
Período 1989 a 2013

Setor	Nº Op.	%	R\$ Milhões	%
Rural	563.818	96,0%	13.021,3	48,4%
Agricultura Familiar	413.808	73,4%	4.535,0	34,8%
Demais Atividades	150.010	26,6%	8.486,3	65,2%
Não Rural	23.616	4,0%	13.864,1	51,6%
Total	587.434	100,0%	26.885,4	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

## ANEXO A – TABELAS E QUADROS

Tabela 1 Contratações por Setor Produtivo

Exercício de 2013

SETOR	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
Rural	39.331	88,8%	1.795.940.574	38,1%
Não Rural	4.946	11,2%	2.923.264.228	62,9%
TOTAL	44.277	100,0%	4.719.204.802	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

Tabela 2 Contratações por Estado e Setor Produtivo

Exercício de 2013

ESTADO	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL			
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	3.918	144.232.956	354	168.246.631	4.282	9,7	312.479.787	6,6
Amapá	1.191	12.385.003	181	79.114.565	1.372	3,1	91.499.568	1,9
Amazonas	8.880	111.549.956	1.083	951.439.565	9.963	22,5	1.062.989.521	22,5
Pará	16.621	585.452.726	1.849	990.003.023	18.270	41,3	1.575.455.749	33,4
Rondônia	4.909	408.051.297	867	356.750.933	5.776	13,0	764.802.230	16,2
Roraima	99	7.470.698	53	95.650.902	152	0,3	103.121.600	2,2
Tocantins	3.713	526.797.938	749	282.058.409	4.462	10,1	808.856.347	17,2
TOTAL	39.331	1.795.940.574	4.946	2.923.264.228	44.277	100,0	4.719.204.802	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

Tabela 3 Contratações por Porte do Beneficiário e Setor Produtivo

Exercício de 2013

PORTE	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL			
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Cooperativa	9	20.289.646	-	-	9	0,0	20.289.646	0,4
Agric. Familiar	19.140	118.226.283	-	-	19.140	43,2	118.226.283	2,5
Mini/micro	19.229	701.716.362	1.508	35.751.155	20.737	46,8	737.467.517	15,6
Pequeno	813	503.909.301	3.093	564.347.184	3.906	8,8	1.068.256.485	22,6
Pequeno/Médio	121	263.837.593	145	143.882.703	266	0,6	407.720.296	8,6
Médio	18	142.515.272	129	666.521.844	147	0,3	809.037.116	17,1
Grande	1	45.446.117	71	1.512.761.342	72	0,2	1.558.207.459	33,0
TOTAL	39.331	1.795.940.574	4.946	2.923.264.228	44.277	100,0	4.719.204.802	100,0

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

Tabela 4 Contratações por Estado, Porte e Setor  
Exercício de 2013

## Setor Rural

ESTADO	AGRIC. FAMILIAR		MINI		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	2.322	21.966.701	1.543	69.605.206	45	35.272.796	8	17.368.254	0	0	0	0	3.918	144.232.956
Amapá	915	4.486.405	272	4.877.288	4	3.011.308	0	0	0	0	0	0	1.191	12.385.003
Amazonas	2.386	6.454.931	6.480	92.042.355	14	13.052.670	0	0	0	0	0	0	8.880	111.549.956
Pará	10.468	58.433.638	5.905	238.113.539	213	135.893.211	29	109.589.161	6	45.423.177	0	0	16.621	585.452.726
Rorônia	1.676	9.272.459	3.040	182.812.681	166	111.814.053	18	27.833.438	9	76.318.666	0	0	4.809	408.051.297
Roraima	45	777.063	46	1.819.795	8	4.873.840	0	0	0	0	0	0	99	7.470.688
Tocantins	1.328	18.825.085	1.952	132.735.143	363	199.991.423	66	109.026.740	3	20.773.429	1	45.446.117	3.713	526.797.938
<b>TOTAL</b>	<b>19.140</b>	<b>118.226.283</b>	<b>19.238</b>	<b>722.006.008</b>	<b>813</b>	<b>503.909.301</b>	<b>121</b>	<b>263.857.593</b>	<b>18</b>	<b>142.515.272</b>	<b>1</b>	<b>45.446.117</b>	<b>39.331</b>	<b>1.795.940.574</b>

## Demais Setores

ESTADO	EMPR. INDIVIDUAL		MICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	64	295.760	23	2.527.720	240	51.662.932	21	17.071.037	11	58.508.892	5	38.555.520	364	168.248.831
Amapá	70	240.104	1	24.300	103	10.992.801	4	10.598.224	3	57.358.136	0	0	181	79.114.565
Amazonas	342	2.914.024	141	7.420.456	539	77.381.095	15	32.647.183	35	264.855.245	11	566.221.552	1.063	951.439.565
Pará	266	1.465.606	83	2.187.322	1.194	182.561.057	46	28.017.407	35	90.054.949	25	685.715.872	1.649	990.003.023
Rorônia	129	858.651	79	8.091.542	568	156.741.591	39	35.266.587	31	95.491.830	23	80.301.732	867	355.750.933
Roraima	10	105.000	7	117.900	32	6.809.721	3	5.846.448	1	82.772.833	0	0	53	95.650.902
Tocantins	200	1.453.368	93	8.423.401	419	78.288.007	17	14.436.817	13	17.479.959	7	161.966.859	749	282.036.408
<b>TOTAL</b>	<b>1.081</b>	<b>7.333.514</b>	<b>427</b>	<b>28.417.541</b>	<b>3.093</b>	<b>584.347.185</b>	<b>145</b>	<b>143.882.703</b>	<b>129</b>	<b>666.521.844</b>	<b>71</b>	<b>1.512.761.342</b>	<b>4.946</b>	<b>2.923.264.228</b>

## Total

ESTADO	AG FAM / EMP INDIV		MINIMICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	2.386	22.262.461	1.566	71.757.926	285	85.935.697	29	34.459.291	11	58.508.892	5	38.555.520	4.282	312.479.787
Amapá	985	4.736.509	273	4.901.589	107	13.904.110	4	10.599.224	3	57.358.136	0	0	1.372	91.499.568
Amazonas	2.728	9.368.955	6.621	99.462.811	553	90.433.765	15	32.647.183	35	264.855.245	11	566.221.552	9.963	1.082.989.521
Pará	10.734	57.900.244	5.988	240.300.861	1.407	318.454.278	75	137.606.568	41	135.476.126	25	685.715.872	18.270	1.676.455.749
Rorônia	1.805	10.131.110	3.119	190.904.223	732	268.555.844	57	63.099.025	40	171.810.496	23	50.301.732	5.776	764.802.230
Roraima	56	882.063	53	1.937.595	40	11.683.551	3	5.845.448	1	82.772.833	0	0	152	103.121.800
Tocantins	1.528	20.278.455	2.045	141.158.544	782	278.289.430	83	123.463.557	16	38.253.368	8	207.412.973	4.462	808.856.347
<b>TOTAL</b>	<b>20.221</b>	<b>125.559.797</b>	<b>19.655</b>	<b>750.423.649</b>	<b>3.905</b>	<b>1.068.256.485</b>	<b>266</b>	<b>407.720.296</b>	<b>147</b>	<b>606.037.116</b>	<b>72</b>	<b>1.558.207.459</b>	<b>44.277</b>	<b>4.719.204.802</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contioper

**Tabela 5 Contratações por Programa de Financiamento**  
**Exercício de 2013**

PROGRAMA	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
FNO-PRONAF	32.438	73,4	612.797.522	13,0
FNO-Amazônia Sustentável	4.427	10,0	3.463.650.793	73,4
FNO-Biodiversidade	76	0,2	148.455.120	3,1
FNO-MPE	660	1,5	389.888.638	8,3
FNO-EI	1.071	2,4	7.333.513	0,2
FNO-Emergencial	5.545	12,5	97.079.216	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>44.277</b>	<b>100,0</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 5-A Evolução das Contratações por Programa de Financiamento**  
**Exercício de 2013**

PROGRAMA	2012	2013	VARIAÇÃO (%)
FNO-PRONAF	646,8	612,8	-5,2
FNO-Amazônia Sustentável	2.948,2	3.463,7	17,5
FNO-Biodiversidade	162,7	148,5	-8,8
FNO-MPE	239,8	389,9	62,6
FNO-EI	5,7	7,3	28,7
FNO-Emergencial	279,6	97,1	-65,3
<b>TOTAL</b>	<b>4.282,6</b>	<b>4.719,2</b>	<b>10,2</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 6 Contratações por Atividade Econômica**  
**Exercício de 2013**

ATIVIDADE	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
Agricultura Familiar*	37.290	84,2	653.598.010	13,8
Agropecuária	1.805	4,1	956.871.960	20,3
Pesca e Aquicultura	58	0,1	29.789.990	0,6
Floresta	76	0,2	148.455.120	3,1
Agroindústria	2	0,005	142.039.595	3,0
Indústria	291	0,7	579.177.809	12,3
Cultura	48	0,1	17.126.845	0,4
Turismo	188	0,4	584.800.025	12,4
Comércio e Serviços	2.679	6,1	1.517.726.836	32,2
Infraestrutura	16	0,04	26.008.471	0,6
Empreendedor Individual	1.071	2,4	7.333.513	0,2
Emergencial**	753	1,7	56.278.728	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>44.277</b>	<b>100,0</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

(\*) Inclui Emergencial Pronaf

(\*\*) Produtor Rural exceto Pronaf + Empreendedores dos Setores Não Rurais

Tabela 7 Contratações por Estado, Programa de Financiamento, Atividade Econômica e Setor Produtivo  
Exercício de 2013

SETOR/PROGRAMA/ATIVIDADE	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00	Qde.	R\$ 1,00
<b>RURAL</b>	3.918	144.232.956	1.191	12.385.003	8.880	111.549.956	16.621	565.452.726	4.909	408.051.297	98	7.470.698	3.713	526.797.938	39.331	1.795.940.574
1. FNO-PRONAF	3.377	76.240.302	1.185	9.197.255	4.674	57.412.201	15.958	258.495.092	4.379	128.068.832	89	2.188.858	2.936	81.214.980	32.498	612.797.522
PRONAF A	1.070	18.818.303	111	2.315.301	53	679.864	1.610	33.333.836	288	5.807.790	34	723.587	879	17.370.029	4.045	79.048.719
PRONAF A/C	74	300.236	-	-	-	-	47	222.295	10	38.141	11	53.465	151	711.111	293	1.343.250
PRONAF Agr Familiar	4	10.320.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10.320.000
PRONAF Agroindústria	-	-	-	-	-	-	-	-	2	909.025	-	-	1	7.740	3	916.765
PRONAF B	1.155	2.771.000	35	87.500	304	737.477	3.491	8.693.166	1.372	3.413.536	-	-	298	743.947	6.655	16.446.626
PRONAF B - MPO	-	-	734	2.000.854	1.093	2.738.995	5.000	13.326.825	5	12.493	-	-	-	-	6.632	18.079.188
PRONAF B - MPB	-	-	-	-	16	40.000	2	5.000	-	-	-	-	-	-	18	45.000
PRONAF Cuiabá	57	9.745.924	10	94.217	363	2.887.894	530	7.084.835	188	3.471.679	1	29.388	64	1.022.717	1.213	24.346.731
PRONAF Ecologia	1	26.483	-	-	-	-	444	32.635.155	2	112.505	-	-	27	653.367	474	33.427.516
PRONAF Floresta	-	-	205	4.000.193	25	638.263	1.433	25.836.787	63	2.092.246	-	-	-	-	1.726	32.567.486
PRONAF Jovem	-	-	2	18.176	-	-	-	-	16	227.245	-	-	1	11.313	19	256.734
PRONAF Mais Alimentos	1.004	34.208.350	15	493.306	2.590	48.525.303	2.777	132.049.609	2.278	110.585.232	43	1.362.430	1.385	59.915.342	10.082	387.139.572
PRONAF MPO	12	30.000	73	187.710	230	1.164.410	566	3.523.689	107	1.043.800	-	-	29	761.980	1.017	6.716.598
PRONAF Mulher	-	-	-	-	-	-	58	1.773.795	48	352.141	-	-	1	17.433	107	2.143.358
2. FNO-AMAZ SUSTENTÁVEL	80	58.572.917	5	3.187.748	58	14.045.306	381	258.828.886	480	271.169.354	10	5.301.840	848	377.555.798	1.863	986.661.048
Agropecuária	75	53.256.690	5	2.589.748	55	10.875.341	379	258.637.595	439	253.393.779	8	3.572.367	844	376.766.639	1.805	956.871.960
Pesca e Aquicultura	5	5.316.227	1	517.999	3	3.369.965	2	191.491	41	17.775.575	2	1.729.474	4	789.198	58	29.788.890
3. FNO BIODIVERSIDADE	4	2.530.798	-	-	3	2.203.319	23	67.302.386	17	8.391.538	-	-	29	68.027.160	78	148.455.120
Floresta	4	2.530.798	-	-	3	2.203.319	23	67.302.386	17	8.391.538	-	-	29	68.027.160	76	148.455.120
4. FNO-EMERGENCIAL	457	6.888.939	-	-	-	-	259	2.826.442	33	421.373	-	-	-	-	4.894	48.026.083
PRONAF Emergencial - Grupo AF	410	4.786.225	-	-	4.145	37.889.129	193	2.030.475	30	337.084	-	-	-	-	3.807	38.394.155
PRONAF Emergencial - Grupo B	23	57.151	-	-	3.174	31.243.373	58	145.000	1	2.500	-	-	-	-	983	2.384.750
PRONAF Emerg Mais Alimentos	1	9.822	-	-	-	-	1	11.720	-	-	-	-	-	-	2	21.542
Emergencial Rural	23	2.035.732	-	-	70	4.468.527	7	639.247	2	81.989	-	-	-	-	102	7.225.595

SETOR/PROGRAMA/ATIVIDADE	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	Qda.	R\$ 1,00	Qda.	R\$ 1,00	Qda.	R\$ 1,00	Qda.	R\$ 1,00	Qda.	R\$ 1,00	Qda.	R\$ 1,00	Qda.	R\$ 1,00
<b>NÃO RURAL</b>	364	168.246.831	181	79.114.565	1.063	951.439.555	1.649	990.003.023	53	95.650.902	749	282.050.409	4.946	2.923.264.228
<b>1.FNO-AMAZ SUSTENTÁVEL</b>	153	122.106.287	101	73.290.574	257	873.600.789	1.128	883.945.443	37	90.183.811	422	218.142.106	2.564	2.476.988.944
Agronegócio	-	-	-	-	-	-	1	36.718	-	-	1	142.032.876	2	142.032.876
Indústria	17	10.828.025	2	51.300	29	111.883.531	108	353.765.179	3	94.500	41	13.581.947	245	501.279.813
Cultura	-	-	1	298.664	-	-	9	3.673.013	-	-	8	494.478	26	5.512.155
Turismo	4	299.700	2	55.451.136	18	182.234.222	48	209.424.179	8	83.192.433	34	1.647.810	143	534.469.979
<b>2.FNO-MPE</b>	131	110.588.552	96	17.489.474	205	577.837.956	959	310.054.833	26	6.898.448	337	58.914.995	2.132	1.267.680.931
Infraestrutura	1	390.000	-	-	5	1.645.000	3	6.971.471	-	-	1	1.500.000	18	26.006.471
<b>3.FNO-MPE</b>	65	38.238.757	10	5.583.887	30	41.604.464	169	98.171.876	5	5.350.521	127	62.462.935	560	389.888.638
Indústria	9	11.357.956	-	-	8	29.049.875	8	5.182.684	-	-	6	2.883.237	46	77.897.996
Cultura	1	70.000	-	-	1	78.150	9	5.314.340	1	3.950.167	4	255.062	22	11.614.630
Turismo	6	7.986.159	-	-	2	1.807.362	11	11.975.530	-	-	11	21.774.208	45	50.340.046
<b>Comércio e Serviço</b>	49	18.824.642	10	5.583.887	19	10.669.077	141	75.690.322	5	1.410.364	106	37.550.428	547	250.035.905
<b>3.FNO-EI</b>	54	295.760	70	240.183	342	2.914.024	266	1.466.686	10	105.008	280	1.453.368	1.071	1.333.513
Empreendedor individual	54	295.760	70	240.183	342	2.914.024	266	1.466.686	10	105.000	280	1.453.368	1.071	1.333.513
<b>4.FNO-EMERGENCIAL</b>	92	7.606.027	-	-	454	33.320.387	85	8.419.098	-	-	-	-	651	49.053.133
Emergencial Não Rural	92	7.606.027	-	-	454	33.320.387	86	8.419.098	-	-	-	-	651	49.053.133
<b>TOTAL</b>	4.202	312.479.787	1.372	91.499.568	9.953	1.062.989.521	18.270	1.575.465.749	152	103.121.600	4.462	808.856.347	44.277	4.719.204.802

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contropar

**Tabela 8 (a) Contratações por Mesorregiões Diferenciadas da Região Norte**  
Exercício de 2013

ESTADO	ALTO SOLIMÕES				CHAPADA DAS MANGABEIRAS				VALE DO RIO ACRE			
	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	1.332	230.224.425
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	9	9	762	6.700.477	0	0	0	0	2	2	1.123	29.527.117
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0	0	0	8	7	246	24.386.448	0	0	0	0
Total	9	9	762	6.700.477	8	7	246	24.386.448	13	13	2.455	259.751.542
% Consecução		100%				88%				100%		

ESTADO	BICO DO PAPAGAIO				XINGU				TOTAL			
	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	1.332	230.224.425
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11	1.885	36.227.594
Pará	26	24	2.116	315.596.391	10	10	770	68.168.631	35	34	2.888	383.764.021
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	25	25	956	64.058.040	0	0	0	0	33	32	1.202	83.445.486
Total	50	49	3.072	379.654.431	10	10	770	68.168.631	90	88	7.305	738.661.529
% Consecução		98%				100%	100%			98%		

Fonte: Banco de Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 8 (b) Contratações por Municípios da Faixa de Fronteira da Região Norte**  
Exercício de 2013

ESTADO	FAIXA DE FRONTEIRA			
	Nº Municípios	Nº Municípios Atendidos	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	22	22	4.282	312.479.788
Amapá	8	7	565	77.835.622
Amazonas	21	17	2.234	49.274.808
Pará	5	5	838	27.145.892
Roraima	26	26	3.323	457.553.533
Roraima	15	10	152	103.121.601
Tocantins	0	0	0	0
Total	97	87	11.394	1.027.411.244
% Consecução		90%		

Fonte: Banco de Amazônia / Sistema SIG-Contraper



**Tabela 8-A Evolução das Contratações nas Regiões Prioritárias da Região Norte pela PNDR**

R\$ milhões

REGIÃO PRIORITÁRIA	2012	2013	EVOLUÇÃO %
Mesorregiões	659,7	738,7	112,0
Alto Solimões	6,5	6,7	103,4
Chapada das Mangabeiras	23,8	24,4	102,5
Vale do Rio Acre	237,0	259,8	109,6
Bico do Papagaio	329,4	379,7	115,3
Xingu	63,0	68,2	108,2
Faixa de Fronteira	1.539,5	1.027,4	66,7
<b>TOTAL</b>	<b>2.199,2</b>	<b>1.766,1</b>	<b>80,3</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 8-B Consecução das Metas nas Regiões Prioritárias da Região Norte pela PNDR em 2013**

R\$ milhões

REGIÃO PRIORITÁRIA	PREVISÃO	REALIZADO	EVOLUÇÃO %
Mesorregiões	571,8	738,7	129,2
Alto Solimões	2,6	6,7	257,0
Chapada das Mangabeiras	1,4	24,4	1.688,8
Vale do Rio Acre	260,5	259,8	99,7
Bico do Papagaio	250,9	379,7	151,3
Xingu	56,7	68,2	120,3
Faixa de Fronteira	1.261,5	1.027,4	81,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.773,5</b>	<b>1.766,1</b>	<b>99,6</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 9 Contratações por Município da Região Norte pela Tipologia da PNDR  
Exercício de 2013**

TIPOLOGIA	Nº MUNICÍPIOS	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
BR	114	11.802	26,7%	349.865.269	7,4%
EMR	157	13.590	30,7%	1.917.457.594	40,6%
DMR	145	15.608	35,3%	865.325.147	18,3%
AR	25	3.268	7,4%	1.585.555.793	33,5%
<b>TOTAIS</b>	<b>441</b>	<b>44.277</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.719.204.803</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

BR = Baixa Renda; EMR = Estagnada de Média Renda; DMR = Dinâmica de Menor Renda; e AR = Alta Renda

**Tabela 9-A Evolução das Contratações nos Municípios  
Conforme Tipologia da PNDR**

TIPOLOGIA PNDR	R\$ milhões		
	2012	2013	EVOLUÇÃO %
BR	336,8	349,9	103,9%
EMR	1.603,4	1.917,5	119,6%
DMR	607,7	865,3	142,4%
AR	1.734,7	1.586,6	91,5%
TOTAIS	4.282,6	4.719,2	110,2%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 9-B Consecução das Metas nos Municípios  
Conforme Tipologia da PNDR em 2013**

TIPOLOGIA PNDR	R\$ milhões		
	PREVISÃO	REALIZADO	EVOLUÇÃO %
BR	414,1	349,9	84,5%
EMR	1.558,7	1.917,5	123,2%
DMR	932,0	865,3	92,8%
AR	1.747,2	1.586,6	90,8%
TOTAIS	4.650,0	4.719,2	101,5%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 10 Contratações na Agricultura Familiar  
Exercício de 2013**

LINHAS DE FINANCIAMENTO DO FNO-PRONAF	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%	OPORT. DE TRABALHO
PRONAF A	4.045	10,8	79.048.719	12,1	16.180
PRONAF A/C	293	0,8	1.343.250	0,2	1.172
PRONAF Agr. Familiar	4	0,01	10.320.000	1,6	16
PRONAF Agroindústria	3	0,01	916.765	0,1	12
PRONAF B	6.655	17,8	18.446.626	2,5	26.620
PRONAF B - MPO	6.632	18,3	18.079.166	2,8	27.328
PRONAF B - MPR	18	0,05	45.000	0,01	72
PRONAF Cuiabá	1.213	3,3	24.346.731	3,7	4.852
PRONAF Ecologia	474	1,3	33.427.516	5,1	1.896
PRONAF Floresta	1.726	4,6	32.567.486	5,0	6.904
PRONAF Jovem	19	0,1	256.734	0,04	76
PRONAF Mais Alimentos	10.092	27,1	387.139.572	59,2	40.368
PRONAF MPO	1.017	2,7	6.716.589	1,0	4.068
PRONAF Mulher	107	0,3	2.143.368	0,3	428
PRONAF Emergencial - Grupo AF	3.807	10,2	38.394.156	5,9	15.228
PRONAF Emergencial - Grupo B	983	2,6	2.384.790	0,4	3.932
PRONAF Emergencial Mais Alimentos	2	0,01	21.542	0,003	8
TOTAL	37.290	100,0	653.598.010	100,0	149.160

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 11 Contratações Realizadas em Apoio ao Programa ABC**  
**Exercício de 2013**

ESTADO	MINI/MICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	1.140	30.285.227	0	0	1	1.118.512	0	0	0	0	1.141	31.403.739
Amapá	836	6.886.150	2	1.115.310	0	0	0	0	0	0	838	8.001.460
Amazonas	3.419	30.268.764	1	98.328	0	0	0	0	0	0	3.420	30.367.092
Pará	8.774	76.334.525	28	20.445.372	5	31.657.139	1	6.147.034	0	0	8.808	134.584.070
Rondônia	411	12.447.768	23	19.652.936	1	1.200.000	2	6.918.972	0	0	437	40.219.676
Roraima	17	231.572	0	0	0	0	0	0	0	0	17	231.572
Tocantins	309	7.408.833	153	87.801.173	39	69.735.903	2	20.188.429	0	0	503	185.134.338
<b>TOTAL</b>	<b>14.906</b>	<b>163.862.840</b>	<b>207</b>	<b>129.113.119</b>	<b>46</b>	<b>103.711.554</b>	<b>5</b>	<b>33.254.435</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.164</b>	<b>429.941.847</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 12 Contratações por Finalidade do Crédito**  
**Exercício de 2013**

**Setor Rural**

ESTADO	INVESTIMENTO		CUSTEIO		INFRAESTRUTURA		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	3.755	113.957.085	163	30.275.871	-	-	3.918	144.232.956
Amazonas	7.841	98.140.132	1.039	13.409.824	-	-	8.880	111.549.956
Amapá	1.177	10.848.898	14	1.536.105	-	-	1.191	12.385.003
Pará	15.847	537.676.462	773	47.750.300	1	25.964	16.621	585.452.726
Rondônia	4.592	353.683.311	313	43.886.288	4	181.687	4.909	408.051.286
Roraima	85	6.788.131	14	682.568	-	-	99	7.470.699
Tocantins	3.226	385.358.021	487	141.439.917	-	-	3.713	526.797.938
<b>TOTAL</b>	<b>36.523</b>	<b>1.516.652.041</b>	<b>2.803</b>	<b>279.080.873</b>	<b>5</b>	<b>207.681</b>	<b>39.331</b>	<b>1.795.940.674</b>

**Demais Setores**

ESTADO	INVESTIMENTO		CAPITAL DE GIRO		INFRAESTRUTURA		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	89	50.882.177	219	18.226.211	56	99.138.444	364	168.246.832
Amazonas	263	497.138.029	499	54.539.315	321	399.762.222	1.083	951.439.565
Amapá	5	66.857.118	161	7.393.529	15	5.063.918	181	79.114.565
Pará	174	672.462.975	1.265	122.026.161	210	195.513.887	1.649	990.003.023
Rondônia	150	137.381.492	474	73.765.234	243	145.604.208	867	356.750.933
Roraima	13	89.642.258	33	1.567.100	7	4.241.544	53	95.650.902
Tocantins	167	199.469.596	446	32.208.020	136	50.380.793	749	282.058.409
<b>TOTAL</b>	<b>861</b>	<b>1.713.833.643</b>	<b>3.097</b>	<b>309.725.569</b>	<b>988</b>	<b>899.705.015</b>	<b>4.946</b>	<b>2.923.264.228</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 13 Distribuição dos Financiamentos por Finalidade de Crédito**  
**Exercício de 2013**

FINALIDADE DO CRÉDITO	Nº OP.	%	VALOR (R\$ 1,00)	%
Custeio	2.803	6,3%	279.080.873	5,9%
Investimento	37.384	84,4%	3.230.485.684	68,5%
Capital de Giro	3.097	7,0%	309.725.569	6,8%
Infraestrutura	993	0,2%	899.912.676	19,1%
<b>TOTAL</b>	<b>44.277</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

Tabela 14 Contratações por Faixa de Valores  
Exercício de 2013

FAIXA DE VALORES	SETOR RURAL											
	Pronaf A			Pronaf B			Pronaf Demais			Biodiversidade		
	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	%
Até R\$ 500,00	0	0	0	1	500	2	1.000	0	0	0	3	0,0%
Acumulado R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	0	0	5	3.800	12	10.482	0	0	0	0	17	0,0%
Até R\$ 1.000,00	207	1.348.348	6.952	17.189.388	12.024	45.350.997	0	0	3	23.374	19.196	48,8%
Acumulado R\$ 1.000,00 até R\$ 15.000,00	3.938	27.702.373	0	0	0	0	0	0	155	4.033.878	13.381	34,0%
Até R\$ 15.000,00	0	0	0	0	4.482	270.018.218	8	511.734	503	37.480.027	4.933	12,7%
Acumulado R\$ 15.000,00 até R\$ 50.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	298	45.188.783	594	1,9%
Até R\$ 50.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	821	413.747.799	963	2,2%
Acumulado R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	175	380.014.428	184	0,5%
Até R\$ 100.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	7	109.153.052	7	0,0%
Acumulado R\$ 100.000,00 até R\$ 250.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	1	24.328.065	3	0,0%
Até R\$ 250.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Acumulado R\$ 250.000,00 até R\$ 500.000,00	4.845	75.048.719	6.568	17.193.788	26.271	557.365.591	76	148.455.120	1.965	993.867.444	39.331	100,0%
TOTAL												

FAIXA DE VALORES	DEMAIS SETORES											
	Agricultura			Indústria			Turismo			Exportação		
	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	R\$ 1.00	Nº Op	%
Até R\$ 500,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Acumulado R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,0%
Até R\$ 1.000,00	12	91.223	4	28.700	0	35.455	0	0	0	33	281.130	8,7%
Acumulado R\$ 1.000,00 até R\$ 15.000,00	80	2.030.533	51	1.245.200	56	1.352.540	0	0	2	48.385	678	16,5%
Até R\$ 15.000,00	564	47.182.252	125	6.800.230	92	6.231.601	0	0	12	1.039.504	1.051	7,1%
Acumulado R\$ 15.000,00 até R\$ 50.000,00	1	116.000	23	3.580.000	18	2.243.393	0	0	9	1.548.912	271	40,8%
Até R\$ 50.000,00	28	15.655.270	18	6.418.278	36	15.363.364	0	0	76	40.844.129	416	186,9%
Acumulado R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	3	3.494.880	1	1.619.843	19	41.979.423	0	0	33	101.066.860	112	371,86%
Até R\$ 100.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	2	32.365.833	9	117,00%
Acumulado R\$ 100.000,00 até R\$ 250.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	4	103.284.159	11	344,03%
Até R\$ 250.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	3	401.598.493	2	312,35%
Acumulado R\$ 250.000,00 até R\$ 500.000,00	688	68.544.238	223	41.175.908	236	601.915.870	0	0	143	742.852.076	2.588	1.461,80%
TOTAL												

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contopex

Tabela 15 Financiamentos Contratados em Valores Acima de R\$ 10 Milhões  
Exercício de 2013

EMPREENDIMENTO	UF	MUNICÍPIO	TIPOLOGIA PNDR	FINALIDADE	PROGRAMA / ATIVIDADE	VALOR DO PROJETO (R\$ 1,00)	VALOR FINANCIADO (R\$ 1,00)	POSTOS DE TRABALHO
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	AC	Rio Branco	AR	Comércio	Comércio e Serviços	17.986.636	15.500.206	110
Educação Superior	AC	Rio Branco	AR	Serviço	Comércio e Serviços	40.633.762	38.602.074	76
Prep Pescado e Fab Conservas	AC	Senador Guimard	DMR	Indústria	Comércio e Serviços	11.894.104	10.937.389	670
Transporte Por Navegação Interior Carga	AM	Iranduba	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	44.132.519	34.038.741	14
Fab Artesanato/Cimento/Fibrocimento	AM	Iranduba	EMR	Indústria	Extração	22.358.583	17.503.685	82
Transporte Por Navegação Interior Carga	AM	Itacatiara	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	206.323.174	165.058.539	242
Ativ Atendimento Hospitalar	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	55.153.160	44.033.623	436
Est Hoteliro Com Restaurante	AM	Manaus	AR	Serviço	Turismo	32.414.349	21.636.251	670
Fab Bicicletas e Triciclos não Motor	AM	Manaus	AR	Indústria	Transformação	50.244.529	38.180.420	232
Const/Repar. Embarcação e Estrutura	AM	Manaus	AR	Indústria	Transformação	83.738.635	61.105.399	127
Com Atac Mercadorias em Geral	AM	Manaus	AR	Comércio	Comércio e Serviços	22.310.122	22.310.122	193
Educação Superior	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	17.968.281	13.848.721	101
Com Var Móveis, Artigo Iluminação	AM	Manaus	AR	Comércio	Comércio e Serviços	36.702.488	28.445.825	177
Transporte Aéreo Regular	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	40.931.486	35.870.000	113
Transporte Marítimo Cabotagem	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	32.737.730	28.303.532	14
Est Hoteliro Sem Restaurante	AM	Manaus	AR	Serviço	Turismo	25.475.567	19.581.163	34
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	AM	Manaus	AR	Indústria	Turismo	214.799.384	132.150.369	27
Carga e Descarga	AM	Manaus	AR	Serviço	Comércio e Serviços	188.849.364	147.200.172	150
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	AP	Macapá	AR	Indústria	Turismo	109.447.286	55.358.136	60
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	PA	Ananindeua	EMR	Serviço	Turismo	180.390.707	140.968.724	200
Transp Rod Cargas em Geral	PA	Ananindeua	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	30.353.773	28.321.781	152
Com Atac Outros Prod Alimentícios	PA	Ananindeua	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	13.204.314	10.564.824	54
Fab Fios,Cabos e Condutores Elétr Isolad	PA	Barcarena	DMR	Indústria	Transformação	48.279.017	39.145.171	114
Fab Fios,Cabos e Condutores Elétr Isolad	PA	Belém	AR	Indústria	Transformação	163.048.597	122.603.626	114
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	PA	Belém	AR	Comércio	Comércio e Serviços	40.514.959	31.892.791	35
Transp Rod Cargas em Geral	PA	Canaã dos Carajás	EMR	Serviço	Comércio e Serviços	18.862.044	15.089.635	6
Fab Biscoitos e Bolachas	PA	Castanhal	EMR	Indústria	Transformação	14.830.788	14.478.627	87
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	PA	Castanhal	EMR	Serviço	Turismo	68.659.257	54.914.432	9
Bovinos-Prod.Carne-Matriz P/Povoamento	PA	Cumaru do Norte	EMR	Pecuária	Agropecuária	17.578.927	16.699.981	39
Bovinos-Prod.Carne-Matriz P/Povoamento	PA	Curionópolis	DMR	Pecuária	Agropecuária	26.575.306	24.326.099	160
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alim	PA	Marabá	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	34.996.580	32.120.509	471
Abate Reses Prep.Prod Carne	PA	Paragominas	EMR	Indústria	Transformação	28.762.187	24.653.170	210



EMPREENHIMENTO	UF	MUNICÍPIO	TIP. PNDR	FINALIDADE	PROGRAMA / ATIVIDADE	VALOR DO PROJETO (R\$ 1,00)	VALOR FINANCIADO (R\$ 1,00)	POSTOS DE TRABALHO
Fab Mad Lamin/Chapas Mad Comp	PA	Paragominas	EMR	Indústria	Transformação	158.540.149	136.959.991	367
Esti Hoteleiro com Restaurante	PA	Parauapebas	EMR	Serviço	Turismo	11.367.867	10.252.828	20
Com Alac Outros Prod Alimento	PA	Santa Isabel do Pará	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	16.632.317	13.305.853	321
Madeira-Teca	PA	Santa Mª das Barreiras	DMR	Agricultura	Floresta	28.869.938	25.982.944	105
Bovinos-Prod Carne-Engorda	PA	Xinguara	DMR	Pecuária	Agropecuária	15.965.337	15.558.339	8
Prep Pescado e Fab Conservas	RO	Arquemes	EMR	Indústria	Transformação	17.887.005	17.887.005	120
Bovinos-Prod Carne-Engorda	RO	Corumbara	DMR	Pecuária	Agropecuária	18.270.000	17.356.500	10
Com Var Mer Ger C/Prep Prod Alm	RO	Ji-Paraná	EMR	Comércio	Comércio e Serviços	13.740.944	12.371.854	54
Bovinos-Prod Carne-Estocagem Boi em Pé	RO	Pimenta Bueno	EMR	Pecuária	Agropecuária	11.026.950	10.475.602	60
Com Var Mat Const E Ferro	RO	Porto Velho	AR	Comércio	Comércio e Serviços	22.740.129	20.098.995	85
Educação Superior	RO	Porto Velho	AR	Serviço	Comércio e Serviços	16.271.466	14.158.175	22
Instal Const./Reforma e Aparelhagem	RO	Porto Velho	AR	Pecuária	Agropecuária	16.598.409	16.059.775	40
Canas-de-Açúcar	RO	Santa Luzia d'Oeste	EMR	Agricultura	Agropecuária	18.959.184	15.657.745	11
Outras Ativ Relacionadas ao Lazer	RR	Boa Vista	AR	Serviço	Turismo	91.969.814	82.772.833	70
Adução Intensiva do Solo	TO	Casaes	EMR	Agricultura	Agropecuária	18.809.516	17.347.110	150
Eucalipto	TO	Goiatins	BR	Agricultura	Floresta	61.413.672	45.446.117	20
Est Hoteleiro com Restaurante	TO	Palmas	AR	Serviço	Turismo	10.436.347	10.436.347	18
Prod Óleo Vegetal em Bruto	TO	Palmas Nacional	AR	Agroindústria	Agroindústria	285.334.691	142.002.876	246
Com Alac Cereais Benef Farinhas Amidos	TO	Silvanópolis	AR	Comércio	Comércio e Serviços	16.794.885	12.027.294	30
TOTAL						2.802.787.223	2.127.799.922	6.936

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 16 Financiamentos Contratados pela Primeira Vez  
Exercício de 2013

ESTADO	MINI/MICRO		PEQUENO		PEQUENO/MÉDIO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	2.188	43.715.442	126	35.394.003	8	13.095.545	5	15.015.091	1	17.220.862	2.328	124.440.943
Amapá	1.082	8.485.918	55	6.607.244	4	10.598.224	1	55.358.136	0	0	1.142	81.051.523
Amazonas	7.438	81.932.278	378	70.257.788	10	31.474.690	18	234.681.922	5	294.373.453	7.849	712.720.131
Pará	10.758	200.426.712	605	136.131.339	22	22.853.980	19	104.636.303	11	277.108.583	11.415	741.156.918
Rondônia	2.845	110.893.410	327	120.592.516	15	33.461.394	7	34.995.588	4	7.483.497	3.198	307.426.405
Roraima	69	1.601.782	22	6.285.721	3	5.845.448	1	82.772.833	0	0	95	96.505.784
Tocantins	2.092	88.958.950	227	87.940.076	13	28.301.071	8	31.169.587	2	17.335.545	2.342	253.705.290
TOTAL	26.472	536.015.492	1.740	463.208.687	75	145.631.353	59	558.629.460	23	613.521.940	28.369	2.317.006.933

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 17 Participação de Recursos Próprios nas Contratações por Setor e Porte**  
Exercício de 2013

**Setor Rural**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Mini	840.232.291	46,79%	1.368.248	2,52%	841.600.539	45,49%
Pequeno	503.909.301	28,06%	12.993.218	23,93%	516.902.519	27,94%
Pequeno/Médio	263.837.593	14,69%	11.447.971	21,08%	275.285.564	14,88%
Médio	142.515.272	7,94%	12.519.295	23,06%	155.034.567	8,38%
Grande	45.446.117	2,53%	15.967.555	29,41%	61.413.672	3,32%
<b>TOTAL</b>	<b>1.795.940.574</b>	<b>100,00%</b>	<b>54.295.288</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.850.235.862</b>	<b>100,00%</b>

**Demais Setores**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Micro	35.751.155	1,22%	507.037	0,07%	36.258.192	1,00%
Pequeno	564.347.184	19,31%	20.580.137	2,90%	584.927.321	16,10%
Pequeno/Médio	143.882.703	4,92%	12.631.319	1,78%	156.514.022	4,31%
Médio	666.521.844	22,80%	200.412.380	28,22%	866.934.224	23,86%
Grande	1.512.761.342	51,75%	475.994.994	67,03%	1.988.756.336	54,74%
<b>TOTAL</b>	<b>2.923.264.228</b>	<b>100,00%</b>	<b>710.125.865</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.633.390.093</b>	<b>100,00%</b>

**Totais**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Mini/Micro	875.983.446	18,56%	1.875.285	0,25%	877.858.731	16,01%
Pequeno	1.068.256.485	22,64%	33.573.355	4,39%	1.101.829.840	20,09%
Pequeno/Médio	407.720.296	8,64%	24.079.290	3,15%	431.799.586	7,87%
Médio	809.037.116	17,14%	212.931.675	27,86%	1.021.968.791	18,64%
Grande	1.558.207.459	33,02%	491.962.549	64,36%	2.050.170.008	37,39%
<b>TOTAL</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>100,00%</b>	<b>764.422.153</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.483.626.955</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper

**Tabela 18 Participação de Recursos Próprios nas Contratações por Estado**  
Exercício de 2013

ESTADO	RECURSOS DO FNO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	312.479.787	6,62%	16.100.039	2,11%	328.579.826	5,99%
Amazonas	1.062.989.521	22,52%	268.464.579	35,12%	1.331.454.099	24,28%
Amapá	91.499.568	1,94%	55.785.475	7,30%	147.285.042	2,69%
Pará	1.575.455.748	33,38%	194.760.500	25,48%	1.770.216.249	32,28%
Rondônia	764.802.230	16,21%	27.398.710	3,58%	792.200.940	14,45%
Roraima	103.121.602	2,18%	9.830.495	1,29%	112.952.097	2,06%
Tocantins	808.856.347	17,14%	192.082.356	25,13%	1.000.938.703	18,25%
<b>TOTAL</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>100,00%</b>	<b>764.422.153</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.483.626.955</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Contraper



Tabela 19 Propostas em Carteira - Situação da Demanda por Programa e Setor  
Exercício de 2013

PROGRAMA	Propostas Apresentadas em 2013 e Contratadas			Propostas Aprovadas a Contratar			Propostas em Análise			Propostas Indeferidas			Total da Propostas Apresentadas		
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.
SETOR RURAL	39.331	1.795.940.574	1.261	114.998.231	5.047	360.223.595	485	24.783.942	485	24.783.942	485	24.783.942	485	24.783.942	485
FNO-Pronal A	4.045	79.048.719	258	5.337.202	578	11.405.885	4	109.263	4	109.263	4	109.263	4	109.263	4
FNO-Pronal B	6.655	16.446.626	254	727.194	1.313	3.349.091	11	25.500	11	25.500	11	25.500	11	25.500	11
FNO-Pronal - Demais	21.798	517.302.177	652	21.168.925	2.744	96.985.091	398	12.743.145	398	12.743.145	398	12.743.145	398	12.743.145	398
FNO-Biodiversidade	76	148.455.120	0	0	3	3.372.374	1	201.010	1	201.010	1	201.010	1	201.010	1
FNO-Amazônia Sustentável	1.863	986.561.849	97	87.764.911	409	245.110.143	71	11.705.024	71	11.705.024	71	11.705.024	71	11.705.024	71
FNO-Emergencial	4.894	48.026.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SETOR NÃO RURAL	4.946	2.923.264.228	211	439.923.615	413	787.808.243	33	85.359.954	33	85.359.954	33	85.359.954	33	85.359.954	33
FNO-Amazônia Sustentável	2.564	2.476.988.944	210	439.921.115	411	787.720.043	33	85.359.954	33	85.359.954	33	85.359.954	33	85.359.954	33
Agronegócio	2	142.039.595	0	0	2	2.057.319	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria	245	501.279.813	10	53.589.157	48	275.423.838	8	65.731.021	8	65.731.021	8	65.731.021	8	65.731.021	8
Turismo e Cultura	169	539.972.134	1	4.927.524	24	25.805.889	2	8.653.946	2	8.653.946	2	8.653.946	2	8.653.946	2
Infraestrutura	15	26.006.671	63	185.710.313	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio e Serviço	2.132	1.267.690.931	136	185.714.121	337	484.432.997	23	10.974.988	23	10.974.988	23	10.974.988	23	10.974.988	23
FNO-MPE	660	389.888.638	1	2.500	2	88.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FNO-Empreendedor Individual	1.071	7.333.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNO-Emergencial	651	49.063.133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	44.277	4.719.204.802	1.472	554.921.846	5.460	1.148.031.838	518	110.143.896	518	110.143.896	518	110.143.896	518	110.143.896	518

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Controladoria (GECOR)

Tabela 20 Propostas em Carteira - Situação da Demanda por Estado  
Exercício de 2013

ESTADO	Propostas Apresentadas em 2013 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
Acre	4.282	312.479.787	22	89.048.022	78	48.213.371	4	395.933	4366	450.137.113
Amapá	1.372	91.499.568	0	0	47	7.524.980	1	184.000	1.420	98.318.548
Amazonas	9.963	1.062.989.521	57	313.743.298	632	341.332.588	3	61.571.118	10.655	1.779.638.525
Pará	18.270	1.575.455.749	1.223	76.087.273	3.747	509.546.143	285	18.463.566	23.525	2.179.552.731
Roraima	5.776	764.302.230	16	17.632.321	123	67.665.238	15	3.770.944	5.930	853.870.733
Roraima	152	103.121.600	8	5.877.284	20	10.094.828	0	0	180	119.093.712
Tocantins	4.462	808.855.347	146	52.533.648	813	163.544.690	210	25.758.335	5.631	1.050.693.020
<b>TOTAL</b>	<b>44.277</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>1.472</b>	<b>554.921.846</b>	<b>5.460</b>	<b>1.148.031.838</b>	<b>518</b>	<b>110.143.896</b>	<b>51.727</b>	<b>6.532.302.382</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Controladoria (GECOR)

Tabela 21 Propostas em Carteira - Situação da Demanda por Setor e Porte  
Exercício de 2013

SETOR / PORTE	Propostas Apresentadas em 2013 e Contratadas		Propostas Aprovadas a Contratar		Propostas em Análise		Propostas Indeferidas		Total de Propostas Apresentadas	
	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)	Nº Op.	Valor (R\$ 1,00)
<b>SETOR RURAL</b>	<b>39.331</b>	<b>1.795.940.574</b>	<b>1.261</b>	<b>114.998.231</b>	<b>5.047</b>	<b>360.223.595</b>	<b>485</b>	<b>24.783.942</b>	<b>46.124</b>	<b>2.295.946.342</b>
Agricultor Familiar	19.140	118.226.295	1.164	27.233.321	4.635	111.741.078	413	12.877.907	25.362	270.078.591
Mini	19.238	722.008.005	37	9.902.395	148	33.589.917	49	4.174.470	19.472	759.682.787
Pequeno	813	503.909.301	51	44.508.393	216	163.140.946	23	7.731.565	1.103	724.291.205
Pequeno/Médio	121	263.837.594	0	0	0	0	0	0	121	263.837.594
Médio	18	142.515.272	8	32.509.618	34	25.930.563	0	0	60	200.955.453
Grande	1	45.446.117	1	843.504	14	20.811.091	0	0	16	67.100.712
<b>SETOR NÃO RURAL</b>	<b>4.946</b>	<b>2.923.264.228</b>	<b>211</b>	<b>439.923.615</b>	<b>413</b>	<b>787.898.243</b>	<b>33</b>	<b>85.359.954</b>	<b>5.603</b>	<b>4.236.355.040</b>
Empreendedor individual	1.081	7.333.514	1	6.750	4	25.000	0	0	1.086	7.365.264
Micro	427	28.417.641	13	806.289	53	9.167.366	5	325.249	498	38.716.865
Pequeno	3.093	564.347.185	83	51.571.241	307	128.334.271	26	23.495.937	3.509	767.748.634
Pequeno/Médio	145	143.882.702	0	0	0	0	0	0	145	143.882.702
Médio	129	666.521.844	44	57.404.578	34	219.290.606	1	43.802.609	208	987.019.637
Grande	71	1.512.761.342	70	330.134.755	15	430.990.980	1	17.736.160	157	2.281.623.237
<b>TOTAL</b>	<b>44.277</b>	<b>4.719.204.802</b>	<b>1.472</b>	<b>554.921.846</b>	<b>5.460</b>	<b>1.148.031.838</b>	<b>518</b>	<b>110.143.896</b>	<b>51.727</b>	<b>6.532.302.382</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Controladoria (GECOR)

**Tabela 22 Previsão de Liberações de Crédito por Estado e Setor**  
**Exercício de 2013**

<b>Setor Rural</b>								<b>R\$ 1,00</b>
<b>Mês/Ano</b>	<b>Acre</b>	<b>Amazonas</b>	<b>Amapá</b>	<b>Pará</b>	<b>Rondônia</b>	<b>Roraima</b>	<b>Tocantins</b>	<b>Total</b>
jan/2014	6.882.256	3.216.594	135.915	21.381.731	26.819.672	92.881	10.657.013	69.185.062
fev/2014	772.667	828.801	52.782	7.700.320	5.725.726	4.320	5.570.830	20.655.446
mar/2014	284.213	627.658	308.374	3.061.242	1.093.879	280	2.203.122	7.578.768
abr/2014	326.716	263.630	236.118	1.705.779	2.640.034	0	741.639	5.913.916
mai/2014	566.152	1.344.574	913.751	2.215.738	354.076	168	1.263.765	6.658.214
jun/2014	2.529.709	474.816	314.305	11.034.618	1.519.105	20.457	1.405.813	17.298.823
jul/2014	43.177	193.029	90.280	5.018.656	346.223	0	2.008.796	7.700.161
ago/2014	69.289	551.127	195.805	4.290.398	908.795	168	7.277.376	13.292.958
set/2014	1.925.852	405.310	272.560	4.208.662	921.691	168	1.303.828	9.038.071
out/2014	280.843	238.291	153.543	7.448.874	423.435	0	1.120.868	9.665.854
nov/2014	66.048	378.128	373.595	1.727.086	146.298	4.542	325.772	3.021.469
dez/2014	190.941	61.145	400.693	4.337.391	130.237	13.931	684.181	5.798.429
<b>TOTAL</b>	<b>13.937.863</b>	<b>8.583.103</b>	<b>3.447.721</b>	<b>74.130.405</b>	<b>41.029.171</b>	<b>136.915</b>	<b>34.542.993</b>	<b>175.808.171</b>
<b>Demais Setores</b>								<b>R\$ 1,00</b>
<b>Mês/Ano</b>	<b>Acre</b>	<b>Amazonas</b>	<b>Amapá</b>	<b>Pará</b>	<b>Rondônia</b>	<b>Roraima</b>	<b>Tocantins</b>	<b>Total</b>
jan/2014	9.839.166	152.658.605	261.316	38.111.340	38.136.400	149.158	10.931.459	250.088.444
fev/2014	4.109.509	71.029.138	195.963	10.022.918	8.866.780	1.587.734	28.602.718	124.414.750
mar/2014	3.178.040	21.217.949	213.030	57.192.699	14.493.370	0	914.533	97.209.621
abr/2014	0	32.647.675	178.963	34.591.524	70.228.546	30.879.773	1.097.949	169.624.430
mai/2014	1.723.265	1.873.895	0	14.301.767	11.478.847	0	0	29.377.774
jun/2014	0	22.056.206	0	110.337.954	17.281.667	0	23.022.745	172.698.572
jul/2014	0	28.614.033	0	0	1.532.892	0	0	30.146.925
ago/2014	0	15.848.365	0	26.429.246	3.799.011	23.049.670	0	69.126.292
set/2014	0	84.062.390	0	15.643.423	427.091	0	0	100.132.904
out/2014	0	254.741	0	2.750.503	30.225.469	0	38.561.226	71.791.939
nov/2014	0	0	0	0	0	0	0	0
dez/2014	0	61.892.986	0	60.353.040	1.028.305	0	0	123.274.331
<b>TOTAL</b>	<b>18.849.980</b>	<b>492.156.983</b>	<b>849.262</b>	<b>369.734.414</b>	<b>197.498.378</b>	<b>55.666.335</b>	<b>103.130.630</b>	<b>1.237.885.982</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 23 Previsão de Amortizações de Crédito por Estado e Setor**  
**Exercício de 2013**

<b>Setor Rural</b>								<b>R\$ 1,00</b>
<b>Mês/Ano</b>	<b>Acre</b>	<b>Amazonas</b>	<b>Amapá</b>	<b>Pará</b>	<b>Rondônia</b>	<b>Roraima</b>	<b>Tocantins</b>	<b>Total</b>
jan/2014	2.800.268	9.862.725	624.615	20.635.260	5.342.634	983.836	6.076.822	46.326.160
fev/2014	3.930.458	11.798.784	978.965	57.714.557	11.422.108	3.943.653	10.116.713	99.905.238
mar/2014	3.210.782	10.103.379	485.301	17.029.161	7.944.586	938.805	8.152.467	47.865.481
abr/2014	3.454.022	8.357.604	778.741	16.641.170	6.385.234	1.091.506	12.369.009	49.077.286
mai/2014	6.428.077	6.655.939	333.554	21.133.008	7.824.019	1.213.718	21.637.102	65.225.417
jun/2014	4.602.835	7.346.087	546.602	32.115.261	17.053.812	1.431.323	50.503.265	113.499.085
jul/2014	3.040.881	7.205.474	881.723	24.000.878	17.940.345	1.457.087	98.861.965	153.388.353
ago/2014	4.561.149	12.759.162	707.246	34.813.688	16.517.623	1.775.412	30.199.220	101.333.500
set/2014	5.324.612	10.750.197	989.962	29.594.000	16.381.252	529.387	30.883.224	94.452.634
out/2014	4.323.160	16.713.884	1.404.444	51.574.199	35.160.899	359.039	43.054.457	152.590.082
nov/2014	12.305.197	18.035.516	703.028	61.295.353	21.933.729	1.227.039	33.135.784	148.635.646
dez/2014	9.488.539	30.678.389	2.775.137	81.664.182	21.888.491	3.597.628	31.252.037	181.344.403
<b>TOTAL</b>	<b>63.369.980</b>	<b>150.267.140</b>	<b>11.210.218</b>	<b>448.210.717</b>	<b>195.794.732</b>	<b>18.548.433</b>	<b>376.242.065</b>	<b>1.253.643.285</b>
<b>Demais Setores</b>								<b>R\$ 1,00</b>
<b>Mês/Ano</b>	<b>Acre</b>	<b>Amazonas</b>	<b>Amapá</b>	<b>Pará</b>	<b>Rondônia</b>	<b>Roraima</b>	<b>Tocantins</b>	<b>Total</b>
jan/2014	5.597.518	23.501.751	1.893.404	25.376.676	17.116.807	4.162.212	8.086.349	85.734.717
fev/2014	4.353.585	17.462.806	1.343.093	20.190.248	12.589.173	609.087	6.705.290	63.253.282
mar/2014	4.409.386	18.393.310	40.995.699	62.600.977	15.744.314	602.795	6.889.033	149.635.514
abr/2014	4.482.318	18.815.770	2.010.515	21.715.213	14.705.228	711.966	6.900.999	69.342.009
mai/2014	4.656.293	18.735.263	2.004.555	22.163.128	16.610.047	704.134	6.825.200	71.698.621
jun/2014	4.699.934	18.666.639	1.974.521	22.529.544	17.068.271	703.012	6.748.810	72.390.731
jul/2014	4.512.444	18.826.352	1.966.749	22.542.390	16.813.371	705.369	6.490.403	71.857.078
ago/2014	4.514.877	18.806.619	1.966.203	22.269.338	16.512.832	690.427	6.269.742	71.030.038
set/2014	4.458.767	18.103.652	2.061.470	21.745.822	15.873.584	684.767	6.181.446	69.109.508
out/2014	4.433.233	18.135.699	2.046.614	21.536.789	15.738.767	694.707	6.177.368	68.763.177
nov/2014	4.338.388	18.198.859	2.004.707	21.192.310	15.672.570	698.685	6.131.744	68.237.263
dez/2014	4.323.823	18.113.219	1.995.124	20.858.345	16.112.326	691.384	6.054.275	68.148.496
<b>TOTAL</b>	<b>54.780.566</b>	<b>225.759.939</b>	<b>62.262.654</b>	<b>304.720.781</b>	<b>190.557.280</b>	<b>11.658.545</b>	<b>79.460.659</b>	<b>929.200.434</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 24 Valores Desembolsados por Estado, Programa e Setor  
Exercício de 2013

Setor Rural		PROGRAMAS					R\$ 1,00	
ESTADOS	PROGRAMAS					TOTAL		
	Pronaf A	Pronaf B	Pronaf Demais	Biodiversidade	Amaz Sustentável			
Acre	20.927.666	2.754.500	63.684.040	1.542.080	45.718.044	134.626.330		
Amazonas	1.467.047	3.116.563	108.821.229	1.786.428	13.554.342	128.745.609		
Amapá	2.372.509	950.715	3.634.759	99.881	3.606.895	10.664.759		
Pará	47.464.605	19.989.585	180.875.955	45.462.322	313.298.847	607.091.415		
Rondônia	3.935.291	3.136.925	113.360.932	9.470.821	196.068.469	325.972.438		
Roraima	724.761	-	978.543	-	5.054.906	6.758.210		
Tocantins	17.125.410	696.356	54.569.615	60.253.382	331.234.071	463.878.834		
TOTAL	94.017.290	30.644.645	525.925.074	118.614.913	908.535.674	1.877.737.594		
Demais Setores		PROGRAMAS						R\$ 1,00
ESTADOS	PROGRAMAS						TOTAL	
	Agroindústria	Indústria	Turismo	Infraestrutura	Cultura	Com e Serviços		
Acre	-	11.772.775	23.936.216	380.000	70.000	78.218.815	8.812.299	123.200.104
Amazonas	5.808.390	86.437.670	76.080.965	1.395.000	7.125.010	181.049.033	39.964.010	397.860.078
Amapá	-	920.271	55.451.135	-	284.992	56.385.368	240.103	113.261.890
Pará	157.425	81.017.811	165.488.655	14.371.471	4.179.125	280.652.329	7.994.767	553.861.582
Rondônia	-	31.121.003	108.335.020	81.619.281	2.066.987	470.766.849	3.008.004	696.918.134
Roraima	-	94.500	1.024.459	-	1.948.896	7.798.922	117.500	10.982.277
Tocantins	28.438.884	7.452.389	8.556.247	5.075.448	873.615	88.399.638	1.450.525	140.256.846
TOTAL	34.404.700	218.827.408	438.872.696	102.851.200	16.528.823	1.163.268.875	61.587.209	2.036.340.911

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



**Tabela 25 Valores Desembolsados por Estado, Programa e Porte do Beneficiário**  
**Exercício de 2013**

Setor Rural							RS 1,00
ESTADOS	PORTE DO BENEFICIÁRIO						TOTAL
	Agricultor Familiar	Mini	Pequeno	Pequeno-Médio	Médio	Grande	
Acre	22.865.195	76.102.318	22.204.625	11.895.701	-	1.558.490	134.626.330
Amazonas	7.877.432	113.242.379	7.625.798	-	-	-	128.745.609
Amapá	3.243.526	3.888.201	3.309.981	-	123.170	99.881	10.664.759
Pará	68.541.564	212.284.655	116.279.014	130.230.562	71.583.718	8.171.902	607.091.415
Rondônia	7.124.535	175.063.342	75.969.573	14.504.574	52.918.825	391.588	325.972.437
Roraima	768.950	1.444.850	2.827.510	1.716.900	-	-	6.758.210
Tocantins	18.290.720	119.544.622	183.295.457	86.536.576	17.190.192	39.021.267	463.878.833
<b>TOTAL</b>	<b>128.711.923</b>	<b>701.570.367</b>	<b>411.511.958</b>	<b>244.884.314</b>	<b>141.815.904</b>	<b>49.243.128</b>	<b>1.677.737.594</b>
Demais Setores							RS 1,00
ESTADOS	PORTE DO BENEFICIÁRIO					TOTAL	
	Micro	Pequeno	Pequeno-Médio	Médio	Grande		
Acre	2.454.246	40.924.380	23.400.635	40.177.996	16.242.845	123.200.104	
Amazonas	13.286.398	69.448.631	16.454.403	134.795.528	163.875.118	397.860.078	
Amapá	264.403	12.550.884	10.702.826	60.059.371	29.684.406	113.261.890	
Pará	3.354.677	154.480.766	36.417.243	85.233.444	274.375.453	553.861.582	
Rondônia	8.581.245	102.930.291	19.981.890	257.969.804	307.454.804	696.918.134	
Roraima	438.041	8.330.259	970.842	1.243.135	-	10.982.277	
Tocantins	7.690.478	59.921.799	7.629.776	13.154.200	51.860.593	140.256.846	
<b>TOTAL</b>	<b>36.069.488</b>	<b>448.587.010</b>	<b>115.557.715</b>	<b>592.633.478</b>	<b>843.493.220</b>	<b>2.036.340.911</b>	

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

Tabela 26 Saldo das Contratações por Encargos Financeiros

Posição em 31/12/2013

Setor	Taxa de Juros (%)	N.º de Contratos	Saldo Total (R\$ 1,00)	Setor	Taxa de Juros (%)	N.º de Contratos	Saldo Total (R\$ 1,00)
Não Rural	2,94*	343	599.790.586	Rural	6,75	2.924	510.327.376
	3,00	2	1.083.061		7,25	3.128	928.569.462
	3,50	1.886	134.213.085		8,00	195	63.851.862
	3,53	739	365.201.960		8,01	4	6.026.607
	4,00	1	59		8,03	2	1.993.623
	4,12	676	371.246.825		8,06	1	1.301.712
	6,00	10	7.956.546		8,10	1	2.095.221
	6,75	2.220	41.805.591		8,17	1	1.940.783
	7,25	7	444.707		8,31	1	2.388.327
	8,00	12	897.659		8,32	1	1.247.349
	8,25	5.682	692.964.975		8,36	1	2.011.582
	9,50	864	940.096.410		8,40	7	15.250.188
	10,00	318	4.148.322.391		8,41	2	1.866.576
	11,50	5	1.879.592		8,43	2	4.128.859
Sub-Total		12.765	7.306.902.448		8,43	1	3.147.019
Rural	0,00	304	1.396.205		8,50	873	676.714.700
	0,50	51.803	369.407.588		8,66	1	3.630.082
	1,00	35.878	265.426.659		8,67	2	5.330.979
	1,15	23.551	99.073.652		8,68	1	3.685.602
	1,50	2.355	10.743.197		8,69	1	3.164.344
	2,00	51.119	1.307.797.118		8,74	1	3.935.448
	2,94*	395	194.881.436		8,75	12	610.599
	3,00	49.655	605.248.867		8,78	1	2.544.444
	3,50	408	26.051.139		8,85	3	12.183.180
	3,53	553	182.011.427		8,89	1	4.476.000
	4,00	26.594	433.000.305		8,99	1	5.433.616
	4,12	642	345.674.414		9,00	6	5.164.532
	4,50	749	30.565.103		9,09	1	4.550.173
	5,00	10.844	447.200.249		10,75	1	1.646.330
	5,50	43	979.048	Sub-Total		254.988	6.533.054.812
	6,00	1.021	23.868.520	Total Geral		267.753	13.939.957.260
	6,50	74	433.302				

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

(\*) Resolução CMN/Bacen nº 4.149, de 25/10/2012



**Tabela 27 Inadimplência por Setor Produtivo**  
**Posição em 31/12/2013**

SETOR	Nº OP. EM ATRASO	PART %	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	PART %	R\$ 1,00 INAD % (B/A)
Rural	114.282	97,5	6.633.054.812	478.974.686	79,2	7,22%
Não Rural	2.982	2,5	7.306.902.448	126.070.671	20,8	1,73%
<b>TOTAL</b>	<b>117.244</b>	<b>100,0</b>	<b>13.939.957.260</b>	<b>605.045.357</b>	<b>100,0</b>	<b>4,34%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 28 Inadimplência por Porte do Beneficiário e Setor**  
**Posição em 31/12/2013**

Setor Rural				R\$ 1,00
PORTE	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)	
Prod Rural	410.886.217	23.889.238	5,81%	
Mini	3.109.141.208	241.231.749	7,76%	
Pequeno	974.234.880	41.817.291	4,29%	
Pequeno/Médio	368.335.415	15.893.986	4,26%	
Médio	930.853.248	85.913.285	9,23%	
Grande	839.603.844	70.429.137	8,39%	
<b>TOTAL</b>	<b>6.633.054.812</b>	<b>478.974.686</b>	<b>7,22%</b>	
Demais Setores				R\$ 1,00
PORTE	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)	
Micro	93.143.381	2.802.203	3,01%	
Pequeno	1.056.302.303	34.143.459	3,23%	
Pequeno/Médio	176.957.328	874.913	0,49%	
Médio	1.359.013.528	35.748.065	2,63%	
Grande	4.621.485.908	52.502.031	1,14%	
<b>TOTAL</b>	<b>7.306.902.448</b>	<b>126.070.671</b>	<b>1,73%</b>	
Total				R\$ 1,00
PORTE	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)	
Mini/Micro	3.613.170.806	267.923.190	7,42%	
Pequeno	2.030.537.183	75.960.750	3,74%	
Pequeno/Médio	545.292.743	16.568.899	3,04%	
Médio	2.289.866.776	121.661.350	5,31%	
Grande	5.461.089.752	122.931.168	2,25%	
<b>TOTAL</b>	<b>13.939.957.260</b>	<b>605.045.357</b>	<b>4,34%</b>	

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 29 Inadimplência por Programa de Financiamento**  
Posição em 31/12/2013

R\$ 1,00			
PROGRAMA	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)
FNO-PRONAF	3.026.072.655	249.083.355	8,23%
FNO-Biodiversidade	600.081.545	48.277.570	8,05%
FNO-Amaz Sustentável - Rural	2.983.364.755	181.503.659	6,08%
FNO-Amaz Sustentável - Não Rural	6.784.478.097	123.562.527	1,83%
FNO-Emergencial - Rural	23.535.857	110.102	0,47%
FNO-Emergencial - Não Rural	134.213.083	818.289	0,61%
FNO-MPE	398.937.852	1.028.585	0,26%
FNO-Empreendedor Individual	9.273.416	651.257	7,13%
<b>TOTAL</b>	<b>13.939.957.260</b>	<b>605.045.357</b>	<b>4,34%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 30 Inadimplência por Estado e Setor**  
Posição em 31/12/2013

Setor Rural R\$ 1,00			
ESTADO	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)
Acre	358.370.958	17.391.790	4,85%
Amapá	99.180.779	6.354.288	6,41%
Amazonas	527.571.953	58.855.394	11,16%
Pará	2.671.247.433	249.941.093	9,36%
Rondônia	987.093.923	29.999.136	3,04%
Roraima	86.209.892	14.785.289	17,15%
Tocantins	1.903.379.874	101.647.696	5,34%
<b>TOTAL</b>	<b>6.633.054.812</b>	<b>478.974.686</b>	<b>7,22%</b>
Demais Setores R\$ 1,00			
ESTADO	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)
Acre	405.006.864	12.400.035	3,06%
Amapá	355.717.136	3.260.334	0,92%
Amazonas	1.769.720.054	15.147.287	0,86%
Pará	1.850.152.748	67.320.609	3,64%
Rondônia	2.401.862.723	15.111.707	0,63%
Roraima	57.488.936	2.001.107	3,48%
Tocantins	466.953.987	10.829.582	2,32%
<b>TOTAL</b>	<b>7.306.902.448</b>	<b>126.070.671</b>	<b>1,73%</b>
Total R\$ 1,00			
ESTADO	SALDO TOTAL (A)	SALDO EM ATRASO (B)	INAD % (B/A)
Acre	763.377.822	29.791.825	3,90%
Amapá	454.897.915	9.614.622	2,11%
Amazonas	2.297.292.007	74.002.691	3,22%
Pará	4.521.400.181	317.261.702	7,02%
Rondônia	3.388.956.646	45.110.843	1,33%
Roraima	143.698.828	16.786.396	11,68%
Tocantins	2.370.333.861	112.477.278	4,75%
<b>TOTAL</b>	<b>13.939.957.260</b>	<b>605.045.357</b>	<b>4,34%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 31 Inadimplência por Mesorregiões Diferenciadas e Municípios da Faixa da Fronteira da Região Norte Conforme a PNDR**

**Posição em 31/12/2013**

Mesorregião	Tipologia da PNDR	Saldo Total (R\$ 1,00)	Saldo Normal (R\$ 1,00)	Saldo Atraso (R\$ 1,00)	Inad %
Alto Solimões	BR	9.831.763	9.346.512	485.250	4,94%
	EMR	-	-	-	0,00%
	DMR	2.878.103	2.661.257	216.846	7,53%
	AR	-	-	-	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>12.709.866</b>	<b>12.007.769</b>	<b>702.097</b>	<b>5,52%</b>
Xingu	BR	-	-	-	0,00%
	EMR	83.068.887	75.812.800	7.256.088	8,74%
	DMR	215.304.430	192.273.753	23.030.677	10,70%
	AR	77.443.443	70.150.113	7.293.330	9,42%
	<b>TOTAL</b>	<b>375.816.759</b>	<b>338.236.665</b>	<b>37.580.094</b>	<b>10,00%</b>
Chapada das Mangabeiras	BR	63.381.745	60.370.129	3.011.616	4,75%
	EMR	-	-	-	0,00%
	DMR	-	-	-	0,00%
	AR	-	-	-	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>63.381.745</b>	<b>60.370.129</b>	<b>3.011.616</b>	<b>4,75%</b>
Vale do Rio Acre	BR	5.967.852	5.722.011	245.842	4,12%
	EMR	171.483.674	165.850.220	5.633.454	3,29%
	DMR	115.375.238	112.183.001	3.192.238	2,77%
	AR	388.305.195	375.109.137	13.195.058	3,40%
	<b>TOTAL</b>	<b>681.131.959</b>	<b>658.864.368</b>	<b>22.267.591</b>	<b>3,27%</b>
Bico do Papagaio	BR	273.628.393	263.034.264	10.594.129	3,87%
	EMR	518.092.514	486.088.060	32.004.454	6,18%
	DMR	440.999.717	416.434.494	24.565.224	5,57%
	AR	-	-	-	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>1.232.720.624</b>	<b>1.165.556.818</b>	<b>67.163.807</b>	<b>5,45%</b>
Faixa de Fronteira	BR	128.216.385	120.632.042	7.584.343	5,92%
	EMR	892.768.957	872.346.201	20.422.756	2,29%
	DMR	557.263.571	525.797.430	31.466.141	5,65%
	AR	2.613.129.809	2.581.926.380	31.203.428	1,19%
	<b>TOTAL</b>	<b>4.191.378.721</b>	<b>4.100.702.053</b>	<b>90.676.668</b>	<b>2,16%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.557.139.874</b>	<b>6.335.737.802</b>	<b>221.401.873</b>	<b>3,38%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

BR = Baixa Renda; EMR = Estagnada de Média Renda; DMR = Dinâmica de Média Renda; AR = Alta Renda

**Tabela 33 Inadimplência por Estado e Município Conforme Tipologia da PNDR**  
**Posição em 31/12/2013**

Estado	Tipologia da PNDR	Saldo Total (R\$ 1,00)	Saldo Normal (R\$ 1,00)	Saldo Atraso (R\$ 1,00)	Inad %
Acre	BR	-	-	-	0,0%
	EMR	151.859.246	146.696.250	5.162.996	3,4%
	DMR	246.495.511	234.083.127	12.412.384	5,0%
	AR	365.023.065	352.606.620	12.216.445	3,3%
	TOTAL	763.377.822	733.585.997	29.791.825	3,9%
Amazonas	BR	252.424.276	232.767.810	19.656.466	7,8%
	EMR	236.493.237	208.585.737	27.907.500	11,8%
	DMR	187.485.543	175.152.671	12.332.872	6,6%
	AR	1.620.888.951	1.606.783.098	14.105.853	0,9%
	TOTAL	2.297.292.007	2.223.289.316	74.002.691	3,2%
Amapá	BR	17.534.060	16.531.544	1.002.516	5,7%
	EMR	9.294.364	8.328.498	965.866	10,4%
	DMR	51.172.077	-	3.720.558	7,3%
	AR	376.897.414	372.971.732	3.925.682	1,0%
	TOTAL	454.897.915	445.283.293	9.614.622	2,1%
Pará	BR	493.542.529	441.753.968	51.788.561	10,5%
	EMR	1.691.724.353	1.567.258.462	124.465.891	7,4%
	DMR	1.490.260.601	-	127.526.439	8,6%
	AR	845.872.698	832.361.887	13.480.811	1,6%
	TOTAL	4.521.400.181	4.204.138.479	317.261.702	7,0%
Rondônia	BR	-	-	-	0,0%
	EMR	1.364.941.360	1.338.328.971	26.612.389	1,9%
	DMR	183.308.138	177.044.173	6.263.965	3,4%
	AR	1.840.707.148	1.828.472.659	12.234.489	0,7%
	TOTAL	3.368.956.646	3.343.845.803	45.110.843	1,3%
Roraima	BR	9.995.884	8.585.852	1.411.032	14,1%
	EMR	16.262	16.262	-	0,0%
	DMR	51.064.755	41.081.487	9.983.268	19,6%
	AR	82.620.927	77.228.831	5.392.096	6,5%
	TOTAL	143.698.828	126.912.432	16.786.396	11,7%
Tocantins	BR	474.660.723	457.826.261	16.834.462	3,5%
	EMR	1.304.142.049	1.239.905.434	64.236.615	4,9%
	DMR	258.284.134	244.356.775	13.927.359	5,4%
	AR	333.246.955	315.788.113	17.478.842	5,2%
	TOTAL	2.370.333.861	2.257.856.583	112.477.278	4,7%
TOTAL GERAL		13.939.957.260	13.334.911.903	605.045.357	4,3%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

BR = Baixa Renda; EMR = Estagnada de Média Renda; DMR = Dinâmica de Média Renda; AR = Alta Renda

**Tabela 33 Inadimplência por Município Conforme tipologia da PNDR - Resumo**  
**Posição em 31/12/2013**

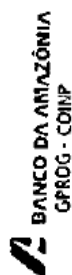
Tipologia da PNDR	Saldo Total (R\$ 1,00) (A)	Saldo Atraso (R\$ 1,00) (B)	Inad % (B/A)
BR	1.248.158.472	90.693.037	7,27%
EMR	4.758.470.871	249.351.257	5,24%
DMR	2.468.070.759	186.166.845	7,54%
AR	5.465.257.158	78.834.218	1,44%
<b>TOTAL</b>	<b>13.939.957.260</b>	<b>605.045.357</b>	<b>4,34%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Tabela 34 Comparativo das Aplicações de acordo com a Tipologia da PNDR**  
**Exercício de 2013**

Tipologia	Aplicações Previstas		Aplicações Realizadas		Diferença entre as participações Previstas e Realizadas (%)
	Valor (R\$ milhões)	Participação (%)	Valor (R\$ milhões)	Participação (%)	
<b>1. Alta Renda</b>	1.747,2	37,6%	1.586,6	33,6%	4,0%
<b>2. Tipologias Prioritárias</b>	2.902,8	62,4%	3.132,6	66,4%	-4,0%
Baixa	414,1	8,9%	349,9	7,4%	1,5%
Dinâmica	932,0	20,0%	865,3	18,3%	1,7%
Eslagnada	1.556,7	33,5%	1.917,5	40,6%	-7,2%
<b>Total (1 + 2)</b>	<b>4.650,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.719,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



Quadro 7-A Contratações em Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)  
Exercício de 2013

UF	Código do Município	Município	Beneficiário	Descrição	Data da Contratação	Prazo de Implantação do Projeto (em meses)	Prazo de Financiamento (em meses)
AM	1302603	Manaus	Moss Serviços Portuários e Transportes	Implantação de uma retro área e pier flutuante, com capacidade simultânea para 4 navios e 4 balsas	31/07/2013	24	204
Porte	Valor do Projeto (R\$ 1,00)	Valor Financiada (R\$ 1,00)	Valor da Contrapartida (R\$ 1,00)	Valor Desembolso (R\$ 1,00)			
Grande	188.849.364	147.200.172	21.436.598	0			

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Acompanhamento de Fomento (GEAFO) / Sistema SIG-Contraper

Quadro 7-B Contratações em Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014  
Exercício de 2013

UF	Código do Município	Município	N.º de Operações	Beneficiário	CNPJ do Beneficiário	Descrição	Data da Contratação	Prazo de Implantação do Projeto (em meses)	Prazo de Financiamento (em meses)
AM	1302603	Manaus	331.300.036	D D Incorporações Imobiliárias	92.128.630/0001-23	Est Hoteliro Com Restaurante	23/08/2013	244	20
Porte	Valor do Projeto (R\$ 1,00)	Valor Financiada (R\$ 1,00)	Valor da Contrapartida (R\$ 1,00)	Valor Desembolso (R\$ 1,00)	Garantias	Termos Aditivos ao Contrato - Número	Termos Aditivos ao Contrato - Valor (R\$ 1,00)	Termos Aditivos ao Contrato - Descrição	Termos Aditivos ao Contrato - Vigência
Pequeno-Médio	32.414.349	27.635.251	4.778.098	7.794.460	-	-	-	-	-

Fonte: Banco da Amazônia / Gerência de Suporte Operacional (GESOP-CAASC) / Sistema SIG-Contraper

**Quadro 31 Contratações para Reciclagem e Tratamento de Resíduos**  
**Exercício de 2013**

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	1	25,0%	98.463	10,9%
Roraima	1	25,0%	18.000	2,0%
Rondônia	1	25,0%	780.274	86,3%
Tocantins	1	25,0%	7.487	0,8%
Total	4	100,0%	904.224	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper

**Quadro 32 Contratações para Transporte**  
**Exercício de 2013**

Estado	Nº Op.	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Acre	5	6,5%	905.969	0,2%
Amapá	3	3,9%	389.240	0,1%
Amazonas	18	23,4%	472.310.190	86,0%
Pará	27	35,1%	69.284.744	12,6%
Rondônia	11	14,3%	3.366.561	0,6%
Tocantins	13	16,9%	2.858.886	0,5%
Total	77	100,0%	549.115.590	100,0%

Fonte: Banco da Amazônia / Sistema SIG-Controper



### **III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**


**SENADO FEDERAL**  
 Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente 3.269/0001 - CNPJ 04.909.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

LEI Nº 7.817, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>6.041.434</b>	<b>3.937.817</b>
<b>RESPONDAÇÕES</b>	<b>5.481.489</b>	<b>3.641.908</b>
Respostas a Ações	1.357.022	2.389.075
Respostas Aliçadas	2.004.380	1.173.082
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>15.324</b>	<b>37.876</b>
PROGRÃO A RECEBER - CRÉDITO MURAL	338	-
DEVEDORES POR REPASSES	184	762
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	<b>340.982</b>	<b>319.174</b>
Financiamentos Prorais	197.120	139.701
Financiamentos Rurais	219.948	229.265
Financiamentos Indústria e Agroindústria	11.115	9.544
Provisão Operações de Crédito	(67.839)	(72.860)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	<b>7.338.081</b>	<b>5.104.734</b>
Financiamentos Prorais	419.806	359.753
Financiamentos Rurais	1.042.823	1.048.655
Financiamentos Indústria e Agroindústria	407.712	369.978
Financiamentos Comércio e Serviços	541.803	361.632
Provisão Operações de Crédito	(78.571)	(64.684)
<b>PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	<b>(93.343)</b>	<b>(65.433)</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>16.742.019</b>	<b>9.014.604</b>
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	<b>9.727</b>	<b>9.702</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	<b>589.082</b>	<b>1.087.819</b>
Financiamentos Prorais	518.417	351.827
Financiamentos Rurais	425.020	630.721
Financiamentos Indústria e Agroindústria	2.722	6.549
Provisão Operações de Crédito	(79.128)	(110.759)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	<b>10.090.849</b>	<b>8.358.212</b>
Financiamentos Prorais	1.254.264	1.490.622
Financiamentos Rurais	2.452.384	1.776.480
Financiamentos Indústria e Agroindústria	2.858.803	2.356.549
Financiamentos Comércio e Serviços	3.499.629	2.574.769
Provisão Operações de Crédito	(15.966)	(18.238)
<b>PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	<b>(295.128)</b>	<b>(281.978)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.823.853</b>	<b>16.008.472</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>23.674</b>	<b>24.883</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>36.674</b>	<b>34.583</b>
Taxa de Administração	25.074	21.383
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18.787.879</b>	<b>14.974.839</b>
<b>REPASSES DO TESOURO NO EXERCÍCIO</b>	<b>1.881.614</b>	<b>1.778.878</b>
Primeiro Semestre	886.553	841.289
Segundo Semestre	995.061	937.589
<b>REPASSES DO TESOURO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>11.403.261</b>	<b>11.816.428</b>
<b>LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>691.486</b>	<b>588.810</b>
<b>(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(19.474)</b>	<b>98.768</b>
Primeiro Semestre	(103.578)	793.538
Segundo Semestre	55.054	24.227
<b>TOTAL</b>	<b>16.823.853</b>	<b>16.008.472</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (PA), 22 de Junho de 2014

Conselho de Administração

João Paulo Rabelo Junior

Presidente

Váney Pedro Rossi

Conselheiro

Priscila Maria Santana

Conselheira

Antônio Carlos Lima Borges

Conselheiro

Antônio Ximenes Barros

Conselheiro

José Maria Salazar de Almeida

Conselheiro

Direção Executiva

Váney Pedro Rossi

Presidente

Antônio Carlos de Lima Borges

Deputado

Carlos Pedrosa Junior

Deputado

José Roberto do Lima

Diretor

Nevo Roberto Fries

Diretor

Wilson Evêncio

Diretor

Maria do Brasil Silva Costa

Contador

CRC-PA 0072170

CPF: 039.842.812-34

**BANCO DA AMAZONIA**  
 Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Cota Patente 3.369.0001 - CNPJ 04.952.979/0001-44  
**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**  
 Lei Nº 7.827, de 27/09/1989  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
 (Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
<b>RECEITAS:</b>	<b>887.240</b>	<b>822.214</b>
Operações de crédito	484.076	501.102
Remuneração das disponibilidades	269.276	256.771
Recuperação de créditos baixados	114.888	64.281
<b>DESPESAS:</b>	<b>(915.714)</b>	<b>(811.445)</b>
De administração	(377.323)	(345.365)
De remuneração agente - Pronaf	(17.522)	(12.603)
De auditoria externa	(235)	(211)
De renegociações e descontos	(48.448)	(5.581)
De bônus de administração	(147.002)	(165.741)
De provisão operações de crédito	(330.184)	(261.944)
<b>PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(48.474)</b>	<b>10.769</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (PA), 22 de janeiro de 2014

**Conselho de Administração**

João Pinto Ribeiro Junior  
Presidente

Valmir Pedro Rossi  
Conselheiro

Priscila Maria Santana  
Conselheira

Antonio Carlos Piva Filho  
Conselheiro

Antonio Ximenes Barros  
Conselheiro

Jose Holder Saverio de Almeida  
Conselheiro

**Diretoria Executiva**

Valmir Pedro Rossi  
Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges  
Diretor

Carlos Pedrosa Junior  
Diretor

José Roberto de Lima  
Diretor

Nilvo Raimundo Fries  
Diretor

Wilson Evansio  
Diretor

Maria de Belém Sava Colla  
Contador  
CRC-PA 087217/O  
CPF-039 842 812-34

## BANCO DA AMAZÔNIA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Cota Patente 3 35000001 - CNPJ 04 902 979/0001-44

## FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

## DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

E V E N T O S	
<b>SALDO EM 31.12.2011</b>	<b>13.237.242</b>
Recursos repassados no exercício	1 726 828
Resultado no exercício	10 789
<b>SALDO EM 31.12.2012</b>	<b>14.974.839</b>
Recursos repassados no exercício	1.851.614
Resultado no exercício	(48 474)
<b>SALDO FINAL EM 31.12.2013</b>	<b>16.787.979</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2014

## Conselho de Administração

João Pinto Rebelo Junior  
PresidenteValmir Pedro Rossi  
ConselheiroPriscilla Maia Santana  
ConselheiroAnderson Carlos Paiva Furlan  
ConselheiroAntonio Ximenes Barros  
ConselheiroJose Helder Sivera de Almeida  
Conselheiro

## Diretoria Executiva

Valmir Pedro Rossi  
PresidênciaAntonio Carlos de Lima Borges  
DiretorCarlos Pedrosa Júnior  
DiretorJosé Roberto de Lima  
DiretorNivaldo Reinaldo Fries  
DiretorWilson Evaulio  
DiretorMaia de Belém Silva Colla  
Contador  
CRC-PA 007217/D  
CPF-039.842 812-34

**BANCO DA AMAZÔNIA**  
Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - CNAJ: 3.369.00021 - CNPJ: 04.902.879/0001-84

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**

Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Prejuízo) Lucro no exercício	(46.474)	10.769
Despesa de provisão para operações de crédito	330.184	281.944
Despesa de provisão para bônus de adimplência	147.002	165.741
Lucro líquido ajustado	428.712	458.454
Aumento em títulos e créditos a receber e Provisão a receber	(7.983)	(4.050)
Redução de devedores por recuperações	444	755
Aumento em operações de crédito	(2.443.679)	(1.613.321)
Aumento em outras obrigações	1.091	1.355
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(2.459.827)	(1.515.260)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.861.614	1.726.828
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.861.614	1.726.828
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(159.701)	670.022
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	3.561.108	2.891.086
No fim do exercício	3.401.407	3.561.108
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(159.701)	670.022

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Belém (PA), 22 de janeiro de 2014

**Conselho de Administração**

João Pinto Ribeiro Junior  
Presidente

Valmir Pedro Rossi  
Conselheiro

Picilia Maria Sinalana  
Conselheira

Antonio Carlos Palma Furtado  
Conselheiro

Antonio Ximenes Bandeira  
Conselheiro

José Helder Silveira da Almeida  
Conselheiro

**Diretoria Executiva**

Valmir Pedro Rossi  
Presidente

Antonio Carlos de Lima Borges  
Diretor

Carlos Padrosa Junior  
Diretor

Jose Roberto de Lima  
Diretor

Nivaldo Renato Fries  
Diretor

Wilson Evaristo  
Diretor

Maria de Belém Silva Costa  
Controlador  
CRC-PA 007217/D  
CPF-039.842.812-34

## **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### **1. Contextualização**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias n.ºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008 e 12.716/2012, Medidas Provisórias n.ºs 2.198/2001 e 581/2012 e é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. que tem sede administrativa na Avenida Presidente Vargas, 800, Belém - PA.

O FNO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

#### **a) Área de atuação**

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

#### **b) Política de alocação de recursos**

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – o "Plano Mais Brasil"; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e agricultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte e das orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

O detalhamento das diretrizes e prioridades para concessão do crédito através dos recursos do FNO se encontra no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

#### **c) Programas de financiamento**

Os recursos financeiros do FNO foram aplicados através de seis programas de financiamento, a saber: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); b) Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); c) Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); d) Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); e) Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e f) Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

**d) Fiscalização**

O art.19 da Lei nº 7.827/1989, define a obrigatoriedade da publicação, semestral, dos balanços devidamente auditados. Para tanto, o Banco da Amazônia mantém contrato com auditoria independente para o cumprimento deste dispositivo regulamentar.

Além disso, o Fundo é fiscalizado, também, pela Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU).

**2. Base para a preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e Portaria Interministerial MIN/MF nº 11 de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo Banco Administrador em 11 de fevereiro 2014.

**a) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

**a) Apropriação de receitas e despesas**

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Os encargos financeiros das operações de crédito são calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

**b) Taxa de administração**

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

**d) Devedores por repasses**

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

**e) Operações de crédito**

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1 de dezembro de 1998.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no realizável a longo prazo.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador reverterem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

**g) Provisão para bônus de adimplência**

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A Provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando todo o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação.

**h) Patrimônio líquido**

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

**i) Demonstrativos financeiros**

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por força da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

**j) Isenção tributária**

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

**a) Composição**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Recursos a alocar	1.397.027	2.388.026
Recursos alocados	<u>2.004.380</u>	<u>1.173.082</u>
	<u>3.401.407</u>	<u>3.561.108</u>

**b) Rendas sobre valores disponíveis**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
--	-------------------	-------------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração das disponibilidades	268.276	256.771
----------------------------------	---------	---------

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	9.916	3.928	13.844	11.203	4.690	15.893
Pronaf	653.306	54.241	707.547	559.265	52.846	611.911
Rurais	636.834	78.182	715.016	716.050	85.681	801.731
Provisão para operações de crédito	(20.134)	(67.839)	(87.973)	(20.230)	(72.660)	(92.890)
Devedores por repasses	10.021	-	10.021	10.464	-	10.464
	<u>1.289.943</u>	<u>68.512</u>	<u>1.358.455</u>	<u>1.276.752</u>	<u>70.357</u>	<u>1.347.109</u>

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	7.170.916	122.143	7.293.059	5.726.700	106.267	5.832.967
Pronaf	1.591.366	122.914	1.714.280	1.739.452	97.398	1.836.848
Rurais	3.274.995	221.217	3.496.212	2.611.872	230.481	2.842.353
Provisão para operações de crédito	(5.500)	(78.521)	(84.021)	(6.238)	(84.984)	(91.222)
	<u>12.031.777</u>	<u>387.753</u>	<u>12.419.530</u>	<u>10.071.766</u>	<u>369.160</u>	<u>10.440.946</u>

Circulante	-	-	<u>2.090.027</u>	-	-	<u>2.434.272</u>
Não circulante	-	-	<u>11.087.956</u>	-	-	<u>9.353.783</u>

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	(164.112)	(205.983)
Risco Integral FNO	(92.890)	(118.339)
Risco Compartilhado	(71.222)	(87.644)
Provisões constituídas	<u>(330.184)</u>	<u>(281.944)</u>
Risco Integral FNO	(136.128)	(126.267)
Risco Compartilhado	(194.056)	(155.677)
Valores baixados	<u>322.302</u>	<u>323.815</u>
Risco Integral FNO	141.045	151.716
Risco Compartilhado	181.257	172.099
Saldo no fim do exercício	<u>(171.994)</u>	<u>(164.112)</u>
Risco Integral FNO	(87.973)	(92.890)
Risco Compartilhado	(84.021)	(71.222)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

**c) Créditos baixados**

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$503.559 (R\$495.914 em 2012), sendo que R\$181.257 (R\$172.099 em 2012) foi assumido pelo Banco.

**d) Renegociações**

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$44.670 (R\$111.219 em 2012) sendo que 226 (684 em 2012) operações, no valor de R\$25.058 (R\$88.704 em 2012) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 483 (2.701 em 2012) operações, correspondente a R\$19.612 (R\$22.515 em 2012) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, especialmente a Resolução CMN nº 4028/2011.

**e) Recuperação de créditos baixados**

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$114.888 (R\$64.281 em 2012) e o Banco da Amazônia com R\$57.464 (R\$42.595 em 2012), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

**f) Outras despesas**

Foi ressarcido ao Banco da Amazônia o valor de R\$29.662, referente ao diferencial entre o valor pago pelo mutuário e o honrado integralmente pelo Banco ao Fundo, em função de sentença judicial transitado em julgado a favor do financiado.

**g) Rendias de operações de crédito**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Indústria, comércio e serviço	360.820	339.688
Rural e pronal	123.256	161.374
	<u>484.076</u>	<u>501.062</u>

**6. Provisão para bônus de adimplência**

**a) Movimentação**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	(367.411)	(319.775)
Constituição/(reversão)	(147.002)	(165.741)
Concessão	123.121	118.105
Saldo final	<u>(391.292)</u>	<u>(367.411)</u>

**b) Despesas**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas com bônus no exercício	<u>(147.002)</u>	<u>(165.741)</u>

**7. Taxa de Administração**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências de que trata a alínea o art. 3º do Decreto nº 5.461/2005, efetuadas pelo Tesouro Nacional.

**a) Obrigações**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração a pagar	<u>35.674</u>	<u>34.583</u>

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

**b) Despesas**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração no exercício	<u>372.323</u>	<u>345.365</u>

A taxa de administração no exercício foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses do Tesouro, conforme determina o art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

**8. Patrimônio líquido**

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do superávit ou déficit do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do (Prejuízo)/Lucro do exercício em 31/12/2013 e 31/12/2012 são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Repasses do Tesouro no exercício	1.851.614	1.726.828
Repasses do Tesouro nos exercícios anteriores	14.383.251	12.656.423
Lucros de exercícios anteriores	591.588	580.819
(Prejuízo) Lucro do exercício	(48.474)	10.769
	<u>16.787.979</u>	<u>14.974.839</u>

**9. Contingências**

Até o final do exercício de 2013 e 2012, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do Administrador Banco da Amazônia S.A.

**10. Partes relacionadas**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

O FNO realiza transações bancárias com seu Administrador, o Banco da Amazônia S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa - Nota 4	3.401.407	3.561.108
Títulos e Créditos a receber (a)	35.224	27.670
Proagro a Receber – Crédito Rural (b)	329	-
<b>Passivo</b>		
Taxa de administração a pagar	35.674	34.583
<b>Resultado</b>		
Rendas de remuneração das disponibilidades - Nota 4	268.276	256.771
Despesas de administração e remuneração agente Pronaf	389.845	357.968
Despesas de reembolsos operações indenizadas	29.662	-

a) Os títulos e créditos a receber serão realizados no segundo dia útil subsequente, conforme Portaria Interministerial nº 11/2005, e estão assim constituídos:

- Valores assumidos pelo Banco por ocasião da transferência para prejuízo de operações de crédito de risco compartilhado, no mês de dezembro; e
- Valores das amortizações de créditos baixados como prejuízo, que foram recebidos nos dois últimos dias úteis do mês de dezembro.

b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento pelo Banco Central do Brasil.

## **11. Gerenciamento de riscos**

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco da Amazônia S.A, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

### **a) Risco de crédito**



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FNO, para se alinhar às boas práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco da Amazônia S.A., na função de Administrador deste Fundo Constitucional, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.

A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, na qual a provisão é realizada considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.

A FNO possui parte de sua carteira com risco compartilhado com seu banco administrador.


**b) Risco de mercado**

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 89% de sua carteira de crédito constitui risco compartilhado com o Banco da Amazônia S.A.

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo encontra-se sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

  
Maria de Belém Silva Cotta  
Contadora  
CRC-PA Reg. 007217/O  
CPF-039.842.812-34



## IV - DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE BENS E RENDAS



**BANCO DA AMAZÔNIA**  
**DECLARAÇÃO**

28/07/2014  
134  
[assinatura]

Para cumprimento das disposições emanadas à Instrução Normativa nº 47, de 27/10/2004 e Decisão Normativa nº 81, de 06/12/2006, do Tribunal de Contas da União, **DECLARAMOS** que os Senhores Membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal deste Banco apresentaram a Declaração de Bens e Rendias referente ao exercício 2013, ano calendário 2012.

Belém (PA), 28 de julho de 2014

  
**Edwiges Irene Bentes Lemanski Rodrigues**

**Gerente Executiva**

Gerência de Gestão de Pessoas - GEPES

  
**Cynthia Cláuzia Lourenço Soares**  
**Coordenadora**

Coordenação de Registros e Apoio à  
Movimentação de Pessoas - COREM  
Gerência de Gestão de Pessoas - GEPES

BANCO DA AMAZÔNIA S.A  
Gerência de Recursos Humanos  
Avenida Presidente Vargas, 800 – 1º andar  
Fax: (91) 40083416/tel: (91) 40083133  
[Edwiges.rodrigues@bancoamazonia.com.br](mailto:Edwiges.rodrigues@bancoamazonia.com.br)  
CEP: 66.017-000

## V - RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS

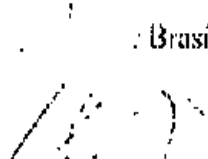


### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### PARECER CA Nº 2014/001

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 11.02.2014, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2013, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir das ressalvas e limitações apontadas no Parecer dos Auditores Independentes, tomou conhecimento do Relatório da Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014


  
JOÃO PINTO RÊBELO JUNIOR  
Presidente

  
VALMIR PEDRO ROSSI  
Conselheiro

  
PRISCILLA MARIA SANTANA  
Conselheira

  
ANTÔNIO CARLOS PAIVA FUTURO  
Conselheiro

  
JOSÉ HELDER SILVEIRA DE ALMEIDA  
Conselheiro

  
ANTÔNIO XIMENES BARROS  
Conselheiro

## **VI - DOCUMENTOS DE AUDITORIA**

### **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**

### **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

#### **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores do  
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO  
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)  
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração com base nas práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

### **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3 e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Fundo para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

**Ênfase****Base de elaboração das demonstrações financeiras**

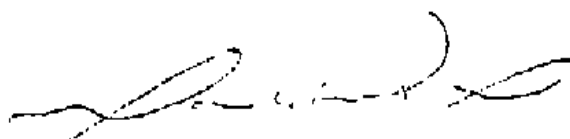
Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

**Outros assuntos****Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, datado de 31 de janeiro de 2013, o qual conteve parágrafo de ênfase relacionado ao mesmo assunto mencionado por nós no parágrafo de ênfase acima.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2

**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**

Lei Nº 7.827, de 27/09/1988

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.841.634</b>	<b>5.957.617</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>3.401.407</b>	<b>3.551.198</b>
Recursos a Alocar		1.397.027	2.388.026
Recursos Alocados		2.004.380	1.173.082
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>35.224</b>	<b>27.670</b>
PROAGRO A RECEBER- CRÉDITO RURAL		329	-
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	<b>5</b>	<b>784</b>	<b>762</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	<b>5</b>	<b>360.352</b>	<b>328.776</b>
Financiamentos Pronaf		197.130	158.707
Financiamentos Rurais		219.946	232.385
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		11.115	9.344
Provisão Operações de Crédito		(87.839)	(72.660)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	<b>5</b>	<b>2.328.881</b>	<b>2.104.734</b>
Financiamentos Pronaf		418.995	358.203
Financiamentos Rurais		1.042.828	1.048.855
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		402.713	389.928
Financiamentos - Comércio e Serviços		541.865	381.832
Provisão Operações de Crédito		(78.521)	(64.984)
<b>PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	<b>6</b>	<b>(85.363)</b>	<b>(66.433)</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>10.782.015</b>	<b>9.051.805</b>
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	<b>5</b>	<b>8.227</b>	<b>9.702</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	<b>5</b>	<b>968.082</b>	<b>1.007.869</b>
Financiamentos Pronaf		510.417	351.827
Financiamentos Rurais		495.070	659.723
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		2.729	6.549
Provisão Operações de Crédito		(20.134)	(20.230)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	<b>5</b>	<b>10.090.649</b>	<b>8.336.212</b>
Financiamentos Pronaf		1.294.284	1.402.863
Financiamentos Rurais		2.453.384	1.778.480
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		2.858.802	2.396.348
Financiamentos - Comércio e Serviços		3.489.679	2.674.759
Provisão Operações de Crédito		(5.500)	(6.238)
<b>PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	<b>6</b>	<b>(305.939)</b>	<b>(301.978)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>16.823.653</b>	<b>15.008.422</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>35.674</b>	<b>34.583</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>35.674</b>	<b>34.583</b>
Taxa de Administração	<b>7</b>	35.674	34.583
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8</b>	<b>16.787.979</b>	<b>14.974.839</b>
<b>REPASSES DO TESOIRO NO EXERCÍCIO</b>		<b>1.881.814</b>	<b>1.728.828</b>
Primeiro Semestre		996.553	941.269
Segundo Semestre		885.061	785.538
<b>REPASSES DO TESOIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>14.383.261</b>	<b>12.658.423</b>
<b>LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>581.688</b>	<b>580.819</b>
<b>(PRÉJUIZO) LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(48.474)</b>	<b>10.769</b>
Primeiro Semestre		(103.538)	(43.558)
Segundo Semestre		55.064	54.327
<b>TOTAL</b>		<b>16.823.653</b>	<b>15.008.422</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**

Lei Nº 7.827, de 27/08/1989

**Demonstração do Resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas</b>		<b>867.240</b>	<b>822.214</b>
Operações de crédito	5.g	484.076	501.162
Remuneração das disponibilidades	4	268.278	256.771
Recuperação de créditos baixados	5.e	114.888	64.281
<b>Despesas</b>		<b>(815.714)</b>	<b>(811.445)</b>
De administração	7.b	(372.323)	(345.365)
De remuneração agente - Pronaf		(17.622)	(12.603)
De auditoria externa		(235)	(211)
De renegociações e descontos		(48.448)	(5.581)
De bônus de inadimplência	6.b	(147.002)	(165.741)
De provisão operações de crédito	5.b	(330.184)	(281.944)
<b>(Prejuízo) Lucro do exercício</b>		<b>(48.474)</b>	<b>10.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO****Lei Nº 7.827, de 27/09/1989****Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012****(Em milhares de Reais)**

	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b><u>13.237.242</u></b>
<b>Recursos repassados no exercício</b>	<b>1.726.828</b>
<b>Resultado no exercício</b>	<b><u>10.769</u></b>
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b><u>14.974.839</u></b>
<b>Recursos repassados no exercício</b>	<b>1.851.514</b>
<b>Resultado no exercício</b>	<b><u>(48.474)</u></b>
<b>Saldo final em 31/12/2013</b>	<b><u>16.787.979</u></b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31/12/2013	31/12/2012
<b><u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u></b>		
(Prejuízo) lucro no exercício	(48.474)	10.768
Despesa de provisão para operações de crédito	330.184	281.944
Despesa de provisão para bônus de adimplência	147.002	185.741
Lucro líquido ajustado	428.712	468.454
Aumento em títulos e créditos a receber e Prosgo a receber	(7.883)	(4.050)
Redução de devedores por repasses	444	755
Aumento em operações de crédito	(2.443.679)	(1.513.321)
Aumento em outras obrigações	1.091	1.356
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(2.460.027)	(1.515.260)
<b><u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u></b>		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.861.614	1.726.828
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.861.614	1.726.828
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(169.701)	670.022
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	3.561.108	2.891.086
No fim do exercício	3.401.407	3.561.108
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(169.701)	670.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### 1. Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO") foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias n.ºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008 e 12.716/2012, Medidas Provisórias n.ºs 2.186/2001 e 581/2012 e é administrado pelo Banco da Amazônia S.A. que tem sede administrativa na Avenida Presidente Vargas, 800, Belém - PA.

O FNO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

#### a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

#### b) Política de alocação de recursos

Os recursos financeiros do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – o "Plano Mais Brasil"; o Plano Brasil Maior; o Plano Brasil Sem Miséria; o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Nacional de Turismo (PNT); o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; e às políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e agricultura, além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte e das orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

O detalhamento das diretrizes e prioridades para concessão do crédito através dos recursos do FNO se encontra no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

#### c) Programas de financiamento

Os recursos financeiros do FNO foram aplicados através de seis programas de financiamento, a saber: a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); b) Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); c) Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); d) Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); e) Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e f) Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

**d) Fiscalização**

O art.19 da Lei nº 7.827/1989, define a obrigatoriedade da publicação, semestral, dos balanços devidamente auditados. Para tanto, o Banco da Amazônia mantém contrato com auditoria independente para o cumprimento deste dispositivo regulamentar.

Além disso, o Fundo é fiscalizado, também, pela Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU).

**2. Base para a preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e Portaria Interministerial MIN/MF nº 11 de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo Banco Administrador em 11 de fevereiro 2014.

**a) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

**a) Apropriação de receitas e despesas**

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

**b) Taxa de administração**

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

**d) Devedores por repasses**

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

**e) Operações de crédito**

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1 de dezembro de 1998.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

Com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no realizável a longo prazo.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador reverterem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

**g) Provisão para bônus de adimplência**

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A Provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando todo o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação.

**h) Patrimônio líquido**

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

**i) Demonstrativos financeiros**

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por força da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

**j) Isenção tributária**

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

**a) Composição**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Recursos a alocar	1.397.027	2.388.026
Recursos alocados	<u>2.004.380</u>	<u>1.173.082</u>
	<b>3.401.407</b>	<b>3.561.108</b>

## b) Rendas sobre valores disponíveis

	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração das disponibilidades	268.276	256.771

## 5. Operações de crédito

## a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	9.916	3.928	13.844	11.203	4.890	15.893
Pronaf	653.306	54.241	707.547	559.265	52.646	611.911
Rurais	636.834	78.182	715.016	716.050	85.681	801.731
Provisão para operações de crédito	(20.134)	(67.839)	(87.973)	(20.230)	(72.660)	(92.890)
Devedores por repasses	10.021	-	10.021	10.464	-	10.464
	<u>1.288.943</u>	<u>68.512</u>	<u>1.358.455</u>	<u>1.276.762</u>	<u>70.357</u>	<u>1.347.109</u>
	Risco do Compartilhado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria, comércio e serviço	7.170.915	122.143	7.293.059	5.726.700	106.267	5.832.967
Pronaf	1.591.366	122.814	1.714.280	1.739.452	97.398	1.836.848
Rurais	3.274.995	221.217	3.496.212	2.611.872	230.481	2.842.353
Provisão para operações de crédito	(5.500)	(78.521)	(84.021)	(6.235)	(64.964)	(71.222)
	<u>12.031.777</u>	<u>387.753</u>	<u>12.419.530</u>	<u>10.071.786</u>	<u>369.160</u>	<u>10.440.946</u>
Circulante	-	-	2.690.027	-	-	2.434.272
Não circulante	-	-	11.067.958	-	-	9.353.783

## b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	(164.112)	(205.983)
Risco Integral FNO	(92.890)	(118.339)
Risco Compartilhado	(71.222)	(87.644)
Provisões constituídas	<u>(330.184)</u>	<u>(281.944)</u>
Risco Integral FNO	(136.128)	(126.267)
Risco Compartilhado	(194.056)	(155.677)



<b>Valores baixados</b>	<b>322.302</b>	<b>323.816</b>
Risco Integral FNO	141.045	151.716
Risco Compartilhado	181.257	172.099
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>(171.994)</b>	<b>(164.112)</b>
Risco Integral FNO	(87.973)	(92.890)
Risco Compartilhado	(84.021)	(71.222)

**c) Créditos baixados**

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$503.559 (R\$495.914 em 2012), sendo que R\$181.257 (R\$172.099 em 2012) foi assumido pelo Banco.

**d) Renegociações**

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R\$44.670 (R\$111.219 em 2012) sendo que 226 (684 em 2012) operações, no valor de R\$25.058 (R\$88.704 em 2012) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 483 (2.701 em 2012) operações, correspondente a R\$19.612 (R\$22.515 em 2012) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, especialmente a Resolução CMN nº 4028/2011.

**e) Recuperação de créditos baixados**

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$114.888 (R\$64.281 em 2012) e o Banco da Amazônia com R\$57.464 (R\$42.595 em 2012), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

**f) Outras despesas**

Foi ressarcido ao Banco da Amazônia o valor de R\$29.662, referente ao diferencial entre o valor pago pelo mutuário e o honrado integralmente pelo Banco ao Fundo, em função de sentença judicial transitado em julgado a favor do financiado.

**g) Rendas de operações de crédito**

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Indústria, comércio e serviço	360.820	339.688
Rural e pronaf	123.256	161.474
	<b>484.076</b>	<b>501.162</b>

**6. Provisão para bônus de adimplência**

**a) Movimentação**

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(367.411)</b>	<b>(319.775)</b>
Constituição/(reversão)	(147.002)	(166.741)
Concessão	123.121	118.105
<b>Saldo final</b>	<b>(391.292)</b>	<b>(367.411)</b>

**b) Despesas**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas com bônus no exercício	<u>(147.002)</u>	<u>(165.741)</u>

**7. Taxa de Administração**

Taxa de Administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências de que trata a alínea o art. 3º do Decreto nº 5.461/2005, efetuadas pelo Tesouro Nacional.

**a) Obrigações**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração a pagar	<u>35.674</u>	<u>34.583</u>

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

**b) Despesas**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de administração no exercício	<u>372.323</u>	<u>345.365</u>

A taxa de administração no exercício foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses do Tesouro, conforme determina o art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

**8. Patrimônio líquido**

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit ou Déficit do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

Os saldos das transferências do Tesouro Nacional e do (Prejuízo)/Lucro do exercício em 31/12/2013 e 31/12/2012 são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Repasses do Tesouro no exercício	1.851.514	1.726.828
Repasses do Tesouro nos exercícios anteriores	14.383.251	12.656.423
Lucros de exercícios anteriores	591.588	580.919
(Prejuízo) Lucro do exercício	<u>(48.474)</u>	<u>10.789</u>
	<u>16.787.979</u>	<u>14.974.839</u>

## 9. Contingências

Até o final do exercício de 2013 e 2012, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do Administrador Banco da Amazônia S.A.

## 10. Partes relacionadas

O FNO realiza transações bancárias com seu Administrador, o Banco da Amazônia S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto no § 5º do art. 9º-A, da Lei nº 7.827, incluído pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa - Nota 4	3.401.407	3.551.108
Títulos e Créditos a receber (a)	35.224	27.670
Proagro a Receber – Crédito Rural (b)	329	-
<b>Passivo</b>		
Taxa de administração a pagar	35.674	34.583
<b>Resultado</b>		
Rendas de remuneração das disponibilidades - Nota 4	268.276	256.771
Despesas de administração e remuneração agente Pronaf	389.845	357.988
Despesas de reembolso operações indenizadas	29.662	-

- a) Os títulos e créditos a receber serão realizados no segundo dia útil subsequente, conforme Portaria Interministerial nº 11/2005, e estão assim constituídos:
- Valores assumidos pelo Banco por ocasião da transferência para prejuízo de operações de crédito de risco compartilhado, no mês de dezembro; e
  - Valores das amortizações de créditos baixados como prejuízo, que foram recebidos nos dois últimos dias úteis do mês de dezembro.
- b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento pelo Banco Central do Brasil.

## 11. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco da Amazônia S.A, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

### a) Risco de crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

No caso do FNO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco da Amazônia S.A., na função de Administrador deste Fundo Constitucional, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.

A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, na qual a provisão é realizada considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.

A FNO possui parte de sua carteira com risco compartilhado com seu banco administrador.

### b) Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 89% de sua carteira de crédito constitui risco compartilhado com o Banco da Amazônia S.A.

Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo encontra-se sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

Maria de Belém Silva Cotta  
Contadora  
CRC-PA Reg. 007217/O

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)*

## CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

**ATA DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE – SIS**

Às dez horas do dia seis de agosto do ano de dois mil e quatorze, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde – SIS. Presentes os Senhores Conselheiros Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Vice-Presidente do Conselho de Supervisão; Rodrigo Martins Brum, Diretor da Secretaria de Recursos Humanos; Olivan Duarte de Almeida, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade; Walter Braga de Ataíde, Diretor da Secretaria Integrada de Saúde – SIS; Juliano Sávio Barbosa Eirado, representante dos servidores ativos; Paulo Cesar Siqueira Birbeire, representante dos servidores inativos. Na qualidade de Secretário, o Senhor Diretor-Adjunto da SIS, Kairala José Kairala Filho. Esteve presente também o Diretor-Geral Adjunto de Contratações, Humberto Lucena Pereira da Fonseca, o senhor Yulo Sasaki e a senhora Daniele Yuri Fujimoto, chefe da Perícia Médica da SIS. O Dr. Luiz Fernando Bandeira de Melo Filho assumiu a presidência do Conselho de Supervisão do SIS, nesta sessão. Item I) Assistência Odontológica. O Conselho aprovou, por unanimidade, recomendação à Comissão Diretora do Senado Federal para que considere a instituição da assistência odontológica para beneficiários do SIS, nos termos do estudo apresentado pela SIS, dado que o Senado é um dos únicos órgãos federais que não oferecem qualquer tipo de assistência odontológica a seus servidores, e o referido estudo, bem como o cálculo atuarial realizado por aquela Secretaria, indicam que tal implementação ficou facilitada pela experiência da Câmara dos Deputados, que permitiu projetar um custo adicional de cerca de R\$ 18,00 por mês por beneficiário, custo esse aceito pela maioria dos beneficiários-titulares ouvidos em pesquisa de opinião realizada pela COPOP no mês de junho de 2014. Item II) Eleição dos membros da Comissão responsável para elaborar e gerenciar plano de aplicação dos recursos financeiros do Fundo de Reserva, conforme o artigo 49 do Regulamento do SIS. Os conselheiros definiram, como sugestão, os nomes dos Conselheiros Olivan Duarte de Almeida e Paulo Fontenele e Silva. Segue para deliberação do Senador Jorge Viana para possível aprovação e designação. Item III) Documento nº 00100.047802/2014-69 – Procedimentos para credenciamento de empresas de home care. A SIS leu reclamação enviada pela ALESFE acerca de problemas com o ressarcimento de home care no âmbito do SIS. Ponderou-se que o credenciamento facilitaria o controle e a fiscalização da prestação de serviços de home care e aliviaria o ônus do beneficiário na busca de três orçamentos. O Conselho orienta a SIS a preparar estudo e projeto básico para o credenciamento de empresas prestadoras de serviços de home care e a apresentar proposta de alterações normativas para a revisão da regulamentação, tendo em vista a nova realidade do credenciamento, a ser apresentada à consideração do Conselho. Item IV) Documento nº 00100.032304/2014-11 – O Conselheiro Walter Braga leu o relatório do Conselheiro Paulo Fontenele, que votou pelo não-provimento do recurso, uma vez que a Instrução Normativa nº 2 de 2014 proíbe expressamente ressarcimento superior a três vezes o valor da tabela de referência. O Conselho aprovou o relatório por unanimidade, negando provimento ao recurso apresentado, mantendo-se o ressarcimento deferido pela SIS, limitado a três vezes o valor da tabela de referência. Item V) Documento nº 00100.052634/2014-23 – Autorizada, em caráter excepcional, a transferência do beneficiário por transporte aéreo do hospital em que se encontra internado para permanência em home care em sua cidade de residência, dada a perspectiva de maiores gastos com a internação. A restituição dos valores despendidos será feita com base no menor orçamento, descontada a participação do beneficiário. Item VI) Processo nº 00200.007106/2014-91 – O Conselho sobrestou a decisão até a próxima reunião, após discussão sobre decisões anteriores do Conselho acerca da exigência de cópias de declaração de imposto de renda e de outros documentos comprobatórios da condição de dependente. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às onze horas e trinta minutos, do dia 06 de agosto do ano de dois mil e quatorze, e, para constar, eu, Kairala José Kairala Filho, Secretário da presente reunião do Conselho de Supervisão do SIS, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros presentes à reunião. Gabinete da Primeira Vice Presidência do Senado Federal, em 06 de agosto de 2014.

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**, Vice-Presidente, **Olivan Duarte de Almeida**, **Rodrigo Martins Brum**, **Walter Braga de Ataíde**, **Juliano Sávio Barbosa Eirado**, **Paulo Cesar Siqueira Birbeire**, Conselheiros.

**PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 16, de 2014**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar, a pedido, o servidor Alberto Machado Cascais Meleiro, matrícula 53275, ocupante do cargo efetivo de Advogado, da Função Comissionada de Advogado-Geral, símbolo FC-4, da Advocacia do Senado Federal, mantendo a lotação atual.

Senado Federal, 28 de agosto de 2014. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*\*

### Maranhão

**Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PR** - Antonio Carlos Rodrigues\*\* (S)

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Antonio Aureliano\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Fleury\*\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PCdoB** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Ivonete Dantas\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PDT** - Kaká Andrade\*\* (S)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Wilson Matos\* (S)  
**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Ruben Figueiró\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PTB** - Gim\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Odacir Soares\*\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-PMDB** - Kátia Abreu\*  
**PROS** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**Bloco-SD** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**PSB** - João Capiberibe\*\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### Bloco Parlamentar da Maioria - 26

##### PMDB-19 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia. ....	PP/RS
Benedito de Lira. ....	PP/AL
Casildo Maldaner. ....	PMDB/SC
Ciro Nogueira. ....	PP/PI
Eduardo Braga. ....	PMDB/AM
Eunício Oliveira. ....	PMDB/CE
Francisco Domelles. ....	PP/RJ
Ivonete Dantas. ....	PMDB/RN
Jader Barbalho. ....	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. ....	PMDB/PE
João Alberto Souza. ....	PMDB/MA
José Sarney. ....	PMDB/AP
Kátia Abreu. ....	PMDB/TO
Lobão Filho. ....	PMDB/MA
Luiz Henrique. ....	PMDB/SC
Odacir Soares. ....	PP/RO
Paulo Davim. ....	PV/RN
Pedro Simon. ....	PMDB/RS
Renan Calheiros. ....	PMDB/AL
Ricardo Ferraço. ....	PMDB/ES
Roberto Requião. ....	PMDB/PR
Romero Jucá. ....	PMDB/RR
Sérgio Petecão. ....	PSD/AC
Valdir Raupp. ....	PMDB/RO
Vital do Rêgo. ....	PMDB/PB
Waldemir Moka. ....	PMDB/MS

#### Bloco de Apoio ao Governo - 23

##### PT-13 / PDT-6 / PCdoB-2 / PSOL-1

##### PRB-1

Acir Gurgacz. ....	PDT/RO
Ana Rita. ....	PT/ES
Angela Portela. ....	PT/RR
Anibal Diniz. ....	PT/AC
Cristovam Buarque. ....	PDT/DF
Delcídio do Amaral. ....	PT/MS
Eduardo Suplicy. ....	PT/SP
Gleisi Hoffmann. ....	PT/PR
Humberto Costa. ....	PT/PE
Inácio Arruda. ....	PCdoB/CE
João Durval. ....	PDT/BA
Jorge Viana. ....	PT/AC
José Pimentel. ....	PT/CE
Kaká Andrade. ....	PDT/SE
Lindbergh Farias. ....	PT/RJ
Marcelo Crivella. ....	PRB/RJ
Paulo Paim. ....	PT/RS
Pedro Taques. ....	PDT/MT
Randolfe Rodrigues. ....	PSOL/AP
Vanessa Grazziotin. ....	PCdoB/AM
Walter Pinheiro. ....	PT/BA
Wellington Dias. ....	PT/PI

Zeze Perrella. .... PDT/MG

#### Bloco Parlamentar da Minoria - 17

##### PSDB-12 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves. ....	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. ....	PSDB/SP
Antonio Aureliano. ....	PSDB/MG
Cássio Cunha Lima. ....	PSDB/PB
Cícero Lucena. ....	PSDB/PB
Cyro Miranda. ....	PSDB/GO
Fleury. ....	DEM/GO
Flexa Ribeiro. ....	PSDB/PA
Jayme Campos. ....	DEM/MT
José Agripino. ....	DEM/RN
Lúcia Vânia. ....	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. ....	DEM/SE
Mário Couto. ....	PSDB/PA
Paulo Bauer. ....	PSDB/SC
Ruben Figueiró. ....	PSDB/MS
Vicentinho Alves. ....	SD/TO
Wilson Matos. ....	PSDB/PR

#### Bloco Parlamentar União e Força - 10

##### PTB-6 / PR-4 / PSC

Alfredo Nascimento. ....	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. ....	PR/SP
Blairo Maggi. ....	PR/MT
Douglas Cintra. ....	PTB/PE
Epitácio Cafeteira. ....	PTB/MA
Fernando Collor. ....	PTB/AL
Gim. ....	PTB/DF
João Vicente Claudino. ....	PTB/PI
Magno Malta. ....	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. ....	PTB/RR

##### PSB - 4

Antonio Carlos Valadares. ....	SE
João Capiberibe. ....	AP
Lídice da Mata. ....	BA
Rodrigo Rollemberg. ....	DF

##### PROS - 1

Ataídes Oliveira. .... TO

Bloco Parlamentar da Maioria. ....	26
Bloco de Apoio ao Governo. ....	23
Bloco Parlamentar da Minoria. ....	17
Bloco Parlamentar União e Força. ....	10
PSB. ....	4
PROS. ....	1
<b>TOTAL. ....</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RJ)	Fleury** (Bloco-DEM-GO)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Odacir Soares** (Bloco-PP-RO)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivone Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Aureliano* (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (PSB-AP)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-RJ)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cyrol Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kaká Andrade** (Bloco-PDT-SE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Douglas Cintra** (Bloco-PTB-PE)	Lídice da Mata** (PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilson Matos* (Bloco-PSDB-PR)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## **COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**

### **PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

### **1º SECRETÁRIO**

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

### **2ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

### **3º SECRETÁRIO**

Ciro Nogueira - (PP-PI)

### **4º SECRETÁRIO**

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (63,70)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Eunício Oliveira</b> (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - Bloco</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (36,120,128)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p><b>Líder</b> Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (53,5,74,79)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p> <p><b>Líder do SD - 1</b> <b>Vicentinho Alves</b> (42,54,71,111)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 0</b></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p><b>PSB - 4</b> <b>Líder</b> <b>Rodrigo Rollemberg - PSB</b> (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p><b>PROS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (98,108,114)</p>

### Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.

46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012-GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cicero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.

83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.



122. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
127. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
128. Senador Marcelo Crivella é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
129. Em 22/05/2014, é lido o Of. 2/2014-GLGOV, que comunica o desligamento da Senadora Lídice da Mata do cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo.
130. Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
131. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
132. Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB )</b>	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4,9)	

**Notas:**

\*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

\*\*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

9. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

## 2) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

**Secretário(a):** Guilherme Brandão

**Telefone(s):** 61 33033508

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 3) CPI DOS TRANSPORTES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 18/03/2014

### Notas:

\*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

#### 4) CPI DA PETROBRAS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)

**RELATOR:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Leitura:** 01/04/2014

**Designação:** 13/05/2014

**Instalação:** 14/05/2014

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)	1.
Valdir Raupp (PMDB-RO) (4)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	3.
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB )</b>	
José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Aníbal Diniz (PT-AC) (1,2)
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1,2)	2. Jorge Viana (PT-AC) (1)
Humberto Costa (PT-PE) (1)	
Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD )</b>	
Cyro Miranda (PSDB-GO)	1. Jayme Campos (DEM-MT)
	2. Vicentinho Alves (SD-TO)
VAGO (5)	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)	1. Eduardo Amorim (PSC-SE) (3,6)
Gim (PTB-DF) (3)	

**Notas:**

1. Em 14.05.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Humberto Costa e Acir Gurgacz são designados como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin são designados como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 45/2014-GLDBAG).
2. Em 14.05.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ser membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 46/2014-GLDBAG).
3. Em 14.05.2014, os Senadores Antônio Carlos Rodrigues e Gim são designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim como membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 510/2014-BLUFOR).
4. Em 14.05.2014, os Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira são designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 96/2014-GLPMDB).
5. Em 14.05.2014, o Senador Wilder Morais solicita a sua retirada deste Colegiado (Of.29/2014-GSWMOR).
6. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues Martins

**Telefone(s):** 61 33033501

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

**Finalidade:** Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**RELATOR:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**Designação:** 30/04/2014

**Instalação:** 03/06/2014

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB )</b>	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(7)</sup>
Senador Fleury (DEM) <sup>(1,6)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(2,3,5)</sup>	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>	2.

**Notas:**

\*. Em 28.05.2014, foi criada, nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2014, Comissão de Juristas para acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, com os seguintes membros: Ministro Luiz Fux, presidente; Professora Tereza Arruda Alvim Wambier; Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro; Professor José Roberto dos Santos Bedaque; e, Professor Bruno Dantas.

\*\*. Em 03.06.2014, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores José Pimentel e Antônio Carlos Valadares para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Vital do Rêgo (Mem. 01/2014-CTCPC).

1. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

2. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

3. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

4. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

5. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 542/2014-BLUFOR).

6. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

7. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

## 2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(5,9)</sup>
Senador Aníbal Diniz (PT) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Angela Portela (PT) <sup>(5)</sup>
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Ana Rita (PT) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(8,1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(1)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(1)</sup>
Senador Francisco Dornelles (PP) <sup>(1)</sup>	4. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Senador Gim (PTB) <sup>(2)</sup>	1.
	2.

### Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
8. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
9. Em 13.08.2014, o Senador João Capiberibe deixa a Comissão; e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita passam a integrar, como suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, a Comissão. (Of. 070/2014-GLDBAG)

### 3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

#### MEMBROS

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(6,3)</sup>**

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(4)</sup>**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(5)</sup>**

#### **Membro da Comissão Diretora**

#### **Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

#### 4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 13/11/2012

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(5)</sup>

#### Notas:

\*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

\*\*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

\*\*\*. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.



**5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA  
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

**Finalidade:** Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarájá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

**Número de membros: 6**

---

**MEMBROS**

---

---

Senador Aníbal Diniz (PT)

---

Senador Jorge Viana (PT)

---

Senador Sérgio Petecão (PSD)

---

Senador Acir Gurgacz (PDT)

---

Senador Ivo Cassol (PP) <sup>(1,2)</sup>

---

Senador Valdir Raupp (PMDB)

---

**Notas:**

\*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

2. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

1. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

**6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES  
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.  
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

**Número de membros:** 10

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**Instalação:** 01/10/2013

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2014

---

**MEMBROS**

---

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(2)</sup>

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>

---

**Notas:**

\*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.

\*\*. Em 28.05.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 7, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 27 de junho de 2014.

\*\*\*. Em 02.07.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 10, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 9 de setembro de 2014.

\*\*\*\*. Em 18.08.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 15, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2014.

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

2. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Secretário(a):** GUILHERME BRANDÃO

**Telefone(s):** 61 33033508

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

**Finalidade:** Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

**Número de membros:** 13

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**Instalação:** 02/10/2013

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2014

### MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

Senador Douglas Cintra (PTB) <sup>(3,4)</sup>

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO <sup>(2)</sup>

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

#### Notas:

\*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.

\*\*. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

\*\*\*. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

\*\*\*\*. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

\*\*\*\*\*. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

\*\*\*\*\*. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

\*\*\*\*\*. Em 8.5.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 4, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.7.2014.

\*\*\*\*\*. Em 2.7.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 11, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 21.9.2014.

\*\*\*\*\*. Em 28.8.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 16, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento até o dia 22/12/2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

3. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

4. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 529/2014 - BLUFOR).

## 8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\* Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\* Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\* Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\* Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\* Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\* Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\* Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\* Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\* Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\* Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\* Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\* Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\* Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\* Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

## **9) COMISSÃO DE JURISTAS PARA ACOMPANHAR A COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA AO CPC**

**Finalidade:** Acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

(Ato do Presidente nº 8, de 2014)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Ministro Luiz Fux

---

### **MEMBROS**

---

Ministro Luiz Fux

Professora Tereza Arruda Alvim Wambier

Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Professor José Roberto dos Santos Bedaque

Professor Bruno Dantas Nascimento

---

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(89,58,86)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(68,94,13)</sup></b>	
Deleídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) <sup>(10,14,61)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) <sup>(33)</sup>
José Pimentel (PT) <sup>(9,10)</sup>	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(41,42)</sup>
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(90)</sup>	4. Humberto Costa (PT) <sup>(57,90)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(34,35,46,47,70)</sup>	6. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(8,70)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(62,65)</sup>	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(62,66)</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(60)</sup>	1. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(60)</sup>
VAGO <sup>(60,87)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(17,22,60)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(36,37,49,50,60,73)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB) <sup>(60,83)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(60,64)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(60,63)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(60)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(60)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(60,63)</sup>	6. VAGO <sup>(3,7,16,26,27,60,99)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(60)</sup>	7. Ana Amélia (PP) <sup>(60)</sup>
Odacir Soares (PP) <sup>(60,97,98,107)</sup>	8. Ciro Nogueira (PP) <sup>(60)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(11,12,18,20,60)</sup>	9. Benedito de Lira (PP) <sup>(5,60)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(23,25,43,44,55,59,60,82)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(93)</sup></b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(1,56)</sup>	1. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(56)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(56)</sup>	2. Vicentinho Alves (SD) <sup>(2,56,95,96)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(56,109)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(56)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(30,31,32)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(30,79,81,85,88)</sup>	5. Fleury (DEM) <sup>(4,15,40,101,108)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(45,94,29)</sup></b>	
Douglas Cintra (PTB) <sup>(67,100,105)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(67,74)</sup>
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(67,74,78)</sup>	2. Alfredo Nascimento (PR) <sup>(48,67,75,78)</sup>
Blairo Maggi (PR) <sup>(26,27,28,53,67,91,92,102,103,106)</sup>	3. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(38,39,51,52,67,71,72,76,104,110)</sup>

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)

4. VAGO (21,67,77,80,84)

# Notas:

\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\* Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\* **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\* **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).



16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº 241/2014-GSVALV).
97. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
100. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
99. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
98. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
101. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
102. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
103. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
104. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
105. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 521/2014 - BLUFOR).
106. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 533/2014-BLUFOR).
109. Em 05.08.2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
108. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
107. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 155/2014-GLPMDB).
110. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 546/2014 - BLUFOR).

**Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito**

**Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA**

**Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516**

**Fax: 3303-4344**

**E-mail: scomcae@senado.gov.br**

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(5)</sup></b>	
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(9)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) <sup>(1,7)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

- Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE)
  - Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
  - Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
  - Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).
  - Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
  - Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
  - Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
  - Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
  - Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(11,1)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5,6)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Benedito de Lira (PP) <sup>(8)</sup>	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(10)</sup></b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(7)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(12)</sup>	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

### Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
  4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
  5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
  6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
  7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
  8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
  9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
  10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
  11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
  12. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- \*\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.



### 1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(4)</sup></b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(2,3,8,9)</sup>

**Notas:**

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
  2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
  3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
  4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
  5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
  6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
  7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
  8. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
  9. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
- \*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

# 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP) <sup>(6,7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(4)</sup></b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

## Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
  2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
  3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
  4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
  5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
  6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
  7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- \*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(36)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(36)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(42,60,8)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) <sup>(26)</sup>
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(18)</sup>
Ana Rita (PT) <sup>(57)</sup>	4. Wellington Dias (PT) <sup>(57)</sup>
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	1. VAGO <sup>(6,17,23,30,35,55)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(2,23,35,37)</sup>	2. VAGO <sup>(23,30,35,49)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(3,4,23,35)</sup>	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(23,30,35,37)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	5. Romero Jucá (PMDB) <sup>(23,30,35)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(14,15,16,21,23,35)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(10,23,30,35)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(23,25,30,35)</sup>	7. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(23,30,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(59)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(34)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(34)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(34)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(9,11,13,34)</sup>
Fleury (DEM) <sup>(7,9,34,40,43,44,63,64)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(34)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(50,52,54,56)</sup>	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(27,60,22)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(31,38,41,45,46)</sup>	1. Douglas Cintra (PTB) <sup>(41,61)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1,5,41,62,65)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(24,41)</sup>
Gim (PTB) <sup>(28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)</sup>	3. VAGO <sup>(19,20,33,41)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

61. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

62. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

63. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 522/2014 - BLUFOR).

64. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 15/2014 - GLDEM).

65. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 547/2014 - BLUFOR).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(77)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) <sup>(77)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(82,118,23)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) <sup>(9,87,89)</sup>
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(54,55,110)</sup>	2. Lidice da Mata (PSB) <sup>(9,55,56)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) <sup>(7,9,75)</sup>
Anibal Diniz (PT) <sup>(6,74)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(24,25,49,51,60,61)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) <sup>(8,78)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(124,130)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(32,33,114,115)</sup>	7. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(86)</sup>	8. Paulo Paim (PT) <sup>(91,93,108)</sup>
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(87)</sup>	9. Ana Rita (PT) <sup>(92,116)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(38)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(39,50,76)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(1,15,39,50,76)</sup>	2. Roberto Requião (PMDB) <sup>(3,16,36,39,46,50,76)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(39,50,76)</sup>	3. VAGO <sup>(13,16,39,50,52,53,63,64,76,119,121)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(39,50,76,109,111)</sup>	4. VAGO <sup>(14,16,39,50,76,122)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(20,39,50,76)</sup>	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(39,76)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(26,39,76,103,105)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(39,76)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(39,76)</sup>	7. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(39,76,106,107)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(40,41,43,70,73,76,120,121)</sup>	8. Kátia Abreu (PMDB) <sup>(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(94)</sup>	9. Lobão Filho (PMDB) <sup>(88,95,96,97,102)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(117)</sup></b>	
Aécio Neves (PSDB) <sup>(71)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(22,71)</sup>
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(71)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(71,72,99,100)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(71,131)</sup>	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(11,71,85)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(17,42)</sup>	4. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(18,42,44)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(85)</sup>	5. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(85,100)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(59,118,38)</sup></b>	
Douglas Cintra (PTB) <sup>(81,123,128)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(5,45,65,80,81)</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(62,81,83,84)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(10,45,79,81,127,132)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(81)</sup>	3. Blairo Maggi (PR) <sup>(19,21,34,35,66,67,81,112,113,125,126,129)</sup>
Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(81)</sup>	4. Alfredo Nascimento (PR) <sup>(47,48,81,90,101)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e



os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

\*\*\*\*\*. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCI.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).



47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013- BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013- GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013- GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013- GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).
121. Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMDB).
122. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
123. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
124. Em 16.07.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Inácio Arruda, na Comissão (Of. 63/2014-GLDBAG).
125. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
126. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
127. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
128. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 523/2014 - BLUFOR).
129. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 534/2014-BLUFOR).
130. Em 05.08.2014, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, na Comissão (Of. 068/2014-GLDBAG).
131. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
132. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 548/2014 - BLUFOR).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Notas:**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(4)</sup></b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(6)</sup>	1.
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(63)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(63)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(68,90,15)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(36)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) <sup>(47)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(13,23)</sup>
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(16)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(30,82)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(80,82)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
José Sarney (PMDB) <sup>(41,60,88)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(2,19,41,44,60)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(26,27,28,38,41,60)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(41,44,54,60)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(6,12,25,41,60)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(41,60)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(29,31,37,41,60)</sup>	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(41,44,60,87,88)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(17,41,60,74,84)</sup>	5. Pedro Simon (PMDB) <sup>(41,44,75)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(41,44,60)</sup>	6. VAGO <sup>(20,41,44)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(41,44,45,46,52,53,60)</sup>	7. VAGO <sup>(10,41)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(41,44,60)</sup>	8. <sup>(41)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(41,44,60,81)</sup>	9. <sup>(41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(89)</sup></b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(3,59)</sup>	1. Cicero Lucena (PSDB) <sup>(32,59)</sup>
Wilson Matos (PSDB) <sup>(14,22,59,94,95)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(5,59,70)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(59)</sup>	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,59)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18,51,59)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(8,42,43,59,61,62,76,78)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(48,90,39)</sup></b>	
Douglas Cintra (PTB) <sup>(66,91,93)</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(55,64,66,92)</sup>
Gim (PTB) <sup>(66,71,72,73,77)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(1,40,66,67)</sup>
VAGO <sup>(11,24,66,79,86)</sup>	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(34,35,57,66,73)</sup>
VAGO <sup>(24,58,66,83,85)</sup>	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(49,50,56,65,66,83)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.



\*\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\* Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\* **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\* **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).



52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cicero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).

88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).

89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

91. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

93. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 526/2014 - BLUFOR).

94. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

95. Em 07.08.2014, o Senador Wilson Matos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 62/14-GLPSDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(58,81)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim <sup>(58)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(64,87,11)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(63,67)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(35,36,43,44,8,12)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(76,77,3)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) <sup>(62)</sup>	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) <sup>(77,80)</sup>	5. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(60,76,78)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(33)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(55,13)</sup>	1. VAGO <sup>(37,38,47,48,55,79)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(34,55,16,17)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(55)</sup>
Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(55,57,85,94)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(55,17,18)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(55,4)</sup>	4. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(55,61,68,14)</sup>
Odacir Soares (PP) <sup>(55,88,89,96)</sup>	5. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(57,28,29,31)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(55,75,9,10,19,21)</sup>	6. VAGO <sup>(6,25,26,27,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(86)</sup></b>	
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(50,52,72,73,97)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(50)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(50,53,5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(50,54)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(15,23,24)</sup>	3. Mário Couto (PSDB) <sup>(45,74,84,23)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(40,87,33)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(46,59,65,82,1,22)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(56,59,65,2)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,42,49,51,59,65,93)</sup>	2. VAGO <sup>(39,59,65,69,70,71,83,91,92)</sup>
Fernando Collor (PTB) <sup>(65)</sup>	3. Douglas Cintra (PTB) <sup>(65,66,90,95)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011 - GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11 - GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011 - GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).



63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 19/2014-BLUFOR).
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
88. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
89. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
90. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
91. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
92. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
93. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
94. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
95. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 527/2014 - BLUFOR).
96. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 156/2014-GLPMDB).
97. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) (17,3)</b>	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (10)</b>	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (4,9,11)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) (16)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) (10)</b>	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14,18)	1. VAGO (13)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.



18. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO (18,22,21)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

**RELATOR:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) (24,2)</b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (6)</b>	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20,25,26)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) (23)</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) (6)</b>	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17,27)

### Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
25. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
26. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
27. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomema@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>

**RELATOR:** Senador Ivo Cassol <sup>(13)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	1. Anibal Diniz (PT) <sup>(6,9)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO <sup>(14)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,3,4,7,15)</sup>	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(10,17,18)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(16)</sup></b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(8)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(5,9,12)</sup>	1. VAGO <sup>(14)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

18. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**

**Telefone(s): 3303-3519**

**Fax: 3303-1060**

**E-mail: scomcma@senado.gov.br**

#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1,3)</sup>

**Instalação:** 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>	1. Jorge Viana (PT) <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(2,4)</sup>	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(6)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(2,7)</sup>	1. Blairo Maggi (PR) <sup>(2,5)</sup>

**Notas:**

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(60)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(60)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(66,85,14)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(68)</sup>	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (10,37,38,72)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(41)</sup></b>	
Roberto Requião (PMDB) (58,67,75)	1. VAGO (6,8,25,32,58,75,81)
VAGO (2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (16,30,58,62,74,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lidice da Mata (PSB) (74,76,78)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(84)</sup></b>	
Jayme Campos (DEM) (3,7,15,34,44,61,71,86)	1. Cyro Miranda (PSDB) (5,22,57,88)
Lúcia Vânia (PSDB) (4,87)	2. Alvaro Dias (PSDB) (56,88,91)
Cícero Lucena (PSDB) (17,35,43,52,88)	3. Fleury (DEM) (46,89,90)
Flexa Ribeiro (PSDB) (88)	4. Mário Couto (PSDB) (88)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(49,85,41)</sup></b>	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. João Vicente Claudino (PTB) (45,53,65,79)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) (65,73,82,83)	3. VAGO (48,51,55,65)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.



\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAlV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 28.05.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 13/2014-GLDEM).
87. Em 29.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 50/2014-GLPSDB).
88. Em 10.06.2014, foi lido o Ofício GLPSDB nº 51/2014, designando os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Mário Couto, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
90. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
91. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

**Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**

**Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**

**Telefone(s): 3303-4251/3303-2005**

**Fax: 3303-4646**

**E-mail: scomcdh@senado.gov.br**

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(9,2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) <sup>(7)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(8)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,6)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\* Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Instalação:** 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1.

### Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

\*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(2)</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of. 46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



#### 6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(4)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of. 45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(41)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) <sup>(41)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(48,64,7)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(43)</sup>	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(43,44,49)</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(4,6)</sup>	3. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(3,60)</sup>
Aníbal Diniz (PT) <sup>(5,8,9,44)</sup>	4. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(17,18,61,62)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(16)</sup>
Lídice da Mata (PSB) <sup>(42)</sup>	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(40)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(40,57)</sup>
Jarbas Vasconcelos (PMDB) <sup>(40)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(40)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(23,24,27,40)</sup>	3. Roberto Requião (PMDB) <sup>(40)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(40)</sup>	4. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(40)</sup>	5. Ana Amélia (PP) <sup>(40)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(40)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(12,13,14,21,28,32,33,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(63)</sup></b>	
Antonio Aureliano (PSDB) <sup>(38,39,68,69)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(38)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(2,38)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(38)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) <sup>(10,30,45,55,56,58,59)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(50)</sup>	4. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(53)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(29,64,22)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(47,51,52)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(34,46,47)</sup>
Fernando Collor (PTB) <sup>(31,47)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1,47,66,70)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(25,26,35,36,47)</sup>	3. Douglas Cintra (PTB) <sup>(19,20,37,47,54,65,67)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
66. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
67. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 528/2014 - BLUFOR).
68. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
69. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 63/14-GLPSDB).
70. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 554/2014 - BLUFOR).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

### **Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(17,3)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(16)</sup></b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*\*. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva**

**Telefone(s): 3303-3496**

**Fax: 3303-3546**

**E-mail: scomcre@senado.gov.br**



### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) (14,2)</b>	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (3,4,11,12)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (5)</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) (13)</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

**Notas:**

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(27,6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO <sup>(10)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(13)</sup></b>	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(26)</sup></b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(13)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

#### Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(52)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(52)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(59,8,84)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(19,20,80,82)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(30,31,43,44)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO <sup>(18,77)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB) <sup>(67)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(24)</sup></b>	
VAGO <sup>(25,32,33,46,47,54,88)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(25,54)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	2. VAGO <sup>(2,3,10,25,54,75)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(25,54)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	4. Roberto Requião (PMDB) <sup>(9,25,54)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(25,54,58)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(11,21,22,25,54)</sup>
Jader Barbalho (PMDB) <sup>(25,54,64)</sup>	6. Odacir Soares (PP) <sup>(25,54,86,87,94)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(25,54)</sup>	7. Francisco Dornelles (PP) <sup>(15,16,17,23,25,54)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(26,29,38,39,49,50,53,54)</sup>	8. Kátia Abreu (PMDB) <sup>(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(83)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(51,55,65)</sup>	1. Vicentinho Alves (SD) <sup>(51,85)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(51)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(51,96)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1,4,51)</sup>	3. Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(4,7,51,61,72)</sup>
Fleury (DEM) <sup>(28,36,89,95)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(28,37,68,70,74,76)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(40,24,84)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB) <sup>(60)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(60)</sup>
Blairo Maggi (PR) <sup>(35,45,57,60,78,79,90,91,93)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(60,66,81)</sup>
VAGO <sup>(34,60,62,63,69,73)</sup>	3. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,42,48,56,60,92)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(60)</sup>	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(60)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Domelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.



54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

90. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
91. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 535/2014-BLUFOR).
94. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 157/2014-GLPMDB).
95. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
96. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Clésio Andrade <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO <sup>(2)</sup>	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(3)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

### Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP) <sup>(16,17)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(1,2)</sup>	2. VAGO <sup>(5,6,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(14)</sup></b>	
Oswaldo Sobrinho (PTB) <sup>(12,13)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
	1. VAGO <sup>(3,4,7,8,9,11)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
16. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- \*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- \*\*. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

#### (Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(4)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(3)</sup>	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(7)</sup>	1. Fernando Collor (PTB)

**Notas:**

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
  2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
  3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).
  4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
  5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
  6. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
  7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- \*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(46)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) <sup>(46)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(49,10,64)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(1)</sup>	1. João Capiberibe (PSB) <sup>(44)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(43)</sup>	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(7,11)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(45)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT) <sup>(2,47)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(32,33,38,39)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(42)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(14,42)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(20,21,22,28,31,42)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(42)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(42)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(3,37,42)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(15,34,42)</sup>	4. Odacir Soares (PP) <sup>(26,42,65,66,71)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(42)</sup>	5. VAGO <sup>(8,9,16,18)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(42,57)</sup>	6. VAGO <sup>(23,24,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(63)</sup></b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(5,12,19,41)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(41)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(41)</sup>	2. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(6,41)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Fleury (DEM) <sup>(4,35,68,72)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(36,29,64)</sup></b>	
Douglas Cintra (PTB) <sup>(40,48,50,67,70)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(50,59)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(30,50,51,52,55,58,61,62,69,73)</sup>	2. VAGO <sup>(50)</sup>
VAGO <sup>(50,53,54,56,60)</sup>	3. <sup>(50)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\* Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).



34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cicero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
66. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
67. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.



68. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

69. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

70. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 525/2014 - BLUFOR).

71. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 158/2014-GLPMDB).

72. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

73. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 550/2014 - BLUFOR).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomedr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(10,1)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(9)</sup></b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cicero Lucena (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(2,3,4,6,7,11)</sup>	1.

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
11. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomedr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(13,3)</sup></b>	
VAGO <sup>(9)</sup>	1. VAGO <sup>(6,7)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(4)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(8,11,14,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(12)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(10)</sup>

### Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcante (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
15. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
14. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

**9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(9)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,6,8)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC )</b>	
	1.

**Notas:**

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
  5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
  7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
  9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(64)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(64)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(15,85,65)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(7,10,22,23,57,80)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(67)</sup>
Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,16)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(38,47)</sup>	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4,67)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(37)</sup></b>	
VAGO <sup>(62,88)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(28,29,35,52,62)</sup>
VAGO <sup>(62,78)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(62)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(25,26,27,36,49,62)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(39,40,51,53,62)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(62)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(62)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(12,13,19,21,62,76)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP) <sup>(62)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(62)</sup>	6. Odacir Soares (PP) <sup>(17,62,76,86,87,93)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(31,59,61,62,75)</sup>	7. Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(32,43,44,58,59,61,63,83,91)</sup>
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(24,33,34,46,66,68,69)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(84)</sup></b>	
Antonio Aureliano (PSDB) <sup>(2,60,71,73,95)</sup>	1. Fleury (DEM) <sup>(60,94)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(60)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(3,9,14,60)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(72,74,77,79)</sup>	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,18,48,70)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(45,85,37)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(1,8,49,50)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6,54)</sup>
	2. Blairo Maggi (PR) <sup>(24,41,42,55,56,81,82,89,90,92)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

**Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).



35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPSDB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
90. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
91. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
92. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 536/2014-BLUFOR).
93. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 159/2014-GLPMDB).
94. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSDB (Ofícios nºs 64/2014-GLPSDB e 18/2014-GLDEM).
95. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 61/14-GLPSDB).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

### **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(34)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) <sup>(34)</sup>**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(48,38,7)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(32)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(33,40)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(10,12)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(8,9,17)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) <sup>(40)</sup>	5. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(1,19,20,44,45)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(21)</sup></b>	
Lobão Filho (PMDB) <sup>(31)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2,4,11,31)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(22,23,27,28,31)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(31)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(31)</sup>	3. Odacir Soares (PP) <sup>(31,49,50,52)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(31,36)</sup>	4. Benedito de Lira (PP) <sup>(26,31)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(31)</sup>	5. VAGO <sup>(5,6,13,15,35,43)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(47)</sup></b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(30,37)</sup>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(30,37,46)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(30)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(30)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(24,48,21)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(25,39)</sup>	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(39)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(3,16,39)</sup>	2. VAGO <sup>(16,29,39,41,42)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(39,51,53)</sup>	3. (39)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.



28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
49. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
50. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
51. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
52. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 160/2014-GLPMDB).
53. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 549/2014 - BLUFOR).

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**

**Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -**

**Telefone(s): 3303-1120**

**E-mail: scomcct@senado.gov.br**

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

### **Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**

**Telefone(s): 3303-1120**

**E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(2)</sup>	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>	2.
Ana Amélia (PP) <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB ) <sup>(12,1)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(3)</sup>	1. Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>
Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	2. Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(3)</sup>
Walter Pinheiro (PT) <sup>(3,8)</sup>	3. Pedro Taques (PDT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM, SD ) <sup>(11)</sup></b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(5)</sup>	1.
Fleury (DEM) <sup>(7,13,18)</sup>	2. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC ) <sup>(12)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(4,9,10,14,15,17)</sup>	1.
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4,16)</sup>	2.

**Notas:**

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
13. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
14. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
15. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
16. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
17. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 537/2014-BLUFOR).
18. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).



## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
<b>PT</b>	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
<b>PTB</b>	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT) <sup>(2)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
<b>PSD</b>	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	

Atualização: 03/02/2014

**Notas:**

\*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

### 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) <sup>(2)</sup>	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

### 4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

### 5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
 Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260  
 E-mail: scop@senado.leg.br

**6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(5)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Pedro Simon (RS)
<b>PT</b>
Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI)
<b>PDT</b>
João Durval (BA) <sup>(2)</sup>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA)
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
Kátia Abreu (PMDB-TO)
<b>PCdoB</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PSC</b>

---

Eduardo Amorim (SE) <sup>(6)</sup>

---

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

---

**Atualização: 25/07/2014**

**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
6. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS)
<b>PT</b>
Delcídio do Amaral (MS)
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO)
<b>PTB</b>
Douglas Cintra (PE) <sup>(6,7,9)</sup>
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(4,5)</sup>
<b>PDT</b>
Acir Gurgacz (RO) <sup>(2)</sup>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF)
<b>DEM</b>
José Agripino (RN)
<b>PR</b>
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
<b>PSD</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PCdoB</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(8)</sup>
<b>PSOL</b>

---

**Randolfe Rodrigues (AP)**

---

**Atualização: 28/07/2014****Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
5. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 18.07.2014, conforme RQS nº 686/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
8. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
9. Em 28.07.2014, o Senador Douglas Cintra foi designado para ocupar a vaga do PTB, em substituição ao Senador Armando Monteiro, conforme Of. nº 0524/2014-BLUFOR, datado de 18.07.2014, lido na sessão do Senado Federal de 28.07.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



**8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(14)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Ivonete Dantas (RN) <sup>(1)</sup>
<b>PT</b>
Ana Rita (ES) <sup>(2)</sup>
<b>PSDB</b>
Cícero Lucena (PB) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>
Gim (DF) <sup>(4)</sup>
<b>PP</b>
Ana Amélia (RS) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF) <sup>(6)</sup>
<b>PSB</b>
João Capiberibe (AP) <sup>(7)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(13)</sup>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(8)</sup>
<b>PCdoB</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(9)</sup>
<b>PV</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(10)</sup>
<b>PSC</b>

<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(11)</sup>
<b>PROS</b>
<b>SD</b>
Vicentinho Alves (TO) <sup>(12)</sup>

**Atualização:** 29/05/2014**Notas:**

1. A Senadora Ivonete Dantas foi designada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 098/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. A Senadora Ana Rita foi designada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 007/2014-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. O Senador Cícero Lucena foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 32/14-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
4. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 507/2014 ? BLUFOR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
5. A Senadora Ana Amélia foi designada para ocupar a vaga do PP, conforme o Memo. nº 023/2014- GLDPP , lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
6. O Senador Cristovam Buarque foi designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT-014/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
7. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0019/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
12. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
8. O Senador Sérgio Petecão foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 06/2014-GLPSD, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
9. O Senador Inácio Arruda foi designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCdoB nº 003/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
10. O Senador Marcelo Crivella foi designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Memo nº 042/2014-GSMC, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
11. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
13. A Senadora Maria do Carmo Alves foi designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of. nº 012/14-GLDEM, datado de 21.05.2014, lido na sessão do Senado Federal de 22.05.2014.
14. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na reunião iniciada em 27.05.2014 e finalizada em 28.05.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**saop@senado.leg.br

**9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)*

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(6)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Casildo Maldaner (SC)
<b>PT</b>
Anibal Diniz (AC)
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI)
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF) <sup>(2)</sup>
<b>PSB</b>
João Capiberibe (AP) <sup>(4)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>
Blairo Maggi (MT) <sup>(7,8,10)</sup>
<b>PSD</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PCdoB</b>
VAGO <sup>(1)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(9)</sup>

<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP)
<b>SD</b>
Vicentinho Alves (TO)
<b>PROS</b>

**Atualização: 05/08/2014****Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014.
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
7. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
8. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
9. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
10. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 543/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Luiz Henrique (SC)
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC)
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI)
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(6,7)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF)
<b>DEM</b>
Wilder Moraes (GO) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Blairo Maggi (MT) <sup>(5,9,10,11)</sup>
<b>PSD</b>
Kátia Abreu (PMDB-TO)
<b>PCdoB</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE)
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP)

**Representante da sociedade civil organizada**André Lima <sup>(3)</sup>**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles <sup>(3)</sup>**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni <sup>(3)</sup>**Atualização: 18/08/2014****Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of. nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
8. O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
10. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
9. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
11. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 540/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Luiz Henrique (SC) <sup>(10)</sup>
<b>PT</b>
Paulo Paim (RS) <sup>(11)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO) <sup>(8)</sup>
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
Ana Amélia (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PDT</b>
João Durval (BA) <sup>(7)</sup>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA) <sup>(12)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(3)</sup>
<b>PCdoB</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>
<b>PV</b>
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(2,13)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(9,14)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(4)</sup>

**Atualização:** 22/07/2014



**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(14)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(14)</sup>**1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Ricardo Ferraço (ES) <sup>(8)</sup>
<b>PT</b>
Paulo Paim (RS) <sup>(9)</sup>
<b>PSDB</b>
Aloysio Nunes Ferreira (SP) <sup>(15)</sup>
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
<b>PDT</b>
Acir Gurgacz (RO) <sup>(1)</sup>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA) <sup>(2)</sup>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
Blairo Maggi (MT) <sup>(12,16,17,19)</sup>
<b>PSD</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(3)</sup>
<b>PCdoB</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(11)</sup>
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(5,13)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(6,18)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(7)</sup>
<b>SD</b>

---

**Vicentinho Alves (TO) <sup>(10)</sup>**

---

**Atualização: 05/08/2014****Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVLV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.
15. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 41/2014-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 08.05.2014.
16. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
17. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
18. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
19. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 541/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo****Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260****E-mail: saop@senado.leg.br**

## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2014: OFN nº 10/2014

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>

#### COMPOSIÇÃO <sup>3</sup>

**Presidente:** Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) <sup>5</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) <sup>5</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) <sup>5</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) <sup>5</sup>

**Relator do PLDO / 2015:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>7</sup>  
**Relator do PLOA / 2015:** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)  
**Relator da Receita:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) <sup>4</sup>
Ana Amélia (PP/RS)	4.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PSOL)</b>	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) <sup>6</sup>	2.
<b>SD <sup>1</sup></b>	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

#### Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) <sup>17</sup>
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) <sup>9</sup>
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) <sup>6</sup>
Gastão Vieira (PMDB/MA) <sup>6</sup>	3. Hermes Parciannelo (PMDB/PR) <sup>11</sup>
Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>6</sup>	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) <sup>11</sup>	5.
<b>PSDB</b>	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) <sup>12</sup>
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) <sup>16</sup>
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3. Alfredo Kaefer (PSDB/PR) <sup>18</sup>
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dornier (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) <sup>5</sup>	3. Moreira Mendes (PSD/RO) <sup>5</sup>
<b>PP</b>	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) <sup>10</sup>	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
<b>PR</b>	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
<b>PSB</b>	
<sup>20</sup>	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
<b>DEM</b>	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) <sup>13</sup>
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
<b>SD</b>	
Henrique Oliveira (SD/AM) <sup>8</sup>	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) <sup>8</sup>
<b>PTB</b>	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Paulo Wagner (PV/RN) <sup>14</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
<b>PROS</b>	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) <sup>7</sup>	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Marcos Rogério (PDT/RO) <sup>19</sup>	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) <sup>19</sup>
<b>PCdoB</b>	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
<b>PSC</b>	
Silvio Costa (PSC/PE)	1. Filipe Pereira (PSC/RJ) <sup>15</sup>

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL <sup>1</sup>	
Ivan Valente (PSOL/SP) <sup>4</sup>	Chico Alencar (PSOL/RJ) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

18- Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19- Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20- Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893

**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****Relator do PLDO / 2014:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)**Relator do PLOA / 2014:** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)**Relator da Receita:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>RELATOR SETORIAL</b>
I – Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
II – Saúde	Senador Jorge Viana (PT/AC)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
VII – Justiça e Defesa	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP/BA)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Izalci (PSDB/DF)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PCdoB</b>	Vanessa Grazziotin (PDdoB/AM)
<b>PMDB</b>	João Alberto Souza (PMDB/MA)
<b>SD</b>	Vicentinho Alves (SD/TO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PSD</b>	Urzenir Rocha (PSD/RR)
<b>PSC</b>	Silvio Costa (PSC/PE)
<b>PSDB</b>	Nilson Leitão (PSDB/MT)
<b>PSOL</b>	Ivan Valente (PSOL/SP)
<b>PSDB</b>	Izalci (PSDB/DF)
<b>PROS</b>	Givaldo Carimbão (PROS/AL)
<b>PMDB</b>	João Magalhães (PMDB/MG)
<b>DEM</b>	Felipe Maia (DEM/RN)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
<b>PTB</b>	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
<b>PSDB</b>	Cyro Miranda (PSDB/GO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Pedro Uczai (PT/SC)
<b>PMDB</b>	Sandro Mabel (PMDB/GO)
<b>PSB</b>	Alexandre Roso (PSB/RS)
<b>PSD</b>	Roberto Dornier (PSD/MT)
<b>PP</b>	Betinho Rosado (PP/RN)
<b>PRB</b>	Cleber Verde (PRB/MA)
<b>PPS</b>	João Magalhães (PMDB/MG)
<b>PDT</b>	Marcos Rogério (PDT/RO)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
<b>PP</b>	Ana Amélia (PP/RS)
<b>PMDB</b>	Valdir Raupp (PMDB/RO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
<b>PR</b>	Luciano Castro (PR/RR)
<b>PSD</b>	Moreira Mendes (PSD/RO)
<b>PP</b>	Lázaro Botelho (PP/TO)
<b>PCdoB</b>	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<b>PT</b>	Assis Carvalho (PT/PI)
<b>PT</b>	Luiz Alberto (PT/BA)
<b>SD</b>	Benjamin Maranhão (SD/PB)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PSB</b>	João Capiberibe (PSB/AP)
<b>PSDB</b>	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
<b>PR</b>	Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Gastão Vieira (PMDB/MA)
<b>PR</b>	João Maia (PR/RN)
<b>PSD</b>	Eliene Lima (PSD/MT)
<b>PTB</b>	Arnon Bezerra (PTB/CE)
<b>PSB</b>	Paulo Foletto (PSB/ES)
<b>PP</b>	Sandes Júnior (PP/GO)
<b>PT</b>	Ronaldo Zulke (PT/RS)
<b>PSDB</b>	Cesar Colnago (PSDB/ES)

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) <sup>15, 20, 27, 39 e 40</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) <sup>15, 20, 27, 39 e 40</sup>  
**Relator:** Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) <sup>16, 20, 27, 39 e 40</sup>

**Instalação:** 9-4-2014 <sup>15, 20, 27 e 40</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup> <sup>7, 23, 26, 37 e 43</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Inácio Arruda (PCdoB/CE) <sup>22 e 36</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Valdir Raupp (PMDB/RO) <sup>3, 14, 29, 33 e 35</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 29</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 29</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 29</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	3. <sup>3, 29</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. <sup>3, 19 e 29</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. Jayme Campos <sup>2, 24 e 34</sup>
Fleury (DEM/GO) <sup>6, 10, 25, 41, 42 e 44</sup>	2. <sup>6, 10, 28, 30, 31 e 32</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>38 e 43</sup>	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39- Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
- 40- Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF).
- 41- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 42- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 43- Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
- 44- Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2 19</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Colbet Martins (PMDB/BA) <sup>2 e 22</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) <sup>14 e 25</sup>
Thiago Peixoto (PSD/GO) <sup>14 e 25</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 20</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 20</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 21</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 21</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE) <sup>2, 18 e 24</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) <sup>2, 17 e 23</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13, 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Samery Filho (PV/MA) <sup>2 16</sup>	1. <sup>2 16</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Pradano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Samery Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.



16- Designado como membro titular o Deputado Samey Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Samey Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.

25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bomier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

# **COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>**

## **COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

### **Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Fleury (DEM/GO) <sup>3, 10, 11 e 12</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3, 6, 7, 8 e 9</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

#### **Notas:**

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.
- 10- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 11- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
- 12- Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

### **Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

(Resolução nº 2, de 2013-CN)

**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>4, 10</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>4, 10</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) <sup>6</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) <sup>1</sup>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VICENTINHO (PT-SP)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> WILDER MORAIS <sup>3, 7, 13 e 14</sup>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u></b> NELSON PELLEGRINO (PT/BA) <sup>12</sup>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) <sup>5</sup>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u></b> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) <sup>9</sup>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b>
<b><u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) <sup>11</sup>	<b><u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) <sup>8</sup>

**Notas:**

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hogo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

13- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

14- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM**

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Número de membros:** 12 Senadores e 31 Deputados <sup>1</sup>**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)</b>	
Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>5</sup>	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) <sup>5</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5</sup>	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>5</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>	3.
Paulo Davim (PV/RN) <sup>5</sup>	4.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)</b>	
Ana Rita (PT/ES) <sup>4</sup>	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>4</sup>
Angela Portela (PT/RR) <sup>4</sup>	2. João Capiberibe (PSB/AP) <sup>4</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>4</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>4</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
	1. Lúcia Vânia <sup>3</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)</b>	
Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>6 e 7</sup>	1. Gim (PTB/DF) <sup>6</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>6</sup>	2.
<b>PROS <sup>2</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

7- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

## COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Número de membros:** 4 Senadores e 6 Deputados <sup>1</sup>

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) <sup>2</sup>	
	1.

**Notas:**

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

#### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

### PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Presidente: Senador Renan Calheiros**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia**

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5, 13</sup>
<sup>5 e 14</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3 e 15</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

14- Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).

15- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela (PMDB/GO) <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) <sup>1</sup>
Luiz Pitiman (PSDB/DF) <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto (PP/BA) <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (SD/PE) <sup>1</sup>	1. João Bittar (DEM/MG) <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho (SD/DF) <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Adriana Alves Zaban

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>

**Prazo Final:** 11-5-2013

**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>

**Prazo Final Prorrogado:** 9-9-2013 <sup>3</sup>

**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013 <sup>4</sup>

**Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2014 <sup>5</sup>

<b>Senado Federal</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Notas:**

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRR.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Adriana Alves Zaban

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá<sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013<sup>2</sup>  
**Prazo Final:** 30-9-2013<sup>4</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013<sup>6</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2014<sup>13</sup>

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) <sup>9</sup>
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) <sup>10</sup>
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	Esperidião Amin (PP/SC) <sup>12</sup>
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) <sup>14</sup>
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>14</sup>
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) <sup>14</sup>
João Maia (PR/RN) <sup>5 e 9</sup>	Benedita da Silva (PT/RJ) <sup>14 e 15</sup>

### Senado Federal

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>7 e 8</sup>
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>7</sup>
Walter Pinheiro (PT/BA) <sup>12</sup>	Ruben Figueiró (PSDB/MS) <sup>11</sup>
Pedro Taques (PDT/MT)	Wellington Dias (PT/PI) <sup>16</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	Cristovan Buarque (PDT/DF) <sup>16</sup>
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5 e 7</sup>	

#### Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático - PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.
- 15 - Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.
- 16 - Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 16 de junho de 2014, ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovan Buarque como membros suplentes.

#### Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

**Diretor:** Adriana Alves Zaban

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: [SLCN@senado.gov.br](mailto:SLCN@senado.gov.br)

Informações: (61) 3303-4050

## COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

## 1) RQN Nº 2/2014

**Finalidade:** Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas ; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

**Número de membros:** 15 Senadores e 15 Deputados <sup>1 e 2</sup>

- **Leitura:** 15-4-2014

- **Designação da Comissão:** 27-5-2014

- **Instalação da Comissão:** 28-5-2014

- **Prazo final da Comissão:** 23-11-2014

**Presidente:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)

**Vice-Presidente:** Senador Gim (PTB/DF)

**Relator:** Deputado Marco Maia (PT/RS)

Senado Federal<sup>1</sup>

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)</b>	
João Alberto Souza (PMDB/MA)	1.
Valdir Raupp (PMDB/RO)	2.
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	3.
Sérgio Petecão (PSD/AC)	4.
Ciro Nogueira (PP/PI)	5.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)<sup>1</sup></b>	
José Pimentel (PT/CE)	1. Jorge Viana (PT/AC)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Humberto Costa (PT/PE)	3. Ana Rita (PT/ES)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	4. Paulo Paim (PT/RS)
Aníbal Diniz (PT/AC)	5. Wellington Dias (PT/PI)
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Alvaro Dias (PSDB/PR) <sup>5</sup>	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Mário Couto (PSDB/PA)	2. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Jayme Campos (DEM/MT)	3. José Agripino (DEM/RN)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF)	2. Blairo Maggi (PR/MT) <sup>4</sup>
<b>PROS<sup>2</sup></b>	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

**Notas:**

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

4- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

5- O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.

**Câmara dos Deputados<sup>1</sup>**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Marco Maia (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Sibá Machado (PT/AC)	2. Iriny Lopes (PT/ES)
<b>PMDB</b>	
Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>6</sup>	1. João Magalhães (PMDB/MG)
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)	2. Eduardo Cunha (PMDB/RJ) <sup>6</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI)	1. Jaime Martins (PSD/MG)
José Carlos Araújo (PSD/BA)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
<b>PSDB</b>	
Carlos Sampaio (PSDB/SP) <sup>7, 9, 13 e 14</sup>	1. Izalci (PSDB/DF)
<b>PP</b>	
Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	1. José Otávio Germano (PP/RS)
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>4, 5, 11 e 12</sup>	1. Onyx Lorenzoni (DEM/RS) <sup>4, 5, 8, 10, 11 e 12</sup>
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA) <sup>3, 2</sup>
<b>PSB</b>	
Júlio Delgado (PSB/MG)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
<b>SD</b>	
Fernando Francischini (SD/PR)	1. Simplício Araújo (SD/MA)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Rubens Bueno (PPS/SP)	1. Eurico Júnior (PV/RJ)
<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
<b>PROS</b>	
Marcio Junqueira (PROS/RR)	1. Hugo Leal (PROS/RJ)
<b>PDT<sup>2</sup></b>	
Enio Bacci (PDT/RS)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)

**Notas:**

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Em 3-6-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos do Ofício nº 214/2014 do PR.

4- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.

5- Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.

6- Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.

8- Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.

9- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

10- Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.

11- Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.

12- Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.

13- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.

14- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: [slcn@senado.gov.br](mailto:slcn@senado.gov.br)

Informações: (61) 3303-4050

## 2) RQN Nº 3/2014

**Finalidade:** Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

**Número de membros:** 15 Senadores e 15 Deputados <sup>1 e 2</sup>

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

---

**Notas:**

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**3) RQN Nº 4/2014**

**Finalidade:** destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

**Número de membros:** 14 Senadores e 14 Deputados <sup>1 e 2</sup>

- **Leitura:** 7-5-2014
- **Designação da Comissão:** 16-7-2014
- **Instalação da Comissão:** 6-8-2014
- **Prazo final da Comissão:**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

**Senado Federal <sup>1</sup>**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
Ivonete Dantas (PMDB/RO)	2. Paulo Davim (PV/RN)
Benedito de Lira (PMDB/PB)	3.
João Alberto Souza (PMDB/MA) <sup>6</sup>	4.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB / PSOL) <sup>1</sup></b>	
Wellington Dias (PT/PI) <sup>5</sup>	1. Humberto Costa (PT/PE)
Eduardo Suplicy (PT/SP)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. Jorge Viana (PT/AC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM / SD)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2. Lúcia Vânia (PSDB/GO)
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
Gim (PTB/DF)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	2. Blairo Maggi (PR/MT) <sup>4</sup>
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
<b>PROS <sup>2</sup></b>	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

**Notas:**

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

4- Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

5- Designado, como membro titular, o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 69, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

6- Designado, como membro titular, o Senador João Alberto Souza, em vaga existente, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.

7- Vago em virtude do Senador Casildo Maldaner ter declinado da indicação, conforme Of. 174, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.

**Câmara dos Deputados<sup>1</sup>**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Carlos Zarattini (PT/SP)
Renato Simões (PT/SP)	2. Paulo Teixeira (PT/SP)
<b>PMDB</b>	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Fábio Trad (PMDB/MS)
José Priante (PMDB/PA)	2. Manoel Junior (PMDB/PB)
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Marcos Montes (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	1. Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>PP</b>	
Luiz Fernando Faria (PP/MG)	1. Marcio Junqueira (PROS/RR)
<b>PR</b>	
Bilac Pinto (PR/MG)	1. Jânio Natal (PRP/BA)
<b>PSB</b>	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Keiko Ota (PSB/SP)
<b>DEM</b>	
Alexandre Leite (DEM/SP)	1.
<b>SD</b>	
Fernando Francischini (SD/PR) <sup>3</sup>	1. Manato (SD/ES)
<b>PTB</b>	
Eros Biondini (PTB/MG)	1. Sabino Castelo Branco (PTB/AM)
<b>PCdoB</b>	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Gustavo Petta (PCdoB/SP)

**Notas:**

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Francischini, em substituição ao Deputado Wladimir Costa, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 271, de 2014, da Liderança do SD.



## CONSELHOS E ÓRGÃO

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> (vago)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Bíffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Vicentinho (PT/SP)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Wilder Moraes (PSDB-PA) <sup>1 e 2</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Vicente Candido (PT/SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

#### Notas:

1-Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

2- Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>  
E-mail: SLCN@senado.gov.br  
Informações: (61) 3303-4050

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**(13 titulares e 13 suplentes)<sup>1</sup>

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**<sup>2</sup>Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**<sup>2</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>WALTER VIEIRA CENEVIVA</b>	<b>DANIEL PIMENTEL SLAVIERO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>MÁRCIO NOVAES</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>ALEXANDRE KRUEL JOBIM</b>	<b>LOURIVAL SANTOS</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>ROBERTO FRANCO</b>	<b>LILIANA NAKONECHNYJ</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	<b>MARIA JOSÉ BRAGA</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSÉ CATARINO NASCIMENTO</b>	<b>VAGO</b> <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>JORGE COUTINHO</b>	<b>MÁRIO MARCELO</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA</b>	<b>PEDRO PABLO LAZZARINI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>MIGUEL ANGELO CANÇADO</b>	<b>WRANA PANIZZI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>RONALDO LEMOS</b>	<b>VAGO</b> <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO FILHO</b>	<b>VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>FERNANDO CESAR MESQUITA</b>	<b>LEONARDO PETRELLI</b>

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
 sscn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: [SLCN@senado.gov.br](mailto:SLCN@senado.gov.br)

Informações: (61) 3303-4050

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

**I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES****Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO****Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Coordenador:** Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling <sup>2</sup>

Designação: 07.05.2013

**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ <sup>13</sup>
IARA BERNARDI <sup>14</sup>	MARCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
<b>PMDB</b>	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
<b>PSDB</b>	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO <sup>3,10</sup>
Vago <sup>12</sup>	
Vago <sup>4</sup>	
<b>PSD</b>	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
<b>PP</b>	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
<b>PR</b>	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
<b>PSB</b>	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTTO <sup>6</sup>	LEOPOLDO MEYER
<b>DEM</b>	
JÚLIO CAMPOS	
<b>PDT</b>	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
<b>PTB</b>	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
<b>BLOCO PV, PPS</b>	
ROBERTO FREIRE	Vago <sup>15</sup>
<b>PSC</b>	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
<b>PC DO B</b>	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
<b>PRB</b>	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
<b>PtdoB</b>	
LUIS TIBÉ	

**Senadores**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM <sup>8</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ <sup>5</sup>
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES <sup>5</sup>	HUMBERTO COSTA
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
FLEURY <sup>17,18</sup>	JAYME CAMPOS <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI <sup>11</sup>	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE <sup>9</sup>	EDUARDO AMORIM <sup>16</sup>

(Atualizada em 11.4.2014)

**Notas:**

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.
- 8-- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09. 2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex<sup>a</sup> aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
- 13 – A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.
- 14 – A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
- 15 – O Deputado Antonio Roberto deixou de ocupar a vaga do PV, devido a sua aposentadoria, publicada no D.O.U em 08.05.2014, conforme Of. nº 802/2014/SGM/P, datado de 28.05.2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.
- 16 – O Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- 17 – O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
- 18 – Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes, nos termos do Of. Nº 16/14-GLDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

[www.camara.gov.br/mercotel](http://www.camara.gov.br/mercotel)



Edição de hoje: 384 páginas  
(O.S. 13710/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

